

Walter Fraga Filho

**ENCRUZILHADAS DA LIBERDADE: HISTÓRIAS E
TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS E LIBERTOS NA
BAHIA, 1870-1910.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação
do Prof. Dr. Robert W. Slenes.

Este exemplar corresponde à redação
Final da Tese de Doutorado defendida
E aprovada pela Comissão Julgadora
Em 31/03/2004

BANCA

Prof. Dr. Robert W. Slenes (orientador)

Prof. Dr. Hebe Maria Matos de Castro

Prof. Dr. Maria Cristina Cortez Wissenbach

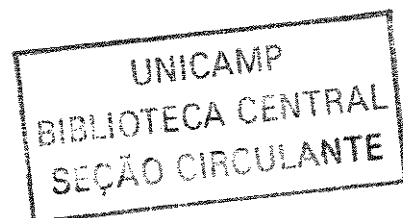
Prof. Dr. João José Reis

Prof. Dr. Silvia Hunold Lara

SUPLENTES

Prof. Dr. Izabel Andrade Marson

Prof. Dr. Mariza Correa



Março/2004

UNIVERSIDADE BC
CHAMADA Unicamp
F842e
EX
NÚMERO BC/ 58108
CÓDIGO 16 UF-04
D κ
PREÇO 11,00
DATA 28/5/04
CPD

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM00198133-1

Bibid: 317499

Fraga Filho, Walter.
F842e Encruzilhadas da liberdade : histórias e trajetórias de
escravos e libertos na Bahia, 1870-1910 / Walter Fraga
Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Robert W. Slenes.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Escravidão – Condições dos escravos –
Recôncavo (BA) – Séc. XIX. 2. Abolição dos
escravos. 3. Libertos (Escravos) – Recôncavo (BA).
4. Recôncavo (BA) – Condições sociais. I. Slenes,
Robert W. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Dedico a meus pais,
Walter e Domingas**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	11
Abreviaturas	13
Introdução	15
Capítulo I. Escravos e senhores de engenho nas últimas décadas da escravidão ...	23
Capítulo II. Tensões e conflitos em um engenho do Recôncavo	53
Capítulo III. Encruzilhadas da escravidão e da liberdade – 1880-1888	89
Capítulo IV. O 13 de maio e os dias seguintes	113
Capítulo V. As cabeças viradas no tempo da liberdade	155
Capítulo VI. Depois da liberdade: tensão e conflito nos engenhos do Recôncavo .	203
Capítulo VII. Trajetórias de escravos e libertos em engenhos do Recôncavo	233
Capítulo VIII. Trajetórias de uma comunidade de libertos	275
Capítulo IX. Outros rumos: trajetórias de libertos que saíram dos engenhos	305
Epílogo. Nos séculos por vir: projeções da escravidão e da liberdade	341
Ilustrações, mapas, tabelas	351
Fontes e referências bibliográficas	353

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho contei com a colaboração e a solidariedade de várias pessoas e instituições. Nos dois anos que freqüentei assiduamente a sala de pesquisa do Arquivo Público do Estado da Bahia sempre contei com a boa vontade e a paciência dos seus funcionários. Agradeço especialmente a Raymundo, Daniel, Edvaldo, Lázaro e Dona Maura, pela dedicação na localização de fontes documentais. Agradeço imensamente aos funcionários dos cartórios de São Sebastião do Passé, Iguape, Rio Fundo, Lustosa e Santo Amaro, sempre solícitos e zelosos com os estimados manuscritos. Em Santo Amaro contei com a colaboração dos funcionários do hospital da Santa Casa de Misericórdia que, em meio a outras prementes preocupações, procuraram me proporcionar as melhores condições de pesquisa possíveis.

A CAPES financiou a pesquisa com a concessão de bolsa de estudo. O apoio da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e do Departamento de Ciências Humanas da FFPSAJ foram fundamentais, liberando-me das atividades de ensino durante a pesquisa e a redação do trabalho.

Várias pessoas contribuíram dando sugestões ou ajudando na localização de fontes documentais. Lígia Sampaio gentilmente indicou vários livros e colocou à minha disposição escritos, fotos e memórias pessoais de seu falecido pai. O amigo João da Costa Pinto Victória, além de compartilhar informações colhidas ao longo de sua pesquisa, indicou-me diversas possibilidades de localização de correspondências particulares e fotografias. Constância Maria Borges de Souza leu a maior parte dos capítulos e fez sugestões importantes para aprimorá-los. Agradeço aos amigos, Silvio Humberto, Rosane, Marilécia, Ericivaldo Veiga e meu compadre Carlos Ailton, que sempre me motivaram a seguir em frente. Com Mary Ann Mahony e Hendrik Kraay compartilhei preocupações e muito aprendi com seus trabalhos. O amigo Almir Diniz

foi solidário e não mediu esforços para localizar livros e informar-me das novidades bibliográficas que chegavam à Unicamp.

Aos professores Silvia Lara e Sidney Chalhoub sou muito grato pelas críticas e sugestões que fizeram à versão inicial deste trabalho. João Reis colocou à minha disposição sua biblioteca e sugeriu possíveis abordagens. Rebecca Scott apontou diversos caminhos e possibilidades de abordar o tema. O professor Robert Slenes acompanhou este trabalho desde o seu início e apontou várias alternativas para realizá-lo. Espero que minhas escolhas estejam à altura da sua orientação.

Ao primo Paulo Fraga, agradeço a fraternal amizade e a hospitalidade nos dias que estive no Rio de Janeiro. A Manoel Ferreira (Manoelzinho) sou grato pela paciência em me contar detalhes de suas vivências num engenho do Recôncavo.

Ana Lúcia Bastos leu diversos capítulos do trabalho, fez sugestões, me chamou atenção para vários detalhes. Sua solidariedade foi fundamental para conclusão deste trabalho.

Sou grato à minha família, inseparável nesta e noutras travessias. Meus irmãos e irmãs, Rosamalina (Rosa), Waltércio (Tecinho), Valdilene (Di), Apollo (Pole), Ana Maria (Aninha), Raimundo (Dum) e Galileu (Gal), me animaram em todos os momentos. Meus filhos, Laís e Víctor acompanharam cada passo deste trabalho, torcendo pelo seu final. A meus pais, Domingas e Walter, que sempre estiveram ao meu lado, dedico este trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo rastrear trajetórias de vida de escravos e libertos entre as duas décadas que antecedem a abolição, em 1888, e os primeiros vinte anos que se seguiram àquele evento. A intenção é perceber como as experiências da escravidão, de variadas maneiras, se projetaram sobre o cotidiano dos ex-escravos no pós-abolição, norteadas por condutas, escolhas e projetos de liberdade. Para isso, o estudo utiliza fontes históricas diversas, documentos oficiais, correspondências policiais, registros cartoriais, inventários, jornais, romances, memórias e correspondências privadas. É no entrecruzamento destas diversas fontes que buscamos desvendar os sentidos e significados da liberdade para os afro-descendentes.

ABSTRACT

The aim of the present study is to accompany individual and collective trajectories of slaves and freed persons between the two decades prior to abolition in 1888 and the first twenty years following that event. The focus is on the varied ways in which experiences under slavery guided the choices and decisions, indeed the projects, of freed people in the post-emancipation period. To this end, the thesis examines a diversity of sources, from official documents, police correspondence, notarial registers and probate records, to newspapers, novels, personal memoirs and private papers. It is through the linkage of these varied sources – which often makes it possible to follow individuals over time – that one may discern the meanings afro-Brazilians attributed to freedom.

ABREVIATURAS

APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia
AMS: Arquivo Municipal de Salvador
AMSA: Arquivo Municipal de Santo Amaro
ACS: Arquivo do Conde de Subaé
AJFAP: Arquivo de João Ferreira de Araújo Pinho Junior
ARC: Arquivo Regional de Cachoeira
APCSE: Arquivo da Província Carmelitana de Santo Elias (Belo Horizonte)
ACMS: Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador
ASCMB: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia
ASCMC: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira
ASCMSA: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro
BACB: Biblioteca da Associação Comercial da Bahia
BN: Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
BPEBa: Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CRCC: Cartório de Registro Civil de Cachoeira
CRCRF: Cartório de Registro Civil de Rio Fundo
CRCI: Cartório de Registro Civil de Santiago do Iguape
CRCSL: Cartório de Registro Civil de Santana do Lustosa
CRCSA: Cartório de Registro Civil de Santo Amaro
CRCSF: Cartório de Registro Civil de São Félix
CRCS: Cartório de Registro Civil de São Sebastião do Passé
IGHBa: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)
UFBa: Universidade Federal da Bahia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo acompanhar trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo baiano, entre as duas últimas décadas que antecedem a abolição, em 1888, e os primeiros vinte anos que se seguiram àquele evento. O recorte oferece a oportunidade de avaliar conseqüências e implicações da abolição sobre uma região que abrigou uma das mais duradouras sociedades escravistas das Américas. E mais que isso, perceber as implicações do fim do cativeiro sobre as vivências cotidianas das populações negras que ali habitavam.

Antes, porém, refaçamos nossa própria trajetória na difícil tarefa de reencontrar homens, mulheres e crianças que viveram os últimos anos de cativeiro nos engenhos. Para seguir estas pessoas no tempo e no espaço foi preciso cruzar diversos tipos de fontes documentais, procedimento que o historiador Robert Slenes chama de “ligação nominativa” entre séries documentais diversas – matrículas e listas de escravos anexas aos inventários *post-mortem*, assentos de batismo, casamento e registros cartoriais¹. Ao cruzar informações dos registros cartoriais, instituídos após a instauração da República, com listas de escravos anexas aos inventários ou registros paroquiais de batismos foi possível acompanhar indivíduos e grupos familiares ao longo do tempo. As informações sobre localidades em que nasceram e residiram, os nomes das propriedades em que trabalharam, os nomes e sobrenomes de pais, avós e padrinhos oferecem pistas importantes para refazermos os percursos individuais e as redes sociais em que estavam inseridos os indivíduos.

Abordados isoladamente, os registros cartoriais dizem muito pouco, seja porque os funcionários dos cartórios não levavam em conta a condição social pregressa das pessoas, seja porque os próprios libertos ocultavam tal detalhe. Poucos

fizeram como Juvenal, crioulo, morador no engenho São Bento, que se apresentou ao cartório de Santo Amaro como “liberto” e declarou que na noite do dia anterior, 26 de maio de 1889, falecera naquela propriedade o “preto africano” de nome Salomão, oitenta anos, solteiro, “que fora escravo do mesmo Engenho e vivia em outra época do serviço de lavoura, ignora o declarante a filiação e mais circunstâncias por ser o falecido africano, e já muito velho”². No Cartório de Registro Civil de São Félix, entre centenas de assentos de nascimentos consultados, localizamos um em que Domingos Florêncio dos Santos, declarou ao escrivão que, às 4 horas da manhã de 16 de fevereiro de 1892, Maria Rita dos Santos, “sua ex-escrava”, dera à luz uma criança de cor parda que haveria de chamar-se Porfírio, neto por parte materna de Rita Maria dos Anjos³.

Entretanto, cruzando registros cartoriais de nascimento com fontes documentais produzidas na época da escravidão é possível reconstituir trajetórias individuais e familiares de ex-escravos e seus descendentes. Vejamos alguns exemplos. Em 17 de julho de 1889, compareceu ao cartório do distrito de São Sebastião Ângela Muniz, “cidadã brasileira”, solteira, costureira, “moradora no engenho Mombaça”, na freguesia do Monte, vila de São Francisco, para registrar o nascimento da filha que seria batizada com o nome de Getrudes. Mãe e filha traziam o mesmo sobrenome da avó, chamada Antônia Muniz. Consultando a relação de escravos anexa ao inventário da proprietária daquele engenho, realizado em 1880, verificamos que a mãe e a avó de Getrudes aparecem entre os 119 escravos que ali residiam, ambas crioulas e trabalhando na lavoura⁴.

Em 1º de janeiro de 1891, registrou-se no cartório de São Sebastião uma menina de “cor parda”, chamada Marinha, filha de Maria de São Pedro e neta de Rosalina, ambas moradoras em terras do extinto engenho do Carmo. Verificando a lista de escravos daquela propriedade, feita em 1865, identificamos entre os escravos listados o nome de Rosalina, avó da menina registrada. Maria de São Pedro provavelmente nasceu depois daquele registro, pois seu nome não aparece entre as “crias” (crianças escravas) dos carmelitas. Na leitura do segundo capítulo deste trabalho, o leitor perceberá que Rosalina era mãe do escravo Félix, um dos

implicados na morte de um religioso carmelita que administrava o engenho, em 1882⁵.

Por vezes, destes fragmentos de trajetórias emergem marcas das lutas pela emancipação da escravidão. Em 10 de fevereiro de 1889, compareceu ao cartório de Rio Fundo, distrito de Santo Amaro, a ex-escrava Etelvina Rego, vinte anos, “crioula”, para registrar o nascimento do filho Antônio, nascido havia poucos dias. O pai, Antônio do Rego, era filho de Serafina do Rego, moradores no engenho Paranaguá. Lendo a lista de escravos fugidos daquele engenho, em junho de 1882, foi possível reencontrarmos a avó do menino registrado. Em junho daquele ano, vários escravos fugiram alegando que já haviam cumprido o tempo de cativo determinado em testamento pelo antigo senhor, Antônio Honorato da Silva Rego. A nova proprietária, a baronesa do Monte Santo, publicou em jornais da região os nomes de todos os fugitivos, entre eles achava-se Serafina, “crioula preta”, então com cerca de trinta anos, com três filhos⁶. Portanto, vovó Serafina foi uma das fugitivas e, provavelmente, entre os três filhos que carregou na fuga estava o pai do pequeno Antônio.

Esses procedimentos podem ser multiplicados e, por certo, fragmentos ou retalhos de experiências espalhados em diversas fontes documentais ajudariam a recompor outras fascinantes histórias. É este o procedimento metodológico adotado ao longo deste trabalho para refazer os itinerários percorridos por escravos e libertos nos engenhos. Através da “microanálise” destes indícios é possível perceber como laços de solidariedade entre escravos de um mesmo engenho e redes familiares formadas no tempo da escravidão foram preservados e ampliados no pós-abolição. Além disso, podemos vislumbrar lógicas sociais e simbólicas que nortearam escolhas individuais e grupais. Sustenta-se que os recursos materiais e simbólicos das comunidades, formados durante a escravidão, foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativo, sobretudo quando os ex-escravos buscaram alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos.

As trajetórias individuais e familiares de libertos mostram que, de variadas maneiras, as vivências da escravidão se projetaram sobre o período pós-abolição,

definindo e orientando escolhas, atitudes, expectativas e projetos de liberdade. Assim, é possível desvendar significados e sentidos da liberdade para os que emergiram do cativeiro⁷. E aqui não se trata de continuidade ou ruptura com velhos padrões de comportamento; estas noções simplificariam bastante a complexa dinâmica das relações e dos conflitos que emergiram na Bahia pós-escravista. Trata-se, na verdade, de perceber, na dinâmica das relações cotidianas, como as vivências passadas poderiam retornar em forma de lembranças, memórias e aspirações.

Claro está que, com o estudo das trajetórias, não pretendemos chegar a um suposto “comportamento médio” dos libertos para daí inferir padrões de relações sociais. Não estamos em busca de modelos e nem estes modelos podem dar conta da riqueza das vivências, da dinâmica e da multiplicidade das escolhas feitas pelos libertos no curso de suas vidas. A intenção é perceber como as populações que emergiram da escravidão, de variadas e criativas maneiras, buscaram modificar o rumo de suas vidas em meio à imprevisibilidade e aos limites impostos por uma sociedade que continuou assentada sobre profundas desigualdades sócio-raciais.

Não se trata de um estudo sobre a “transição” da escravidão para o trabalho livre⁸. Além de sugerir linearidade do processo histórico, a abordagem sobre a transição limita a discussão aos aspectos econômicos da substituição dos escravos pelos trabalhadores livres, quase sempre desconsiderando que os “livres”, em sua maioria, haviam sido escravos ou descendiam destes. A escravidão foi muito mais que um sistema econômico; ela moldou condutas, definiu hierarquias sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. Em todos os locais onde existiu, o seu final foi marcado por tensões sociais agudas, desentranhando antigas demandas e, ao mesmo tempo, forjando novos significados e expectativas de liberdade. Os ex-senhores de escravos perceberam os perigos deste momento, tanto que tentaram reduzir a sua complexidade à questão da “substituição” ou “transição” para o trabalho livre. Por isso, este estudo busca ampliar o enfoque sobre atitudes e comportamentos dos diversos atores sociais envolvidos.

Há muito, historiadores e antropólogos vêm se debruçando sobre aspectos diversos das experiências do povo negro na Bahia, no pós-abolição. Focando nas

heranças africanas e/ou nas reinvenções aqui feitas, estes estudos acumularam um imenso conhecimento sobre religiosidade, família, relações raciais, formas de resistência, inserção no mercado de trabalho⁹. Mas, pouco se sabe sobre o destino dos ex-escravos, suas experiências de liberdade, suas memórias da escravidão, as formas com que se relacionaram com os antigos senhores e com as comunidades em que estavam inseridos. Mesmo o Recôncavo que foi objeto de inúmeros estudos sobre seu passado, ainda aguarda estudo sistemático sobre as populações egressas do cativeiro.

Sem a pretensão de preencher esta lacuna, este estudo busca trazer à discussão aspectos que marcaram as experiências dos libertos no pós-abolição. Muitas das questões aqui discutidas foram formuladas no diálogo com o debate historiográfico que vem sendo travado em outras partes das Américas sobre a rica e complexa trajetória das populações negras após a emancipação. Rompendo com as dicotomias, ruptura/continuidade ou dependência/autonomia, as recentes abordagens ampliaram as possibilidades de entendimento dos diversos significados e sentidos atribuídos pelos ex-escravos à liberdade¹⁰. No Brasil, as revisões interpretativas sobre a escravidão tiveram conseqüências importantes nos estudos sobre o pós-abolição. Sem descartar os contextos culturais e sociais, os recentes estudos procuram desvendar a experiência e a invenção cotidiana de escravos e libertos em forjarem saídas, identidades e estratégias¹¹. É no diálogo e cruzamento destes estudos que buscamos entender as particularidades do pós-abolição no Recôncavo baiano.

Feitas estas considerações, vejamos o roteiro da tese. Os três primeiros capítulos traçam um quadro geral da população escrava dos engenhos nos últimos anos da escravidão e colocam em evidência as tensões sociais no interior das grandes propriedades. À medida que a leitura avança, percebe-se que as tensões e conflitos existentes nos engenhos, nos últimos anos de escravidão, se projetam sobre o pós-abolição com outros significados. Os capítulos, 4, 5 e 6, abordam conflitos diversos, tensões e negociações entre antigos senhores e ex-escravos sobre recursos e direitos existentes nos engenhos. Os três últimos analisam as relações tensas entre donos de engenho e libertos que permaneceram nas propriedades. Trataremos aqui das conseqüências sociais da permanência dos libertos nas propriedades em que nasceram

ou serviram como escravos. Busca-se explicar, também, de que maneira os libertos tentaram modificar as relações vigentes nas propriedades desde o tempo da escravidão. E, ainda, como deram outros sentidos à “proteção” paternalista dos antigos senhores e a utilizaram cotidianamente para conquistar e ampliar espaços de autonomia. Por fim, o último capítulo, aborda as conseqüências sociais dos que decidiram migrar para outras localidades.

Notas:

¹ . Ver Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 14. Num texto anterior, “Historias do Cafundó”, in C. Vogt, P. Fry e Slenes, *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, o autor aplica o método na reconstituição de trajetórias de ex-escravos em um povoado rural do interior de São Paulo. Nos inspiramos também em C. Ginzburg, *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 175-176, na utilização do nome como guia para desvendar percursos individuais e redes sociais.

² . CRCSA, *Livro de registro de óbitos, C-1 (1889-1892)*, fl. 29v.

³ . CRCSF, *Livro de registro de nascimentos (1889-1897)*, fl. 109.

⁴ . ACMS, *Livro de registro de nascimentos (1889-1906)*, fl. 21, registro de Getrudes Moniz, em 17 de julho de 1889. Sobre o engenho Mombaça ver APEB, *Inventários, 7/3148/14 (1875-1895)*, fls. 167-173. O engenho Mombaça pertencia a Ana de Jesus Muniz Vianna Bandeira e os bens foram inventariados por ocasião de sua morte, em 1873.

⁵ . Ver ACMS, *Livro de registro de nascimentos (1889-1906)*, fl. 42v, registro de nascimento de Marinha, em 1º de janeiro de 1891. Sobre o Engenho do Carmo, ver APCSE, *Livro de inventários do convento do Carmo (1796-1935)*, fls. 125-127v.

⁶ . CRCRF, *Livro de registro de nascimento*, fl. 12. A lista dos 38 escravos fugidos do Engenho Paranaguá acha-se no *Echo Santamarense*, 1º de junho de 1882, p. 4.

⁷ . O enfoque sobre trajetórias tem gerado abordagens historiográficas criativas e instigantes. Ver Giovanni Levi, *Le Pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle*, Torino, Gallimard, 1985. Ver também, Maurizio Gribaudi, *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*, Paris, École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1987. Partindo de outros referenciais, Sidney W. Mintz, *Worker in the Cane, A Puerto Rican life history*, Yale University Press, New Haven, 1964, realizou estudo pioneiro sobre a vida de um cortador de cana, em Porto Rico, tendo como foco as condutas, atitudes e estratégias de sobrevivência.

⁸ . Uma instigante crítica ao postulado da “transição” foi feita por Silvia Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, 16, (1998), pp. 26-27. Ver também, S. Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 19-20.

⁹ . Entre os estudos sobre o negro no pós-abolição na Bahia ver, Fayette Darcel Wimberly, “The african liberto and the Bahian lower class: social integration in nineteenth-century Bahia, Brazil, 1870-1900”, Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, 1988; Kim D. Butler, *Freedom given, freedom won: afro-brazilian in post-emancipation São Paulo and Salvador*, New Jersey, Rutgers University Press, 1998. Jéferson Bacelar, *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*, Rio de Janeiro, Pallas, discute relações raciais na capital baiana, no pós-abolição. Júlio Braga, *Na gamela do feitiço – Repressão e resistência nos candomblés da Bahia*, Salvador, Edufba, 1995.

¹⁰ . Ver entre outros, Sidney Mintz, *Caribbean Transformations*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1984; Eric Foner, *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Barbara Fields, *Slavery and freedom on the Middle Ground: a documentary during the nineteenth century*, New Haven, Yale University Press, 1985; Ira Berlin (org.), *Freedom: a documentary history of emancipation, 1861-1867*, New York, Cambridge University Press, 1982; L. Litwack, *Been in the storm so long. The aftermath of slavery*, New York, Vintage Books, 1980; Julie Saville, *The work of Reconstruction, From slave to wage laborer in South Carolina, 1860-1870*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996; Rebecca Scott [et. al], *The abolition of slavery and the aftermath of emancipation in Brazil*, Durham/London, Duke University Press, 1988; Mary turner (org.), *From chattel slaves to wage slaves. The dynamics of labour bargaining in the Americas* London, Kingston, Indiana University Press, 1995.

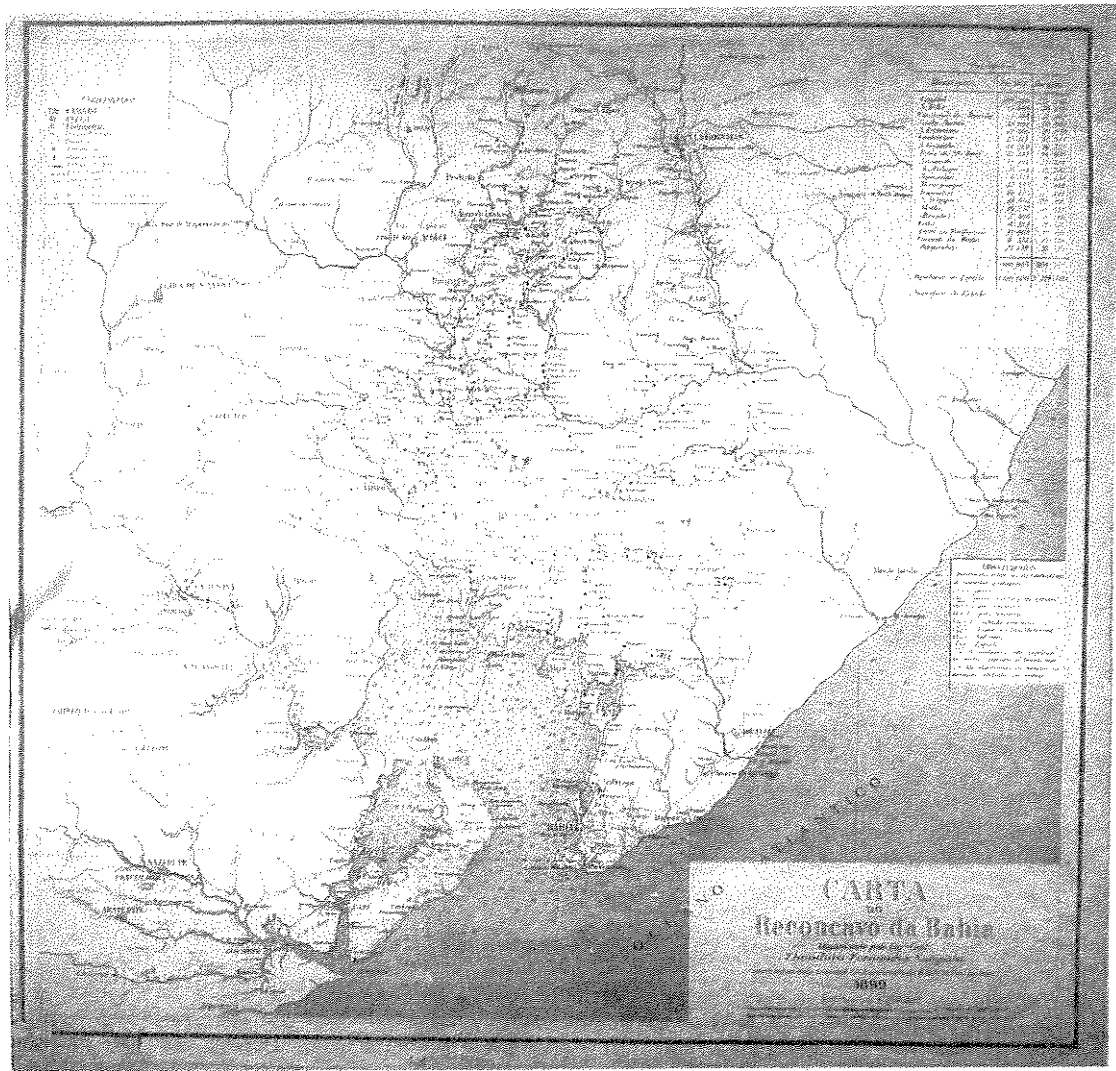
¹¹ . Ver o livro de George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. (São Paulo, 1998); Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista—Brasil século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. Ver também, o estudo de Regina Xavier, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas, CMU-UNICAMP, 1996. Um balanço crítico importante sobre a produção historiográfica sobre o pós-abolição no Brasil foi feito por Sílvia H. Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, pp. 25-38.

CAPÍTULO I

ESCRAVOS E SENHORES DE ENGENHO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO

No mundo dos engenhos

Os maiores engenhos baianos localizavam-se na faixa de terras úmidas que contorna a Baía de Todos os Santos, região conhecida desde o passado colonial como Recôncavo. As freguesias suburbanas de Salvador e os distritos rurais das cidades de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira constituíam os principais centros produtores de cana. Em meados do século XIX, aproximadamente 90 por cento dos engenhos localizavam-se nas freguesias rurais daqueles municípios¹. Nos distritos açucareiros mais tradicionais, os engenhos chegavam a dominar quase a totalidade das terras cultiváveis. Em meados do século XIX, na freguesia do Iguape, doze proprietários controlavam 80 por cento das terras disponíveis². Entretanto, no Recôncavo, não se cultivava apenas cana-de-açúcar; a variedade de solos permitia ampla diversidade de cultivo de gêneros agrícolas, entre os quais fumo, mandioca, feijão, milho e outros gêneros de subsistência que contribuíam para o abastecimento de Salvador e dos centros urbanos da região. Nos próprios engenhos, escravos e libertos cultivavam gêneros de subsistência que eram consumidos internamente ou vendidos nas feiras locais.



Mapa 2. Carta do Recôncavo da Bahia (1899)

Desde o início dos anos de 1870, a lavoura açucareira mergulhou numa crise financeira que se estendeu até o final do século XIX. A queda dos preços do açúcar nos mercados externos e a concorrência do açúcar de beterraba diminuíram o volume de exportação do produto. Para agravar a situação, a lavoura açucareira, extremamente dependente do trabalho escravo, vinha sofrendo as conseqüências da extinção do tráfico africano, em 1850, que estancou a oferta de trabalho escravo africano, e das sucessivas leis emancipacionistas das décadas de 1870 e 1880³.

Entretanto, nos últimos anos do século XIX, o Recôncavo continuou sendo a região economicamente mais importante da província. Era também a mais densamente povoada e a que concentrava maior número de escravos. Segundo o censo de 1872, a região concentrava 35,7 por cento da população da província. Na época, a Bahia possuía 165.403 escravos, 12,8 por cento da população geral. Entre 1884 e 1887, a província sofreu uma perda de 42,1 por cento de seus cativos. Em 1887, a Bahia possuía 76.838 escravos, mas ainda ocupava a quarta posição em população escrava no império⁴. No Recôncavo, o declínio foi provavelmente menos acentuado devido à resistência do setor açucareiro em se desfazer dos últimos escravos.

Para saber mais sobre as características da população escrava dos engenhos da região, fizemos um levantamento detalhado da população cativa registrada em inventários de senhores falecidos entre 1870 e 1887⁵. Com estes dados, foi possível obter informações sobre os escravos de 10 grandes engenhos, totalizando 798 pessoas. Desse total, 446 eram homens e 352 mulheres. Verificamos que, em algumas propriedades, o número de mulheres chegou a superar o número de homens. No Engenho Pitanga, por exemplo, eram 60 homens para 67 mulheres; no Engenho do Conde eram 45 homens para 60 mulheres. Mesmo observando-se predominância do trabalho masculino na maioria dos engenhos, a diferença parece ter sido bem menor do que a verificada em fins do século XVIII e início do XIX, quando a população na lavoura açucareira apresentava excesso de homens. A proporção, às vezes, chegava a ser de dois homens para uma mulher⁶.

Em consequência da abolição do tráfico as comunidades escravas dos engenhos estavam passando por mudanças significativas em sua composição étnica. Do total de escravos inventariados, apenas 10,2 por cento eram africanos. Os crioulos eram o grupo mais numeroso, totalizavam 65,3 por cento da mão-de-obra dos engenhos analisados. Juntando os crioulos e mestiços (pardos e cabras) verifica-se que os nascidos no Brasil constituíam quase 90 por cento dos trabalhadores dos engenhos. Isso significa que os engenhos estavam operando com população predominantemente nascida no país. Sem dúvida, um perfil bastante diferente do observado na primeira metade do século XIX quando predominava o trabalho africano.

Tabela 1. Africanos, crioulos e mestiços (amostragem), 1870-1887.

Cor/nação	Freqüência	Percentual
Africano	80	10,2
Crioula	514	65,3
Parda	44	5,6
Cabra	149	18,9
Total	787	100,0

Fonte: APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887); 8/3444/4 (1887-1891); 7/3212/6 (1868); 6/2586/3086/3 (1870-1889).

Grande parte dessa população pertencia a grupos familiares há muito estabelecidos nas propriedades. Verificamos que 35,6 por cento dos escravos tinham algum parente trabalhando na mesma propriedade. Em alguns inventários, foi possível identificar duas ou três gerações de uma mesma família residindo e trabalhando juntas. Isso mostra que, nessas propriedades, os escravos tinham chances de constituir família e manter certa estabilidade de uma geração para outra⁷. Como veremos no decorrer deste trabalho, a maioria crioula e a existência de laços

familiares extensos tiveram implicações importantes na definição de estratégias e escolhas dos ex-escravos no pós-abolição.

Muitas dessas famílias estavam inseridas em redes extensas de parentesco consanguíneos e rituais formando a base de sólidas comunidades. A proximidade geográfica dos engenhos, nos distritos açucareiros do Recôncavo, permitiu intercâmbio permanente entre escravos de diferentes propriedades. Estes laços eram permanentemente realimentados nas festas, batizados, casamentos e sepultamentos feitos nas capelas dos engenhos ou nas igrejas matriz das freguesias. Um estudo sobre batismos em freguesias açucareiras da região mostrou que, com frequência, escravos batizavam crianças residentes em outros engenhos⁸. Havia ainda a possibilidade de contato entre escravos que freqüentavam os portos e estradas que ligavam as freguesias rurais e urbanas do Recôncavo. Ao longo do tempo, essas comunidades acumularam grande experiência em forjar estratégias e gerar recursos que garantiram a sobrevivência material e cultural do grupo.

Tabela 2. Faixa etária dos escravos dos engenhos, 1870-1887

Faixas etárias	Freqüência	Percentual
0 a 10	161	20,4
11 a 20	139	17,6
21 a 30	142	18,0
31 a 40	133	16,8
41 a 50	105	13,3
51 a 60	75	9,5
Mais de 60	36	4,6
Total	791	100,0

Fonte: APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887); 8/3444/4 (1887-1891); 7/3212/6 (1868); 6/2586/3086/3 (1870-1889).

A tabela anterior mostra que os engenhos ainda contavam com grande contingente de trabalhadores entre os 11 e 40 anos, nessa faixa etária concentrava-se 52,4 por cento da mão-de-obra. Sem grandes alternativas de reposição, os engenhos baianos ainda possuíam uma quantidade significativa de cativos em idade produtiva,

o que permitiu operar sem grandes transtornos, nas duas últimas décadas de vigência da escravidão. Talvez por isso os donos de engenho tenham resistido à abolição imediata até às vésperas do 13 de maio de 1888. Na década de 1880, os abolicionistas baianos tinham razão em considerar o Recôncavo açucareiro o maior e mais resistente reduto escravista da província⁹.

Porém não havia grandes alternativas para deter a progressiva diminuição da população cativa dos engenhos. A proibição do tráfico em 1850, mortes, alforrias, leis emancipacionistas e fugas concorreram para diminuir o número de cativos. As evidências demonstram que os senhores vinham tentando algumas alternativas para substituir os braços escravos, algumas delas no próprio âmbito das relações escravistas. Senhores que tinham mais de um engenho estavam deslocando cativos de propriedades menos rentáveis para as mais produtivas. Além disso, havia a possibilidade de recorrer ao trabalho alugado de escravos de outras propriedades.

Notas contábeis dos engenhos anexas aos inventários indicam que proprietários da região estavam empregando trabalhadores livres e libertos no plantio e no corte de cana. Na safra de 1882, o administrador do Engenho Lagoa, em Santo Amaro, mencionou pagamentos em dinheiro e ração a trabalhadores livres que ganhavam por dia e por empreitada. Além dos trabalhadores especializados (maquinistas, carpinas, tacheiros, caldeireiros e ferreiros), encontramos diversas quantias em dinheiro destinadas ao pagamento de quinze cortadores de cana, oito “trabalhadores de enxada e foice”, sete “trabalhadores de machado” e quatorze carregadores de lenha. Entre os cortadores de cana, localizamos duas mulheres, provavelmente libertas, trabalhando lado a lado com escravos. Em todas as atividades acima relacionadas, o administrador discriminou também pagamentos em dinheiro e alimentos a “alguns escravos” da propriedade que prestavam serviços extras nos domingos¹⁰.

Nas estações de seca, os engenhos podiam contar com oferta de mão-de-obra de populações que migravam do interior da província. Mas esta oferta de trabalho livre era incerta e inconstante, pois, assim que as chuvas recomeçavam, os trabalhadores retornavam para suas localidades de origem e não havia como prendê-

los nas propriedades. Como observa B. Barickman, o contingente livre e liberto, residente no Recôncavo, grande parte dele negro e mestiço, dispunha de outras alternativas de trabalho que permitiam sobreviver sem precisar empregar-se ostensivamente na lavoura de cana. Conclui aquele autor que sem dispor de oferta de mão-de-obra segura e constante, os senhores permaneceram ligados à escravidão até às vésperas da abolição¹¹. Não surpreende que quando pensavam em alternativas de “transição” para o trabalho livre, os senhores de engenho locais quase sempre defendiam a adoção de medidas duras de controle sobre os livres e libertos.

Os dados de que dispomos sobre as ocupações dos escravos oferecem outras pistas sobre os ajustes que estavam ocorrendo no interior dos engenhos. Separando as crianças e os que não traziam registro de profissão, foi possível montar a seguinte tabela de ocupações dos escravos nos engenhos.

Tabela 3. Ocupação dos escravos, 1870-1887

Ocupações	Freqüência	Percentual
Artesãos	22	3,9
Domésticos	26	4,7
Carreiros	22	3,9
Enfermeira	4	0,8
Feitor	2	0,4
Trabalhadores do engenho	8	1,4
Vaqueiro	4	0,8
Trabalhadores do mar	10	1,8
Lavoura	459	82,3
Total	557	100,0

Fonte: APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887); 8/3444/4 (1887-1891); 7/3212/6 (1868); 6/2586/3086/3 (1870-1889).

A tabela anterior demonstra que a grande maioria dos escravos estava empregada na lavoura, setor que tradicionalmente requeria grande número de cativos.

Na nossa amostragem, esse setor chegava a concentrar 82,3 por cento dos cativos. O serviço de lavoura incluía atividades que geralmente eram recusadas por livres e libertos. Em relatório apresentado ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, o barão de Sergimirim, dono de vários engenhos da região de Santo Amaro, em 1871, afirmou que era grande o número de fazendas que empregavam o braço livre “promiscuamente” com a escravatura. Segundo Sergimirim, a “gente livre” geralmente se ocupava no serviço interno das fábricas, corte e carregamento da produção e na roçagem das capoeiras. Contudo, era difícil mobilizá-la para o trabalho das limpas, ou seja, a atividade periódica de corte das ervas que invadiam os canaviais¹². É possível que, diante da diminuição do trabalho escravo e da dificuldade de mobilizar trabalhadores livres, a população cativa remanescente tenha sido deslocada para o serviço da lavoura.

Observa-se, porém, um número significativo de artesãos -- sapateiros, pedreiros, marceneiros e ferreiros. Possivelmente, muitos cativos que foram listados como trabalhadores da lavoura tivessem o domínio de algum ofício artesanal. Depois da abolição, artesãos migraram para as vilas e cidades do Recôncavo e recorreram aos ofícios aprendidos nos engenhos como recurso de sobrevivência no meio urbano.

Sobreviver nos engenhos

O livro diário do conde de Subaé, proprietário dos engenhos Benfica, Água Boa, e Roçado, todos localizados na freguesia de Rio Fundo, em Santo Amaro, contém evidências da contrapartida dos senhores ao trabalho escravo. Em 12 de outubro de 1864, o conde anotou em seu diário: “Acabou-se o taboleiro do Coité [engenho], contou-se 581 pães e principiou o João Francisco a trabalhar; neste dia dei ração aos pretos e pretas”. A distribuição de alimentos, geralmente carne e farinha, era feita ao longo de todo ano, mas as concessões eram maiores entre os meses de agosto e setembro, quando começava a colheita e moagem da cana. No começo e no fim da colheita, os escravos recebiam roupas prontas ou tecidos. Em 26 de setembro

de 1864, ele anotou: “Dei calça e camisa aos pretos da Palmeira e aos do Alambique (...), dei roupa às pretas da Palmeira; xitas, algodão, pano da costa”. Em 14 de outubro de 1872, anotou 12 calças e 12 camisas aos “pretos do Alambique”. Algumas concessões eram feitas a escravos específicos parecendo obedecer à lógica senhorial de premiar os que tinham alguma especialização. Assim, em 15 de setembro de 1872, anotou: “Dei calça e camisa a Pedro gege”. As crianças eram também contempladas na distribuição de roupas, pois, em 5 de abril daquele ano, o conde registrou a compra de peças de algodão para os “moleques”¹³.

Além de alimentos e roupas, a contrapartida ao trabalho cativo nos engenhos era feita em forma de dinheiro. Por exemplo, em 30 de janeiro de 1870, o conde registrou o pagamento de 30\$000 ao “preto” João Nicolau. Algumas contas inseridas nos inventários de senhores de engenho mostram que alguns escravos podiam ser remunerados por trabalhos extras realizados nos domingos e dias santos¹⁴. Slenes demonstra que o trabalho remunerado para outras pessoas que não o senhor era algo valorizado pelos escravos¹⁵. Como veremos mais adiante, a possibilidade de trabalhar como alugado deve ter se ampliado nas últimas décadas do século XIX, sobretudo quando o número de cativos nos engenhos tornou-se escasso.

Alguns escravos se inseriram no “circuito do açúcar” como pequenos lavradores fornecedores de cana aos engenhos. No Engenho Lagoa, em 1882, dez escravos faziam parte da lista de lavradores que forneciam cana. Os cativos recebiam parte da produção do açúcar fabricado no final da safra, mas, ao contrário dos lavradores livres, não tinham direito ao mel. Das 70 pipas de mel produzidas naquele ano, 14 foram distribuídas entre os lavradores livres, as demais ficaram com o senhor “porque os escravos não percebem mel”¹⁶.

Como em outras regiões escravistas das Américas, os escravos do Recôncavo desenvolveram atividades independentes e alternativas à grande lavoura de cana. Sabe-se que muitos escravos tinham criação de animais, especialmente bois, porcos, galinhas, para consumo próprio e para a venda. Muitos desses animais eram criados nos pastos e terrenos dos senhores ou em outras propriedades sob o sistema de *meia*. Ao ser ferido acidentalmente por arma de fogo em uma roça de cana, o escravo

Daniel, africano, trabalhador na lavoura do Engenho São Pedro, na vila de São Francisco, confessou que estava retornando de uma visita que fez ao Engenho Jacuipe para tratar de uns porcos que criava “em sociedade” com uma mulher chamada Virgínia. Para não comparecer ao serviço do senhor, ele fingiu doença¹⁷.

Não podemos esquecer que os engenhos eram dotados de recursos naturais, sobretudo matas e mangues, de onde os cativos podiam retirar parte dos gêneros de subsistência. Nos engenhos próximos ao mar, alguns escravos se especializaram na profissão de mariscador. Quando o cativeiro acabou, muitos deles continuaram ligados a essas atividades como alternativa ao trabalho nos canaviais.

Além de ampliar o acesso a bens que não estavam incluídos nas recompensas feitas pelos senhores, as atividades independentes poderiam abrir possibilidades de alcançar a alforria. Em 18 de junho de 1864, a crioula liberta Petronila foi obrigada a explicar perante as autoridades policiais da vila de São Francisco do Conde seus meios de ganhar a vida depois que passou a figurar como principal suspeita do furto de uma carteira contendo 1:800\$000 réis pertencente a um parente do seu ex-senhor. Aos olhos do subdelegado, Petronila era a principal suspeita, pois, dias depois comprou alforria e foi vista adquirindo tecidos e saia de seda de um mascate italiano. Na mesma ocasião, o crioulo livre Joaquim Inácio Piranduba, amasiado com Petronila desde o Ano Bom, apareceu em Paramirim exibindo botinas novas compradas na cidade¹⁸.

Perante o subdelegado, Petronila de Gouveia, trinta e oito anos, residente em São Sebastião, explicou que quando cativa morou na povoação de Paramirim, em casa de seu senhor Custódio Rodrigues de Vasconcelos, casado com a irmã do senhor de engenho José Maria de Gouveia Portugal. No mês de abril de 1864, libertou-se desembolsando 1:150\$000 réis. Petronila informou que o dinheiro gasto na alforria era produto de “seus negócios” e de três cabeças de gado e algumas ovelhas vendidas ao próprio senhor. Disse ainda que o gado que possuía era criado nos pastos do Engenho Natiba, sob os cuidados da irmã Durvalina, e as ovelhas criadas no Engenho São Gonçalo. Além disso, pagava semanas ao senhor vendendo mingau de milho na povoação de Paramirim. Durante quatro anos juntou dinheiro. No dia em que pagou a

alforria, o amásio a acompanhou até Paramirim e foi ele quem contou as cédulas antes de entregá-las ao senhor¹⁹.

Vê-se que Petronila era bastante ativa e versátil, além de labutar na casa do senhor, vendia mingau de milho na povoação de Paramirim e possuía criação de “meia” em outras propriedades. Poucos escravos tiveram a oportunidade de operar em várias atividades como Petronila. As atividades desenvolvidas pela escrava estavam relacionadas ao seu projeto de liberdade. Era um projeto familiar, visto que envolvia pelo menos a irmã Durvalina e o amásio. Não sabemos de que maneira Petronila e Joaquim Piranduba se livraram da acusação de furto, mas a história que eles contaram ajuda a entender de que maneira os escravos podiam desenvolver atividades próprias, dentro ou fora das propriedades.

Mas a economia interna dos escravos podia incluir também a retirada clandestina de criações e plantações dos engenhos. Por vezes, estas práticas eram severamente punidas pelos senhores. Em 2 de outubro de 1865, o conde de Subaé anotou em seu diário: “Prendi o Felipe e José de Santana por suspeita de espertezas; os seus precedentes bons, se não são uns, são outros”. No dia seguinte, o senhor anotou que os dois foram remetidos para o engenho, o primeiro por roubo e o segundo por quebrar uma máquina²⁰.

Além do trabalho no ganho, na criação, caça e pesca, os escravos podiam produzir a própria subsistência em pequenas parcelas de terra. No final do século XVIII, Vilhena afirmou que os senhores facultavam o domingo ou dia santo para que alguns escravos cultivassem gêneros agrícolas em espaços que chamavam de *roça*, para daquele trabalho retirarem o sustento²¹. Em meados da década de 1830, preocupado com a manutenção da ordem nos engenhos, numa conjuntura de revoltas escravas, Pedro Calmon, em seu *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, recomendava aos senhores de engenho do Recôncavo a concessão de “alguma propriedade”. Argumentava ele que o acesso à roça de subsistência:

Hé um poderoso meio para distraí-lo das idéias inseparáveis da sua triste condição, e inspirar-lhe o desejo do trabalho e até convidá-lo a viver em família. A prática de movê-lo a que plante roça, mormente de

viveres, de permitir-lhe que tenha alguma criação, ou exercite alguma indústria; hé sem dúvida conducente para a sua possível felicidade, em quanto pode modificar as propensões desregradas, que a escravidão gera e alimenta, e melhorar os seus costumes²².

Diversos estudos ressaltam que as atividades agrícolas independentes eram vantajosas para os senhores, pois diminuía os gastos com a subsistência e mantinham os cativos ligados às propriedades. Mostram ainda que o cultivo de roças conferiu aos escravos espaços de independência pessoal na produção da própria subsistência e na comercialização do que era cultivado²³. Com o tempo, o acesso às roças transformou-se numa fonte permanente de conflito, na medida em que os escravos criaram um senso de “direitos” sobre as parcelas de terras que cultivavam. A interferência dos senhores em tais direitos muitas vezes desencadeou conflitos²⁴. Os conflitos poderiam resultar da tentativa dos senhores reduzirem a margem de “tempo livre” que os escravos roceiros costumeiramente dispunham para dedicar às suas plantações.

O acesso às feiras locais dava aos escravos roceiros a oportunidade de ter acesso a dinheiro e a bens que não eram produzidos nos engenhos. Nas feiras, estabeleciam relações com escravos e libertos de engenhos vizinhos, criavam redes de amizade e comércio com gente da cidade, com marinheiros dos portos que transportavam a produção das roças para as cidades. Estas relações poderiam ser acionadas pelos escravos, no momento em que decidiam fugir do domínio dos senhores, para questionar a legitimidade de sua escravidão.

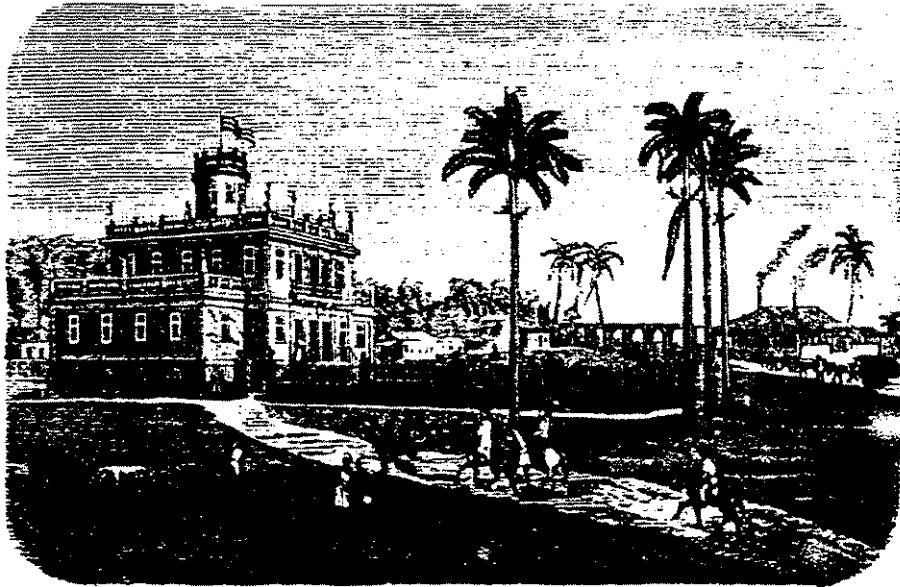
O sentimento de direitos sobre as roças explica porque alguns roceiros cativos permaneceram nas propriedades depois de alcançarem a alforria. No lugar conhecido por Curtume, freguesia da São Gonçalo, vila de São Francisco, em terras do engenho Itatinguí, vários africanos libertos cultivavam pequenos lotes de terras. Em 26 de março de 1885, as relações pessoais na comunidade ficaram estremecidas depois que Júlia, africana, viúva, sessenta e cinco anos, foi espancada por João Gonçalves, também africano, quando saía de “sua” roça. Perante o delegado, Júlia de Argolo (sobrenome dos ex-senhores), afirmou que “não conheceu seus pais por ter vindo da

Costa d'África de tenra idade” e vivia de “sua pequena roça que mal chega para a sua subsistência”²⁵.

O “africano livre”, Felipe Pontes, vivia de “sua roça”, explicou que Gonçalves desconfiava que Júlia tivesse herdado dinheiro do finado marido e que dava a pessoas “da rua” para guardar. Gonçalves entendia que a suposta quantia deveria ficar com ele que era “africano da mesma nação da offendida” ou “patrício da mesma terra”. Revelou também que antes disso, Gonçalves tentou “tomar conta da casa da offendida”, mas ela sempre rechaçou suas investidas. Aqui vários ingredientes do conflito, a recusa de Júlia em tornar-se amásia de Gonçalves, o dinheiro guardado em mãos de pessoas de fora da comunidade africana, enfim uma mistura de ressentimentos pessoais e étnicos. O incidente deixa evidente que afinidade étnica e sentimento de pertencimento a uma comunidade de libertos eram elementos importantes nas relações cotidianas nos engenhos²⁶.

O inquérito findou sem indicar se Gonçalves foi levado a julgamento, mas o episódio permite entender algo mais sobre os motivos da briga e da microeconomia dos libertos. No balaio encontrado na estrada havia gêneros diversos cultivados na roça, aipins, quiabos e bananas. As testemunhas contaram que Júlia foi agredida no caminho que seguia para a vila de São Francisco o que faz supor que estivesse indo vender os produtos na feira. O sentimento de posse sobre as parcelas de terras cultivadas fica evidente na forma como o escrivão da polícia registrou a fala dos libertos ao se referirem às “suas roças”. Ajuda a entender também a força da comunidade africana no engenho. O fato de possuírem parcelas de terras para plantar a própria subsistência e vender o excedente na cidade mostra que estes libertos conseguiram espaços próprios dentro dos engenhos.

No decorrer deste trabalho, veremos que o acesso às roças e a outras atividades independentes desenvolvidas no interior dos engenhos ainda sob a escravidão serviram para moldar expectativas de liberdade de determinados setores da população escrava. Depois de abolida escravidão, os ex-escravos que tinham acesso àqueles recursos buscaram assegurar o que haviam acumulado ao longo da vida cativa.



Schloß des Baron v. ferreiro-Bandeira.

Figura 1. Casa-grande do engenho Subaé, em S. Francisco do Conde (1881).



Zur Feldarbeit gehende Sklaven. — Eine Negerin ihr Kind tragend. — Ein Ochsenbube.

Figura 2. Escravos a caminho do canavial (1881).

Para manter alguma atividade independente, o escravo precisava negociar ou, mediante vários artifícios, arrancar dos senhores margens maiores de “tempo livre”. É possível que, nas décadas de 1870 e 1880, diante do problema premente da escassez de mão-de-obra cativa, ampliaram-se as oportunidades de trabalho alugado. Havia escravos que trabalhavam nas lavouras do senhor, durante os domingos e feriados; normalmente eram remunerados com alimentos (carne e farinha) e dinheiro. Mas havia a possibilidade de trabalhar fora, sobretudo nos períodos de corte de cana. A demanda por trabalho alugado, fora das propriedades dos senhores permitiu a alguns escravos maior liberdade de circulação e venda da força de trabalho. Senhores e feitores perceberam a crescente importância do trabalho nos domingos e feriados, tanto que uma das formas mais freqüentes de punição aos escravos “insubordinados” foi impedir que prestassem serviços extras em outras propriedades naqueles dias. Não por acaso, parte dos conflitos e da rebeldia escrava nos engenhos, nos últimos dias da escravidão, resultou da tentativa dos feitores imporem aquelas penalidades.

Possivelmente, pelos mesmos motivos, a população escrava estivesse sob pressão de senhores e feitores para prestar maior quantidade de trabalho nos próprios engenhos. Sabe-se que muitas fugas ocorridas naquele período foram motivadas pela sobrecarga de trabalho imposta pelos feitores. Na década de 1930, o escravo Argeu, recordando os últimos anos de escravidão em um engenho do Recôncavo, contava: “Eu fugia de propósito. Era o único meio da gente descansar. Tomava bolo e chicote, mas uma semana no tronco, curado pelo feitor, com a cachaça, sal e pimenta, valhia mais que o castigo do trabalho dia e noite”. O velho Argeu lembrou de outras formas sub-reptícias de evitar o trabalho excessivo afirmando que naquele tempo tinha saúde de ferro, “mas eu fingia doente prá não trabaiá. Tomava buxa de polista, mastruço e jalapa que o feitor empurrava na gente, quando desconfiava da manha”. Parece que foi pelo mesmo motivo que a fuga e a “insubordinação” de escravos apareciam com mais freqüência no diário do conde de Subaé entre agosto e maio, justamente o período de corte e moagem da cana quando se exigia mais trabalho dos escravos²⁷.

Os conflitos ocorriam quando senhores ou feitores tentavam extorquir mais trabalho dos cativos em períodos costumeiramente dedicados ao descanso. Em 1879, no Engenho Benfica, propriedade do conde de Subaé, os escravos se rebelaram contra as ordens do feitor depois que foram obrigados a limpar uma plantação de cana em período de chuva. Em correspondência enviada ao conde de Subaé, o feitor informou que após as secas daquele ano os “moleques” [escravos jovens] não trabalharam, mas com a chegada das chuvas, não retornaram ao serviço das limpas e por isso as plantações de cana achavam-se tomadas de mato. Os cativos resistiram às ordens do feitor, alegando que durante o inverno não se costumava fazer limpas das canas. No dia 12 de junho, o feitor entregou as enxadas, mas pouco se fez naquele dia. No dia seguinte, era um sábado, o feitor obrigou os escravos ao trabalho e pessoalmente foi vistoriar o serviço, ordenando que deixassem de “manha”. Informou que em dois ou três deu algumas “lamboradas” (golpes de chicotes) que nada adiantaram. No domingo, dia reservado ao descanso, os escravos não compareceram ao serviço e só retornaram na segunda-feira com carta do senhor conde. Além de confessar que havia perdido controle sobre os cativos, o feitor-mor não escondeu o temor, pois, contando com ele, só havia cinco homens livres na propriedade²⁸.

Em 1883, escravos do Engenho de São Bento de Inhatá rebelaram-se depois que o feitor os obrigou a trabalhar no domingo para completar uma tarefa não concluída no dia anterior. Um trabalhador livre do engenho contou que os escravos trabalharam até meio dia e depois foram “tomar ração” sem esperar pelo chamado do feitor. Ao serem ordenados a retornar para concluir a tarefa, eles desobedeceram e não mais voltaram à lavoura. À noite os escravos foram ao proprietário para “tomar padrinho”, ou seja, recorrer à proteção senhorial, mas antes de alcançarem a casa-grande, foram interceptados pelo feitor. Nessa ocasião, houve confronto entre o feitor e os cativos e na briga um dos escravos chamado Francelino foi baleado mortalmente. Seus companheiros, Anastácio, André e Miguel reagiram matando o feitor com as ferramentas de trabalho que carregavam²⁹.

Observe-se que, nos dois conflitos acima narrados, os escravos questionaram as ordens dos feitores, mas mantiveram-se dentro dos limites hierárquicos. Seguiram

também os canais prescritos pelo costume para se queixarem do que julgavam “injusto”; por isso recorreram ao senhor para “tomar padrinho”. Mas, no decorrer da década de 1880, esses mecanismos costumeiros foram solapados pelas expectativas de liberdade. Provavelmente por isso, muitos senhores tenham modificado a organização hierárquica dos engenhos, intensificando a promoção de escravos ou libertos à condição de “feitores de serviço”. A este cabia inspecionar os trabalhadores nos serviços da plantação e manter o ritmo do trabalho. Os trabalhadores do eito eram divididos em turmas e, aparentemente, cada grupo estava sob a supervisão de um feitor de serviço. Esse escalonamento das instâncias de poder era uma forma eficaz de afastar ainda mais os senhores da linha de frente dos conflitos com os cativos e diminuir o poder de ingerência do feitor-mor ou administrador nos trabalhos realizados pelos cativos. Era também uma maneira de afrouxar as tensões entre escravos e feitores.

Não se pense, porém, que os feitores de serviço encarnaram os interesses senhoriais. Eles, geralmente, assumiram posição mediadora entre a autoridade senhorial e os demais escravos, mediavam conflitos com os feitores-mor, ocultavam faltas cometidas ou influenciavam a decisão dos senhores em favor de seus parceiros de senzala. No entanto, em determinadas situações de conflito, os feitores de serviço se transformaram em lideranças incômodas aos senhores.

As transformações que vinham ocorrendo nas relações cotidianas nos engenhos, especialmente com a intensificação do trabalho alugado e a importância crescente dos feitores de serviço, não implicaram no afrouxamento dos laços escravistas. Sabe-se que não havia interesse dos senhores em abrir mão do controle econômico e social sobre os cativos. Num momento em que aumentavam as expectativas de abolição, os senhores ainda recorriam às formas tradicionais de controle, principalmente prescrever castigos físicos e punições por mau comportamento ou recusa ao trabalho. Só que isso ocorria na contramão das expectativas dos cativos ante a possibilidade de abolição do cativeiro. Não surpreende que, ao longo das décadas de 1870 e 1880, a população escrava vinha crescentemente

se rebelando contra as formas tradicionais de controle escravista, especialmente contra os castigos corporais e punições.

Nas décadas de 1870 e 1880, as tensões nos engenhos se agravaram quando senhores ou feitores tentaram prescrever castigos físicos. Em 28 de março de 1877, o escravo Benedito, crioulo, apresentou-se à subdelegacia da Rua do Paço, Salvador, e confessou que havia ferido gravemente o feitor do Engenho Cotegipe. Benedito disse que deu diversos golpes de foice depois que o feitor ameaçou espancá-lo³⁰. Em 6 de março de 1879, o escravo Vitor, trabalhador de enxada do Engenho Estiva Grande, na Vila do Conde, assassinou o feitor depois de receber ameaças de castigos corporais³¹.

Para entender o comportamento de escravos e senhores, é preciso levar em consideração os debates políticos que estavam em curso no Brasil em relação à abolição do escravismo. A partir da década de 1870, o governo imperial vinha sinalizando com várias iniciativas para promover a substituição gradual do trabalho escravo. Naquele momento, os escravos perceberam que estavam ocorrendo mudanças institucionais importantes e que através delas era possível não apenas melhorar suas condições de existência dentro da escravidão como alcançarem a alforria³². Portanto, foi um momento de grandes expectativas de liberdade. Na seção seguinte, busca-se avaliar de que maneira a política mais geral sobre a escravidão vinha afetando as relações cotidianas nos engenhos.

Fugas e perspectivas de liberdade

Das leis emancipacionistas promulgadas pelo governo imperial, a Lei de 28 de Setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, foi a de maior impacto nas relações escravistas. Além de libertar os “ingênuos” (assim eram chamados os filhos dos escravos beneficiadas pela lei) nascidos após sua publicação, a lei instituiu o fundo de emancipação que libertava escravos com recursos provenientes de impostos sobre propriedade escrava, loterias, multas para quem desrespeitasse a lei e dotações dos orçamentos públicos. Criava, também, a matrícula obrigatória dos

cativos, medida que visava maior controle fiscal sobre os proprietários. O escravo que não fosse matriculado poderia ser considerado livre pelas autoridades sem o desembolso de qualquer quantia.

Em algumas de suas disposições mais importantes, como em relação ao pecúlio e ao direito à alforria por indenização de preço, a Lei do Ventre Livre representou o reconhecimento legal de vários direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume. Como observa Chalhoub, o texto final da Lei de 28 de Setembro de 1871 foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros. Isso é verdade em relação ao pecúlio e à indenização forçada, como também à liberdade do ventre. A grande inovação introduzida pela lei foi permitir ao escravo acionar a justiça através de ações de liberdade em caso de recusa dos senhores em concederem alforria com a apresentação do pecúlio³³.

A Lei do Ventre Livre não foi bem recebida pelos senhores de engenho baianos. No ano da sua promulgação, um senhor que se assinou como “Um lavrador bahiano” escreveu um livro tratando dos principais dispositivos do projeto que meses depois se transformaria na Lei do Ventre Livre. O autor acusou o governo imperial de pretender violar o direito de propriedade, devassar a vida íntima das famílias, estabelecer um sistema de delação entre os escravos e desorganizar o trabalho. Segundo ele, os senhores defendiam a emancipação desde que conduzida pelos mecanismos tradicionais de concessão da alforria, ou seja, submetido à vontade senhorial. Para o autor, esta era a única via que garantiria uma transição ordeira, sem os conflitos que “ensangüentaram” os Estados Unidos³⁴.

A despeito das eventuais dificuldades burocráticas no andamento dos pleitos, da resistência de algumas autoridades municipais ou da utilização fraudulenta do fundo de emancipação, a Lei do Ventre Livre abriu perspectivas importantes para os escravos alcançarem a alforria no campo da legalidade. Ao ampliar o campo de disputas pela liberdade nos foros públicos, a lei jogou na arena dos embates forenses curadores, depositários, peritos, juizes, advogados e testemunhas. Ampliavam-se,

assim, as possibilidades de alianças de escravos com setores diversos da sociedade que poderiam ser mobilizados em favor das ações de liberdade³⁵.

A disputa na justiça muitas vezes colocou em lados opostos grandes senhores de escravos. Levados pelo interesse de manter algum controle sobre a vida dos libertos, senhores de engenho se envolveram na libertação de escravos de vizinhos ou parentes desafetos. Em agosto de 1879, foi por motivo de brigas familiares que o tenente-coronel Temístocles da Rocha Passos, proprietário de engenho, apresentou-se como curador do escravo Teodoro, crioulo, em uma ação de liberdade contra sua parenta, Balbina de Oliveira Passos³⁶.

As disputas judiciais ampliaram as possibilidades de libertos e livres disputarem nos foros da justiça a liberdade de parentes e amigos submetidos ao cativo. Por exemplo, em 21 de setembro de 1880, Antônio José de Freitas entrou com ação de liberdade para a libertação de sua mulher Maria Cândida de Jesus que estava prestes a ser vendida para fora da província. No despacho, o juiz ordenou que a mesma ficasse à sua disposição logo que fosse apresentada para obter passaporte com o nome de Arcanja ou Arcanjela³⁷.

Os escravos dos engenhos estavam atentos aos direitos garantidos pelas leis emancipacionistas. Em janeiro de 1875, foi preso, na freguesia de Santana, em Salvador, o “preto” Raimundo, fugido do Engenho Laranjeiras, na vila de São Francisco. Em outubro daquele ano, em uma petição destinada ao chefe de polícia, ele se identificou como Raimundo Bitencourt, cabra, cego de um olho, morador no Engenho Laranjeiras, pertencente a Joaquina de Bitencourt. Disse ter conhecimento que não foi matriculado pela senhora e havia fugido para a cidade para “tratar de minha liberdade”. Disse, também, que tinha um pecúlio de 92 mil réis, quantia entregue a um tal Malaquias José dos Reis que estava providenciando sua alforria³⁸.

No final da década de 1870, os escravos perceberam que muitas autoridades judiciais estavam se posicionando claramente em favor de suas demandas, impedindo a venda para outras províncias dos que tinham pecúlio, concedendo alforrias aos que não eram resgatados nas cadeias públicas, decidindo o valor das alforrias por valores mais baixos que o pretendido pelos senhores. A partir da década de 1870,

intensificaram-se as fugas de escravos dos engenhos para Salvador com objetivo de acionar as autoridades judiciais nas contendas com os senhores. Assim o faziam na certeza de que as autoridades judiciárias de seus distritos não eram suficientemente independentes para acolherem seus pleitos³⁹.

Os escravos que fugiam para a cidade também recorriam às autoridades policiais para pedir proteção nas disputas judiciais, interditar a venda para fora da província de parentes, mediar conflitos com os senhores e denunciar maus-tratos⁴⁰. Em 19 de outubro de 1881, o chefe de polícia informou ao delegado de Santo Amaro que se apresentou à Secretaria de Polícia e foi recolhida na Casa de Correção, a escrava Rosalina, crioula, com um “filho de peito”, fugida do Engenho Quingona alegando maus-tratos. Seis dias depois, Rosalina e o filho Eutrópio foram devolvidos ao senhor, mas o chefe de polícia recomendou ao delegado que advertisse o proprietário a não “castigar seos escravos com o rigor que apresentou essa infeliz”⁴¹.

As fugas para a policia intensificaram a interferência das autoridades nas relações dos senhores com os escravos. Em 12 de fevereiro de 1881, o chefe de policia recomendou ao subdelegado de Mata de São João que informasse ao dono do Engenho Pitanga que se apresentou à Secretaria de Policia o escravo José de Santana, crioulo, queixando-se do feitor do mesmo engenho. Segundo aquela autoridade, estava “tão velho e decrépito que mal pode andar”. Diante da debilidade física do idoso, o chefe de policia recomendou que deveria ser liberto e, em seguida, recolhido no Asilo de Mendicidade⁴². Em 19 de maio de 1881, o chefe de policia ordenou ao delegado da Vila de São Francisco que intimasse Francisco Vicente Viana, dono do Engenho Macaco, a resgatar um escravo de sua propriedade chamado João que se apresentou à policia em estado “tal de moléstia” que foi necessário recolhê-lo ao hospital da Misericórdia⁴³.

A maior incidência de denúncias de maus-tratos nos anos de 1880 não significa que os senhores recorreram mais aos castigos físicos do que em períodos anteriores. O fato é que naqueles anos os escravos sabiam que podiam contar com a interferência das autoridades policiais e judiciais. Muitas vezes, ao denunciarem os senhores por maus-tratos os cativos estavam se referindo a outros rigores da vida

escrava. Ao ser preso em 30 de outubro de 1879, David, crioulo, maior de trinta anos, casado e com um filho, morador no Engenho São José, termo de Abrantes, alegou ter fugido do domínio do senhor por causa dos “maus modos que delle recebe, sendo-lhe exigido trabalho de lavoura maior do que pode ser prestado”⁴⁴.

Além da denúncia de maus-tratos, os escravos dos engenhos recorriam às autoridades policiais para forçarem a venda para outros senhores. Em 29 de março de 1879, o chefe de polícia ordenou ao carcereiro que recolhesse à prisão o escravo Lourenço, crioulo, trinta anos, fugido do Engenho Pindobas, vila de São Francisco, pertencente a Antonio da Rocha Martins de Argolo, “a quem declara não querer mais servir”. Em 25 de outubro de 1879, foi recolhida na Casa de Correção a escrava Antonia, crioula, pertencente a Pedro Celestino dos Santos, a quem declarou “não querer mais servir”. Em 6 de novembro de 1879, foi recolhida à prisão a escrava Antonia, mulata, idosa, que fugiu da companhia de sua senhora “queixando-se de maus tratos, pelo que não deseja mais servi-la”⁴⁵. Em fevereiro de 1881, fugiu do Engenho Cajaíba e apresentou-se à Secretaria de Polícia, a escrava Clementina, crioula, com uma filha de dez a doze anos, chamada Flaviana e foram recolhidas na Correção. Perante as autoridades, Clementina alegou que fugiu por ter perdido a confiança que “sempre depositou” na senhora Clara Vianna de Argolo e por isso não pretendia mais servi-la⁴⁶.

Na noite de 3 de março de 1883, o subdelegado de freguesia de Santana, em Salvador, informou ao chefe de polícia que Raimunda Porcina de Jesus apresentou-lhe um escravo chamado Fiel, crioulo, que fugiu do Engenho Macaco, em Santo Amaro, para pedir a ela que o comprasse. Por certo, Fiel sabia da famosa banda de música Chapada pertencente a Porcina de Jesus e talvez visse na possibilidade de vir a integrar a famosa banda. Porcina de Jesus se correspondeu com a senhora Ana Gama Guimarães e fez-lhe a proposta de compra, mas a referida senhora não concordou em vender o escravo. Diante disso, Porcina de Jesus o apresentava ao chefe de polícia, mas o escravo se recusava a retornar e preferia ser preso⁴⁷.

Ao fugirem para pedir proteção à polícia, denunciar maus-tratos ou requisitar a troca de senhores, os cativos deixaram evidente que os senhores já não tinham ou

não deveriam ter domínio incontestado sobre suas vidas. A maioria dos que fugiram para apresentar-se à polícia foi devolvida a seus respectivos senhores, mas aqueles atos mostraram aos senhores e feitores que o governo das propriedades não estava tão imune à interferência externa. Vimos que muitos senhores foram advertidos pelo tratamento indigno que dispensavam a seus cativos. Além disso, as autoridades poderiam fazer diligências nas propriedades para verificar denúncias de maus-tratos.

Além das mudanças institucionais e da postura de algumas autoridades, os escravos perceberam que era cada vez mais forte o movimento abolicionista nas cidades. Os abolicionistas prestavam assistência jurídica a escravos, negociavam com os senhores as condições da liberdade, ofereciam proteção aos escravos que aguardavam o desfecho de seus pleitos na justiça, examinavam os livros de matrículas para verificar alguma omissão ou descuido dos senhores, redigiam petições ou se apresentavam como advogados de escravos em ações movidas contra os senhores, promoviam eventos e conferências para divulgar o abolicionismo. Nessas ocasiões arrecadavam dinheiro para a alforria de escravos. Nas cidades, advogados abolicionistas anunciavam na imprensa serviços a favor da causa. Um anúncio publicado em jornal que circulava em Cachoeira dizia:

José Teodoro Pamponet oferece seus serviços ao abolicionismo desta cidade (...). Os escravizados que se julgarem com direito às suas liberdades, quer por efeito da Lei de 7 de Novembro de 1831, quer por outra lei, podem procurá-lo nesta cidade, no escritório deste jornal⁴⁸.

Na década de 1880, alguns abolicionistas radicalizaram o movimento promovendo acoitamento de escravos fugidos, impedindo o embarque de escravos para outras províncias e criando inúmeras situações para inviabilizar a utilização do trabalho escravo na cidade. Os escravos acoitados eram enviados para outras províncias ou encaminhados para propriedades de simpatizantes do abolicionismo em troca de salário⁴⁹.

Mas parece que, na década de 1880, o objetivo principal dos que fugiam para as cidades foi ocultar-se em meio à população negra, grande parte dela livre e liberta,

que se adensava nos centros urbanos. O grande contingente negro e mestiço em Salvador dificultou a ação da polícia na localização dos escravos fugidos⁵⁰. Naquele momento, as fugas apresentaram amplas possibilidades de rompimento definitivo com os laços escravistas. Os escravos que fugiam dos engenhos empregavam-se nas atividades urbanas, especialmente as obras públicas que então absorviam grande número de trabalhadores livres. Em 17 de fevereiro de 1876, o chefe de polícia ordenou ao subdelegado da freguesia do Pilar que auxiliasse na captura dos escravos Francisco e Felismino pertencente a um senhor de engenho do Iguape. Suspeitava-se que estivessem trabalhando nas obras do cais Dourado. Ao verificar o livro de chamadas, o subdelegado não localizou os nomes dos fugitivos⁵¹.

Em novembro de 1880, o escravo Manoel, “preto”, trinta e oito anos, há muito tempo ausente da companhia de sua senhora, empregou-se em São Félix na construção da estrada de ferro que ligaria aquele povoado a Curralinho⁵². Em julho de 1883, o chefe de polícia recomendou a localização do escravo Boaventura, forro sob condição, suspeito de estar trabalhando no prolongamento da estrada de ferro São Francisco⁵³. As concessões feitas pelo governo provincial para as companhias que faziam as obras de construção de ferrovias tinham como contrapartida a não contratação de trabalhadores escravos. Ao empregarem-se naquelas obras como livres, os escravos fugidos, provavelmente, avaliaram que dificilmente seriam localizados. Mas, como mostraram as duas diligências anteriormente narradas, no início da década de 1880, as obras de construção das ferrovias se tornaram locais suspeitos de refúgio de cativos fugidos⁵⁴.

Ao fugirem dos engenhos em direção às cidades, os escravos acionaram laços de parentesco e amizades com livres e libertos residentes nos centros urbanos ou em freguesias rurais. Estes laços não eram negligenciados pelos senhores quando anunciavam nos jornais as fugas dos seus cativos. Em fevereiro de 1882, ao anunciar as fugas de Tomás, cabra, vinte e cinco anos, magro, de estatura regular, com marcas de bexigas no rosto, e Félix, crioulo, mesma idade, com ferida na perna, o proprietário do Engenho Cinco Rios, na Vila de São Francisco, observou que, além de “muito humildes”, tinham “desde criança o hábito de fugir e vagar pela

circunvizinhança, Santo Amaro, Alagoinhas e Bahia, são conhecidos por muitas pessoas⁵⁵. Em junho do mesmo ano, ao anunciar a fuga de seu escravo Calisto, crioulo, cerca de quarenta anos, pouca barba, um fazendeiro de Feira de Santana observou que o mesmo “tem parentes no Bom Jardim”⁵⁶. Estas informações eram importantes para indicar possíveis destinos dos escravos fugidos, mas são evidências claras das redes de amizade e parentesco que estavam por trás dos escravos fugidos.

Mas as cidades não eram os únicos destinos dos escravos que fugiam dos engenhos. Muitos estavam fugindo para outras propriedades na perspectiva de obter a proteção de outros senhores. A escassez de braços escravos na lavoura acirrou a disputa por mão-de-obra entre os donos de engenho e, em muitos momentos, os escravos tiraram proveito daqueles conflitos. No início de 1882, a baronesa de Monte Santo anunciou em letras garrafais, em jornal de Santo Amaro, a fuga de 38 escravos e escravas do seu Engenho Paranaguá. Os escravos fugiram na crença de que já haviam prestado o tempo de serviço determinado em testamento pelo antigo senhor, Antônio Honorato da Silva Rego, falecido em 31 de dezembro 1872⁵⁷. Em 19 de maio de 1882, a baronesa, informada de que muitos se refugiaram no Engenho Benfica, escreveu carta contundente ao conde de Subaé. Dizendo estranhar as razões que levaram os “pretos” do Paranaguá a se refugiarem em terras do referido senhor, ela alfinetou:

Agora desejava q' V.Ex^a por sua bondade me desse a razão por que lá permanecem esses escravos fugidos do Paranaguá, se essa estada nas propriedades de V. Ex^a não confirma o [que] elles dizem por toda a parte e a mim pessoalmente huns q' vierão presos e aqui estão que sairão do Eng^o por ordem de V. Ex^a, e finalmente, se acha que me fica bem e a V. Ex^a ir gente a meu mandado capturar esses pretos em suas propriedades⁵⁸.

O acirramento da disputa entre senhores de engenho pela mão-de-obra dos que se libertaram ou que pretendiam se libertar, as leis emancipacionistas que ampliaram as possibilidades de alforria, a perda de legitimidade da escravidão e a crescente influência do abolicionismo combinaram-se e interagiram de variadas e imprevisíveis

maneiras com as iniciativas dos escravos. Foi nesse contexto que os cativos fizeram escolhas e criaram projetos próprios de liberdade. É nessa perspectiva que analisaremos, no capítulo seguinte, as tensões sociais no interior de um engenho do Recôncavo, na última década de escravidão.

Notas:

¹ . B. Barickman, *Um contraponto baiano*, Afro-Ásia, 21-22, (1998-99), p. 40.

² . Kátia Mattoso, *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, Bahia, Hucitec, 1978, pp. 40-41. O estudo de Mattoso baseou-se nas informações contidas no recenseamento eclesiástico de terras, em 1850.

³ . A crise da lavoura açucareira baiana nos últimos anos do século XIX foi objeto de estudo de autores diversos. Ver Kátia Mattoso, *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, p. 239-376; E. Pang, *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história, 1875-1891*, Rio de Janeiro, AN/IHGB, 1979, pp. 21-78; B. Barickman, “Até às vésperas”, pp. 209-227.

⁴ . Sobre população escrava da província ver Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 345-362.

⁵ . Os dados apresentados se basearam na quantificação das listas de escravos encontradas nos inventários do barão de Pirajá, barão da Cajaíba, conde de Subaé e João de Teive e Argolo Queirós. Ao todo foram avaliados 10 engenhos, Cajaíba, Benfica, Pouco Ponto, Pitinga, Desterro, São Miguel, Itatingui, Botelho, Conde e Água Comprida. Os inventários acham-se no APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887); 8/3444/4 (1887-1891); 7/3212/6 (1868); 6/2586/3086/3 (1870-1889).

⁶ . Estes dados baseiam-se nos estudos sobre a população escrava na lavoura açucareira feitos por Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, EDUSC, 2001, p. 92

⁷ . Ver R. Slenes, “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)”, *Estudos Econômicos*, 17 (1987), pp. 217-227. Uma discussão mais detalhada do autor sobre família escrava encontra-se em *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. Ver também o estudo de Alida Metcalf, “A vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”, *Estudos Econômicos*, 17 (1987), pp. 232-235.

⁸ . Sobre os batismos nas freguesias açucareiras do Recôncavo ver Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”, in João Reis, *A escravidão e a invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 56-58.

⁹ . Segundo a avaliação de Luís Anselmo, *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, Recife, Editora Massangana, 1988, p. 637, em 1887, a lavoura e o comércio eram os setores mais resistentes à extinção do “elemento servil”.

¹⁰ . AMSA, *Inventários*, Caixa 4 (1882-1902), inventário de Arquimedes Pires de Carvalho, proprietário do Engenho Lagoa, falecido em 1881, fls. 308-309. Entre 1881 e 1882, o engenho esteve sob a direção de Jerônimo Moniz Barreto, inventariante e cunhado do falecido.

¹¹ . B. Barickman, “Até a véspera”, pp. 209-227.

¹² . APEB, “Relatório do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura”, feito por presidente, barão de Sergimirim, em 10 de fevereiro de 1871. Segundo os cálculos de Sergimirim, a população escrava da província era de 179.561 pessoas, destas cerca de 100.000 estavam ocupadas na lavoura e na criação. Mas tirando os 50.000 crianças, idosos e criados, estes últimos considerados “parasitas” no seio das fazendas, a população produtiva da lavoura chegava a pouco mais de 40.000 trabalhadores.

¹³ . IHGB, Coleção Conde de Subaé, Lata 550/pasta 25, *Livro de contas (serviço agrícola) de Francisco Moreira de Carvalho, 1863-1887*.

¹⁴ . AMSA, *Inventários*, Caixa, 4 (1882-1902), inventário de Arquimedes Pires de Carvalho, proprietário do Engenho Lagoa, freguesia de Rio Fundo, em Santo Amaro. As contas referentes ao custeio da propriedade foram feitas pelo inventariante Jerônimo Moniz Barreto. Segundo S. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 140, o uso de incentivos monetários ou outras gratificações parece ter sido comum nos engenhos coloniais.

¹⁵ . Ver R. Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 197.

¹⁶ . AMSA, *Inventários*, Caixa 4 (1882-1902), fls. 284-288, inventário de Arquimedes Pires de Carvalho, proprietário do Engenho Lagoa, Santo Amaro, falecido em 1881. Pelas contas do caixeiro, dos 3.473 pães de açúcar produzidos, couberam aos lavradores 652, cada um com 5 arrobas.

¹⁷ . APEB, *Processos-crimes*, 9/310/11 (1875), processo instaurado para apurar o ferimento do escravo Daniel na roça de cana do africano Miguel, em maio de 1875.

¹⁸ . APEB, *Delegados*, 6218 (1881-1882), interrogatórios dos crioulos Joaquim Inácio Piranduba e de Petronila Gouveia conduzidos pelo delegado da vila de São Francisco, Pedro Paulo Graves de Menezes, em 18 de junho de 1864.

¹⁹ . Idem, *ibidem*.

²⁰ . IHGB, Coleção Conde de Subaé, Lata 550/pasta 25, *Livro de contas (serviço agrícola) de Francisco Moreira de Carvalho, 1863-1887*.

²¹ . Luís dos Santos Vilhena, *A Bahia no século XVIII*, Bahia, Editora Itapuã, 1969, vol. I, pp. 185-187.

²² . Miguel Calmon Du Pin e Almeida, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, Salvador, Fieb, 2002, (edição fac-similar da publicação de 1834), p. 60.

²³ . Vários estudos sobre áreas de plantation têm ressaltado a importância das plantações de subsistência dos escravos. Segundo S. Mintz, *Caribbean Transformations*, pp. 225-250, a formação deste proto-campesinato permitiu a resistência dos escravos às condições impostas nas grandes plantações. O cultivo e comercialização de gêneros das roças constituíam uma alternativa econômica para os escravos no interior da grande lavoura. Refletindo sobre a Martinica, D. Tomich, "Houses, provisions grounds & the reconstitution of labour in post emancipation Martinique, in: Mary Turner, *From chattel slaves to wage slaves*, pp. 260-261, sugere que o ponto focal do desenvolvimento do cultivo independente e atividades comerciais era a luta entre os escravos e os senhores sobre as condições de trabalho e a vida material dentro dos engenhos.

²⁴ . Em seu estudo sobre quilombos no Rio de Janeiro, Flávio Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, pp. 244-45, chama atenção para os conflitos entre senhores e escravos em torno dos "direitos" ao cultivo das roças.

²⁵ . APEB, *Processos-crimes*, 6225 (1885), fl.16, inquérito instaurado em 26 de março de 1885 para apurar o espancamento de Júlia, africana.

²⁶ . Idem, fls. 12-13.

²⁷ . Ver o periódico *O Escudo Social*, com circulação na cidade de São Felipe, "O drama do cativo", em 14 de outubro de 1933, p. 2. Agradeço a Edinéia Maria Oliveira de Souza a indicação deste documento.

²⁸ . ACS, *Correspondências* (1879), carta do feitor-mor Francisco para conde de Subaé, em 30 de junho de 1879.

²⁹ . APEB, *Processos-crimes*, 23/794/5 (1883), processo-crime instaurado em 23 de maio de 1883. Na ocasião foram indiciados os escravos Anastácio, André e Miguel, mas apenas o último foi condenado a galés perpétuas. A respeito deste crime ver APEB, *Delegados*, 6219. Correspondência do Delegado de Santo Amaro para Chefe de polícia, 8 de junho de 1882.

³⁰ . APEB, *Subdelegados*, 6245 (1877), correspondência de subdelegado da freguesia da Rua do Paço, Felipe Rodrigues Monteiro, para chefe de polícia, em 29 de março de 1877. O feitor perdeu a mão esquerda e recebeu golpes em várias partes do corpo.

³¹ . APEB, *Juízes*, 6391 (1879), correspondência do juiz municipal da vila do Conde, Severino dos Santos Vieira, para chefe de polícia, em 21 de março de 1879.

³² . S. Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 180-181, faz interessante análise sobre as percepções e posicionamentos dos escravos cariocas diante das mudanças institucionais em curso no Brasil.

³³ . Segundo Chalhoub, *Visões da Liberdade*, p. 160, em muitos aspectos a Lei do Ventre Livre pode ser vista como resultado da aceitação por parte das elites políticas das lutas empreendidas pelos próprios escravos.

- ³⁴ . Um Lavrador Bahiano, *A emancipação. Breves Considerações*, Tipografia Constitucional, 1871, pp. 1-11, 29.
- ³⁵ . Ricardo Tadeu Caires Silva, “Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX”, Tese de mestrado, Salvador, UFBA, 2000, fez estudo detalhado das ações de liberdade em várias regiões da província. Sobre ações de liberdade ver também Keila Grimberg, *Liberata: a lei da ambigüidade*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- ³⁶ . APEB, *Juízes*, 6391, 1879, carta de Antônio Afonso de Carvalho, juiz da 1ª. Vara para chefe de polícia, em 26 de agosto de 1879.
- ³⁷ . APEB, *Juízes*, 6392 (1883), de Juiz da 1ª Vara Civil, Antônio Luís Afonso de Carvalho, para chefe de polícia, em 21 de setembro de 1880
- ³⁸ . APEB, *Subdelegados*, 6243 (1874-1875), subdelegado da freguesia de Santana, Salvador Aires de Almeida Leite, para chefe de polícia, em 2 de novembro de 1875. Em anexo a petição de Raimundo Bitencourt, escrita a rogo dele por José Eduardo Reges, em outubro de 1875.
- ³⁹ . Jailton Brito, “A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1888”, Tese de mestrado, Salvador, UFBA, 1996, p. 26.
- ⁴⁰ . Jailton Brito, “A abolição na Bahia”, chama a atenção para a conjuntura favorável aos escravos quando procuravam a proteção da polícia, no início da década de 1880.
- ⁴¹ . APEB, *Polícia, correspondências expedidas*, 5844 (1880-1881), fl. 354, correspondência do chefe de polícia para delegado de Santo Amaro, em 19 de outubro de 1881.
- ⁴² . APEB, *Polícia, Correspondências expedidas*, 5844 (1880-1881), fl. 11, correspondência do chefe de polícia para delegado da Mata de São João, em 12 de fevereiro de 1881.
- ⁴³ . APEB, *Polícia, correspondências expedidas*, 5844 (1880-1881), fl. 115v, correspondência do chefe de polícia para delegado da vila de São Francisco, em 19 de maio de 1881.
- ⁴⁴ . APEB, *Polícia, Correspondências expedidas*, 5638 (1870-1880), fl. 147v.
- ⁴⁵ . APEB, *Polícia, Correspondências expedidas*, 5638 (1870-1880), fls. 146-150.
- ⁴⁶ . APEB, *Polícia, Correspondências expedidas*, 5844 (1880-1881), fl. 22v, correspondência do chefe de polícia para delegado da vila de Nazaré, em 24 d fevereiro de 1881.
- ⁴⁷ . APEB, *Subdelegados*, 6248 (1882-1883), correspondência de Joaquim Rodrigues Ferreira, subdelegado da freguesia de Santana, para chefe de polícia, em 3 de março de 1883.
- ⁴⁸ . BN, *O Asteróide*, “Abolicionismo”, 30 de setembro de 1887, p. 4.
- ⁴⁹ . Jailton Lima Brito, “A Abolição na Bahia”, p. 104, sustenta que a ação dos abolicionistas baianos no açoitamento de escravos fugidos era idêntica ao que faziam os caifazes em São Paulo. Sobre os locais de açoitamento de escravos na capital, ver também D. Graden, “From slavery to freedom in Bahia, 1791-1900”, Tese de doutorado, Universidade de Connecticut, 1991, pp. 358-359.
- ⁵⁰ . Jailton Lima Brito, “A Abolição na Bahia”, pp. 21-22, aborda a questão das fugas e seu impacto político nos rumos do movimento abolicionista baiano.
- ⁵¹ . APEB, *Subdelegados*, 6244 (1876), correspondência de Francisco Félix Bahia, subdelegado da freguesia do Pilar para o chefe de polícia, em 17 de fevereiro de 1876.
- ⁵² . APEB, *Polícia, Escravos-assuntos*, 6504 (1884), escravo de D. Auta Elisa de Figueredo.
- ⁵³ . APEB, *Polícia, Correspondências expedidas*, 5857 (1882-1884), fl. 45.
- ⁵⁴ . Um decreto de 7 de abril de 1883, determinava que a Companhia que construiria um ramal ligando a cidade de Alagoinhas à povoação de Timbó não poderia possuir escravos nem empregá-los em outros serviços. É possível que determinações semelhantes tenham sido feitas em obras anteriores. Sobre esse decreto ver *Documentação jurídica sobre o negro no Brasil*, p. 78.
- ⁵⁵ . *Echo Santamarense*, 16 de fevereiro de 1882, p. 4.
- ⁵⁶ . *Echo Santamarense*, 21 de janeiro de 1882, p. 3; ver também 1º de junho de 1882, p.3.
- ⁵⁷ . *Echo Santamarense*, 1º de junho de 1882, p. 4.
- ⁵⁸ . ACS, *Correspondências* (1882), carta da baronesa de Monte Santo para Francisco Moreira de Carvalho, conde de Subaé, em 19 de maio de 1882.

CAPÍTULO II

TENSÕES E CONFLITOS EM UM ENGENHO DO RECÔNCAVO

Cada um dos velhos engenhos do Recôncavo, volto a dizer, possui a sua crônica, a sua lenda, a sua tradição. Em cada um deles, especialmente os mais antigos, -- existem alguns, de pé ainda, em ruínas, ou reduzidos a simples tapera, que vêm do século XVII, -- desenrolam-se dramas e tragédias. Dramas terríveis. Tragédias espantosas. Mas também não faltam casos e histórias sem laivos trágicos nem dramáticos (João da Silva Campos).

De histórias de senhores de engenho cruéis e malvados, a tradição oral dos habitantes do Recôncavo baiano é farta. Não faltam histórias de infelizes escravos que foram metidos em fornalhas ardentes, atirados em tachos de mel fervente, enterrados vivos, mortos no tronco ou no chicote. Mas, a tradição oral, em revide, não deixa de mencionar os fins trágicos que levaram estes mesmos senhores, decaídos na pobreza ou ceifados pela reação silenciosa ou explosiva dos próprios cativos¹. Uma dessas histórias conta que viveu na região um frade dono de engenho que trazia a escravaria à corda curta, a qualquer falta dos “negros” não hesitava em vibrar o inseparável vergalho. Certo dia, os escravos reuniram-se e decidiram por fim àqueles suplícios dando cabo à vida do impiedoso religioso. Picaram-no o corpo a foice e a facão deixando sua cabeça espetada numa cerca de tal modo que houve de ser dado à sepultura num saco.

No final da década de 1920, João da Silva Campos escreveu uma crônica em que narra esta mesma história, protagonizada pelo mesmo religioso, o frei carmelita

João Lucas do Monte Carmelo. Silva Campos trouxe mais detalhes; afirmou que os escravos fizeram justiça por conta própria, assaltando o padre pela manhã, entre oito e nove horas, quando fora ele vê-los no canavial de azorrague em punho, faca e pistola à cinta. Tal foi o ímpeto do ataque que o padre não pôde se valer do arsenal que carregava.

O nosso cronista acrescentou ainda uma outra lenda que corria em Salvador envolvendo o nome do frei João Lucas. Escreveu que em meados da década de 1870, o padre mantinha seqüestrada em cela apartada e lúgubre do Convento do Carmo, esqualida e andrajosa moça de cor branca. “A misteriosa encelada do Carmo” seria a vítima urbana das crueldades do padre. Num e noutra relato, Silva Campos se valeu de depoimentos de um ex-escravo, de estudantes e confrades que conheceram e conviveram com o referido carmelita².

Jardilina de Santana Oliveira, estudiosa das tradições da cidade de São Sebastião do Passé, colhendo velhas histórias contadas pelos “antepassados” também se refere à morte do frei João Lucas. Esta história ainda sobrevive ali com muita força, mesmo porque, o palco daqueles acontecimentos, o Engenho do Carmo, estava a cerca de seis quilômetros do centro da então freguesia de São Sebastião³. Através de Jardilina Oliveira soubemos que na tradição oral daquela localidade a morte do frade possui outras versões, todas girando em torno da questão dos castigos aplicados por ele aos escravos.

Afora os inevitáveis acréscimos que o caso foi ganhando ao longo do tempo, verificou-se através de fontes escritas que o crime realmente ocorreu em meados de setembro de 1882. Este capítulo trata desse notável acontecimento tomando como ponto de partida a análise de documentos da época, correspondências de autoridades religiosas e laicas e, principalmente, o volumoso processo crime instaurado para apurar o crime e punir os escravos⁴. O fato de ter sido um crime contra a pessoa do senhor, crime gravíssimo na sociedade escravista, e sendo esse mesmo senhor membro ilustre de prestigiosa ordem religiosa, já seriam razões suficientes para inseri-lo neste trabalho.

Mas, este capítulo tem também a intenção de chamar à reflexão histórica um episódio que na pena dos cronistas não passou de acontecimento “escabroso” e percebê-

lo como momento marcante e revelador das tensões e conflitos nos engenhos do Recôncavo baiano⁵. A riqueza dos depoimentos, os detalhes que revelam abrem a possibilidade de entrar em aspectos importantes da intimidade das vivências escravas. Espera-se assim entender porque a versão da suposta crueldade exorbitante do frade foi incorporada pela tradição oral negra. Aqui é possível perceber como as lendas e casos que se formaram em torno da morte do padre guardam ainda vestígios das tensões e embates que marcaram os últimos anos da escravidão no Recôncavo baiano.

A inesquecível safra de 1882

14 de setembro de 1882 parecia ser mais um dia igual a muitos outros no Engenho do Carmo, do possessório dos religiosos Carmelitas Calçados da Bahia. Aos primeiros raios de sol, os escravos do “serviço da enxada” seguiram para a lida no canavial. Nesse período do ano, os trabalhos da lavoura de cana normalmente se intensificavam nos engenhos do Recôncavo por conta do início da safra. Nesse dia os escravos deveriam continuar o corte periódico das ervas que cresciam por entre as canas. A “limpa”, como se chamava essa atividade, era um trabalho desagradável e estafante que ocupava os escravos durante os meses que antecediam a colheita da cana⁶. O carmelita João Lucas do Monte Carmelo, administrador do engenho, montado em seu burro e acompanhado do inseparável pajem, o escravo Pedro, percorria entre as fileiras de cana, supervisionando e orientando as atividades. Um morador livre do engenho, lembrando aquele fatídico dia, notou que frei João Lucas (como era chamado), estava muito nervoso, vociferando com os escravos. Até aí nada demais, pois o frade normalmente era rigoroso e exigente quanto a perfeição e regularidade dos serviços por ele supervisionados⁷.

Contudo, naquele dia a paciência dos escravos diante do temperamento irascível do padre parecia ter chegado ao seu limite. Poucas horas após o início dos trabalhos, o crioulo Silvestre, por descuido, deixou algum capim próximo a um pé de

cana. O escravo Manoel da Assunção, “feitor do serviço da lavoura”, chamou a atenção de Silvestre e de forma imperativa afirmara “que sendo elles captivos erão para obedecer as ordens e que nesse caso limpasse logo o pé de canna”⁸. Silvestre não gostou de ser advertido, começou a resmungar; o padre que passava por perto o repreendeu e o obrigou a limpar a cana, ordenando também que se calasse; porém Silvestre não se calou. O padre então ordenou ao feitor e ao escravo Isidoro que o levassem ao engenho.

É conveniente esclarecer que frei João Lucas era a autoridade máxima no engenho, ele acumulava as funções de religioso e administrador da propriedade carmelita. Segundo os registros de batismos da freguesia de São Sebastião era ele quem celebrava missas na capela de Nossa Senhora do Carmo, edificada nos limites do engenho, e realizava os batismos das crianças escravas e livres nascidas dentro ou no entorno da propriedade. Como representante dos interesses da ordem carmelita, ele exercia a função de autêntico senhor, supervisionava os trabalhos na lavoura, estabelecia regularidade e ritmo de trabalho e, conforme vimos acima, cuidava da disciplina dos escravos. Estes viam-no como senhor, embora mostrassem consciência de que eram propriedade da instituição religiosa.

Certamente, a decisão de prender Silvestre no engenho deixou sobressaltados os escravos do canavial. Prudêncio, seu irmão, reuniu-se aos parceiros mais próximos -- Tibúrcio, Félix, Saturnino, Higino, Balbino, Amâncio, Luís, Pedro Torquato e Roberto -- e foram ao encontro do frei João Lucas. Os escravos deram pelo menos duas versões sobre as intenções que tinham ao abandonar o canavial. A primeira, que foram interceder pelo parceiro e pedir o seu “perdão”; a outra, que ao abandonarem o trabalho já tinham em mente dar cabo do padre. O crioulo Higino afirmou que a decisão de matá-lo foi tomada logo que ele saiu com o feitor do serviço da lavoura conduzindo Silvestre⁹. Nota-se que numa e noutra versão a decisão foi coletiva. A iniciativa partiu do irmão de Silvestre e dos amigos, o que demonstra que relações familiares e amizades estavam na base dos laços que ligavam esses trabalhadores.

Aconteceu que, antes de chegar ao engenho, frei João Lucas aparentemente rendeu-se às insistentes súplicas do feitor e perdoou Silvestre. Após isso, ordenou ao

escravo retorno imediato ao canavial, pois afinal os trabalhos não poderiam ser interrompidos. Deve ter considerado que a punição do escravo próximo ao período da safra poderia deixar a escravaria assustada, o que prejudicaria o andamento das atividades. O feitor Manoel da Assunção depôs que retornou ao canavial conduzindo Silvestre; o padre foi em seguida, sempre acompanhado pelo inseparável pajem. Chegando ao canavial notou a ausência da turma de escravos. Assunção recordou que nessa ocasião frei João Lucas dissera: “deixa-los ir, não houve motivo, e dirigindo-se para o serviço perguntou aos demais escravos, que motivo tinha havido para aqueles fugirem, e sendo respondido que nem um, foi embora para casa, ficando elle feitor e os mais no serviço”. Silvestre contou que ao saber da fuga dos escravos disse frei João Lucas: “deixa-los ir, não houve motivo, quem deve a Deos paga ao Diabo”¹⁰. A necessidade de justificar-se perante os escravos no eito e mostrá-los que não havia motivos para fugas, ou seja, que os supostos fugitivos não foram castigados, mostra que, aos olhos do frade, o recurso da punição física já não era meio eficaz e seguro de legitimar sua autoridade. Mais adiante veremos que o problema central daqueles acontecimentos era a legitimidade de todo o sistema de relações escravistas.

Possivelmente era mais uma das fugas, o que nos últimos anos vinha ocorrendo com certa freqüência. O frade decidiu então voltar ao engenho. Após atravessar uma cancela, ele defrontou-se com o grupo de escravos que vinha em seu encontro. Pedro, que ainda fechava a cancela, notou que os escravos tiraram o chapéu diante do frei João Lucas, possivelmente um gesto de deferência. Alguns envolvidos disseram que ao pedirem pelo perdão do parceiro preso o padre esbravejou dizendo que já havia perdoado e ali não era local para pedirem por Silvestre, antes deveriam fazê-lo no canavial. Além disso, prometeu castigar a todos. Ao dizer isso os escravos atingiram o padre fatalmente com foices, enxadas e outras ferramentas de trabalho. Em poucos segundos, frei João Lucas tombava morto.

Poucos dias após o crime, o escravo Pedro Torquato, um dos envolvidos no crime, recapitulava:

que estando elles no serviço do canavial, onde também se achava seo senhor Frei João, o feitor Manoel d'Assunção chamou o escravo Silvestre e com elle ralhou por ter deixado hum bocado de capim ao pé das cannas; e tendo Silvestre limpad o capim, disse ao feitor que aquillo não era matto para elle estar fallando, por não ter sido limpo. Que seo senhor Frei João vendo Silvestre respondendo assim ao feitor, mandou por este e pelo escravo de nome Isidoro agarra-o e laval-o para o Engenho, tendo também seo senhor acompanhado-os, montado num burro. Que quando se achavão já distante seguramente uma tarefa elle respondente e os outros seos companheiros resolverão pedir a soltura de Silvestre, e para isso seguirão por um caminho diverso d'aquelle que tinha seguido seo senhor; que os não tendo, porém encontrado voltarão pelo caminho que tinha seguido seo senhor com o preso e ahi já o encontrarão também de volta, somente acompanhado de seo lacaio de nome Pedro. Que seo senhor lhes perguntou onde ião e que ião fazer, e lhes dizendo elles que ião pedir a soltura de Silvestre, seo senhor lhes respondera que tal pedido deveria ser feito no canavial e não alli, e começou a xingál-os; pelo que elles irritados o assassinarão às foçadas¹¹.

Não é absurdo imaginar que ao saírem do canavial os escravos tinham em mente ir às últimas conseqüências pela sorte de Silvestre; ao encontrarem o padre tentaram mais um acordo, daí talvez o derradeiro gesto de deferência. Frei João Lucas, por seu lado, disse ter concedido o perdão a Silvestre, mas, irritado com a attitude resoluta dos escravos em intercederem pelo parceiro e desconfiado de que mais uma vez fugiriam para Salvador, prometeu castigá-los. Tibúrcio contou que frei João Lucas os ameaçou dizendo que “elles lhe havião de pagar um por um pelas faltas, que havião comettido pelas diversas fugidas que elles fazião para a cidade, obrigando-o por isto a elle gastar dinheiro”¹². Foi o que faltava para o desenlace fatal dessa história.

Depois disso, o trabalho na lavoura desorganizou-se completamente. Contou Silvestre que “aquelles dez escravos reunidos em grupo chegarão ao alto do cannavial, onde os outros se achavão trabalhando, e gritarão — já matamos o diabo, vão vê-lo morto na estrada”¹³. A referência ao diabo é significativa em se tratando de um padre. A imagem revela também que para os trabalhadores do eito o frade não estava na conta de “bom” senhor. A confusão generalizou-se, desespero, choro de mulheres e correria de

meninos em torno do senhor morto, por certo preocupados com a sorte seus maridos e pais. Por alguns instantes, os escravos do engenho ficaram em estado de levante.

O depoimento do vaqueiro José Rufino de Argolo, cinqüenta anos, morador do Engenho do Carmo, ajuda a perceber os desdobramentos dos acontecimentos que se seguiram à morte do padre. Ele contou que ia à Fazenda Caçange, quando, ao atravessar o lugar denominado fazenda Espírito Santo, deparou-se com “diversos” escravos armados de foice, os quais, rispidamente, o fizeram recuar. Pensou ainda em seguir por outro caminho, mas desistiu diante das “disposições” dos cativos. Mais tarde foi à casa de Vitorino Pires, lavrador e morador do engenho, e informou a ele que os escravos do Engenho do Carmo estavam “todos levantados”. Foi então que Vitorino lhe ordenou que procurasse outros moradores para juntos irem ver o que havia ocorrido e mesmo “prevenir algum mal”¹⁴.

Por este depoimento e por outros que veremos a seguir, nota-se que os moradores pareciam seguir um procedimento tacitamente estabelecido em caso de “levante” escravo. Algo esperado em se tratando de uma região que comportava vigorosa população escrava e com tradição de revoltas. Nenhum ousou seguir só para o engenho. Antes, procuraram contatar-se, irem em grupo, saber das “disposições” dos escravos. Agiam também movidos pelo compromisso de manter a ordem, prevenindo “algum mal”.

Pelos depoimentos dos moradores livres pode-se verificar como circularam as notícias da morte do frade. Vitorino Pires contou que estava em casa quando chegou uma “negrinha” a mando do feitor Manoel da Assunção informando-lhe da morte de frei João Lucas. Depois disso foi à casa do frade e ali encontrou o escravo Silvestre e os demais envolvidos no crime, “todos armados de foices”; confabulavam sobre a decisão mais acertada a tomar. Ao indagar sobre o que tinham feito, Tibúrcio respondeu-lhe: “O que está feito não está por fazer”. Luís simplesmente respondeu-lhe: “Foi a desgraça”. Lembrou ainda Vitorino que o escravo Pedro disse resolutivo: “o que estão fazendo? Saião para fora, se não daqui a pouco há muitas mortes, e nisto já temos feito o que

fizemos, devemos-nos ir embora”. Assim, evitar-se-ia que a repressão, que fatalmente viria, não se estendesse aos outros escravos do engenho¹⁵.

José Pereira Mimoso, trinta e oito anos, “feitor livre” do engenho, lembrou que estava em sua casa quando foi avisado pelo “moleque” João Antero, a mando do feitor do serviço, que os “negros” haviam assassinado o padre. Mimoso reuniu alguns moradores livres do engenho, rumou para o canavial e lá chegando viu o cadáver do padre. Notou que os bolsos do padre estavam virados para fora; sobre as nádegas desnudas dois bilhetes; e a boceta de rapé sobre as costas. Do escravo Domingos recebeu duas chaves pequenas dos caixões de farinha e carne que frei João Lucas sempre trazia nos bolsos. É possível que muitos tenham se aproveitado da confusão para visitarem as bem guardadas provisões do engenho, quem sabe para apropriarem-se de coisas que quase nunca entravam em sua dieta ou que podiam ser comercializadas.

Vê-se que a “negrinha” e o “moleque” Antero, emissários do escravo Manoel da Assunção, foram os autores dos primeiros relatos sobre o acontecimento que marcaria para sempre a memória local.

No dia seguinte ao crime foi feito corpo de delito no cadáver do frei João Lucas com a presença de peritos e testemunhas. Notaram que apresentava ferimentos e contusões em várias partes do corpo, cabeça, rosto, região torácica e pernas. Não se confirma, portanto, a versão de que teria a cabeça decapitada, nem tampouco que portasse armas, como mais tarde relatou Silva Campos. Fora uma morte violenta, mas a tradição oral ampliou-a enormemente, como para compensar a suposta exorbitância com que o padre castigava seus escravos¹⁶.

Mimoso afirmou que, a caminho para noticiar, por telégrafo, a morte do frade às autoridades da capital e aos carmelitas, encontrou os onze escravos que estavam em fuga. Teve tempo de dizer-lhes: “Malvados vocês mataram o padre! -- e elles responderão-lhe: que já têm cumprido o seu intento e o que tinham feito não estavam por fazer; e um deles dissera mais, que era melhor que elle testemunha fosse criar os filhos, e que Deos lhe desse muitos annos de vida para esse fim”. A mensagem era clara: Mimoso que se cuidasse ou do contrário teria o mesmo fim do frade.¹⁷



Der Feitor in der Zuckerplantage.

Figura 3. Feitor e uma turma de escravos no canavial (1881).

No início da tarde do mesmo dia, os escravos deixaram o engenho, tomaram rumo desconhecido. Mas, não iriam muito longe, no dia seguinte seriam presos. Antes, porém, de continuarmos a narrativa daqueles incríveis acontecimentos guardados nas empoeiradas páginas do processo-crime, façamos uma rápida incursão pela história do Engenho do Carmo.

Escravos e carmelitas

O Engenho do Carmo, também chamado Terra Nova, situava-se na freguesia de São Sebastião das Cabeceiras de Passé (atualmente município), termo da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde¹⁸. Essa freguesia estava no coração do Recôncavo, na área de maior produção de açúcar da província. Segundo Carlos Ott, a terra onde foi instalado o engenho passou ao domínio carmelita em 1679 por concessão do governo colonial. Inicialmente, os religiosos dedicaram-se à criação de gado e depois ao cultivo de cana-de-açúcar nas duas léguas em quadrado que possuíam. Segundo Ott, em 1730, os carmelitas tiveram problemas com revoltas de escravos¹⁹. Em meados do século XVIII, além do Terra Nova, existiam ali mais sete engenhos. Segundo relato do vigário Felipe Barbosa da Cunha, em 1757, eram estes engenhos as maiores povoações do lugar, trabalhando neles grande quantidade de escravos e muitos homens forros²⁰.

Um inventário feito em 1835 informava que a ordem carmelita era possuidora de diversos terrenos na cidade e no interior da província. Em Salvador, o patrimônio era composto basicamente de dezenas de terrenos e casas. Em Cachoeira, a ordem tinha fazenda de fumo e gado. Fora da Bahia possuía mais duas fazendas, uma na Província de Sergipe e outra em Pernambuco. Os carmelitas destacavam-se como grandes proprietários de escravos, ao todo 255. No convento de Salvador empregavam 15 cativos; no convento de Cachoeira trabalhavam 8 cativos. Na fazenda Palmar, em Lagarto, província de Sergipe, os carmelitas eram donos de 88 escravos. O Engenho do Carmo empregava 64 escravos²¹.

Em 1846, o frei Francisco Sales, em carta endereçada ao presidente da província da Bahia, fez relação completa do patrimônio do convento. Além das casas e terrenos aforados em Salvador, citou o engenho arrendado em Pernambuco com 40 escravos e a fazenda São João, em Cachoeira, com 9 escravos. Sobre o engenho do Recôncavo dizia: “Hum Engenho denominado Terra Nova, situado no termo da Vila de S. Francisco, corrente e moente, contendo 109 bois, 71 cavalos e 147 escravos entre grandes e pequenos”. Vê-se que houve incremento da população cativa do engenho entre 1835 e 1846. Pode ser que neste período tenha ocorrido transferência de cativos de propriedades menos rentáveis. Segundo Cristiano Muller, em 1870, os carmelitas possuíam 130 escravos²².

Percebe-se que os carmelitas tinham longa experiência como administradores e proprietários de terras e escravos. Contudo, não eram os únicos religiosos a se envolverem em empreendimentos agrícolas. Beneditinos e jesuítas (estes até 1759) foram também grandes proprietários de terras e engenhos no Recôncavo²³. A extensa lista de bens nem sempre assegurava estabilidade financeira aos carmelitas. Em 1830, o próprio João Lucas do Monte Carmelo, então Prior do Convento, dizia ser difícil e embaraçosa a situação financeira daquela ordem religiosa, resultante do endividamento provocado por seus antecessores. Como solução, pediu para alienar alguns bens onerosos, tais como o Engenho Camassari, na província de Pernambuco²⁴. Em 1848, há indicações de que as dívidas do convento superavam as receitas. O Engenho Terra Nova era então a maior fonte de rendimento dos frades carmelitas²⁵.

Na década de 1830, frei João Lucas do Monte Carmelo já era o segundo na hierarquia do convento, ocupava o cargo de Prior, logo abaixo do Provincial²⁶. O cônego Cristiano Muller, em sua *Memória Histórica Sobre a Religião na Bahia*, esclareceu que frei João Lucas era português, natural da cidade do Porto. Foi mestre de noviços, desde 1835, prior do Convento e Provincial entre 1866 e 1874²⁷. Vê-se que frei João Lucas era um religioso bastante experiente na administração dos bens de sua ordem, inclusive na política de alforria dos escravos. Em 27 de agosto de 1845, o frei Francisco de Sales e Souza pedia ao Presidente da Província a anulação da carta de

alforria concedida a Joana, escrava no Engenho Terra Nova, pelo frei Manoel Joaquim de Santa Escolástica, contra as “nossas Constituições”. Segundo Sales e Souza, frei Escolástica assim o fizera por “desabafo” contra o ex-administrador do engenho, frei João Lucas de Monte Carmelo. Em anexo a esta correspondência vem uma outra, saída do punho do próprio frei João Lucas, endereçada ao presidente da província, na qual reitera o pedido de anulação da alforria concedida à escrava. Percebe-se que o zelo administrativo do frade incidia diretamente sobre os destinos dos escravos.

Por este incidente, sabe-se que desde pelo menos o início da década de 1840, frei João Lucas já havia ocupado o cargo de administrador do engenho. Não sabemos com precisão o ano em que frei João Lucas voltou a dirigir a propriedade. Em 1884, perante o júri, o escravo Higino contou que o padre administrava o Engenho do Carmo há dezoito anos, portanto desde 1866, o que não é improvável, pois nesse ano passara a Provincial da ordem. O certo é que, desde 1880, ele vinha enfrentando problemas com a disciplina dos escravos, sobretudo porque as fugas intensificavam-se. Além disso, o padre estava tendo a oposição de seus próprios pares, que talvez discordassem dos seus métodos de gerência e tratamento dos escravos. As dissensões entre o padre e seus confrades foram, com efeito, mencionadas no inquérito instaurado em Salvador, logo após a prisão dos envolvidos no seu assassinato²⁸.

O inventário dos bens da ordem carmelita, realizado em 1865, contém informações mais detalhadas sobre os escravos do Engenho do Carmo; naquele ano o engenho possuía 75 escravos adultos, destes 29 homens e 46 mulheres. Entre as 41 crianças escravas listadas, chamadas de “crias”, figuravam os nomes de Luís, Albino, Silvestre, Prudêncio, Saturnino, Higino, Tibúrcio, Roberto e Pedro Torquato, todos implicados na morte do frade. Os nomes de Amâncio e Félix aparecem numa lista separada como escravos que trabalhavam no convento de Salvador. Provavelmente foram transferidos para o engenho no final da década de 1870 quando se intensificaram as críticas às ordens religiosas que possuíam escravos²⁹.

Combinando os dados acima com as informações contidas no processo-crime é possível conhecer mais de perto os implicados na morte do frade. Vejamos: Félix,

crioulo, trinta e quatro anos filho da crioula Rosalina (falecida); Tibúrcio, vinte e seis anos, casado, filho da crioula Damásia (falecida); Silvestre, pardo, solteiro, filho de Inês de cor cabra; Saturnino, crioulo, solteiro, filho da escrava Maria de cor cabra; Prudêncio, cor parda, trinta e dois anos, solteiro, filho da escrava Inês (portanto irmão de Silvestre); Hijino, crioulo, vinte anos, solteiro, filho da crioula Damásia (portanto irmão de Tibúrcio); Balbino, de cor cabra, vinte e cinco anos, solteiro, filho de Maria, também de cor cabra (falecida); Amâncio, cor cabra, cinqüenta e quatro anos, solteiro, filho de Efigênia (falecida); Luís, cor cabra, vinte anos, solteiro, filho de Mafalda, também de cor cabra; Pedro Torquato, crioulo, vinte e seis anos, solteiro, filho da crioula Maximiana (falecida); Roberto, crioulo, vinte anos, solteiro, filho de João Paulo e Felicidade.

À exceção de Amâncio e Félix, todos os envolvidos no crime nasceram no engenho. A maioria estava na faixa dos 20 a 34 anos, cresceram juntos. Eram todos do serviço da lavoura de cana e tinham uma vivência em comum no trabalho, que certamente se estendia por outros aspectos cotidianos da vida como morar, divertir-se e compartilharem as mesmas apreensões da vida escrava. Entre eles apenas um casado na igreja, mas a referência à mãe e irmãos prova que descendiam de famílias que há pelo menos duas gerações viviam sob domínio carmelita. Fora Amâncio que vinha de outra propriedade, todos os demais eram filhos de escravas pertencentes aos carmelitas. O fato de pertencerem a uma ordem religiosa que tinha domínio sobre o engenho há mais de dois séculos deve, ao menos, ter mantido aqueles escravos a salvo do vendaval das partilhas que normalmente resultavam na separação das famílias escravas nas propriedades laicas.

Dos mais de vinte escravos listados acima e dos outros citados ao longo do processo não há qualquer menção a africanos. Possivelmente toda a escravaria do engenho tivesse nascido no Brasil. O fato de serem de cor cabra ou crioulos de segunda geração pode sugerir que a substituição de africanos por cativos nascidos no país viesse se operando ali antes mesmo da proibição do tráfico em 1850.

Os envolvidos pertenciam a uma turma de trabalhadores, -- certamente esta era a forma de divisão do trabalho na lavoura do Engenho do Carmo³⁰. Não havia homens livres trabalhando no canavial; os que testemunharam no processo estavam cuidando das suas lavouras ou do gado. Fica claro que essas turmas de escravos estavam submetidas a uma cadeia hierárquica na qual frei João Lucas ocupava o ponto mais alto; abaixo dele havia o administrador ou “feitor livre”, José Pereira Mimoso, e depois o “feitor da lavoura”, o escravo Manoel da Assunção. Não devemos nos surpreender com a presença de um feitor escravo, algo bastante comum nos engenhos do Recôncavo. Havia casos inclusive de mulheres escravas exercendo a função, tudo indica feitorizando outras mulheres.

Na verdade, os carmelitas estavam em sintonia com as mudanças que vinham ocorrendo na forma de hierarquização da autoridade no interior dos engenhos na segunda metade do século XIX. O feitor de serviço tinha contato mais direto com os escravos, cuidava da perfeição e da regularidade dos trabalhos da plantação. O administrador cuidava da disciplina, inclusive era o responsável pela aplicação de castigos em caso de faltas. Mas, vez por outra, frei João Lucas ia pessoalmente tratar destas questões; quando isso acontecia, Mimoso não comparecia ao local de trabalho. Como se viu no capítulo anterior, a importância do feitor de serviço nesse ordenamento interno dos engenhos afastava ainda mais os senhores do confronto direto com os escravos e resguardava sua autoridade. Contudo, a dinâmica das tensões dentro das fronteiras do Engenho do Carmo resultante das pressões escravas vinha solapando esta configuração hierárquica. O padre queria ter um controle mais efetivo e direto dos escravos, e daqueles em especial, só que ao fazer isso se expunha perigosamente³¹.

A presença de frei João Lucas no engenho não era ostensiva, pois era obrigado a dividir as atividades de gerência do engenho com compromissos administrativos e religiosos na capital. Era intenso seu envolvimento com as questões da ordem carmelita. No processo há referência às diversas viagens que o padre fazia a Salvador, normalmente levando em sua companhia alguns escravos. Há inclusive menção ao dia 15 de setembro em que o padre religiosamente viajava para Salvador para assistir a festa

do Senhor dos Passos. O dia da sua morte deve ter sido de preparação para viagem para Salvador, não sabia, porém, que lhe aguardava um outro destino³².

Quando os equívocos levam aos acertos

No dia seguinte ao crime, soldados e paisanos da Vila de São Francisco do Conde rapidamente se juntaram e deram buscas em diversos locais da região. Naquele mesmo dia, os escravos foram capturados num lugar chamado Restinga. Por segurança, foram remetidos à Casa de Correção, na cidade da Bahia. A gravidade do acontecimento acelerou a ação das autoridades. Dois inquéritos foram realizados, um pela subdelegacia da Vila de São Francisco, outro em Salvador. Por ter sido realizado por autoridades diferentes, os inquéritos revelaram visões distintas acerca das causas, motivos e intenções que redundaram na trágica morte de Monte Carmelo. Os dois inquéritos revelam que as autoridades de Salvador e de São Francisco tinham convicções diferentes sobre a morte do padre.

Em Salvador, o inquérito foi conduzido por Alfredo Devoto, delegado do 1º Distrito. Em 16 de setembro, Devoto interrogou os onze escravos e como de praxe procurou saber os motivos, circunstâncias e autores dos golpes que vitimaram padre. Félix, Tibúrcio, Saturnino, Roberto, Pedro Torquato, Luís, Prudêncio, Hígino, Balbino e Amâncio assumiram inteiramente a autoria do crime. Todos isentaram os demais parceiros, inclusive dizendo que nada podiam fazer para impedi-los. Tibúrcio disse que o feitor Manoel da Assunção e o escravo Isidoro, que conduziram Silvestre ao engenho, não puderam fazer nada, pois já estavam no canavial quando seu senhor foi morto. O "feitor livre" estava em sua casa "porque não determina o serviço quando seu senhor está presente". Ressaltaram também que a decisão foi coletiva e a ação de momento³³.

Sobre os motivos e circunstâncias, os escravos deram versões diferentes. Félix disse que ele e seus parceiros cometeram o crime porque o padre havia se recusado a conceder o perdão ao escravo Silvestre. Tibúrcio conta que o padre chegou a conceder o

perdão a Silvestre, mas, logo em seguida, souberam que combinara com o feitor a prisão de Silvestre assim que anoitecesse. O crioulo Roberto acrescentou dado novo ao dizer que ele e seus parceiros combinaram dar cabo à vida de Monte Carmelo “afim de se verem livres delle por cauza dos maus tractos que recebião”³⁴.

Segundo Roberto o que desencadeou os acontecimentos foi a decisão do senhor em aplicar castigos corporais em Silvestre. Mas, Alfredo Devoto não deu muita importância a isso; perseguia ele outras hipóteses, e tentou arrancar dos escravos evidências que as comprovassem. Tanto assim que buscou saber da frequência com que os escravos visitavam a cidade e se acompanhavam o padre sempre que lá iam. O escravo Félix disse que comumente quem acompanhava frei João Lucas em suas viagens a Salvador eram o laçao Pedro e Carolino, escravos, nenhum deles envolvidos no assassinato³⁵.

Devoto quis saber ainda se os escravos ouviram no engenho, e mesmo na cidade, que quando frei Carmelo morresse ou fosse substituído por outro Provincial todos seriam alforriados. O delegado queria averiguar se o crime fora resultado da decisão dos escravos em apressarem a liberdade. Tibúrcio e Félix disseram nada saber. O pardo Prudêncio, muito prudentemente, revelou que no engenho muitos falavam disso “e aqui na cidade diversas pessoas do povo”, mas ele “não acreditou”. Tibúrcio contou que no engenho muitos escravos falavam disso e “aqui na cidade diversas pessoas do povo”. Amâncio, por seu lado, revelou que tais notícias “erão dadas por pessoas forras de diversas localidades vizinhas”³⁶.

Pedro Torquato, que duas semanas antes do crime acompanhara o padre em viagem a Salvador, no entanto, disse que “há muito tempo corre esta noticia lá pelo engenho fallada pela bocca de todos; e que mesmo aqui na cidade elles ouvião dizer isso pelos Estudantes que morão no Convento do Carmo, e por outras pessoas da rua”. Esclarecemos que no século XIX, os carmelitas admitiam em seu convento como residentes jovens estudantes vindos do interior ou de outras províncias. A maioria cursava medicina e farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, um dos centros abolicionistas mais atuantes na década de 1880. Torquato e os demais parceiros

demonstraram ter bastante familiaridade com as notícias que corriam na cidade, tomando conhecimento do que acontecia e se discutia no convento do Carmo e mesmo com a opinião das pessoas nas ruas. Portanto, sabiam e estavam atentos ao que era dito na cidade e também sobre as opiniões que circulavam no convento acerca da escravidão e do destino dos próprios escravos do domínio carmelita³⁷. Percebe-se que era forte o sentimento antiescravista a cidade, algo que os escravos podiam notar no entusiasmo dos estudantes que residiam no convento e mesmo nos rumores que ouviam das “pessoas do povo”.

Pedro Torquato sabia também das disputas internas entre os religiosos e das conseqüências disso para as vidas dos escravos do engenho. Sobre as inimizades do frei João Lucas, disse que quanto aos seculares nada sabia, mas que podia afirmar com segurança que os frades do Carmo, à exceção do frei Inocêncio, não gostavam do seu senhor, desconhecia apenas o motivo. Sabia, porém, que em uma ocasião frei Carmelo foi atacado por um confrade que o ameaçou com revólver em punho³⁸. Portanto, os escravos perceberam que, no âmbito do convento, frei João Lucas enfrentava dura oposição; mas sabiam que ele ainda tinha posição destacada na hierarquia.

Portanto, pelas perguntas feitas pelo delegado Alfredo Devoto infere-se que suas suspeitas recaíam sobre possíveis influências de pessoas de fora do engenho, inimigas do frei Carmelo. Os escravos teriam agido por influência de indivíduos maliciosos que queriam tirar proveito de atos desesperados. Foram assim induzidos pela esperança de alcançarem a liberdade. Para Devoto a morte do frei Carmelo poderia ter resultado de complô orquestrado por seus inimigos em Salvador. Era preciso identificar esses inimigos e verificar as possíveis conexões destes com os escravos. Vemos que Devoto, como a maioria das autoridades da época, subestimavam a capacidade dos escravos em engendramos conscientemente suas próprias ações. Preferia ele acreditar que agiam movidas pelo desespero ou induzidos por outrem.

Devoto era um homem da cidade, partia de preconceitos e opiniões sedimentadas acerca da vida e do modo de ser dos escravos do campo. Mas, sua visão é importante, pois revela outra dimensão da questão. Por certo, as dissensões entre os

frades vazaram para fora dos muros do convento. Ele apenas averiguou as possíveis conexões entre as rusgas do padre no convento com o crime cometido pelos escravos no engenho. O delegado Alfredo Devoto possivelmente ficou frustrado, pois nenhuma evidência confirmava suas conjeturas. Porém, suas desconfianças levaram os escravos a falarem e revelarem aspectos importantes de suas vidas: as idas e vindas a Salvador, as tensões com o frei João Lucas, as fugas para a cidade e como percebiam a relação dos frades no convento do Carmo. Percebe-se também que as tensões no engenho vinham se acumulando desde algum tempo; o crime foi o desenlace trágico de uma relação em que se havia esgotado toda a possibilidade de negociação entre as partes conflitantes. É sobre isso que falaremos a seguir.

Castigos, fugas, punições

Em 18 de setembro de 1882, as autoridades da Vila de São Francisco deram início a seu inquérito, conduzido pelo senhor de engenho e subdelegado da freguesia do Passé, Olímpio Antônio de Sá Barreto. Ele perseguia outra suspeita, tentou estabelecer outros nexos explicativos da morte do frei João Lucas. Suas convicções escravistas levavam-no a acreditar que a morte do padre foi motivada pela forma imoderada com que o religioso penalizava os cativos. Vejamos³⁹.

Como os autores da morte do padre estavam em Salvador, Barreto inicia o inquérito interrogando os moradores livres do engenho. Aqui é possível divisarmos como as pessoas livres ali residentes percebiam a relação entre frei João Lucas e os escravos. Desses depoimentos fica bem patente o temperamento “rigoroso” do padre. Vitorino Pires conta que frei Lucas “apenas é aborrecido para seos serviços”. Da mesma forma João Pereira Mimoso, feitor livre do engenho, afirmou que o padre era “apenas um pouco aborrecido para com aquelles que não cumprião com o seo dever, e que quando alguém cahia doente o mesmo Padre lhe servia de enfermeiro, como elle testemunha via sempre”⁴⁰.



*Drerm. capitão de malto - Santos Cunha - cansado de deitar anghosios na Gazeta da
resolheu ir pessoalmente capturar os seus escravos.*

Figura 4. Crítica a membros do clero que possuíam escravos (Jornal, *O Faisca*, 1887)

Foi justamente devido a maus-tratos que por duas vezes os escravos fugiram para Salvador, uma delas foi tratar com o próprio frei João Lucas no convento do Carmo, a outra recorrera ao Chefe de Polícia. Para alguns, estas fugas significaram experiências marcantes. Higino confessou que nos seus vinte anos de idade só veio à cidade duas vezes, “todas duas por ocasião de fugir com outros companheiros para apresentar-se ao Doutor Chefe de Polícia”⁴¹. Como vimos no capítulo anterior, ao longo do século XIX, os carmelitas, como os demais senhores de engenho, enfrentaram o problema das constantes fugas de escravos. Examinando a documentação do Carmo entre 1808 e 1848, Carlos Ott verificou a ocorrência de várias fugas de escravas e escravos caçados por Capitães do Mato pagos pelos carmelitas. Porém, na década de 1880, os carmelitas defrontaram-se com nova modalidade de fuga, aquelas em que os cativos recorriam às autoridades para denunciar abusos de seu senhor⁴².

O escravo Rufino do Carmo contou que uma das fugas resultou de “conflito” entre o feitor e os escravos. Disse “que aquelles escravos assim praticão porque seo senhor Frei João tinha dado ordem ao Feitor que quando apparecesse algum furto na Propriedade mandasse trabalhar nos Domingos afim de se descobrir o ladrão”⁴³. Privar os escravos do domingo era impedi-los de trabalhar em suas próprias roças ou venderem seu trabalho a outrem. Por isso, desobedeceram e “forão trabalhar ao velho Antônio Baptista dos Santos, e à tarde quando voltarão, tomarão cada um sua ração e fugirão para a capital e forão ao Convento do Carmo se entenderem com seo Senhor Frei João Lucas, que os fez voltar para o Engenho, dando-lhes ainda alguns cobres”. O “velho” Antônio Batista dos Santos, acima referido, maior de sessenta anos, era morador no Engenho do Carmo, vivia de sua “roça de mandioca”. Vê-se que o castigo imposto impedia os escravos de trabalharem no ganho e este foi o motivo da fuga. O pajem Pedro Celestino que nesta ocasião acompanhava o frei João Lucas, conta que “lá apparecerão esses escravos fazendo queixas; mas seu senhor os accomodou, fazendo-os voltar para o Engenho, e deo uns cobres a cada um d’elles”⁴⁴.

Acreditamos, porém, que além dos cobres, os escravos possivelmente receberam dele a garantia de que cessariam os castigos corporais e a privação do descanso dominical. Com efeito, José Elias de Campos disse que frei João Lucas durante algum tempo “era rigoroso, mas que depois que os escravos derão em fugir para a Capital, elle frei João torna-se bom demais”⁴⁵. Esta passagem demonstra que as estratégias de domínio senhorial eram bastante fluidas e dinâmicas e também que as vontades dos senhores poderiam ser dobradas pelas fugas dos escravos.

É possível que a decisão de levar Silvestre para ser castigado tenha sido vista pelos escravos como retorno do padre às práticas costumeiras de lidar com a escravaria. Por isso decidiram dar fim à sua vida. Frei João Lucas, por seu lado, ao fazer conduzir Silvestre até o engenho e em seguida perdoá-lo, talvez estivesse teatralizando uma situação na qual pretendia figurar tanto como senhor da prerrogativa de castigar, quanto da generosidade em perdoar. O pajem Pedro revelou em seu depoimento que, no momento em que Silvestre era conduzido para o engenho, o frei João Lucas confidenciou-lhe: “diz a Manoel que me peça para soltar Silvestre -- falas só com elle -- e ficou seo senhor um pouco parado em quanto elles chegavão ahi Manoel pediu por Silvestre”⁴⁶. Só que, como vimos, os cálculos do padre falharam, e isto lhe custou a vida.

Em 20 de setembro, os escravos chegaram à Vila de São Francisco, vindos de Salvador, e imediatamente foram interrogados. Nessa ocasião já tinham um discurso mais homogêneo. Silvestre contou que “seo senhor não os chicoteava, porém que castigava-os de bolos, tronco e cordas”. Félix disse “que para aquelles que desconfiava comerem terra botava no tronco, dava bolos, e por fim deitava as mãos no sacco, porém para aquelles que não tinham essa desconfiança não os maltratava e na moléstia era cuidadoso”⁴⁷. Portanto, a política de domínio senhorial exercida pelo frei João Lucas não diferia dos demais senhores. Ele buscava combinar castigos com negociação, embora estivesse recorrendo com mais frequência aos castigos como forma de resolver as tensões com os escravos e mantê-los obedientes⁴⁸. Vê-se também que a disciplina imposta pelo padre ia além dos trabalhos da lavoura. Assim o fazia, principalmente, por

estar empenhado em coibir furtos e outros comportamentos aos seus olhos indesejáveis. Porém, o carmelita estava pondo o dedo em um ponto fundamental da microeconomia escrava ao impor como castigo a privação do descanso dominical. Com isso, os cativos ficavam impossibilitados de obter algum ganho no trabalho alugado⁴⁹.

Mas o rigor do padre invadia outras áreas da vida dos cativos. O escravo Rufino do Carmo conta que o padre “apenas castigava aqueles que davão para comer terra”⁵⁰. A respeito disso abriremos parêntese para contar mais um episódio envolvendo frei João Lucas e escravos do engenho. Em 1877, o delegado do 1º. Distrito da capital, Augusto de Araújo Santos, recebeu ordens do Chefe de Polícia para verificar o estado da “preta” Mafalda, recolhida em um dos cubículos do convento do Carmo. Com efeito, o delegado encontrou a escrava deitada num banco largo, tendo próximos a si diversos preparativos e medicamentos. Mafalda disse que havia sofrido uma “estrepada” no pé, no canal do engenho. Realmente Santos notou o pé ferido e enormemente inchado. Por estar muito definhada, o delegado quis saber quantas vezes comia por dia, se vinha sofrendo sevícias e se esteve no tronco. Respondeu Mafalda:

que comia três vezes por dia, e apenas levou há tempos umas palmatoadas e esteve no tronco por causa de comer terra e fiapos de pannos; mas logo que seu senhor Frei João Lucas do Monte Carmelo soube (no engenho) que ella estava com o pé estrepado e inflamado, o que até então ninguém sabia, mandou-a tirar do tronco e tratá-la, trazendo-a para esta cidade, afirm de melhor fazer-o⁵¹.

O delegado notou ainda que as mãos de Mafalda não traziam marcas de palmatoadas e o corpo não apresentava sinais de sevícias. Porém, estava muito magra e “opilada” (sofrendo de amarelão) e com a língua completamente branca. Concluiu com isso que realmente tinha “vício” de comer terra. Santos observou que tudo se passou entre ele, o escrivão e Mafalda. Em seguida foi interrogar frei João Lucas que confirmou o depoimento da escrava. Santos também interrogou os estudantes hospedados no convento e deles soube a mesma versão, acrescentando que a escrava vinha tendo tratamento do Dr. José Luís do Almeida Couto.

O delegado deve ter se convencido de que não havia responsabilidade alguma do senhor sobre o estado crítico de Mafalda. Acreditamos, porém, que esta história não morreria aí; deve ter causado viva impressão à comunidade carmelitana a presença de uma mulher e mais ainda a visita de uma autoridade laica em seus domínios. É provável que a história da “Misteriosa encelada do Carmo” recolhida por Silva Campos ainda na década de 1920 tenha estreita relação com a presença da “preta” Mafalda no convento do Carmo. É possível que para deleite dos românticos Mafalda, negra e idosa, tenha se transfigurado em branca e moça. A fábula preservou, no entanto, o fato de estar magra, esquelética e recolhida em cubículo recôndito do convento, obviamente por ser interdito a presença de mulher naquela ordem religiosa e, principalmente, por ser escrava. Frei João Lucas tentou manter o caso em sigilo, mas os rumores do fato, possivelmente espalhados pelos estudantes e frades desafetos, chegaram aos ouvidos do Chefe de Polícia⁵². Em verdade, lembramos, Mafalda era mãe do crioulo Luís, um dos implicados na morte do padre.

Vemos, portanto, que era antiga a implicância do padre com aqueles que insistiam em comer terra. Sabemos que não se tratava de “vício” como se acreditava na época. Na verdade, estavam sofrendo de carência de sais minerais, certamente agravada pelo rigor do frei João Lucas em controlar o acesso aos mantimentos⁵³.

No dia 18 de outubro, após a conclusão do inquérito, o promotor público denunciou os escravos como autores da morte do frade e os enquadrou no artigo primeiro da Lei de 10 de junho de 1835, a célebre lei aprovada logo após a rebelião dos malês para punir crimes cometidos por escravos. Ao longo do século XIX, foi este dispositivo legal o principal recurso de defesa senhorial contra ataques às suas pessoas, famílias e feitores⁵⁴. Quatro dias antes, os religiosos carmelitas, convencidos da “veracidade dos factos”, ou seja, que não tinham chance de reaver suas propriedades, declararam desistir do domínio sobre os escravos citados no inquérito, à exceção de Silvestre, inocentado nos autos. De setembro de 1882 a março de 1884, os escravos denunciados no crime permaneceram presos na cadeia da Vila de São Francisco. Em

março de 1884, foram transferidos para a cidade de Santo Amaro para serem julgados, à exceção de Saturnino, morto de “ataques beribéricos” na cadeia de São Francisco.

O julgamento dos escravos começou no dia 26 de março de 1884, na cidade de Santo Amaro, sede da Comarca em que estava inserida a Vila de São Francisco do Conde. Rafael José Jambeiro, acadêmico do quinto ano de medicina, se apresentou para a defesa dos réus. Nessa época, o abolicionismo já havia se tornado a grande bandeira dos estudantes da Faculdade de Medicina e Jambeiro integrava o movimento. Defender réus escravos em tribunais da cidade do Salvador e do interior da província tornou-se então uma das principais formas de militância abolicionista. Nesses momentos o movimento ganhava maior visibilidade e a tribuna servia para divulgar idéias abolicionistas. O julgamento foi acompanhado de perto pelos abolicionistas da capital. Depois que o juiz preferiu a sentença de condenação aos réus um artigo foi publicado na *Gazeta da Tarde* denunciou a parcialidade da decisão do júri, em sua maioria composta de “ignorantes escravocratas”⁵⁵.

Durante o julgamento, os escravos foram novamente interrogados sobre os acontecimentos do dia 14 de setembro de 1882. Estes depoimentos são importantes não tanto pelo que revelam do cotidiano dos escravos no engenho, mas principalmente da estratégia da defesa durante o julgamento. Não dispõe o processo da argumentação de Jambeiro, mas percebe-se pela ênfase dos depoimentos que ele buscou demonstrar que o crime teve como motivações os castigos excessivos prescritos aos escravos pelo frei João Lucas. Assim, pretendia convencer os jurados de que os escravos eram as vítimas e não os algozes do padre. Sem dúvida, o crime encaixava-se perfeitamente na retórica abolicionista.

Vimos mais atrás que o frei João Lucas não era nenhuma excrescência senhorial. Ele se conduzia como qualquer senhor de escravos da região, temperando sua política de domínio com castigos e negociação. Não se tratava de um senhor singularmente “mau” como apareceu na fala dos escravos diante dos jurados, nem tão pouco nas diversas versões preservadas pela tradição oral. Nos depoimentos dados durante os inquéritos feitos em Salvador e São Francisco, os escravos referiram-se

inclusive ao caráter negociador do frade, tanto na concessão do “perdão” a Silvestre como em dar “alguns cobres” quando foram procurá-lo para queixarem-se do feitor. Ocorre que a política de domínio escravista estava permanentemente sob tensão e, por pouca coisa, o frágil equilíbrio se quebrava podendo dar lugar a explosões de violência de parte a parte. Parece-nos que o senhor frade não dosou muito bem seus rigores num momento em que a escravidão vinha rapidamente perdendo legitimidade e os escravos vinham alimentando fortes aspirações de liberdade.

Ao longo dos depoimentos, os escravos revelaram outras formas opressivas de vida sob a escravidão, sobretudo a privação do descanso dominical, mas enfatizar os castigos físicos talvez fosse a única maneira de se fazerem entender. Para os escravos deveria haver motivos mais profundos do que o urgente desejo de salvar a pele de uma condenação rigorosa. O fato é que mataram um padre. Eles provavelmente acreditavam em Deus e Nossa Senhora do Carmo e buscaram justificar seu ato perante os senhores de outro mundo. A versão construída pelos escravos e incorporada à tradição oral acerca da crueldade exorbitante de João Lucas foi possivelmente concebida nessa tentativa de justificar perante a justiça de Deus e dos homens que o frade além de mau senhor era mau pastor.

O fato é que em 27 de março de 1884, o juiz de Santo Amaro proferiu sentença rigorosa, condenando Tibúrcio, Pedro Torquato, Prudêncio, Higinio, Roberto e Balbino a galés perpétuas de acordo com o artigo 1º. da Lei de 10 de Julho de 1835, adicionado ao artigo 94 do Código do Processo. Félix, Luís e Amâncio foram condenados a 20 anos de prisão com trabalho de acordo com o artigo 192 do Código Criminal. O advogado ainda tentou apelação ao Tribunal Superior; por seu lado, os juizes do Superior remeteram o processo ao Poder Moderador para decisão final. Não temos indicações dos desdobramentos do processo nessa última instância, mas tudo indica que a sorte dos condenados estava selada. Segundo Silva Campos, pouco depois da Abolição foram indultados, como aconteceu com todos escravos que estavam cumprindo pena⁵⁶.

Conclusão do capítulo

Para concluir este capítulo é preciso ver a inserção deste acontecimento em seu momento histórico e, principalmente, na dinâmica das relações sociais escravistas. Que os últimos anos da escravidão no Brasil foram marcados pela intensificação das tensões sociais e dos conflitos provam vários estudos sobre o período em diversas regiões. Inclusive, nas últimas décadas do século XIX, houve uma tendência crescente à transgressão escrava em várias regiões do país. Estes trabalhos demonstram que as iniciativas escravas foram decisivas para minar as bases de domínio escravista⁵⁷.

A narrativa dos incidentes ocorridos no Engenho do Carmo permite dimensionar práticas e iniciativas de escravos e escravas no Recôncavo, no início da década de 1880. Esse evento e muitos outros que ocorreram ao longo daquele período, chamam a atenção para a lógica das ações escravas e seus significados. Sabe-se que as iniciativas escravas estavam centradas em aspectos concretos da relação senhor/escravo, na questão dos castigos, na formação e preservação de laços familiares e afetivos, na preservação dos dias de domingo para o descanso ou trabalho nas roças de subsistência, na defesa de valores e atitudes, na preservação de espaço e tempo para cultuar santos e deuses e, principalmente, na alforria. É certo que estas questões atravessaram toda a escravidão nas Américas, contudo num momento em que a escravidão vinha perdendo legitimidade elas adquirem significados políticos peculiares. Em torno daquelas questões ocorreram mudanças significativas nas atitudes e comportamentos dos escravos frente aos senhores, redefinindo formas de negociar e pressionar.

A questão das fugas representa um bom exemplo da redefinição de práticas escravas. Até a década de 1870, as fugas dos escravos do Engenho do Carmo eram iniciativas individuais ou coletivas que visavam distanciar-se do cativo, eram as chamadas “fugas para fora”. Este o caso, por exemplo, do escravo João que fugiu para longe do Engenho do Carmo no início de 1878, mas foi capturado em povoado remoto nas imediações da cidade de Alagoinhas no mês de agosto daquele ano⁵⁸. Mas, a partir da década de 1880, os escravos do Engenho do Carmo passaram a praticar uma outra

modalidade de fuga, na qual coletivamente buscaram pressionar o senhor para reconsiderar formas de tratamento⁵⁹. Numa outra ocasião foram direto ao Chefe de Polícia queixarem-se dos castigos impostos pelo frade. Há quem argumente que estavam agindo dentro dos referenciais escravocratas, mas estes atos e suas conseqüências, por certo, concorriam para implodir as relações escravistas nos seus próprios fundamentos.

Como observamos, essas fugas foram experiências de vida marcantes. Nesses momentos os escravos do Engenho do Carmo entraram em contato com as opiniões e atitudes antiescravistas na cidade, possivelmente também com abolicionistas⁶⁰. Não descartamos a possibilidade de que entre os carmelitas já existissem simpatizantes da causa abolicionista. No convento mesmo, eles ouviram dos estudantes ali residentes a notícia de que seriam livres com a substituição ou morte de frei João Lucas. Os bens do convento passariam para as mãos do Estado e os escravos pertencentes à ordem seriam libertados.

Tudo isso naturalmente chegava às senzalas do Engenho do Carmo e era objeto de conversas e inevitáveis reflexões. Mas sabiam que não poderiam desesperar diante de quimeras liberais. Por certo, estas notícias reforçaram neles a convicção de que certas prerrogativas senhoriais já não poderiam ser exercidas – castigos, por exemplo. E, mesmo, que o consenso em torno da escravidão estava sendo minado pela emergência de opiniões abertamente favoráveis à abolição. A referência a “pessoas do povo” chama a atenção para a agitação antiescravista nos meios populares da cidade do Salvador. Para os escravos dos carmelitas foi marcante como essas pessoas os animavam com notícias de que em breve estariam livres. Sabemos que esse envolvimento popular foi fundamental nas ações arrojadas contra a perseguição policial a negros fugidos e contra senhores que se opunham à liberdade de seus escravos.

Esperança mesmo de bons dias devem ter tido ao ouvir de “pessoas forras” que logo estariam libertos. Isso demonstra que os forros não estavam indiferentes aos destinos de amigos e parentes ainda presos nas malhas da escravidão. Atiçar a esperança de liberdade dos parceiros cativos foi também uma forma eficaz de apressar o fim da escravidão. Mas o clima animador de antiescravismo que puderam perceber nas ruas de

Salvador e as promessas de liberdade anunciadas pelos libertos possivelmente contrastavam com a postura inflexível dos carmelitas baianos em relação à escravidão em seus domínios. Desde o início da década de 1870, algumas ordens religiosas e mesmo os carmelitas de outras províncias do Brasil já haviam sinalizado para a emancipação de seus escravos. Em outubro de 1871, a ordem beneditina libertou todos os seus escravos e, em 20 de dezembro daquele mesmo ano, os carmelitas da província fluminense tomaram a mesma decisão⁶¹. Sendo o principal defensor da política conservadora carmelitana em relação à escravidão, explica-se porque na avaliação dos escravos o frei João Lucas não estava na conta de bom senhor nem de bom pastor.

Aqueles escravos buscaram tirar proveito da conjuntura antiescravista na cidade do Salvador. Em momento algum eles recorreram às autoridades de São Francisco, pois sabiam que ali suas demandas dificilmente seriam atendidas. Em São Francisco os cargos públicos estavam nas mãos dos senhores de engenho ou de seus parentes e amigos. As autoridades de Salvador eram mais receptivas às demandas escravas ou estavam mais expostas às pressões da opinião pública. Mas nem sempre os escravos foram bem sucedidos em iniciativas deste tipo. No Tribunal do Júri de Santo Amaro, Tibúrcio lamentou que na época que fugiu com os companheiros para denunciar os maus-tratos sofridos foram mandados de volta para o engenho, “afinal sem que o Chefe de Polícia tivesse dado providências”. João da Silva Campos refere-se a este episódio afirmando que os escravos não foram admitidos à presença do “magnata”, que de novo os tocou sob escolta para os domínios de seu senhor⁶².

Mas, a despeito disso, as bases tradicionais de domínio e autoridade senhoriais estavam seriamente comprometidas nos domínios carmelitas e alhures. Para começar, as tensões entre o frade e os escravos extrapolaram os limites do engenho caindo no domínio público e envolvendo autoridades policiais da cidade do Salvador. A prerrogativa de castigar e penalizar por faltas cometidas estava sendo posta em questão. Os crimes dos escravos se deram justamente nos momentos em que senhores e feitores pretendiam drástica e violentamente fazer valer costumeiras prerrogativas.

Em seu estudo sobre criminalidade nos municípios paulistas de Campinas e Taubaté, Maria Helena Machado dá exemplos convincentes de que muitos dos crimes cometidos por escravos contra senhores e feitores, mais do que explosão instintiva contra uma situação de extrema opressão, pareciam ter como móvel a percepção da quebra repentina do ritmo costumeiro do trabalho e uma aplicação exagerada ou injusta dos castigos corporais⁶³. Entretanto, o que está insinuado nos depoimentos do processo que ora analisamos é que não se tratava de quebra e sim de não aceitação das tais regras costumeiras. A questão dos castigos corporais e a privação do domingo, motivos pelos quais os escravos coletivamente fugiram para denunciar às autoridades provinciais e que foram levados a dar cabo à vida do seu senhor são evidências de que não estavam mais dispostos a suportar castigos que sofreram seus pais e eles mesmos vinham até então sofrendo.

Trata-se de uma outra ordem de rebeldia, mais anti-sistêmica que por dentro do sistema, ou pelo menos contra a resistência do padre a se adaptar aos novos rumos do sistema em um momento de crise de legitimidade. Não se tratava de rebeldia regeneradora ou restauradora, mas de rebeldia de ruptura, hipótese reforçada pela informação de que os escravos sabiam estar à beira da liberdade, tomados pelo clima abolicionista, conscientes do maior poder de interferência do Estado sobre as relações escravistas e da desmoralização da instituição na própria vida conventual.

Aliás, o que ocorreu no Engenho do Carmo não foi um acontecimento isolado. Conforme vimos no capítulo anterior, alguns conflitos ocorridos nos engenhos baianos foram motivados pela tentativa dos feitores obrigarem os cativos a trabalhar no domingo. Privar os escravos do descanso dominical era forma tradicional de punir faltas cometidas, mas aqueles escravos não estavam mais dispostos a tolerar tais penalidades. A recorrência destes acontecimentos na década de 1880 causou preocupação entre os senhores de engenho da região. Um mês após a morte do padre, o *Echo Santamarense*, jornal com circulação em Santo Amaro, órgão do Partido Conservador e porta-voz de parcela considerável de senhores de engenho locais, em editorial denunciava a incidência reiterada de crimes contra senhores e feitores. Mesmo não fazendo menção

direta ao episódio ocorrido no Engenho do Carmo fica evidente que o articulista estava refletindo sobre aquela ocorrência. Em tom bombástico, abriu o artigo anunciando que “uma aterradora ameaça pende sobre os nossos agricultores”. Além de criticar a timidez do governo imperial em acudir a crise da agricultura canavieira e coibir a penetração da propaganda abolicionista nas propriedades, o articulista alertava para a impunidade em relação aos crimes contra os senhores. Em seguida, evocou um tempo em que o rigor era redobrado nas punições dos crimes cometidos por escravos.

Outr’ora causava surpresa o conhecimento de um facto singular practicado por um escravo, sem participação dos seus companheiros na propriedade agrícola, e na população indignada chamada no Jury a julgar o delinquente, fazia descarregar sobre sua cabeça a espada implacável da justiça, tornando effectiva a lei, e a sua execução⁶⁴.

O articulista enxergava algo de pedagógico nas rigorosas punições aos escravos delinquentes, pois a “cabeça que rolava nos degraus do patíbulo, offerecia um espetáculo horroroso (...), mas entibiava as forças de outros malfeitores” e “suspendia attentados projectados”. Apontou também uma espécie perigosa de politização escrava na execução dos crimes. Enquanto nos “bons tempos” os escravos cometiam crimes individualmente e diante de uma “injustiça qualquer”, “hoje não, a reflexão se manifesta clara, quando se reúnem dez e mais escravos, planejam o attentado, combinam todos os meios de sua execução, todas as conseqüências, mostram a convicção de que não temem um resultado funesto e suas pessoas, depois de terminarem o crime que concertaram”.

Finalizava, lastimando que àquela altura da década de 1880, os delinquentes agissem com a certeza da absolvição, com a conivência do Imperador que cobria tais crimes com o “manto imperial”. A crítica a D. Pedro II relacionava-se à sua atitude emancipacionista de substituir as penas capitais por prisão nas galés. Estas palavras denunciavam o indisfarçável pânico que assaltava senhores de escravos e seus portavozes, sentimento que se desdobrava em imagens terríveis de familiares e prepostos vitimados pelo que rotulavam de “ferocidade” escrava. O medo desaguava na nostalgia,

nostalgia de um tempo em que o terror da lei era a garantia para suas vidas e propriedades. A reação escravocrata buscava assim criar uma situação em que o terror legalmente conduzido se estabelecesse, evidentemente com conseqüências terríveis para as populações escrava e negra em geral.

Possivelmente, foi nesse mesmo ambiente que a morte do frei João Lucas, em sentido inverso e talvez em contraposição ao terror senhorial, incorporou-se à tradição oral popular como mais um caso exemplar de revide escravo contra senhores cruéis. Só que isso se deu num momento bastante delicado, momento em que se tornava difícil distinguir o cativo “justo” do “injusto”, instante em que a imagem da escravidão passava a irremediavelmente se confundir com a da própria injustiça e crueldade. A história da brabeza do frade foi concebida na tradição oral negra no momento em que os escravos buscavam afirmar direitos de liberdade e quem sabe da tentativa de fazerem senhores reticentes concluir que a “moral da história” poderia ser-lhes desfavorável. No início da década de 1880, o significado desta história guardava uma mensagem bastante contundente para quem ainda pensava em manter as relações escravistas. Seguramente foi um tempo de duras e inesquecíveis lições para todos os envolvidos.

Notas

1. João da Silva Campos, *Tempo antigo, crônicas de antanho, marcos do passado, histórias do Recôncavo*, Bahia, Secretária de Educação e Saúde, 1942, registra diversas histórias e lendas envolvendo senhores e escravos nos engenhos do Recôncavo.
2. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, João da Silva Campos, *Tradições bahianas*, Bahia, Gráfica da Escola de Aprendizes e Artífices, pp. 377-378. Ver rápida nota sobre esse “escabroso” crime em Carlos Ott, *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1536-1888*, Bahia, Editora Bigraf, 1996, p. 58.
3. Jardilina de Santana Oliveira, *São Sebastião do Passé, 278 anos de História*, Bahia, Gráfica Santa Helena, 1997, pp. 16-18, registra a presença da morte do frade na memória dos habitantes de São Sebastião.
4. O processo crime instaurado em 1884 para apurar a morte do frei João Lucas e julgar os escravos encontra-se no APEB, *Processo crime*, Seção Judiciária, maço 22/757/01 (doravante toda vez que citarmos *Processo* é a ele que estamos nos referindo).
5. Salvo engano os dois únicos autores a tratarem do assunto foram João da Silva Campos, *Tradições bahianas*, e Carlos Ott, *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos*. É notável que, Luís Anselmo da Fonseca em, *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, dedique parte considerável do livro à denúncia dos compromissos e omissões do clero em relação à escravidão, inclusive a padres proprietários de escravos, mas não escreveu uma linha sequer sobre a morte do frei João Lucas.
6. Segundo Schwartz, *Segredos internos*, p. 103, a limpa dos canaviais era trabalho contínuo e quando os escravos completavam outras tarefas eram ordenados a limpar os campos novamente.
7. A safra iniciava-se entre agosto e setembro e se estendia até princípios de maio; a respeito do calendário de atividades em um engenho do Recôncavo ver Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*, p. 100. Ver também Wanderley Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, São Paulo, Editora Nacional, 1982, pp. 357-369.
8. APEB, *Processo*, depoimento de Silvestre, fl. 54.
9. *Ibidem*, *Processo*, fl. 33.
10. *Ibidem*, *Processo*, fl. 49.
11. *Ibidem*, *Processo*, fl. 26.
12. *Ibidem*, *Processo*, fl. 58.
13. *Ibidem*, *Processo*, fl. 49.
14. *Ibidem*, *Processo*, fl. 42. Sobre os batismos celebrados pelo frade veja ACMS, *Livro de registros de batismos da freguesia de São Sebastião das Cabeceiras do Passé*, livro 7 (1862-1875).
15. *Ibidem*, *Processo*, 43-43v.
16. *Ibidem*, *Processo*, fl. 5v

17. *Ibidem*, *Processo*, fl. 45v

18. Os religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo eram dos mais antigos no Brasil. Segundo Luís dos Santos Vilhena, *A Bahia no século XVIII*, v. 2, pp. 444-445, eles se estabeleceram na cidade de Salvador na década de 1580. Seu convento foi construído no Monte Calvário, mais tarde chamado de Carmo. Em torno dele se formaria a freguesia de Santo Antônio Além Carmo. No final do século XVIII, os carmelitas tinham convento em Cachoeira, engenhos e fazendas, administrados por 16 religiosos. No total contavam com 183 religiosos e, segundo observação de Vilhena, “hoje porém está muito diminuto este número em razão de desgostos domésticos que há anos grassam entre aqueles religiosos, pelo que têm saído muitos da religião, e entrado poucos”. Sobre os carmelitas na Bahia, ver também Inácio Accioli, *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial, 1937 (anotadas por Braz do Amaral), pp. 198-213. Ver também Marieta Alves *Convento e Ordem 3a. do Carmo*, Salvador, Publicação da Prefeitura do Salvador, 1949.

19. Carlos Ott, *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1536-1888*, vol. 2, pp. 58-59. Segundo Ott, o Terra Nova era um dos mais antigos engenhos da freguesia de São Sebastião do Passé. É importante não confundir o Engenho Terra Nova dos carmelitas com o outro Terra Nova pertencente ao Visconde de Bom Jardim, localizado na freguesia de Rio Fundo, na cidade de Santo Amaro. No *Livro de Matrículas de engenhos*, datado de 1807 o Engenho do Carmo foi registrado com a seguinte observação: “Engenho situado na Freguesia do Passé, dista do porto de embarque 8 léguas, da possessão dos Religiosos do Carmo”, fl. 8v.

20. Segundo as “Notícias sobre a Freguesia de S. Sebastião das Cabeceiras de Passé”, do Vigário Felipe Barbosa da Cunha, citadas por Braz do Amaral no livro de Inácio Accioli, *Memórias*, vol. 5, pp. 404-405, além do Terra Nova, existiam nessa freguesia mais sete engenhos, Laranjeiras, Pojuca, Retiro, Água Boa, Pimentel, Laranjeiras Novas e o Papassu.

21. Sobre essas informações ver APEB, *Conventos, 5273* (1824-76), correspondência do frei Francisco Rogério das Dores Mello dirigido ao Presidente da Província, em 27 de janeiro de 1835. Segundo Anna Amélia Vieira Nascimento, *Patriarcado e Religião. As enclausuradas Clarissas do Convento do Desterroa da Bahia, 1677-1890*, Bahia, Conselho de Cultura, 1994, p. 286, eram os carmelitas, junto com os beneditinos, as ordens de maior patrimônio imobiliário da Bahia no século XIX.

22. Ver Cristiano Muller, *Memória histórica sobre a religião na Bahia (1823-1923)*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 96.

23. O envolvimento de ordens religiosas em empreendimentos açucareiros, inclusive os carmelitas, é abordado por Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*, pp. 92-93.

24. Ver Inácio Accioli, *Memórias*, pp. 462-463.

25. APEB, *Conventos, 5273*, Carta do Provincial Tomás Aquino Ribeiro ao Presidente da Província, 26 de janeiro de 1848, informando que o rendimento das casas chegava a 3:800\$440; dos foros 408\$430; do Hospício do Pilar era de 324\$000 e o líquido da safra de 1847 era de 9:824\$242. Portanto um rendimento de pouco mais de 14 contos (14:357\$112), mas segundo Ribeiro as dívidas alcançavam a cifra de 50 contos (50:000\$000). Informou ainda que parte das dívidas foi solvida pelo “nosso correspondente”, Manoel José de Almeida e só assim evitou-se que os bens fossem a hasta pública.

26. APEB, *Conventos, 5273*, ver carta de Frei Tomás de Aquino Ribeiro informando que em 1848, a ordem carmelita da Bahia era composta de 49 religiosos, sendo 28 na capital e os restantes distribuídos

pela cidade de Cachoeira e por outras províncias.

27. Cristiano Muller, *Memória Histórica Sobre a Religião na Bahia*, p. 96.

28. Silva Campos, *Tradições bahianas*, p. 378, refere-se ao frei Alexandrino José do Rosário Figueiroa que pernitando no Engenho do Carmo voltou de lá horrorizado com frei João Lucas tão "imisericordioso e dominado pela cólera". No processo crime, o escravo Félix disse que "algumas vezes" viu por lá o mesmo religioso, APEB, *Processo*, fl. 13v.

²⁹. APCSE, *Livro e Inventários do Convento do Carmo da Bahia, 1796-1935*, fls. 125-127v.

³⁰. Sobre o trabalho nas plantações dos engenhos ver Stuart Schwartz, *Segredos internos*, p. 127.

31. Veja a respeito Maria Helena Machado, *Crime e escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravos*, São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 88-90.

32. APEB, *Processo*, fl. 33v.

33. *Ibidem*, *Processo*, fl. 15.

34. *Ibidem*, *Processo*, fl. 15 e 23.

35. *Ibidem*, *Processo*, fl. 13.

36. *Ibidem*, *Processo*, fl. 31 e 37v.

37. *Ibidem*, *Processo*, fl. 27.

38. João da Silva Campos, *Tradições bahianas*, p. 378, reproduz carta de um seu leitor que declarava ter conhecimento das rusgas de frei Lucas no Convento do Carmo. Dizia o missivista: "Conheci frei Lucas, de quem se ocupa na sua crônica, 'A encelada do Carmo'. Em 1881, ou começo de 1882, por alguns dias, quando colegial, fiz domicílio em uma cela do Convento do Carmo. Era frei Lucas superior de 3 ou 4 companheiros. Recordo-me dos nomes de dois deles: frei Inocência, frei João. Com este andava o Superior em freqüentes arrelias, que, muitas vezes, escandalizaram os estudantes alojados no convento".

39. Consta que em 19 de setembro de 1882, Alfredo Devoto enviou ao Chefe de Polícia cópia das perguntas que foram feitas aos onze escravos envolvidos na morte do Frei João Lucas. Sabemos também que esta cópia chegou até as mãos do delegado da Vila de São Francisco, APEB, *Delegados*, 6219.

40. APEB, *Processo*, fls. 44-45v.

41. APEB, *Processo*, fl. 33v.

42. Ver Carlos Ott, *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos*, vol. 2, p. 58.

43. *Ibidem*, *Processo*, fl. 52.

44. APEB, *Processo*, fls. 51-51v.

45. APEB, *Processo*, fl. 47v.

46. Ibidem, *Processo*, 50v.

47. Ibidem, *Processo*, fls. 55v-56v.

48. Sobre castigos nos engenhos baianos, ver Stuart Schwartz, *Segredos internos*, pp. 123-27; ver também Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 98-121. Uma reflexão sobre a relação entre castigos e exercício do poder senhorial é feita por Silvia H. Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 29-96.

49. Uma discussão aprofundada sobre microeconomia escrava é feita por Maria Helena Machado, *Crime e escravidão*, pp. 103-112. Segundo ela os desvios furtivos de parte da produção agrícola possibilitavam, entre outras coisas, forjar espaços de autonomia dentro da ordem escravista.

50. APEB, *Processo*, fl. 52v.

51. APEB, *Delegados*, 6214, Correspondência do delegado Augusto de Araújo Santos ao Chefe de Polícia. A parte superior do documento está completamente danificada, de maneira tal que não há como sabermos o dia e o mês em que foi escrito.

52. Ver João da Silva Campos, *Tradições bahianas*, pp. 378-379. Silva Campos apóia-se no depoimento do farmacêutico Cleomenes Eumiciano Borba, que no tempo de estudante da Faculdade de Medicina residiu no Convento do Carmo. Disse o farmacêutico que na época em que ali esteve existia uma enclausurada, trancada em cela fria, escura e recôndita. Silva Campos cita também um ex-escravo, “sujeito sisudo e fidedigno” que confirmou a história. Segundo o cronista, este acontecimento se deu entre 1876 e 1879, o que torna ainda mais plausível a nossa hipótese.

53. Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 253-254, aborda o problema das carências alimentares na população escrava da Corte.

54. A reação escravista que sucedeu a rebelião Malê, encontra-se em João José Reis, *Rebelião escrava. A história do levante dos Malês, 1835*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 235-81; Maria Helena Machado, *Crime e escravidão*, pp. 35-36, analisa a Lei de 10 de Julho de 1835.

55. BPEBa, *Echo Santamarense*, 26 de abril de 1884, p. 1, neste número jurado defende-se das acusações dos abolicionistas.

56. Ver João da Silva Campos, *Tradições*, 378.

57. Entre outros ver Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*; Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade* (São Paulo, 1990); Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio*; Maria Helena Machado, *O plano e o pânico*; Célia Marinho Azevedo, *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Ver o estudo de Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, Hucitec, 1998, especialmente capítulo I, onde discute os significados do crime para os escravos, em São Paulo.

58. APEB, *Delegados*, 6214. Correspondência do delegado de Alagoinhas, Manoel Félix da Cunha para Chefe de Polícia.

59. Segundo Reis & Silva, *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 71-72, esta modalidade de fuga vinha se intensificando desde 1870.

60. Sobre abolição e abolicionistas numa perspectiva política ver Jailton Lima Brito, "A Abolição na Bahia".

⁶¹. A respeito dos beneditinos, ver Robert W. Slenes, "Senhores e subalternos no Oeste Paulista", in Luís Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, vol. 2, p. 268. Sobre as decisões dos beneditinos e dos carmelitas fluminenses, ver *Documentação jurídica sobre o negro no Brasil*, pp. 157-158.

⁶²62. APEB, *Processo*, fl. 213. Ver sobre esse fato João da Silva Campos, *Tradições bahianas*, p. 378.

63. Ver Maria Helena Machado, *Crime e escravidão*, pp. 65-66.

64. BPEBa, *Echo Santamarense*, 20 de outubro de 1882, p. 1, editorial intitulado "Graves crimes impunes".

CAPÍTULO III

ENCRUZILHADAS DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE –1880-1888

Nos capítulos anteriores, vimos que nas duas últimas décadas de escravidão, as cidades do Recôncavo, sobretudo Salvador, tornaram-se refúgio de grande número de escravos fugidos dos engenhos. Ao fugirem para os centros urbanos, os escravos levaram em consideração diversas condições a seu favor -- a interferência crescente das autoridades policiais nas relações entre eles e os senhores, as decisões muitas vezes favoráveis dos juizes e a vitalidade do movimento abolicionista. Por certo, os escravos avaliaram, também, a crescente hostilidade das camadas populares das cidades ao escravismo. O envolvimento popular nas manifestações de rua contra a escravidão foi objeto de inúmeros estudos sobre o processo de abolição na Bahia e no Brasil¹. Aqui buscaremos identificar os fios que ligavam os escravos dos engenhos aos abolicionistas e às populações livres, libertas e cativas da cidade. A reconstituição desses laços sociais, fortalecidos no contexto dos embates antiescravistas, é fundamental para entender como as agitações sociais repercutiram nas relações escravistas no interior dos engenhos.

Sabemos que a maioria dos engenhos do Recôncavo baiano foi construída às margens da Baía de Todos os Santos ou ao longo dos rios que cortam a região. Os grandes engenhos eram dotados de portos próprios, de canoas, lanchas, saveiros e de

escravos especializados na navegação marítima e fluvial. Além de mercadorias e pessoas, pelas embarcações seguiam as notícias que renovavam as ligações entre populações do interior e do litoral. As notícias seguiam, também, o curso das rotas das tropas de muares que articulavam as vilas e cidades com regiões mais distantes. Com o avanço da lavoura de cana para o norte do Recôncavo, especialmente em direção a Rio Fundo e Lustosa, as rotas fluviais e marítimas se articularam às estradas de ferro que ligavam o litoral àquelas localidades. O certo é que, na década de 1880, as freguesias açucareiras estavam inseridas num amplo circuito de comunicações que ia muito além das fronteiras do Recôncavo. Nesse cenário, os escravos dos engenhos sabiam o que acontecia na cidade ou em outros engenhos da região.

As notícias circulavam, com certa facilidade, pelos engenhos e os escravos estavam atentos ao que se discutia sobre a escravidão e sobre seus próprios destinos. Nas casas-grandes, podiam ouvir “a furto” o que os senhores discutiam e falavam sobre os debates parlamentares e sobre o avanço do abolicionismo. Nas feiras e portos era possível recolher informações de quem circulava pelas vilas e cidades. Nos incidentes ocorridos no engenho carmelita, os libertos foram importantes fontes de informações do que ocorria e se discutia sobre escravidão nos centros urbanos. Referindo-se ao agravamento da crise das relações de trabalho nos engenhos, em fins da década de 1880, Wanderley Pinho escreveu: “Cada barco que chegava [ao Engenho Freguesia] trazia uma notícia dos expedientes revolucionários de Carigé, o Antônio Bento da Bahia: fugas de cativos, acoutamento de evadidos das senzalas, ousadias e rebeldias de escravos”².

Os escravos, que freqüentavam os portos de Salvador e Cachoeira ou fugiam para as cidades, perceberam que o sentimento antiescravista, nestes centros, na década de 1880, havia sido abraçado por amplos setores da sociedade. Em muitos episódios, escravos, livres e libertos se juntaram para arrancar das mãos da polícia escravos fugidos, impedir a venda para outras províncias ou denunciar senhores que castigavam imoderadamente seus cativos. A colaboração e a solidariedade das populações urbanas ampliaram as chances de rompimento definitivo com a escravidão através das fugas³. Sem a delação ou contando com a cobertura dos

trabalhadores da cidade era possível passar despercebido ou não ser importunado pelas forças policiais. Em janeiro de 1884, o subdelegado dos Mares informou que faleceu, na rua da Calçada, uma crioula chamada Maria. Ao apurar a identidade da falecida, o subdelegado soube, através dos vizinhos, que ela havia sido escrava fugida de um senhor de engenho em Feira de Santana e residia na freguesia há mais de quatro anos⁴. Naqueles anos, tornou-se mais difícil aos senhores reaverem os cativos que fugiam.

Desde a segunda metade do século XIX, a escravidão havia perdido consenso entre as camadas mais baixas da população. O encarecimento da mão-de-obra cativa havia restringido o acesso à propriedade escrava. Desde então, possuir escravos passou a ser privilégio de poucos, especialmente dos mais ricos. Além disso, o crescimento da população livre e liberta, desde a segunda metade do século, encontrou sérios obstáculos num mercado de trabalho ainda dominado por práticas e interesses escravistas. Ademais, parte dessa população havia passado pelos rigores da vida escrava ou ainda tinha parentes e amigos presos às malhas do cativo.

Além disso, de variadas maneiras a escravidão afetava negativamente a vida de livres e libertos. Basta dizer que podiam ser confundidos com escravos e presos como suspeitos de fugidos. Em 9 de maio de 1876, o delegado de Cachoeira prendeu, nos subúrbios da cidade, um africano chamado Manoel Gouveia, suspeito de ser escravo fugido. Manoel Gouveia afirmou que era liberto há cerca de três anos e mudou-se da capital para Cachoeira para viver de ganho. Disse que, antes da carta de liberdade, empregava-se no serviço de roça, mas quando este faltava, o seu senhor o mandava para o ganho, a fim de “pagar-lhe semana”. A desconfiança do delegado aumentou simplesmente por perceber que o africano se expressava com “palavras trêmulas e duvidosas”. O delegado exigiu a apresentação da carta de alforria, mas Manoel afirmou que o documento estava em poder de um amigo chamado Salvador, morador no Engenho Novo, na cidade de Santo Amaro⁵.

Em 8 de fevereiro de 1877, foi preso em Salvador, na freguesia de Santo Antônio, Eleutério José da Mota, crioulo, porque “vagava a esmo, tornando-se suspeito de ser escravo, desertor ou vadio”. Em 25 de abril do mesmo ano, o pardo

João da Silva se viu em apuros ao ser preso nos matas da fazenda Areia Preta, arredores de Salvador, como suspeito de ser escravo ou desertor. De nada adiantou ter afirmado aos guardas que era livre e marinheiro do barco Marujo que transportava farinha de Valença para a capital⁶. Em 23 de outubro de 1877, o subdelegado da freguesia de Pirajá, subúrbio de Salvador, foi ao Engenho Freguesia, pertencente ao falecido conde de Passé, depois que um africano havia denunciado o feitor daquela propriedade de prender no tronco um outro africano chamado Rodrigo. Ao ser interrogado, o feitor simplesmente afirmou que prendeu o africano no tronco por suspeitar que o mesmo era escravo do engenho, já que não havia apresentado carta de alforria⁷. Em abril de 1882, foi preso nas ruas de Salvador Jerônimo de Sousa, dezoito anos, como suspeito de ser escravo fugido, embora afirmasse sua condição de livre⁸.

Desde a década de 1870 que a cidade experimentava crescente onda de indignação popular em relação aos castigos corporais e maus-tratos contra escravos. Em muitas ocasiões as autoridades policiais foram acionadas pela população para agir contra senhores que castigavam ou submetiam cativos a condições indignas. Em 4 de maio de 1874, o subdelegado da freguesia de Santana, Salvador Aires de Almeida Ferreira, informou que por denúncia “particular” e por notícia publicada, no jornal *O Alabama*, soube que o major José Nunes de Barros Leite espancava uma “parda” cativa. Dirigindo-se à casa do major, o subdelegado encontrou a referida parda, que disse chamar-se Fausta, presa a um grande cepo de madeira por uma corrente de ferro que lhe caía do pescoço. O major defendeu-se, afirmando que Fausta era “liberta condicionalmente”. O subdelegado não hesitou em colocar a escrava sob a proteção do Presidente da Província, remetendo-a à Casa de Correção para “por termos a esses soffrimentos”⁹.

Em 21 de abril de 1875, através de denúncias feitas por moradores da freguesia do Pilar, a polícia retirou da companhia do português Joaquim Augusto Leite Galvão uma “pardinha” chamada Cândida, que vinha sendo submetida a castigos físicos. Ao dirigir-se à residência de Galvão, o subdelegado notou que a menina trazia marcas de espancamentos. Ele notou que Cândida estava “atemorizada”

quando negou que fosse submetida a castigos. Receando represálias do senhor e para colher mais provas, o subdelegado resolveu retirar a menina do poder do português¹⁰.

Na década de 1870, populares impediram o embarque de escravos para outras províncias e se confrontaram com forças policiais que perseguiram cativos fugidos. No dia 1º de maio de 1877, o “povo” impediu o embarque de uma escrava chamada Joana, que meses antes havia fugido do domínio de seu senhor José Augusto da Veiga Ornelas, dono do Engenho Pericoara, na vila de São Francisco. Segundo o agente deste senhor, o embarque foi obstado pelo “povo que se agglomerou em roda d’ella e que a protegia”. A escrava estava grávida e sob pressão dos populares, a polícia a conduziu ao hospital da Santa Casa¹¹. Sabe-se que Joana estava recolhida na Casa de Correção desde o início de janeiro de 1877, quando Manoel Pereira Marinho, agente de Ornelas, informou à polícia que ela estava oculta na freguesia de São Pedro com o nome de Isabel. É possível que o “povo” que se reuniu em sua volta fosse constituída de parentes e vizinhos que conheceu ao longo do tempo que esteve oculta¹².

Na década de 1880, o sentimento antiescravista das camadas populares tendeu uma atitude francamente abolicionista e que, em muitos momentos, cruzou com o movimento abolicionista organizado. Em 13 de abril de 1883, o *Echo Santamarense* informou que um grupo de saveiristas e mais dois indivíduos considerados “abolicionistas exaltados” impediram o embarque de cinco escravos vendidos pelo senhor de engenho Francisco Antônio Pinto. O jornal pediu providências ao chefe de polícia contra tais iniciativas¹³. Segundo Teodoro Sampaio, na década de 1880, canoeiros que faziam a travessia do Paraguaçu entre Cachoeira e a povoação de São Félix se negaram a transportar escravos a serviço dos senhores e se prontificaram a transportar gratuitamente os que estavam em fuga. Em Salvador, o incêndio de um sobrado do bairro comercial, onde eram alojados escravos que aguardavam embarque para o sul do país, motivou ações mais audaciosas dos saveiristas. Teodoro Sampaio afirmou que membros do “Club Saveirista” (organização abolicionista), utilizando-se de grandes cordas penetravam nos sobrados do bairro Comercial para promover a fuga de escravos que seriam vendidos para outras províncias¹⁴.

Scenas da Escravidão na provincia da Bahia.



O tigre do engenho - Bom-Sucesso - revestido de forma humana marcando as suas victimas com ferro em brasa.

5. Denúncias de maus-tratos infligidos a escravos

Possivelmente, foi a atitude antiescravista das camadas populares que conferiu força política às manifestações do abolicionismo organizado da década de 1880. Em março de 1886, quando os abolicionistas Eduardo Carigé e Panfilo da Santa Cruz tentaram resgatar um escravo chamado Salustiano, apelidado Pichita, que seria embarcado num trem na estação ferroviária da Calçada para o domínio dos herdeiros do falecido senhor, em Inhambupe, houve grande concentração de populares para resgatar o escravo¹⁵. Teodoro Sampaio considerou este episódio um marco importante para rebelar o “ânimo público” em favor da abolição. Na ocasião houve aglomeração de “pessoas do povo” na Calçada, protestando e impedindo o embarque do escravo no trem que o levaria de volta ao cativeiro. Canoeiros e moradores da localidade foram os principais responsáveis pela denúncia da manobra dos herdeiros. Foram eles, também, que enfrentaram a escolta policial que conduzia Pichita para a estação ferroviária¹⁶.

Em 8 de julho de 1887, o subdelegado da freguesia da Conceição da Praia informou que diversas pessoas foram à sua presença reclamar contra a prisão de uma mulher “preta” sem que fosse apresentado qualquer documento que comprovasse a sua condição de cativa. O comandante do destacamento do Comércio resolveu encaminhá-la ao chefe de polícia. Ao ser interrogada na delegacia, a mulher afirmou ser escrava do senhor de engenho José Araújo Aragão Bulcão e que veio para a capital acompanhada do abolicionista cachoeirano Cesário Ribeiro Mendes¹⁷.

Na noite de 21 de setembro de 1887, capitães-do-mato, que conduziam um escravo fugido, foram atacados por populares e abolicionistas na altura do rio Pitanga, na periferia da cidade de Cachoeira. Dois capitães-do-mato foram feridos e o escravo resgatado¹⁸. Em 26 de março de 1888, o subdelegado da freguesia de Pirajá, subúrbio de Salvador, informou que, no dia anterior, às 5 e meia da tarde, apresentaram-se à subdelegacia mais de trezentas pessoas acompanhando três homens e uma mulher que eram considerados escravos fugidos. Os homens que se apresentaram como proprietários não mostraram documentos comprovando o domínio sobre os cativos. Para contornar a situação, o subdelegado remeteu os supostos senhores para São Sebastião onde deveriam comprovar o domínio sobre os

cativos, pois “a massa do povo era imensa e queria acabar com esses dois últimos homens”¹⁹.

Na década de 1880, muitos indivíduos oriundos das camadas populares aderiram ao abolicionismo organizado. Teodoro Sampaio contou que “indivíduos do povo” integravam o grupo que atuava em torno do jornal *Gazeta da Tarde*, a chamada “Guarda Velha”. Ele recordou de Tertuliano de Alcântara, vulgarmente conhecido como “Seu Peru”, “homem velho, de cor branca, tinha por costume defender agressivamente aos que chicanavam dos abolicionistas e da sua pessoa”. Referiu-se, também, ao liberto Manoel Benício dos Passos, cognominado Macaco Beleza, “homem cor de bronze, de estatura hercúlea, disposto para a luta corpórea, sem instrução, porém sempre pronto a impugnar com ousadia e inteligência as opiniões dos contrários”²⁰.

Nos *meetings* realizados na cidade citou as participações do “crioulo” Marcelino José Dias, “o herói da campanha do Paraguai”, Manoel da Cruz, Pedro Bala, Muniz Barreto, Jorge Saveirista, João Branco, Tenente Olavo José de Almeida, todos “homens de fácil expressão”. Citou, ainda, o capitão Pedro Augusto Deocleciano, Cândido Camurugipe, Domingos da Silva, Tibúrcio do Pelourinho, doutor Sales de Sousa, o “orador popular” Roque Jacinto da Cruz e outros “filhos do povo”. Esta gente se reunia nas pastelarias, livrarias, farmácias e na loja de cabeleireiro Alípio, na rua do Palácio (atual rua Chile)²¹.

Entre os populares, Teodoro Sampaio identificou muitos homens de cor negra, como o crioulo Marcelino José Dias, Manoel Benício dos Passos, Macaco Beleza, Manoel Querino, Salustiano Pedro, chamado por Pamphilo e Carigé de “negro destemido”. Sobre Salustiano Pedro, observou Sampaio que em “qualquer parte que o encontrassem era ocupado com o magno assunto da Justiça para a sua raça”. Com entusiasmo, relembra dos feitos heróicos praticados por negros, exaltando a intrepidez de Henrique Dias no Exército e Marcílio Dias, na Marinha²². Em artigo publicado meses depois de abolida a escravidão, Eduardo Carigé revelou que Salustiano Pedro foi um dos fundadores do Clube Luís Gama, “quando ainda estava sob o peso da escravidão”²³. A respeito dos libertos e escravos, Sampaio ressaltou a

participação das filarmônicas dos Barbeiros e da Chapadista nas passeatas promovidas pela Libertadora Bahiana. Sabemos que a banda da Chapadista era formada por músicos escravos pertencentes a Raimunda Porcina de Jesus²⁴.

Em artigos publicados na imprensa da capital, o abolicionista Eduardo Carigé revelou a participação organizada de trabalhadores urbanos. Segundo ele, foi fundado o Club Luís Álvares, “sociedade composta de ganhadores que foi dividida em onze secções, correspondendo cada secção a uma freguesia, a fim de me auxiliarem na fuga dos escravos, razão pela qual eu nos *meetings* garantia que no dia 2 de julho do corrente anno não haveria mais escravos na capital”. Por certo, estas secções correspondiam aos “cantos” de trabalho espalhados pela cidade, principalmente em sua área portuária. A confiança do abolicionista na participação organizada dos ganhadores certamente residia na importância deles no transporte de pessoas e mercadorias e na presença ostensiva nos vários pontos da cidade²⁵. Como foi visto anteriormente, trabalhadores ligados ao transporte entre a capital e o Recôncavo, especialmente saveiristas e canoeiros, estiveram à frente de ações de facilitação das fugas e nas manifestações de rua. A estes se juntaram os ferroviários que ocultavam escravos fugidos nas obras de expansão da rede ferroviária. Foi principalmente entre os trabalhadores ligados aos transportes que a idéia abolicionista se difundiu com mais força. Contou o engenheiro Teodoro Sampaio, negro e filho de escrava, que, quando trabalhava na Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco cuidou de difundir pelo centro da província a causa abolicionista²⁶.

Como em outras partes do Brasil, o escravismo havia se constituído no elemento comum de insatisfação das camadas populares urbanas. A luta pela abolição colocou no cenário político camadas da sociedade que estavam alijadas da participação nas instâncias formais de decisão política²⁷. Ao mencionar a participação de professores, negociantes, integrantes do exército, tipógrafos da *Gazeta da Tarde* e outros empregados no movimento abolicionista, Teodoro Sampaio parecia admirar-se como aqueles profissionais “sustentavam na praça pública com intrepidez o que pensavam em referência à nossa depressão ante os povos do mundo culto”²⁸. Provavelmente foi o movimento pela abolição a grande experiência política dos que

mais tarde militariam em outros movimentos. Esse talvez fosse o caso do líder operário Ismael Ribeiro dos Santos, alfaiate, “de origem africana e abolicionista”²⁹.

Um mês depois da abolição, o barão de Vila Viçosa ainda protestava contra os que açularam a ira das “classes ignaras” contra os senhores de escravos, nos últimos anos da escravidão. Segundo Vila Viçosa:

Em todas as partes, até nas ruas da capital reuniam *meetings* e do meio da população desenfreada erguiam-se os vultos mephistophélicos dos oradores de taverna a vomitarem blasfêmias, a vociferarem injúrias contra os lavradores, pregando impunemente à multidão as mais subversivas doutrinas e aconselhando ao escravo até o roubo e o assassinato!”. O resultado disso foi a “perturbação do trabalho agrícola pela quase geral insubordinação e vadiice dos escravos, pela legalização das fugas”³⁰.

Na década de 1880, o movimento abolicionista se voltou mais intensamente para a grande lavoura de cana, o setor mais resistente à abolição. Ocorreram diversos incidentes envolvendo abolicionistas e senhores de engenho. Em 10 de abril de 1883, abolicionistas de Salvador se confrontaram com o barão de Cotegipe, um dos mais ricos senhores de engenho do Recôncavo e influente político do Império. O barão de Cotegipe pretendia embarcar para o Rio de Janeiro um “pardinho” de 11 ou 12 anos, chamado Lino Caboto, criado do mesmo barão. No momento em que ingressava na embarcação, abolicionistas da cidade, liderados por Pamphilo da Santa Cruz e Eduardo Carigé, a pretexto de verificarem a condição do menino, arrebataram-no de seus condutores e o levaram de volta à cidade. Houve grande tumulto na ponte da Companhia Bahiana e causou a “maior indignação” entre os partidários de Cotegipe. O chefe de polícia foi obrigado a intervir fazendo retornar o menor ao paquete. Na ocasião, a *Gazeta da Bahia* pediu repressão ao que considerava “anarquia” e desrespeito à propriedade³¹.

No dia seguinte, abolicionistas e populares impediram o embarque para o Rio de Janeiro de três escravos e uma “ingênuia” pertencente ao barão de Sauipe, grande senhor de engenho no Recôncavo. Dias seguintes, com a interferência da polícia, os escravos dos dois senhores foram embarcados para seus destinos, mas aqueles

episódios deixaram claro aos senhores que era cada vez mais vez mais difícil e inviável dispor livremente de suas estimadas propriedades humanas³².

A reação senhorial

O conflito entre senhores de engenho e abolicionistas se acirrou à medida que o movimento progressivamente infiltrou-se no principal reduto escravista da província. Desde o início da década de 1880, os senhores vinham se queixando dos estragos feitos pela propaganda abolicionista na disciplina dos escravos. Em 26 de outubro de 1882, um editorial publicado no *Echo Santamarense* alertava que a propriedade agrícola estava ameaçada “por uma propaganda abolicionista sem reflexão e os ataques à vida dos agricultores se repetem por modo assaz aterrador”³³. Em janeiro do ano seguinte, um artigo publicado no mesmo jornal reclamava dos efeitos nocivos da propaganda abolicionista aos interesses dos proprietários de escravos. O articulista condenou a linguagem “violenta e virulenta” da imprensa abolicionista contra os proprietários de escravos e recomendou a organização dos senhores de engenho contra os que pregavam a revolta e o assassinato³⁴.

Em Cachoeira e Santo Amaro, redutos tradicionais da aristocracia do açúcar, os senhores de engenho se organizaram em associações para fazerem frente às iniciativas abolicionistas. Em 29 de agosto de 1884, a “classe agrícola e comercial” reuniu-se na câmara municipal de Santo Amaro com o fim de tomarem “atitude enérgica contra as idéas abolicionistas” que estavam sendo discutidas no parlamento pela “alta administração do estado”. Na reunião, estavam presentes o barão de Sergi, Artur Rios e o barão de Vila Viçosa, nomes de peso da lavoura açucareira³⁵. No ano seguinte, senhores de engenho e comerciantes de Cachoeira fundaram a União Agrícola e Comercial³⁶.

Quando se manifestaram nos jornais locais, os membros da União Agrícola de Cachoeira faziam questão de declarar que não eram “escravagistas e desejam a extinção gradual da escravidão sem abalo da ordem pública, agitações revolucionárias, violação dos princípios do direito e da justiça”. Àquela altura, já não era mais possível defender abertamente a escravidão, o importante era assegurar que a “transição” para o trabalho livre fosse feita gradualmente e sob controle da classe senhorial. Por isso, cuidaram de dar publicidade às alforrias gratuitas ou sob condição. Assim, esperavam que abolida a escravidão sua ascendência sobre os antigos cativos não fosse ameaçada. Na reunião do dia 29 de março de 1885, a União Agrícola concedeu carta de alforria à escrava Honorina, menor de quinze anos, “quase branca”. Na mesma reunião deliberaram que os senhores de engenho locais não deveriam doar terras aos trabalhadores livres³⁷. Possivelmente, temiam que o acesso à terra, naquele momento, dificultasse a oferta de mão-de-obra dos libertos.

Ao radicalismo dos abolicionistas locais os senhores responderam com a concessão gratuita ou condicional de alforrias. Os senhores de engenho transformaram as concessões de alforria em espetáculos solenes. Em 29 de novembro de 1884, *O Guarany* noticiava o que definiu como um ato de “Verdadeira Philantropia”, ocorrido no Engenho Vitória, freguesia do Iguape. Na ocasião que concedeu alforria gratuita ao escravo Luís, “carapina habilíssimo”, o senhor de engenho Francisco Muniz Barreto de Aragão discursou diante de diversas pessoas, inclusive de escravos do engenho. Depois de discorrer sobre os motivos que o levaram a agir tão “liberalmente”, exaltou a conduta de escravos “que surdos aos infames conselhos de perversos conselheiros, trilhavam com os olhos fitos em Deus o caminho da virtude, sempre cheio de espinhos, mas afinal sempre remunerados”. Referindo-se aos abolicionistas, o senhor de engenho afirmou:

Hoje, concluiu o referido proprietário, atentando para o liberto, podeis, mais ufanos que muitos brancos e ricos, apresentar-vos diante de nossos concidadãos, porque foste sempre um homem de brio, probidade e honra, qualidades essas que faltam a muitos daqueles que, desejando pescar em águas turvas, ocupam-se em intrigar os escravos alheios ao crime e revoltá-los contra toda a sociedade, sem animarem-

se, todavia, a fazer o menor sacrifício em prol da liberdade de um só escravo sequer³⁸.

Os senhores de engenho partiram para a ofensiva, acusando os abolicionistas de seduzirem os escravos para se apossarem indevidamente de seus pecúlios. Em 11 de março de 1885, um abaixo-assinado com 77 assinaturas de “lavradores e negociantes” da povoação de Muritiba, distrito de Cachoeira, destinado ao presidente da província, denunciou o abolicionista Cesário Ribeiro Mendes e seus companheiros de seduzirem escravos alheios, formarem quilombos nos centros das cidades e pregarem a insurreição dos escravos. Acusaram, também, os abolicionistas de extorquirem os pecúlios dos escravos e obrigá-los a trabalhar em serviços particulares. Denunciaram o desrespeito à lei de 28 de setembro de 1871, que norteava a libertação dos escravos dentro da legalidade³⁹. A lei que antes havia causado indignação e protesto dos senhores, agora era defendida como garantia de manutenção da ordem. A acusação de apropriação fraudulenta dos pecúlios dos escravos era uma forma de desqualificar as iniciativas dos abolicionistas. Mas o documento deixa claro que a atuação abolicionista na região havia evoluído para ações mais arrojadas, inclusive formação de espaços de refúgio de escravos fugidos, identificados pelos senhores como quilombos.

Em Cachoeira, ocorreram os confrontos mais espetaculares entre senhores de engenho e abolicionistas. Em 21 de abril de 1887, Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, dono do Engenho Novo, na freguesia do Iguape, denunciou Cesário Ribeiro Mendes, um dos líderes do movimento abolicionista de Cachoeira, de ter acoitado escravos de sua propriedade. Segundo Bulcão, Cesário Mendes era “useiro e viseiro” na prática de acoitamento de escravos alheios, “tornando-se nesta terra o flagello dos proprietários”. Disse que, desde maio de 1885, fugiram do seu domínio vários escravos. Afirmou que na ocasião tentou negociar pessoalmente com Cesário Mendes, mas este se recusou a entregar os cativos. Bulcão procurou transformar a denúncia num reclame de toda classe. Segundo ele, era preciso punir tais práticas para que cessassem “este clamor que traz os proprietários pacíficos em contínuos sobressaltos”⁴⁰.

Em 23 de julho de 1887, Cesário Mendes foi preso sob a acusação de acoitar escravos fugidos dos engenhos de Cachoeira. A prisão do líder abolicionista acirrou os conflitos locais. Na ocasião em que foi conduzido à cadeia, Cesário Mendes foi seguido por grande multidão. Naquele dia, o delegado Joaquim Inácio Albenáz requisitou urgente reforço policial para garantir a segurança da cadeia da possível agressão dos “amigos” do preso “que como V. S. sabe tem seus adeptos e é de receio qualquer tentativa em seu favor”. Em 2 de setembro de 1887, o delegado informou ao chefe de polícia a tentativa frustrada de fuga de Cesário Mendes. Na ocasião, o abolicionista contou com a colaboração do carcereiro José Caiçara Mascarenhas⁴¹.

O delegado Albenáz era identificado pelos abolicionistas como autêntico representante dos senhores de escravos locais⁴². Ao longo do ano de 1887, ele rebateu todas as denúncias contra senhores de engenho acusados de castigar rigorosamente escravos⁴³. Desde setembro de 1887, o jornal abolicionista *O Asteróide* vinha desferindo duras críticas à atuação do delegado, acusando-o de prender escravizados a título de fugidos, em “espaldeirar” o “povo” e fazer prisões arbitrárias. Em 27 de setembro, o delegado prendeu João Ângelo Ferreira quando distribuía exemplares daquele jornal nas ruas da cidade⁴⁴.

Na tarde de 4 de outubro, o delegado agrediu o abolicionista sexagenário Inácio José de Freitas depois de discutirem em uma rua movimentada da cidade. Henrique de Freitas, filho de Inácio, reagiu disparando tiros de garrucha contra o delegado. Albenáz respondeu com tiros de revólver que atingiram o braço de Henrique. Em seguida, saiu em perseguição de Henrique pelas ruas centrais da cidade quando houve grande ajuntamento de “pessoas do povo” que se opuseram à prisão. No confronto, populares apedrejaram o delegado e agrediram o soldado que o acompanhava. Durante a noite, diversos indivíduos, muitos deles integrantes do movimento abolicionista local, cercaram a residência do delegado, dispararam tiros e apedrejaram as vidraças da casa. Soldados que guardavam o sobrado responderam com tiros e, na ocasião, algumas pessoas foram feridas. No dia seguinte, o presidente da província deu ordens ao chefe de polícia para seguir imediatamente para Cachoeira para restabelecer a ordem pública⁴⁵. Dias depois, Albenáz foi afastado do cargo.

Em 1887, a repressão às atividades abolicionistas intensificou-se em toda a província. Em 23 de agosto de 1887, foi preso Maurício de Sousa Prazeres na vila de Canavieiras depois que “diversas pessoas de conceito” o apontaram como aliciador de escravos. Em 22 de setembro de 1887, o delegado da vila de Camisão (atual Ipirá) denunciou o abolicionista Pedro Alves Boaventura de acoitar escravos e utilizar o serviço deles em suas propriedades⁴⁶.

Os últimos dias

Ao longo da década de 1880, a ordem interna dos engenhos foi sacudida pela onda crescente de desobediência e insubordinação escrava. Recorrendo às memórias familiares, Isaias Alves escreveu que no Engenho Outeiro, propriedade de seus familiares, o velho Francisco Félix enfrentou seguidos conflitos com os escravos. Num deles foi assediado na estrada pelo escravo Feliciano que fez “perguntas insolentes”. Sentindo-se afrontado, o senhor mandou castigar Feliciano. Alves não informou o que havia de “insolente” nas palavras do escravo, mas considerou aquele episódio um sinal do “tempo da revolução crescente”. Para Alves, naqueles anos a vida nas fazendas tornou-se insegura e “os senhores menos respeitados”⁴⁷. Consultando as fontes policiais da época localizamos referências ao escravo Feliciano, crioulo, cinqüenta anos, pertencente ao engenho de Francisco Félix de Almeida Sampaio, em Santo Antônio de Jesus, que fugiu para a capital e apresentou-se à Secretaria de Polícia, em 1882, depois de esperar seis anos para ser liberto pelo Fundo de Emancipação⁴⁸.

A maioria dos senhores acreditava que estes atos eram resultado exclusivo da infiltração da propaganda abolicionista em seus domínios. Era difícil admitir que os escravos pudessem tirar suas próprias conclusões sobre o que acontecia em sua volta. Sem dúvida, o comportamento dos escravos dos engenhos estava fundado na percepção de que seus senhores estavam cada vez mais isolados; que discussões e debates sobre o destino da escravidão eram travados nas instâncias centrais do poder

e; que já era possível questionar abertamente as bases de domínio escravista. Não foi por outra coisa que, na segunda metade da década de 1880, recrudesceram os atos de desobediências coletivas e enfrentamentos com senhores e feitores.

As cenas de desobediência e insubordinação vistas pelos senhores nada mais eram que iniciativas de homens e mulheres que decididamente se recusavam a viver sob a condição escrava. No final da década de 1880, intensificaram-se as fugas coletivas dos engenhos. Em fevereiro de 1885, o major Inocêncio Teixeira Barbosa acusou a fuga de 45 escravos de seu Engenho Cachoeirinha, entre eles 25 mulheres, algumas delas carregaram os filhos “ingênuos”⁴⁹. Em 19 de março de 1885, o senhor de engenho Francisco Ribeiro Lopes queixou-se da fuga de 5 escravas do seu Engenho Pitanga. Eram elas Catarina, Marcelina, Lourença, Rufina (com uma filha de nome Damiana) e Justina (com um filho)⁵⁰. Em junho de 1887, Rodrigo Antonio Falcão Brandão, dono do Engenho Palma, em Santo Amaro, acusou a fuga de seis escravos sua propriedade e sabia que, naquele momento, estavam recolhidos nas prisões de Salvador⁵¹. Em 3 de março de 1887, o conde de Subaé anotou em seu diário: “Tive a notícia de terem saído do engenho os pretos Firmino, Firmo, Antônio Luís, Juvêncio, Honorato, Pedro, Elias, Aprígio e Abraão”⁵².

Em 1887, as fugas coletivas e a recusa de trabalhar nos canaviais, sob a condição escrava, fizeram os senhores refletirem sobre os perigos da manutenção das relações escravistas. No final daquele ano, começaram a conceder alforrias coletivas sob condição ou gratuitas. Os jornais deram grande publicidade a estes atos como prova de desprendimento e de espírito humanitário. Na verdade, era um meio de conter a crescente insatisfação da população cativa e evitar distúrbios na produção. Nos últimos anos da escravidão, os escravos foram tomados por uma certa impaciência em relação ao fim da escravidão. Era também uma forma de antecipar-se à decisão do império de abolir o cativo. A “emancipação concedida” no apagar das luzes do cativo foi uma tentativa dos senhores arrancarem o respeito e a “perene gratidão” dos antigos escravos⁵³.

Três meses antes da abolição, nem todos os senhores estavam certos que as alforrias coletivas fossem a melhor estratégia para fazer frente às fugas e recusa ao trabalho nos engenhos. Falando da atitude dos parentes, Isaias Alves comentou:

Antes do desenlace três meses, tio João Caetano havia alforriado todos os seus escravos e muitos fazendeiros ficaram mal satisfeitos, julgando-o mau exemplo. O velho Inácio Tosta, aconselhava a alforria, e ao mesmo tempo que se pedisse aos escravos ficar no trabalho como assalariados. O velho Francisco Félix conservou vários⁵⁴.

Por certo, Alves pretendia exaltar a atitude “esclarecida” dos antepassados. Porém, a alforria dos escravos naquele momento inseria-se numa estratégia política que visava evitar o abandono das propriedades após a abolição. Entretanto muitos senhores se mantiveram fiéis à escravidão até o 13 de maio na crença de que teriam condições legais de exigir indenização. Em 11 de julho de 1888, ao elogiar a iniciativa de Cotegipe em apresentar projeto de indenização dos senhores de escravos na câmara, Aristides Novis lembrou que, antes da abolição, os senhores de engenho estavam divididos em torno da questão. Foi por isso que resistiram até o último instante. Disse Novis que foi consultado por diversos senhores se deviam ou não libertar; mas “não dava opinião Geral” sobre o assunto. Novis revelou que não concedeu alforria antes da lei fiado na possibilidade de indenização⁵⁵.

No início de 1888, os abolicionistas intensificaram a propaganda e, abertamente, conclamaram os escravos a fugirem. Os abolicionistas de Cachoeira radicalizaram sua atuação distribuindo boletins nas senzalas dos engenhos. Refletindo sobre a insustentabilidade das relações escravistas nos engenhos, Wanderley Pinho indagou: “Como era possível trabalhar com negros tão assanhados pela demagogia dos abolicionistas, e ali [Engenho Freguesia] tão perto da capital, onde fervia a propaganda desprestigiadora da instituição servil?!”⁵⁶. Em 12 de abril de 1888, Egas Moniz Aragão, o barão de Moniz Aragão, grande senhor de engenho em São Francisco do Conde, informou a Cotegipe que panfletos foram distribuídos nas senzalas dos seus engenhos Cassarangongo e Maracangalha, aconselhando os escravos a fugirem. No panfleto, assinado por abolicionistas de São Félix e

Cachoeira, proclamava-se que “a escravidão é um roubo” e que os cativos deveriam reunir os parentes das senzalas e cozinhas e fugirem para aquelas cidades. O panfleto finalizava conclamando: “Fuja, fuja e você será livre”⁵⁷.

A pouco menos de um mês da abolição, *O Tempo* previa conseqüências “aterradoras” para o comércio local e a segurança pública com a possível afluência de escravos fugidos para a cidade. O articulista temia “aterradoras” conseqüências da fuga em massa do campo pregada pelos abolicionistas. Argumentou que a economia da cidade não suportaria o ingresso dos escravos que abandonassem os engenhos⁵⁸. Naqueles dias, os abolicionistas souberam tirar proveito do medo senhorial. Em 17 de abril de 1888, o jornal abolicionista *Gazeta da Tarde* publicou um boletim, informando que estava produzindo efeitos a fuga de escravos no município de Cachoeira. Em Outeiro Redondo, distrito daquela cidade, todos abandonaram a companhia de seus senhores e em Cruz das Almas a propaganda vinha produzindo efeitos decisivos naquele sentido. A partir do que vinha acontecendo em Cachoeira, os abolicionistas da capital conclamaram os escravos a fugir, tal qual fizeram os escravos paulistas que levaram quase à extinção o cativo naquela província. O mesmo jornal referiu-se a uma carta vinda de Cachoeira na qual se informava que cerca de 800 escravos se retiraram das fazendas⁵⁹.

Em 18 de abril de 1888, *O Tempo* voltou a discutir os novos rumos da abolição no município. Segundo o articulista, os lavradores locais, levados pelo “espírito humanitário” ou receosos de verem suas propriedades despovoadas pela “sedução dos especuladores que por meio de boletins incitam os escravos a fugirem”, estavam alforriando os seus cativos. O articulista farejava perigosas conseqüências naquele ato. Argumentava ele que, sem meios coercitivos, os escravos procurariam dar expansão à liberdade e, em breve tempo, os lavradores não teriam mais braços para suas lavouras. Por isso, via com preocupação as liberdades que eram concedidas sem base legal que assegurasse aos senhores a efetividade dos contratos que, futuramente, poderiam ser firmados entre as partes. Informou ainda que os sistemas de trabalho adotados eram o salário ou da parceria, mas para ambos havia a necessidade de leis coercitivas que obrigassem o cumprimento dos contratos⁶⁰.

Naquele mesmo dia, *O Tempo* noticiou a “festa abolicionista” que houve na matriz da freguesia de Cruz das Almas, em Cachoeira. Finda a missa o comendador Temístocles da Rocha Passos concedeu cartas de liberdade a 54 escravos que possuía em sua propriedade. Vários cidadãos se pronunciaram com palavras eloqüentes àquele ato. Segundo o noticiário

houve uma cena tocante por parte dos libertos que se postavam aos pés de seu ex-senhor e da família deste, revelando com a expansão que davam às suas lágrimas, profundeza de seu reconhecimento por aquele rasgo de filantropia de que eram alvo e ao mesmo tempo o seu cordial agradecimento pelo modo humanitário com que foram sempre tratados durante o seu cativeiro que se não foi de todo ameno pela natureza deste estado, todavia o foi pela ausência de amarguras e crueldades⁶¹.

O comportamento dos libertos nestes atos, especialmente as declarações de lealdade e fidelidade aos ex-senhores foram ressaltadas pelos articulistas. “Ante um espetáculo tão imponente”, continuou o articulista, “ante os protestos que faziam os libertos de não abandonarem o seu ex-senhor em frases rústicas, mas expressivas, por isso que eram entrecortadas por soluços, ninguém houve que pudesse resistir ao impulso das lágrimas”. Na ocasião, vinte e dois proprietários repetiram o gesto do comendador Temístocles, ao todo foram alforriados 124 escravos⁶².

Em 28 de abril de 1888, *O Tempo* voltou a noticiar mais um ato solene de libertação coletiva de escravos, desta vez ocorreu no distrito açucareiro do Iguape, no Engenho Desterro, propriedade de Pedro Viana. O senhor reuniu os seus cerca de 100 escravos e anunciou “que vinha entregar-lhes os títulos de sua liberdade prometida; que era mais uma ocasião, que aproveitava para agradecer-lhes terem sido tão bons; tão honrados e dignos de apreciação e estima; que sentia grato prazer em dar-lhes liberdade, não só por isso, como também porque nenhum tinha lhe dado o desgosto de ser considerado ‘fujão e atrevido’, saindo do cativeiro seus amigos; finalmente que não pedia a nenhum que ficasse em seu engenho, como também não impedia que algum aí permanecesse, podendo contar com ele e com o seu socorro no dia da desgraça, aqueles que continuassem a ser honrados e seus amigos”. Segundo o

articulista, o orador foi interrompido diversas vezes pelas lágrimas copiosas e pelos soluços incessantes dos libertos e de todas as pessoas que assistiam a cerimônia⁶³.

Depois de feita a entrega das cartas, Viana disse aos libertos que não tinha, até então, falado de contratos porque lhe faltavam elementos jurídicos para definir as bases de tal contrato, mas pedia que os mesmos lhe dissessem qual o sistema de trabalho livre preferiam. Os libertos disseram que não decidiriam tal questão, deixavam ao seu “benfeitor” a tarefa de escolher o que fosse melhor. Esta “resposta sublime” dos libertos encheu de entusiasmo o senhor de engenho e para comemorar a inauguração do trabalho livre em sua propriedade mandou celebrar missa solene na capela do engenho. Na ocasião, outro senhor libertou 16 escravos de sua propriedade⁶⁴. Mais uma vez a atitude dos libertos foi ressaltada pelos articulistas como forma de demonstrar que a transição para o trabalho livre poderia ser realizada de modo ordeiro e sem comprometer a autoridade senhorial. Os senhores esperavam que a transição fosse feita nos moldes do paternalismo senhorial.

Alforrias deste tipo se sucederam ao longo da duas semanas que antecederam a abolição. Os senhores buscavam se antecipar ao governo imperial e com isso diminuir o impacto político da lei que aboliria em definitivo a escravidão. Em 2 de maio de 1888, o *Diário da Bahia* noticiou que o proprietário do Engenho Orobó, em Alagoinhas, concedeu liberdade a todos os escravos, com a condição de prestação de serviços, até 31 de dezembro do corrente ano. Além disso, dispensou os serviços dos ingênuos. Concluiu o jornal que tal procedimento mostrava que o senhor de engenho não confiava mais na sobrevivência da escravidão. Em 4 de maio de 1888, o mesmo jornal anunciou que o barão de São Francisco, senhor de engenho no Recôncavo, concedeu cartas de liberdade a 25 de seus escravos que se achavam na capital, 13 deles com a condição de lhe servirem até a próxima safra⁶⁵.

Mas o abolicionismo de última hora dos senhores não pôde conter a disposição dos cativos de apressarem a consumação da liberdade. No dia seguinte, o mesmo jornal reproduziu uma carta de João Vaz de Carvalho Sodré, dono do Engenho Aratu, anunciando que “restituía” à liberdade 77 pessoas. Disse Sodré que, em 30 de abril de 1888, concedeu liberdade incondicional a todos os seus escravos,

prescindindo, também, dos serviços dos ingênuos. Contou que era sua intenção libertá-los na segunda-feira, 25 de abril, por ser aniversário de pessoa estimada da família, passando a organizar o trabalho livre em seu engenho. Mas a intenção do senhor de dar a esse ato uma prova de desprendimento paternal foi frustrada porque os escravos abandonaram a propriedade antes do anúncio do suposto ato de generosidade do senhor. Para sua surpresa, a maioria abandonou o engenho no domingo aproveitando-se de sua ausência “frustrando-se assim de certo modo a realização dos meus desejos”. Mesmo assim, o senhor tentou tirar algum proveito do ato ao considerá-lo uma prova de que “não sou dos que se oppõem às exigências do progresso e às necessidades da nossa época”⁶⁶.

Faltando poucos dias para ser anunciada a abolição definitiva, muitos senhores perceberam que eram vãs as tentativas de prender os escravos pela “dívida de gratidão” e que o velho paternalismo senhorial era insuficiente para conter a desordem nas propriedades. Frustraram-se as tentativas de conduzir o processo de transição para o trabalho livre nos moldes ditados pelos senhores. Segundo um proeminente senhor de engenho de Santo Amaro, a anarquia tomou conta do país e como conseqüência “perturbação do trabalho agrícola pela quase insubordinação e vadiice dos escravos, pela legalização das fugas, actuando contra a lavoura em lamentável concerto com a anormalidade da estação e o misérrimo preço dos gêneros de produção”. Foi nessa situação que a lei de 13 de maio achou os lavradores⁶⁷. Mas o que os senhores consideravam insubordinação nada mais era que iniciativas dos ex-escravos de se afirmarem como livres.

- ¹ . Maria Helena Machado, *O plano e o pânico*, especialmente o capítulo 4, aborda de forma original a participação popular no movimento abolicionista no Sudeste brasileiro. Jailton Lima Brito, “A abolição na Bahia”, especialmente capítulo 3, aborda o impacto político do envolvimento de setores populares no movimento baiano. D. Graden explora a mesma questão em “From slavery to freedom in Bahia, 1791-1900”. Deste último autor ver também “Voices from Under: the end of slavery in Bahia, Brazil”. *Latin American Studies*, vol. 3, no. 2 (1991), pp. 145-161.
- ² . Ver W. Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, p. 510.
- ³ . O cenário favorável ao rompimento definitivo com os laços escravistas através das fugas não era exclusivo de Salvador. Maria Helena Machado, *O plano e o pânico*, p. 156, observa o mesmo fenômeno em outras cidades paulistas. Para o Rio de Janeiro, ver S. Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 212-248.
- ⁴ . APEB, *Subdelegados*, 6249 (1884-1885), correspondência do subdelegado dos Mares para chefe de polícia, em 19 de janeiro de 1884.
- ⁵ . APEB, *Delegados*, 6213 (1876-1877), correspondência do delegado de Cachoeira, Manoel José Fortunato, para chefe de polícia, em 9 de maio de 1876. Manoel atribuiu a prisão a um vizinho que lhe furtava as plantações e por isso o denunciou como escravo fugido. Sobre a arma encontrada em sua casa, Gouveia afirmou que a mesma lhe servia na caça de preás.
- ⁶ . APEB, *Subdelegados*, 6245 (1877), sobre a prisão de Eleutério ver correspondência do subdelegado da freguesia de Santo Antônio, Antônio Teodoro Coelho, para chefe de polícia, em 8 de fevereiro de 1877. Sobre a prisão de João da Silva ver, no mesmo maço, correspondência do subdelegado do distrito do Rio Vermelho para chefe de polícia, em 25 de abril de 1877.
- ⁷ . APEB, *Subdelegados*, 6245 (1877), correspondência de José Leôncio Ribeiro Sanches, subdelegado da freguesia de Pirajá, para chefe de polícia, em 23 de outubro de 1877.
- ⁸ . APEB, *Polícia, correspondências expedidas*, 2852 (1881-1882), fl. 217v, correspondência do chefe de polícia para delegado de Santo Amaro, em 13 de abril de 1882.
- ⁹ APEB, *Subdelegados*, 6243 (1874-75), correspondência do subdelegado Salvador Aires de Almeida Ferreira para presidente da província, em 4 de maio de 1874.
- ¹⁰ . APEB, *Subdelegados*, 6243 (1874-1875), correspondência do subdelegado da freguesia do Pilar, José Cândido Pereira, para chefe de polícia, em 21 de abril de 1875.
- ¹¹ . APEB, *Polícia-assuntos diversos*, 6499 (1876-77), correspondência de José Augusto da Veiga Ornelas para chefe de polícia, em 1 de maio de 1877.
- ¹² . APEB, *Subdelegados*, 6245 (1877), correspondência de Manoel Pereira Marinho para chefe de polícia, em 3 de janeiro de 1877.
- ¹³ . BPEBa, *Echo Santamarense*, “Attentado contra a propriedade legal”, 14 de abril de 1883, p.1.
- ¹⁴ . Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, p. 22.
- ¹⁵ . APEB, *Polícia*, 6505 (1886), correspondência de Eduardo Carigé para chefe de polícia, em 16 de março de 1886.
- ¹⁶ . Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, pp. 10-15.
- ¹⁷ . APEB, *Subdelegados*, 6252 (1887), correspondência do subdelegado da freguesia da Conceição da Praia Manoel Joaquim de Andrade, para chefe de polícia, em 8 de julho de 1887.
- ¹⁸ . APEB, *Delegados*, 6226 (1887-1888), correspondência de Jose S. de Araújo, delegado de Cachoeira, para chefe de polícia, em 22 de setembro de 1887.
- ¹⁹ . APEB, *Subdelegados*, 6253 (1888-1889), Correspondência de Francisco Paraassu Cachoeira, subdelegado da freguesia de Pirajá, para chefe de polícia, em 26 de março de 1888.
- ²⁰ . Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, pp. 27-28.
- ²¹ . Teodoro Sampaio, *O Abolicionismo*, pp. 6-7.
- ²² . Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, p. 7
- ²³ . *Diário da Bahia*, 4 de janeiro de 1889, “O Sr. Eduardo Carigé aos seus concidadãos (IV)”, p.2.
- ²⁴ . Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, p. 2.

- ²⁵ . *Diário da Bahia*, 4 de janeiro, 1889, “O Sr. Eduardo Carigé aos seus concidadãos (IV)”, p. 2. Sobre a localização dos cantos de trabalho dos ganhadores, ver João Reis, “De olho no canto”, pp. 209-216.
- ²⁶ . IGHBa, Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, p. 24.
- ²⁷ . Maria Helena Machado, *O Plano e pânico*, especialmente o capítulo 4, enfoca a participação popular no movimento abolicionista nas províncias do sudeste e mostra como o abolicionismo abrigou aspirações e demandas populares diversas.
- ²⁸ . Teodoro Sampaio, *O abolicionismo*, 27-28.
- ²⁹ . Sobre a participação de Ismael Ribeiro no movimento abolicionista, ver Jailton Lima Brito, “A abolição na Bahia”, pp. 118-119.
- ³⁰ . Ver artigo do barão de Vila Viçosa, “A lei de 13 de Maio e o seu complemento”, *Diário da Bahia*, 1º de julho de 1888, p. 2.
- ³¹ . BPEBa, *Echo Santamarense*, “Attentado contra a propriedade legal”, 14 de abril de 1883, p.1
- ³² . APEB, *Delegados*, 6220 (1882-1883), Correspondência de Alfredo Devoto, delegado do 1º. distrito de Salvador, para chefe de polícia, em 14 de maio de 1883.
- ³³ . BPEBa, *Echo Santamarense*, 26 de outubro de 1882, “O estado da província”, p. 1.
- ³⁴ . BPEBa, *Echo Santamarense*, 25 de janeiro, 1883, p. 1.
- ³⁵ . *O Guarany*, 10 de agosto de 1884, p. 1.
- ³⁶ . Jailton Lima Brito, “A abolição na Bahia”, pp.225-226, discute a conjuntura política em que foram fundadas as duas associações antiabolicionistas no Recôncavo.
- ³⁷ . *O Guarany*, 25 de março de 1885, p. 1, transcrição de uma coluna do *Jornal de Notícias*. Em 31 de março, o mesmo jornal noticiava as iniciativas da *União Agrícola* contra a “propaganda abolicionista tresloucada”. Numa representação enviada ao governo imperial protestava contra abusos e crimes cometidos pelos “abolicionistas especuladores”.
- ³⁸ . *O Guarany*, 29 de novembro de 1884, “Verdadeira Philantropia”, p. 2.
- ³⁹ . APEB, *Escravos-assuntos*, 2897 (1873-1887), abaixo-assinado contendo 77 assinaturas de “lavradores e comerciantes” da freguesia de Muritiba, enviado ao presidente da província, em 11 de março de 1885.
- ⁴⁰ . APEB, *Processos crimes*, 4321-15 (1887), processo instaurado contra Cesário Ribeiro Mendes, em 21 de abril de 1887. Entre as testemunhas citadas por Bulcão, encontravam-se o conselheiro Francisco Prisco Paraíso, Dr. Francisco Maria de Almeida, Capitão Manoel Adeodato de Sousa, Temístocles da Rocha Passos, Durval de Sousa Lopes, Henrique Pereira Teixeira, capitão Joaquim Marinho Aragão e tenente-coronel Amâncio da Rocha Passos, todos grandes senhores de escravos.
- ⁴¹ . APEB, *Delegados*, 6226 (1887-1889), correspondência do delegado de Cachoeira Joaquim Inácio Albernaz para chefe de polícia, em 24 de julho de 1887. Ver também da mesma autoridade, carta de 2 de setembro de 1887.
- ⁴² . Joaquim Inácio Albernaz, quarenta e quatro anos, era natural de Sento Sé, negociante e residente em Cachoeira. Provavelmente chegou ao cargo de delegado por indicação dos conservadores locais.
- ⁴³ . APEB, *Chefes de polícia*, 2987 (1880-1889). Em correspondência enviada ao chefe de polícia, em 13 de setembro de 1887, ele rebateu denúncias de que um senhor de engenho havia castigado até a morte uma escrava. Rebateu também denúncias de que o escravo Luís havia sido castigado ilegalmente, afirmando que fora apenas posto no tronco, sem sofrer castigo algum.
- ⁴⁴ . Sobre as denúncias ao delegado Albernaz ver *O Asteróide*, artigo intitulado “O principio do fim”, p. 1, 27 de setembro de 1887; ver também no mesmo jornal, “Ataque à imprensa”, p. 2, 30 de setembro de 1887.
- ⁴⁵ . Esse breve relato baseia-se nos depoimentos das testemunhas que depuseram no processo que foi instaurado para apurar aqueles episódios. Ver ARC, *Judiciário*, Caixa 1973, vol. 1 (1888).
- ⁴⁶ . APEB, *Chefes de polícia*, 2897 (1880-1889), correspondência do chefe de polícia Domingos Rodrigues Guimarães para presidente da província, em 10 de setembro de 1887. Ver também correspondência de 22 de setembro de 1887.
- ⁴⁷ . Ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo*, pp. 50 e 53.
- ⁴⁸ . APEB, *Polícia, correspondências expedidas*, 5856 (1882-1883), fls. 255v-256.

- ⁴⁹ . APEB, *Polícia-escravos*, 6347 (1881-1885), correspondência de Inocêncio Teixeira Barbosa, senhor do Engenho Cachoeirinha, para chefe de polícia, em fevereiro de 1885.
- ⁵⁰ . APEB, *Polícia*, 6504 (1885), correspondência de Francisco Ribeiro Lopes para chefe de polícia, em 19 de março de 1885.
- ⁵¹ . APEB, *Polícia-escravos*, 6348 (1886-1889), correspondência de Rodrigo Antonio Falcão, senhor do Engenho Palma, para chefe de polícia, em 22 de janeiro de 1888. Em anexo procuração que autorizava Francisco Correia Tavares receber os fugitivos que se achavam na Casa de Correção, em 21 de junho de 1887.
- ⁵² . IHGB, Coleção Conde de Subaé, *Livro de Contas*, Lata 550, pasta 25 (1863-1887), sem numeração. Anotação de 3 de março de 1887.
- ⁵³ . Warren Dean, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 146, identifica a mesma postura entre os senhores de escravos paulistas.
- ⁵⁴ . Isaias Alves, *Matas do Sertão de Baixo*, p. 54.
- ⁵⁵ . IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, Lata 918, pasta 27, correspondência de Aristides Novis para Cotegipe, Bahia, 11 de julho de 1888.
- ⁵⁶ . W. Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, p. 511.
- ⁵⁷ . Segundo Jailton Lima Brito, “A abolição na Bahia”, p. 94, provavelmente foi o grupo de Cesário Mendes que distribuiu panfletos nos engenhos do Recôncavo.
- ⁵⁸ . *O Tempo*, 14 de abril de 1888, Comunicado: “Cruel expectativa”, p. 1.
- ⁵⁹ . APEB, *Gazeta da Bahia*, 17 de abril de 1888. Os abolicionistas que escreveram este boletim, certamente do Partido Liberal, protestaram contra a situação dos escravos que ficavam à mercê dos despachos do barão de Cotegipe e de outros chefes políticos que faziam jogo com a “victória da nossa causa”.
- ⁶⁰ . IGHBa, *O Tempo*, 18 de abril de 1888, “A questão atual”, p. 1.
- ⁶¹ . IGHBa, *O Tempo*, 18 de abril de 1888, p. 2.
- ⁶² . Idem, p. 2.
- ⁶³ . Idem, 28 de abril de 1888, p. 1.
- ⁶⁴ . Idem, p.1.
- ⁶⁵ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 2 de maio de 1888, p. 1. Sobre barão de São Francisco ver o mesmo jornal, 4 de maio de 1888.
- ⁶⁶ . Ibidem, 4 de maio de 1888, p. 1; ver também 5 de maio de 1888, p. 1.
- ⁶⁷ . Ibidem, artigo de Vila Viçosa, 1º de julho de 1888, “A Lei de 13 de Maio e o seu complemento”, p. 2.

CAPÍTULO IV

O 13 DE MAIO E OS DIAS SEGUINTE

Dia 13 de maio em Santo Amaro
Na Praça do Mercado
Os pretos celebravam
(Talvez hoje inda o façam)
O fim da escravidão
Da escravidão
O fim da escravidão.
(Caetano Veloso, *13 de Maio*)

Desde 9 de maio de 1888, quando os jornais anunciaram a apresentação do projeto de abolição definitiva no parlamento nacional, escravos e libertos das localidades do Recôncavo baiano foram tomados pela expectativa de que o final da escravidão estava muito próximo. Rememorando aqueles dias, Isaias Alves contou que muitos escravos se aglomeraram na estação ferroviária de Vargem Grande, onde havia telégrafo à espera de notícias sobre a aprovação da lei que mudaria para sempre suas vidas¹. Em muitos engenhos, os escravos se consideraram livres e se recusaram a trabalhar nos canaviais. Muitos senhores se anteciparam à lei imperial declarando forros todos os seus cativos numa tentativa de manter alguma autoridade sobre os libertos e deter a onda de fugas que vinha ameaçando a continuidade das atividades produtivas. Outros se aferraram à propriedade escrava não tanto por acreditarem na

sobrevida do velho escravismo, mas para requererem indenização pela iminente perda dos braços cativos.

Na noite do dia anterior, as ruas de Salvador se encheram de pessoas, muitas afluíram para a frente das redações dos jornais “no intuito de manifestarem regozijo de que estavam possuídos”. Mais tarde quando já havia grande “aglomeração popular”, apareceu a “música dos libertos” (provavelmente a banda da Chapadista), foguetes estouravam nos céus, discursos de abolicionistas, vivas ao gabinete conservador, passeatas de populares pelas ruas da cidade².

Com efeito, a notícia da abolição definitiva do cativo no Brasil foi bastante festejada nas senzalas dos engenhos e das cidades da região. Uma autoridade da vila de São Francisco do Conde informou com preocupação que, desde o 13 de maio, os libertos se entregaram a “ruidosos” sambas durante noites seguidas³. Nas cidades próximas aos centros produtores de açúcar, recém-libertos dos engenhos juntaram-se a populares nos festejos e desfiles promovidos por associações abolicionistas. Um jornal da cidade de Cachoeira informou que, na noite de 13 de maio, “o povo se derramou pelas ruas” acompanhado de duas bandas de música. Das sacadas dos sobrados muitos discursos e vivas ao grande dia. Na semana seguinte, depois que a câmara recebeu comunicação oficial da abolição, cerca de 4 mil pessoas desfilaram festivamente pelas ruas de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix⁴. Em Salvador, desde o dia 13, entidades abolicionistas, estudantes, populares e ex-escravos ocuparam as ruas e desfilaram pelo centro da cidade ao som de filarmônicas. Queimaram-se fogos de artifício e as fachadas das casas particulares e repartições públicas foram iluminadas por noites seguidas.

A presença de ex-escravos, nas ruas de Salvador, foi notada por diversos contemporâneos. Por iniciativa deles, os carros do caboclo e da cabocla desfilaram da Lapinha ao centro da cidade, percorrendo o mesmo itinerário dos festejos da Independência da Bahia. A relação do 2 de Julho – data em que se comemorava a libertação da província do colonialismo português – com os festejos da abolição sugere que, na avaliação dos libertos e dos populares, a liberdade conquistada em

1823 finalmente se completou com o fim do cativeiro⁵. Em tom apoteótico, um deputado baiano observou:

No meio daquela onda imensa de povo, notavão-se os homens negros, os ex-escravos, resplandecentes da luz da liberdade, fraternizando com a multidão que os recebia de braços abertos. Tinham a atitude erecta dos que já ousão olhar o céu (...) e dos lábios entreabertos a escarpar-se-lhes este grito ingente: -- Viva a liberdade⁶.

Relembrando aquele dia, Teodoro Sampaio registrou o comportamento de Macaco Beleza, o liberto que militava no movimento abolicionista. Segundo ele:

No dia 13 de maio de 1888, este homem emudeceu. No meio do entusiasmo dos moços, das aclamações estrepitosas que de todos os ângulos da cidade e de seus bairros, dos subúrbios, enormes phalanges de cidadãos, de todas as classes, e dos que acabavam de ser emancipados; quando todos vinham saudar a Gazeta da Tarde e a Libertadora Bahiana, Manoel Benício chorava por longo tempo; de seus olhos não se enchugavam as lágrimas e a sua attitude mereceu geral atenção⁷.

Em muitas localidades da província, a festa da abolição prolongou-se por muitos dias. Na capital, em 18 de maio, uma grande “romaria popular”, dirigiu-se à igreja do Bonfim em agradecimento à liberdade dos escravos⁸. Sete meses depois do 13 de maio, durante os festejos do santo, o samba mais cantado por populares tinha como refrão: “ô yoyô Carigé dê cá meu papé”, uma referência aos últimos anos de escravidão⁹. Quase um mês após a abolição, na manhã de 7 de junho de 1888, os libertos da vila de Santa Rita do Rio Preto, encontraram motivo para festejar, quando o secretário da câmara oficialmente anunciou em “voz alta pelas ruas” a promulgação da lei de 13 de maio, conforme recomendação do presidente da província. À medida que percorria as ruas anunciando o que há muito já se sabia, o secretário “foi imediatamente e entusiasticamente acompanhado debaixo de toque de fogos ao ar e de repetidos vivas pelos ex-escravos de ambos os sexos”¹⁰.

As evidências mostram que os egressos da escravidão da cidade não pretendiam aparecer apenas como meros figurantes da festa. A forma como reivindicaram a participação nas passeatas, a procissão até a igreja do Bonfim, as missas promovidas por irmandades negras, devem ser vistas em sua dimensão política. Esses eventos mostram que os libertos sabiam estar vivendo um momento especial e as festas da abolição foram as primeiras manifestações públicas de que desejavam participar politicamente dos acontecimentos na condição de cidadãos livres.

Os festejos do 13 de maio transformaram-se em grande manifestação popular e isso refletia em grande medida a amplitude social do movimento antiescravista na Bahia. As manifestações impressionaram os observadores da época pela quantidade de pessoas que ocuparam as ruas. Dois dias depois da abolição, ao noticiar os festejos do 13 de maio, o articulista do *Diário da Bahia* parecia impressionado com a presença de milhares de populares nas ruas de Salvador. Em um trecho ressaltou que o “povo manifestou do modo mais profundo e entusiástico o júbilo que se achava possuído”. Em outro se referiu à “concorridíssima passeata popular”, à “enorme multidão” ou à “grande massa de povo” que percorreu as ruas da cidade conduzindo os símbolos da Independência baiana¹¹. O noticiário pretendia realçar o aspecto ordeiro dos festejos, mas o articulista parecia impressionado com a quantidade de pessoas e o entusiasmo popular.

Para muitos aquela “massa de povo” nas ruas, grande parte dela composta de egressos da escravidão, era algo temerário e anunciava perigosas conseqüências. No dia 14 de maio, um parlamentar protestou na Assembléia baiana contra a diminuição do efetivo policial da província, para ele um contra-senso ante a presença de cerca de 80.000 pessoas liberadas do controle escravista¹². Às mãos do chefe de polícia, chegaram muitos pedidos de aumento do efetivo policial das cidades do Recôncavo e de outras regiões. Três dias depois da abolição, o senhor de engenho e comerciante Aristides Novis, em carta endereçada ao barão de Cotegipe, confidenciou suas impressões sobre as ocorrências do dia 13 de maio em Salvador. Segundo ele, desde então, “vivemos em completo delírio!”. Da sacada de sua casa, ele ouviu muitas

homenagens ao conselheiro Dantas, Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros chefes liberais. Notou que o nome de João Alfredo, chefe do gabinete conservador, foi pouco ovacionado durante as manifestações. Vê-se que o conflito partidário, que marcou toda a discussão em torno dos destinos da escravidão, ressurgiu com toda força nos festejos do 13 de maio. Para Novis, pior do que o quase esquecimento dos líderes conservadores, foi assistir as manifestações populares nas ruas, inclusive a presença de muitos ex-escravos. Enfim,

(...) Viva o dia 13 de Maio, viva a abolição imediata e sem indenização, vierão enfim os salvadores da Pátria! Desde o dia 13 q. vivemos em completo delírio! Commércio fechado todo o dia de hontem, passeatas pelas ruas, carros dos caboclos q. forão buscar na Lapinha e depositarão na Praça do Palácio; enfim todas as noites temos grandes festas; carnaval, 2 de Julho, e festa da abolição! Faça idéia 3 de um tempo, q. effeito não produzem, temos aqui mais de 3 mil pretos vindos dos engenhos. Ainda hontem conversando com o presidente e Chefe de Polícia pedi-lhes q. assim passassem estas festas, providenciasse no sentido destes trabalhadores voltarem às fazendas, si não em breve os roubos e mortes se darião a cada momento¹³.

É evidente o temor de Novis diante dos milhares de libertos misturados aos populares nas ruas da cidade. E mais ainda, o entusiasmo do povo havia incorporado a dimensão e os significados das duas maiores festas populares da província. Para seu desespero, a comemoração da liberdade se transformou numa síntese potencialmente explosiva do Carnaval e do 2 de Julho. Realmente, foi insuportável para aquele ex-senhor de escravos assistir, a um só tempo, a inversão da ordem do Carnaval e a exaltação da liberdade do 2 de Julho. Por trás disso, havia o medo maior de que a festa desembocasse em ameaça séria à ordem. Por isso, não escondeu a preocupação diante da presença de mais de três mil “pretos” nas ruas da cidade e apressou-se em requisitar providências repressivas às autoridades da província. O que Novis assistia nas ruas de Salvador talvez lhe chamasse a atenção para a possibilidade de perigosas alianças entre populares e ex-escravos. Na carta, ainda observou: “Só peço a Deos que o governo depois desta patriotagem nos mande breves leis regularizando o

serviço e auxílios pecuniários para a lavoura; isto não vindo, estaremos ainda em piores circunstâncias”.

Na mesma ocasião, Novis revelou as reações do tio, o barão de Santiago, grande senhor de engenho do Iguape, diante das surpreendentes mudanças de atitudes dos seus ex-escravos e da forma como eles se entregaram aos festejos da abolição. Segundo afirmou “(...) o S. Thiago está bom, porém muito sorumbático, vendo sahir para as ruas as suas crias q. elle sempre tanto zelou, etc., etc”¹⁴. Parece que, para o velho barão de Santiago a perda da propriedade escrava tivera impacto menor do que o dissabor de experimentar, naquele áureo dia, a impossibilidade de interferir nas decisões de suas estimadas crias. A perplexidade do barão resultava da completa ineficácia das formas tradicionais de controle oriundas da escravidão. O zelo paternalista que havia devotado às crias domésticas de nada lhe serviram naquele primeiro dia de liberdade.

Para os ex-escravos e para os setores populares da sociedade que se envolveram na sua causa, o 13 de maio significou o começo de uma nova era. Foi nesse clima de expectativas que, em 1891, o músico mulato, Manoel Tranqüilino Bastos, militante abolicionista da cidade de Cachoeira, deu o expressivo nome de Aurorina Maiotrece Bastos à filha nascida, justamente no dia 13 de maio daquele ano¹⁵.

Uma análise mais apurada dos festejos do 13 de maio de 1888 pode revelar sentimentos e expectativas dos ex-escravos em relação à nova condição de liberdade. As aspirações e projetos de liberdade engendrados durante e depois da escravidão foram parte do processo de mudanças de padrões de comportamento e conduta oriundos da velha ordem escravista. As formas como os ex-escravos expressaram o desejo de distanciar-se do passado escravista, através de palavras e comportamentos, são os objetos de reflexão deste capítulo. Ao afirmarem sua nova condição, os libertos se defrontaram com os limites materiais e simbólicos oriundos da velha ordem escravista. Mesmo sem modificar a ordem hierárquica vigente, a abolição havia abalado as bases das relações cotidianas nos engenhos e alhures.

Naqueles dias, os ex-escravos encontraram oportunidade de questionar abertamente os padrões e etiquetas de mando senhorial ou simplesmente ignorar as ordens dos senhores. De qualquer forma, aquele foi um momento marcante em que os ex-escravos tentaram aprofundar as transformações nas relações cotidianas de poder, dentro e fora das propriedades. Aos olhos dos ex-senhores, as reações dos libertos não passavam de atos despropositados, frutos da “embriaguez” e do entusiasmo. Inegavelmente, os dias que se seguiram à abolição foram momentos ricos, pois estavam em disputa as possibilidades e limites da condição de liberdade.

Os dias seguintes

Muitos ex-senhores de escravos surpreenderam-se ao perceber que o comportamento, as atitudes e a linguagem dos homens e mulheres, que até então lhes serviram como cativos, haviam se modificado sensivelmente após a abolição. Para se afirmarem como livres, os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão rechaçando papéis inerentes à antiga condição. Em diversos engenhos, os ex-escravos se negaram a receber a ração diária, a seguir para o trabalho no canavial e a trabalhar sem remuneração. Ao afirmarem o *status* de livres, muitos passaram a se expressar numa linguagem que os ex-senhores consideraram “atrevida” e “insolente”. Naqueles dias, palavras, atos e gestos facilmente ultrapassaram os limites do que os ex-senhores entendiam como etiquetas de respeito e deferência. Poucos senhores não guardaram daqueles momentos amargas recordações da maneira como seus antigos cativos passaram a se comportar¹⁶.

Em 1933, o ex-escravo Argeu relembra como os cativos do engenho em que vivia festejaram o “dia da liberdade”.

Foi uma cousa terrive. Seu Mata Pinto [dono do engenho] ajuntou tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melaço com tapioca, bestou, e de madrugada diche que tudo tava livre. Foi o diacho. A gente já sabia e foguete pipocou a noite toda¹⁷.

Vê-se que a festa cuidadosamente preparada pelo senhor para dar as boas novas frustrou-se em seus objetivos, pois os escravos souberam com antecedência que a escravidão já havia sido abolida. Na manhã seguinte, o senhor experimentaria desgosto maior ao constatar que os escravos não atendiam à convocação ao trabalho, pois segundo o velho ex-escravo, “No outro dia não tinha ninguém mais no terreiro”. Pelo que disse, os escravos domésticos também deram seu grito de liberdade, pois, na casa-grande, o silêncio era quase absoluto; ouvia-se apenas “o baruío das valigeiras [moscas varejeiras], naquela casa, que o xujo tomou conta”¹⁸.

A partir de fragmentos das memórias familiares, Isaias Alves tentou imaginar o que se passou na “alma dos escravos” no dia da abolição. Segundo ele, o engenho do avô encheu-se de música e foguetes. Na vila de Santo Antônio, um antigo escravo da família, chamado Vitorino, passou a noite “emproado e provocador”, desfilou orgulhoso pelas ruas e em altas vozes deu “Viva a igualdade”. Os ex-senhores surpreenderam-se com seu comportamento, pois, até então, era discreto e considerado “bom elemento”. Durante a escravidão, fora impecável nas tarefas de servir à mesa, lavar e suprir de água a casa dos senhores. Na noite seguinte, foi preso ao ser flagrado forçando a porta da loja comercial do ex-senhor¹⁹. O que mais chocou os ex-senhores foi perceberem que, na cabeça de Vitorino e possivelmente de outros libertos, a idéia de liberdade fundia-se perigosamente com a noção de igualdade. Era uma combinação potencialmente explosiva em se tratando de uma sociedade fundamentada nas desigualdades sócio-raciais entre as pessoas. Sem perceber, o que o autor revelou foram as “almas” assustadas dos antigos senhores diante dos comportamentos e atitudes dos ex-escravos.

Alves descreveu, também, a reação do escravo Januário, cozinheiro de confiança, que:

alvoraçado, anunciando a liberdade, deixara queimar-se a panela de arroz. Tia Heliadora, de voz bastante masculina: ‘Já sei que vocês estão forros, mas vá ver meu almoço, minha panela de arroz, que você deixou queimar!’ O ex-escravo, a rir, vai cuidar da cozinha e nunca deixa o ex-senhor, que lhe arranhou uma choupana, em que se casou com Geralda, escrava de Misael Lopes, muito mais clara e formosa mulata²⁰.

Esta última referência, por certo evocada pelo autor para evidenciar as “relações amistosas” entre antigos senhores e ex-escravos, inadvertidamente revela o quanto aquele dia havia afetado o cotidiano das relações entre os libertos e seus ex-senhores. O que antes poderia ensejar uma reprimenda verbal ou alguma forma de castigo acabou em riso de parte a parte.

A condição básica da autoridade senhorial que consistia em mandar e ser obedecido perdera força nos dias seguintes ao 13 de maio. Não por acaso, alguém falou que a abolição, tal qual a clava de Hércules, havia cortado o “fio das tradições” na lavoura canavieira²¹. No Engenho Outeiro, propriedade do velho Francisco Félix, na manhã do dia 14 de maio, “depois da notícia [da abolição], apareceu um com a cabeça amarrada, outro avisava que estava doente e, perguntado porque os outros não foram trabalhar, respondeu que já estavam forros. O velho [senhor] de tudo estava informado, não se mostrou aborrecido, mas triste e pensativo”²². Para aqueles libertos, a simulação de doença e mesmo a recusa aberta em comparecer ao trabalho foram maneiras de mostrar que os rumos de suas vidas já não eram ditados pelos desígnios e vontades dos ex-senhores. Sem dúvida, do ponto de vista dos antigos senhores, a abolição da escravatura ocorreu de forma traumática.

Ao alegarem que já “estavam forros”, os libertos pretendiam dizer que já não se sentiam obrigados às rotinas cotidianas de trabalho; possivelmente entendiam que trabalhar nos canaviais era a “continuação do cativo”. Assim, se negaram a labutar no eito ou a realizar qualquer atividade nos engenhos. Por isso que, no amanhecer do dia 14 de maio, se recusaram a atender ao chamado dos feitores ou ao toque dos sinos que anunciavam o início da lida no canavial.

Muitos senhores se assustaram ao perceber que o modelo de conduta paternalista ou as velhas compulsões não eram suficientes para obrigar os libertos a atenderem a convocação ao trabalho. Houve quem deixasse de achar sentido na vida ao se ver privado dos serviços dos antigos cativos. Isaias Alves escreveu que, após a notícia do “grande acontecimento”, “houve suicídio de senhores de engenho: alguns enforcaram-se e outros se envenenaram, outros endoideceram”. Em 26 de janeiro de 1889, o *Diário do Povo* noticiou o suicídio de “abastado fazendeiro” da freguesia de Conceição do Almeida, povoação próxima às localidades visitadas por Alves. Segundo o noticiário, o referido senhor era dono de 40 escravos, todos libertos pela lei de 13 de maio e “abalado por este facto e mais pela circunstância de haverem os libertos abandonado o trabalho, começou a soffrer das faculdades mentaes, até que na madrugada de 23 do corrente pôs termo à sua existência enforcando-se na cancela de sua fazenda”²³.

O barão de Vila Viçosa, grande proprietário de engenhos na cidade de Santo Amaro, registrou, em diversos artigos publicados na imprensa baiana, sua visão daqueles dias. Em 24 de janeiro de 1889, ele recordou que, após a lei de 13 de maio, houve o que definiu de “perturbação geral do trabalho” em consequência da “desmoralização” e da fuga de escravos. Diante da notícia “que devia encher de regozijo todos os corações brasileiros”, os “espíritos refletidos” foram tomados pelas mais tristes apreensões em relação ao futuro econômico da província. Passado o entusiasmo da lei, caíram em si diante da perda de braços e da falta de recursos para pagamento dos salários. “Desde o dia 13 de maio ficou completamente desorganizado todo o trabalho. Os ex-escravos nada mais fizeram senão vadiar, sambar e embriagar-se”. Segundo afirmou, grande parte deles abandonou as propriedades e foi para a cidade de Santo Amaro, sendo que os mais “preguiçosos” ficaram em suas casas sem se prestarem a qualquer serviço²⁴. Na visão do barão os comportamentos dos libertos não passavam de atos impensados, resultantes do desejo irrefletido de desfrutar da ociosidade, vadiação e embriaguez. Ele partia da noção de que os libertos não estavam preparados para a liberdade nem tampouco eram capazes de engendrar ações refletidas.

Neste artigo, o barão de Vila Viçosa recordou as amargas experiências do dia seguinte à abolição. Suas palavras não escondem o mal-estar diante da perda de autoridade moral perante pessoas que há muito lhe deviam obediência. Escreveu ele que:

Havia partido no trem para Santo Amaro no dia 12 de maio, deixando a fábrica a trabalhar, e quando no dia 14 voltei não tinha meios de prosseguir o serviço da moagem, e nem d'isso me pude admirar; porque já vinha da cidade sem o meu criado que desde o dia 13 tinha tomado uma tal carraspana, que ainda no outro dia não podia mexer-se, e só no seguinte apareceu-me de cara toda arrebrandada para dizer-me que não queria mais ser meu criado e ia procurar um outro meio de vida²⁵.

Na citação anterior, o barão deixou escapar uma contradição, pois a decisão do criado de abandoná-lo não era norteadada pela expectativa do ócio e sim porque desejava “um outro meio de vida”. Ainda assim, essa decisão foi feita no auge de grande porre e do entusiasmo dos festejos do dia anterior. Num exercício simplista de imaginação, Vila Viçosa tentou reproduzir o raciocínio dos ex-escravos: “se quando nós éramos escravos estávamos sujeitos ao trabalho de todos os dias, agora que somos libertos, não devemos mais trabalhar”. Na sua visão, extinta a escravidão, só restava aos ex-escravos a ociosidade, pois imaginava que suas mentes obedeciam “unicamente aos hábitos da indolência e às sugestões dos vícios e das paixões mais desregradas”. Para completar o quadro de degeneração moral que a abolição havia desencadeado, observou ainda que as cidades ficaram “atulhadas de negras entregues à prostituição”. O barão tentava demonstrar que a escravidão foi o freio moral de uma população considerada “naturalmente” inclinada à indolência, à preguiça, aos “vícios” e às “paixões mais desregradas”²⁶. Vila Viçosa era defensor da indenização e crítico mordaz da forma como o governo havia decretado a lei de 13 de maio. Interessava-lhe mostrar que, além do confisco de suas propriedades humanas, os ex-senhores foram expostos à desobediência e ao abandono das propriedades. Mas é evidente que, por trás dos seus argumentos, havia muita insatisfação ante a impossibilidade de controlar pessoas que há pouco lhe pertenciam.

“Entusiasmo”, “deslumbramento” e “embriaguez” foram expressões utilizadas por muitos senhores de engenho para definirem o estado de ânimo dos libertos, após a abolição. Segundo um observador:

A primeira impressão foi, como devia de sê-lo, a do sobressalto trazendo a incoseqüência das decisões, aquelles [os ex-senhores] retraindo-se pelo terror ou pela susceptibilidade profundamente molestada, e estes [os libertos] excedendo-se pelo natural desvirtuamento da força própria, entregues à sagacidade do facto, sem correctivos nas aspirações, porque não as havia definidas nos espíritos incultos e nas exigências da natureza inconsciente²⁷.

Em outro momento, o autor afirmou que do “sopro da redenção dos cativos, surgiu desânimo de uns e o desregramento de outros”. Uma classe aferrada ao trabalho escravo custava acreditar que a população negra egressa da escravidão, pudesse viver fora dos controles e limites impostos pelo escravismo. E mais ainda, que pudesse ter aspirações próprias.

Fica inscrito nas palavras de Vila Viçosa e de outros observadores que a abolição representou muito mais que a perda dos braços escravos; ela havia destruído um estilo de vida fundado em padrões e etiquetas de mando e obediência. E mais que isso, havia perigosamente ameaçando inverter os “lugares” tradicionalmente ocupados pelos indivíduos na hierarquia social. Não foi por outra coisa que o barão de Vila Viçosa deplorou o dia em que “mães qualificadas” (leia-se, mulheres brancas) foram obrigadas a ir para as cozinhas e crianças ficaram sem amamentação. Mas no entender do barão, a lei também não beneficiou os ex-escravos, pois muitos libertos considerados por ele “incapazes de trabalho” foram abandonados pelos filhos e se não fosse a “caridade” de ex-senhores padeceriam de fome²⁸. Em verdade, o discurso do barão expressava o lamento de uma classe social ante a destruição de regras e valores hierárquicos moldados em seu próprio benefício.

Os traumas dos senhores baianos com o fim da escravidão, ganharam as páginas dos romances. Em 1908, duas décadas depois da abolição, a escritora Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, filha de grande senhor de engenho do Recôncavo,

retratou, no romance *Letícia*, as contrariedades dos antigos proprietários de escravos ante a perda da mão-de-obra cativa. O livro trata das desventuras matrimoniais de Letícia, filha única do velho Travassos, rico senhor de engenho do Recôncavo, tendo como pano de fundo a abolição da escravidão, a queda do Império e a proclamação da República, momentos cruciais em que a autora pontua as transformações ocorridas no mundo privado das casas-grandes. O drama pessoal de Letícia funde-se com o próprio declínio da “aristocracia do açúcar”, classe à qual autora e personagem pertenciam. Escrito por alguém que viveu os momentos tensos que se seguiram à abolição, o romance revela os dramas particulares de senhores de engenho que sucumbiram financeiramente após a perda da mão-de-obra escrava. E mais do que isso constitui testemunho histórico importante de quem viu o fim da escravidão por dentro e do alto das casas-grandes.

Num trecho do romance, a autora reproduz a fala de Travassos ante o que definia como “desorganização do trabalho” decorrente do fim do cativeiro:

— É impossível viver assim! Nunca pensei que nossos escravos, sendo tão bem tratados, nos deixassem com tanto desapego. Sempre ouvi dizer que a escravidão traz vileza, mas em muitas vezes respondia a essa máxima que julgava cediça com a frase da autora da *Cabana do Pai Tomás*. ‘Tratem-nos como cães e elles procederão como cães; tratem-nos como homens e elles procederão como homens’. Mas qual! (...) Quando lhes comuniquei que eram livres, disse-lhes: Os que não quiserem ficar comigo podem retirar-se: não lhes guardo por isso rancor; só lhes exijo que me previna para poder regular o trabalho. Todos protestaram não me deixar; alguns acrescentaram: ‘Ainda que meu senhor me tanja, eu não saio; aqui hei de morrer. Nós não tivemos senhor, e sim pai’²⁹.

No trecho acima, fica evidente a surpresa do senhor diante da mudança de comportamento dos ex-escravos e a ineficácia das formas tradicionais de mando senhorial. Vê-se que o senhor de engenho avaliava o comportamento dos libertos sob a ótica paternalista, tanto assim que a decisão de abandonar a propriedade foi interpretada como sinal de “ingratidão”:

Ora; marco um dia para moagem; aviso a todos; estão os picadeiros cheios de canas; chego ao engenho, faltam alguns; onde estão? Mudaram-se sem dar-me a menor satisfação. Há quem sofra isto com paciência? Manhas, falsidades, como que um propósito de fazer pirraça³⁰.

Bittencourt foi perspicaz ao recriar os traumas dos ex-senhores ao se verem privados dos serviços e comodidades proporcionados pela posse de escravos e escravas. Na vasta sala de jantar da casa-grande, ao redor da antiga mesa, achavam-se a família e hóspedes de Travassos, entre eles dois senhores de engenho da vizinhança. Depois de servida a sopa, dona Henriqueta quebrou o silêncio “pedindo a seus hóspedes desculpa das faltas que encontrariam no serviço devidas à rebeldia dos criados”. “No tempo do cativo, continuou ela, não havia casa mais bem servida do que esta”. Estas palavras desencadearam acirrado debate entre os presentes sobre as maneiras mais acertadas de lidar com os trabalhadores emergentes da escravidão. Sampaio, o tipo de senhor linha-dura, após desferir diversas críticas ao governo por permitir aos libertos “vadiarem e insultarem os senhores”, gabou-se de ter sempre tratado seus escravos com rigor; por isso “estão quase todos comigo”. Mais adiante ele completou: “Ainda ontem dei uma boa esfrega em um que deixei no tronco”. O outro senhor, chamado Cândido, disse tratar os ex-escravos de forma branda e assim procedia por conveniência, pois não contava com apoio do governo³¹.

Na situação descrita, a romancista parece sugerir a existência de posicionamentos e estratégias diferentes entre os senhores quanto à forma de lidar com os ex-escravos. O próprio Travassos aparece na trama como o arquétipo do “bom senhor”, aquele que tratava seus cativos com zelo e generosidade. O fato é que todos foram afetados pelas conseqüências da abolição e nem mesmo Travassos foi poupado da “ingratidão” dos antigos cativos. Dona Henriqueta, tia de Leticia, representava a senhora branca da casa-grande que subitamente se viu destituída dos braços escravos, em especial das criadas domésticas que cozinhavam e lhe serviam à mesa. Em um trecho da conversa, dona Henriqueta deplorou sua situação ao se ver obrigada a preparar o jantar: “Que jeito tenho eu senão fazer tudo!”. Eurico, esposo de Leticia, observou com ironia que não devia queixar-se da abolição; os escravos

não lhe faziam falta. “É porque você não está no meu lugar! tornou D. Henriqueta. Não são somente as faltas; os desaforos, os insultos!”. Mais adiante completou: “quem não se sente da ingratidão? Muitos deles criei-os no colo; tratava-os a todos mais como mãe de que como senhora”³².

Contra a vontade do marido, Letícia decidiu permanecer na propriedade para cuidar do pai enfermo e principalmente porque:

Atravessamos uma crise terrível, principalmente para os ex-senhores que moram no campo. É preciso algum tino e tática para obter dos ex-escravos algum serviço. É isto que falta à minha tia [Dona Henriqueta]. Se demorarem aqui mais dias, verão que é preciso o meu concurso nas mais insignificantes cousas do governo da casa. Ela coitada! Chora, se desespera, eles [os ex-escravos] fazem-lhe as maiores pirraças. (...) Eu conservo sobre essa gente alguma força moral, do que até me admiro; verão como me obedecem³³.

Apesar das iniciativas de Letícia, o engenho não voltaria à pujança dos tempos da escravidão e sucumbiria à crise que se abateu sobre a lavoura canavieira. A perda da propriedade escrava provocou grande choque emocional no velho Travassos e a autora sugere que este foi o principal motivo da enfermidade que o levou à morte, logo após a proclamação da República.

Saliente-se que, tanto na ficção quanto nos discursos produzidos pelos ex-senhores, as iniciativas dos libertos apareciam como atos tresloucados, simples negação do trabalho e recusa da autoridade senhorial que não conseguia ter “tino e tática”. Este era mais um inconveniente da lei identificado pelos ex-senhores, na medida em que elevou abruptamente à condição de livres pessoas supostamente despreparadas para a vida em liberdade. Mesmo assim, o discurso senhorial mal esconde o temor pela ordem social. Poucas vezes na história da província, as práticas e os símbolos de poder e mando dos senhores de engenho haviam sido colocados em questão de maneira tão contundente. As iniciativas dos ex-escravos, mesmo levadas pelo suposto “entusiasmo” ou “embriaguez”, abalaram as convicções senhoriais de que poderiam manter algum controle sobre seus subordinados nas mesmas bases existentes durante o cativo.

Em uma crônica intitulada “O misterioso pilão de Pouco Ponto”, publicada em 1942, João da Silva Campos nos revelou os contornos dos fantasmas e assombrações que povoavam os pesadelos dos senhores de engenho, logo após o 13 de maio. Contava ele que, numa manhã de maio, dois ou três dias após a abolição, apareceu no sobrado do Engenho Pouco Ponto, nas proximidades da cidade de Santo Amaro, um homem completamente estranho naquelas paragens. Depois de apeiar do cavalo, subiu a escada e, sem cerimônia, entrou na sala de jantar onde estavam acomodados o proprietário e sua família. O desconhecido puxou uma cadeira, sentou-se e pôs-se a falar. Disse ser um enviado de Deus e estava ali para vingar todas as crueldades, injustiças e crimes do passado. Por vezes, parecia falar consigo mesmo, exigiu alimentação e, vorazmente, comeu tudo que se lhe trouxe. Por fim, satisfeito, desceu a escada, montou em seu cavalo e sumiu na estrada. Ninguém no engenho conhecia o tal indivíduo. Silva Campos apresentou duas possibilidades para explicar a misteriosa aparição: ou era simplesmente um “maluco”, ou era alguém que houvera “ensandecido com a nova Lei de Treze de Maio”. O cronista finalizou a narrativa, informando que o senhor de engenho em questão, Garcia Pires, era “abolicionista convicto” e, antes da abolição, já havia alforriado todos os seus escravos³⁴.

Além de abrir a possibilidade de pensarmos sobre os temores dos senhores de engenho nos dias seguintes à abolição, esta crônica permite identificar alguns símbolos da ordem hierárquica ameaçada. O fantasma -- fica insinuado que se tratava de um homem negro -- entrou na casa-grande e, quebrando todo ritual de respeito e deferência praticado nos engenhos, se acomodou à mesa diante de um ex-senhor de escravos amedrontado. A voracidade com que comia parecia se confundir com a fome secular de justiça. Mais do que isso, o fantasma se dizia um enviado de Deus e estava ali para reparar todas as injustiças e “crimes do passado”, uma alusão à extinta escravidão.

Nas memórias, romances e relatos feitos pelos antigos senhores de escravos a abolição aparece como ruptura decisiva dos padrões, etiquetas e valores estabelecidos na ordem escravista. Havia um interesse político e ideológico dos senhores em conceberem a abolição nestes termos. A idéia de ruptura servia como importante

argumento para mostrar o quanto a classe senhorial havia sido abandonada e injustiçada pela decisão do governo imperial de abolir a escravidão. E mais que isso, a abolição não foi precedida nem pela indenização, nem por leis complementares que garantissem algum controle sobre os libertos. Na década de 1890, os lamentos e ressentimentos senhoriais foram retomados pelos donos de engenho como forma de explicar a decadência da lavoura açucareira e como principal argumento para extrair do governo créditos, empréstimos a juros baixos e auxílios financeiros ao processo de modernização dos engenhos. Portanto, era muito conveniente mostrar que a abolição havia rompido um estilo de vida fundado em valores hierárquicos sólidos, como se o mundo escravista dos engenhos não estivesse sob permanente tensão.

Não por acaso o lamento senhorial marcou, durante muito tempo, a memória da abolição. Em *As voltas da estrada*, romance publicado em 1930, o escritor Xavier Marques concebeu as mudanças nas relações cotidianas entre antigos senhores e escravos nos engenhos e cidades do Recôncavo baiano como decorrência de mudanças bruscas que ocorreram após o fim da escravidão. Na cidade de Nossa Senhora do Amparo, fictício reduto da “aristocracia do açúcar”, doze anos depois do 13 de maio, as transformações decorrentes da abolição ainda martelavam a cabeça dos senhores de engenho. Para eles, os “aspectos da vida eram profundamente estranhos aos poucos, já envelhecidos, que conheceram um regime por eles julgado a forma definitiva e única legítima de coexistência social. Para estes já não havia glória em viver. Tudo era tristeza, vergonha, decadência”. A classe senhorial já não gozava da antiga marca de nobreza e esforçava-se para esconder a decadência econômica. Com efeito, no ano de 1900 “já eram anacrônicos os tipos de senhor e senhora de engenho com os principalhos desocupados e pródigos e os séquitos de lacaios e mucamas que lhes compunham a numerosa famulagem”³⁵.

A idéia de ruptura concebida pelos ex-senhores foi uma importante arma utilizada para negar ou deslegitimar as aspirações e esperanças dos antigos escravos. Na avaliação deles, as relações paternas foram perturbadas pela decisão precipitada da princesa Isabel. A abolição, além de representar um confisco, havia causado grande desordem no campo, desorganização do trabalho e motivado a desobediência

dos libertos. Na visão dos ex-senhores, os libertos estavam despreparados para a vida em liberdade e por isso recusaram o trabalho e abandonaram as propriedades. Além de retirar dos escravos a condição de sujeitos capazes de fazer suas próprias escolhas, a idéia de ruptura encobria a dinâmica dos conflitos entre libertos e donos de engenho que remontavam ao tempo da escravidão. Esta era uma forma de desqualificar as iniciativas dos libertos e mostrar que suas aspirações e projetos de liberdade não passavam de “entusiasmo delirante”.

A despeito disso, é possível capturar nas entrelinhas do discurso senhorial, evidências que ajudam a entender de que maneira os ex-escravos tiraram suas próprias conclusões em relação ao momento em que viviam. E ainda, quais os significados que deram à liberdade e à direção que queriam dar às suas vidas. Os projetos de liberdade e os esforços que fizeram para se distanciarem do passado estavam fundamentados em experiências de lutas travadas dentro da própria escravidão. Este era um aspecto importante dos embates que se seguiram à abolição que o discurso senhorial tentou silenciar.

A “mal sugerida liberdade”

As correspondências e artigos em jornais escritos por autoridades e senhores de engenho oferecem a oportunidade de refletir a respeito do que pensavam sobre as mudanças de atitude da população egressa da escravidão. Obviamente que aos senhores de engenho interessava demonstrar que a ordem social estava seriamente ameaçada pela “desobediência” e pela desordem decorrentes da maneira como foi encaminhada a “questão servil”. Com isso, esperavam arrancar do governo leis que lhes garantissem algum controle sobre os libertos. Lidas a contrapelo, estas fontes podem revelar indícios importantes sobre as expectativas dos libertos em relação ao fim do cativeiro, pois muito do mal-estar dos ex-senhores relacionava-se às iniciativas dos ex-escravos em rechaçarem antigas práticas ou condutas vigentes no passado de escravidão. E mais do que isso, as expectativas dos libertos incluíam

antigas aspirações, entre as quais possuir terras e distanciar-se das formas de “sujeição” inerentes à condição escrava. É nesta perspectiva que analisaremos algumas correspondências enviadas ao presidente da província por um proeminente senhor de engenho do Recôncavo.

Seis dias após o 13 de maio, Egas Moniz Barreto de Aragão, o barão de Moniz Aragão, presidente da câmara da vila de São Francisco do Conde e proprietário de vários engenhos no Recôncavo, em longa carta enviada ao presidente da província, relatou detalhadamente os acontecimentos que se sucederam à abolição naquela localidade. Ele acusou o recebimento do aviso do Ministério da Agricultura, ordenando a publicação da Lei Áurea e informou que ainda não havia conseguido reunir os vereadores por causa do inverno rigoroso e por estarem os mesmos em suas terras “a fim de acautelarem seus interesses individuais”. Vê-se que, diante do impacto da abolição, o interesse individual não teve escrúpulos em se sobrepor às obrigações com a municipalidade³⁶. No capítulo seguinte, veremos que o próprio Moniz Aragão fixou residência no Engenho Mataripe, na tentativa de restabelecer a ordem em suas propriedades.

Moniz Aragão informou também que antes da notícia da apresentação do projeto de lei que previa a abolição definitiva, quase todos os proprietários do município haviam alforriado incondicionalmente seus escravos e ingênuos na “suposição” de evitar a “retirada em massa” para a capital. Portanto, buscavam antecipar-se à lei para impedir que os libertos abandonassem as propriedades. Segundo ele, apenas o coronel José Joaquim de Teive e Argolo e o vereador Constâncio José de Queirós se mantiveram firmes na posse de seus escravos até o 13 de maio. Moniz Aragão procurou dar provas de desprendimento ao revelar que, em 7 de maio, data de aniversário do filho, libertou 346 escravos, destes, 143 “ingênuos”, distribuídos pelos engenhos Cassarangongo, Mataripe e Maracangalha, “onde já habitão considerável número de antigos moradores e libertos anteriormente do meu casal”.

No capítulo seguinte, veremos que, no caso do Engenho Maracangalha, a concessão de alforrias foi mais uma tentativa de conter a desordem e a

insubordinação do que um ato de generosidade do nosso barão. Desde o mês de março que os escravos daquela propriedade não compareciam à lida nos canaviais, algo que vinha ocorrendo em outros engenhos da região. Isso mostra que os libertos estavam informados sobre os debates no parlamento e das pressões do movimento abolicionista para pôr fim ao regime escravista. Possivelmente, a recusa ao trabalho era uma forma de forçar o barão a conceder alforria, algo que outros senhores vinham fazendo como forma de conter as fugas e a paralisação das atividades nos engenhos num momento em que se aproximava o período da colheita da cana. Assim, as ações dos escravos e libertos não foram norteadas pelo delírio como avaliaram os senhores e mais tarde sustentaram os memorialistas.

Na avaliação de Moniz Aragão não foi surpresa a promulgação da lei, pois “os proprietários não se iludirão com suposição de prazo, nem os sujeitos aguardarão a solução Legislativa”. Para ele, o mais surpreendente foi a maneira como os recém-libertos se comportaram meses antes da abolição. Segundo Aragão: “Tudo já se anarchizou antes do tempo e tudo continua na maior confusão”. Contou que nas propriedades “mais moralizadas, em cuja conta tenho as do meu domínio, há o que qualifico de respeitosa inércia”. Afirmou que,

nos últimos 15 dias ninguém trabalha, ninguém compreende o que lhe convém, nem sabe o que vai fazer. Aqui não há entusiasmo delirante pela decantada liberdade; há simplesmente disposição para viver do que por descuido vir do céu, em forma de carne e farinha, sem trabalho, e do que poder furtar do vizinho.

A respeitosa inércia que Moniz Aragão viu reinar em suas propriedades pode significar que os libertos estrategicamente ainda combinavam deferência com firme recusa em labutar nos canaviais. As evidências que até agora apresentamos mostram que, imediatamente depois da abolição, os ex-escravos não bateram de frente com a autoridade do ex-senhor. Mas, ao mesmo tempo, os senhores não se faziam obedecer. E isso era o que mais preocupava o nosso barão³⁷.

Para Moniz Aragão, os libertos entregaram-se à “vagabundagem” e à prática de furtos “audaciosamente” preparados para retirar as criações dos pastos. Segundo

ele, os proprietários vinham fazendo “propostas convenientes; mas tudo está em suspenso e declamação; somente com vagar se poderá conhecer a verdade nua e crua deste péssimo e perigoso estado em que decahiu este município”. Tudo indica que, após o 13 de maio, a recusa ao trabalho adquiriu outro sentido para os libertos. Possivelmente recusavam o trabalho nos termos das velhas relações escravistas e isso era visto como “continuação do cativo”. Para os senhores de engenho era conveniente acreditar que aquela recusa era produto da inclinação dos escravos à vadiagem.

As correspondências de Moniz Aragão mostram que os libertos tinham expectativas que iam além da quebra dos laços escravistas. Por isso, ele temia o retorno dos escravos que debandaram para Salvador, nos últimos dias que antecederam a abolição, supondo que os mesmos exigiriam “a permanência na propriedade, sem trabalho nem aluguel ou qualquer arranjo com o respectivo senhorio, simplesmente em previsão da prometida abolição da propriedade em proveito exclusivo do liberto”. Possivelmente supunha que, em contato com a agitação popular que ocorria em Salvador, nos dias que se seguiram à abolição, os libertos retornariam imbuídos do desejo de ocupar as terras sem a contraprestação de serviços ao antigo senhorio. O nosso barão deplorava a falta de garantias às autoridades para reprimir tal “intruso” ou “rebelde”. Mas, pelo que disse, pode-se inferir que a preocupação maior era com os libertos que permaneceram nas propriedades e se recusavam a trabalhar nas terras do ex-senhor sob as mesmas condições do cativo. Segundo disse, um ou outro proprietário se valia de alguma “força moral”, mas cessando este “paradeiro” não havia meios de conter a “vadiação e o crime”.

Aos olhos do nosso barão, a forma como os libertos avançavam sobre o gado nos pastos e a expectativa de acesso à terra representaram não apenas ameaça, mas também questionamento dos fundamentos da propriedade privada. Os “roubos” de animais e plantações indicam que os ex-escravos estavam lutando pelo que consideravam “justo” lhes pertencer no momento em que foram alçados à condição de livres. A “respeitosa inércia” que Moniz Aragão verificou em suas propriedades

pode significar que alguns senhores ainda tinham alguma autoridade moral sobre os libertos, mas isso não era suficiente para pôr os engenhos em funcionamento.

Na carta que redigiu, em 10 de julho de 1888, Moniz Aragão voltou a informar que não havia conseguido reunir os vereadores locais, por causa do que chamou de “desorganização social e do trabalho” em que se achava mergulhado o município desde o início do ano. Segundo ele, os vereadores, em sua maioria composta de senhores de engenho, estavam impossibilitados de se ausentarem de seus domicílios, pois se sentiam ameaçados pelos “maos instinctos dos vagabundos que em entusiasmo delirante usufruem a mal cegerida [sugerida] liberdade...”. Pelo que disse, deduz-se que a presença dos senhores vereadores em suas propriedades não foi suficiente para manter a ordem e que a “respeitosa inércia” e a “ausência de entusiasmo” estavam perigosamente dando lugar ao “entusiasmo delirante”. Custava-lhe acreditar que os libertos pudessem conceber seus próprios projetos de liberdade. Como o barão de Vila Viçosa, ele preferia acreditar que as iniciativas dos libertos eram produto da irracionalidade dos “maus instinctos” ou do “entusiasmo delirante”³⁸.

No mesmo dia 10 de julho, em outra correspondência reservada, endereçada ao presidente da província, Moniz Aragão esclareceu melhor suas preocupações e temores. Informou que, após receber a circular do Ministério da Agricultura que proclamava a aprovação da lei de 13 de maio, mandou publicar a decisão do legislativo através de edital. Mas, depois disso, “para infelicidade nossa, a grande maioria dos recém-libertos do município não se tem mostrado dignos da condição de cidadãos a que acaba de ser chamados; sendo notório que neste Recôncavo sempre forão bem tratados e dos mais educados do Elemento Servil da Província; ainda não se pode reorganizar os serviços, nem da lavoura, nem de casa; tudo está desorganizado e em lamentável confusão!”. A surpresa e o desconforto diante do comportamento dos ex-escravos mais uma vez explicitam-se no discurso do ex-senhor³⁹.

Advertia que a recusa aos trabalhos nos canaviais ameaçava a produção açucareira, pois se para a próxima safra havia canas para serem colhidas e

transformadas em açúcar e mel, para a próxima só haveria “socas” (canas velhas), se pudessem ser tratadas. Depois disso, afirmou que as fábricas poderiam fechar as portas, porque ninguém vinha plantando canas novas (chamadas de rego), nem preparando terreno para qualquer espécie de plantação. Segundo sua previsão, os anos de 1889 e 1890 seriam de penúria e fome.

E aqui ele retorna ao que definia como a “mal sugerida liberdade” e “entusiasmo delirante”. Segundo informou, os recém-libertos

imaginão que os proprietários não querem entregar-lhes em propriedade absoluta de seus terrenos o que podem por sua conta e risco, fazermos executar esta Ordem da Corte, isto é, entregar-lhes nossos terrenos gratuitamente sem retribuição alguma da parte delles⁴⁰.

Segundo Moniz Aragão, os libertos da localidade cobravam o cumprimento de suposta “Ordem da Corte” que mandava conceder-lhes terra. A seu ver, os libertos entenderam equivocadamente a circular do Ministério da Agricultura que ordenava a divulgação da lei de 13 de maio. Para nosso barão, o “mísero liberto” deduziu o “communismo da propriedade” do referido documento, especialmente quando dizia que “convertida a dignidade da pátria, a terra já não representa para elle o trabalho forçado e gratuito, mas o beneficio commum”. Sem dúvida, Moniz Aragão subestimava a capacidade de compreensão dos libertos, pois, na sua perspectiva, o desejo de possuir terra só poderia ser fruto de grande mal entendido ou da “mal sugerida liberdade”. E mais ainda que pudessem agir por vontade própria, antes foram sugestionados pela circular ministerial.

A principal preocupação de Moniz Aragão não era o acesso à terra, direito que alguns escravos haviam conquistado, mas a forma como os ex-escravos pretendiam desvincular os cultivos próprios da obrigação de lavrar as terras dos antigos senhores. No entanto é possível que, naqueles dias, os rumores de que os libertos tinham direito à terra estivesse circulando entre as senzalas dos engenhos da região. O fato é que as memórias dos descendentes de escravos da região ainda trazem marcas das

esperanças daqueles dias. Faustina, neta de ex-escravos, moradora em terras de antigo engenho, nas proximidades de São Sebastião do Passé, contou-nos que seu avô, João do Ouro de Sena, ao relembrar o “dia da liberdade” dizia que

(...) estava com os meninos fincando uns pauzinhos no chão prá brincar, quando viu aquela zoada no mundo, aquela gritaria, muitos tambores tocando e homens sambando. Aí quando o pai dele chegou, ele perguntou: e aí meu pai, que zoada é essa? E o pai respondeu: não meu filho, é a liberdade, é a liberdade. Aí meu avô perguntou: o que é a liberdade? E o pai dele respondeu: Agora nós vai trabalhar prá gente, não vai trabalhar mais prá os homens, não. Agora cada um da gente pode plantar sua rocinha⁴¹.

A possibilidade de possuir roça aparece como condição básica para viver sem sujeição, ou seja, sem precisar trabalhar para os “homens”⁴². Mas a esperança do liberto aparece envolvida em medo de que a escravidão retornasse. Faustina lembrou ter ouvido o avô contar que

depois da escravidão todo mundo ficou sentindo que estava livre, mas ficou o receio. O medo era de que pudessem voltar a viver a vida inteira como escravos (...). Meu avô contava que ficou trabalhando, mas assim com medo de vir alguém e dizer prá voltar a trabalhar como escravo. As pessoas ficaram assombradas depois que a escravidão acabou.

Por seu lado, os senhores tinham outros receios e medos. De várias partes da província as autoridades reclamaram reforço policial para conter o que chamavam de “insubordinação” dos libertos. Havia o temor antigo de que cessado os freios da escravidão, os ex-escravos dessem vazão a impulsos de roubarem e saquearem as propriedades e enveredarem pelo crime. Além disso, esses apelos revelam que as autoridades estavam assustadas ante as iniciativas dos libertos. Em 6 de julho de 1888, Manoel Rodrigues Lima, subdelegado da localidade de Palame, escreveu ao chefe de polícia:

Parece que o contágio das ideias perniciosas do comunismo quer surgir de chofre n'este Distrito e depois da Áurea Lei de 13 de Maio. A ignorância que prepondera em muitos dos nossos conterrâneos lavra em grande escala, perniciosa à segurança individual e ao direito de propriedade; e sabe V.S^a que a estabilidade de tais direitos depende da força de sua manutenção e garantia⁴³.

O subdelegado finalizou, afirmando que na sua localidade o respeito às autoridades estava declinando e as “ameaças são por demais insultuosas à minha autoridade e a todos q. possuem um tacho de terra”.

Em 28 de maio de 1888, o delegado da vila de Inhambupe escreveu ao chefe de polícia, reclamando aumento da força policial naquela localidade, principalmente depois do 13 de maio. Disse ele que na vila eram cada vez mais freqüentes os conflitos provocados por indivíduos “insubordinados”, muitos deles libertos “que abusam da liberdade, o que é natural; principalmente nos primeiros tempos”. O grande número de libertos na vila de Campo Largo também foi objeto de preocupação do delegado Benvenuto José de Aguiar. Em 7 de julho de 1888, ele afirmou que o número deles “é razão bastante para anarquia, talvez terão de em muito breve darem para saquear, e antes disso desejava e como de facto desejo tomar sérias e enérgicas providências”. Em julho de 1889, o delegado da Vila Viçosa, extremo sul da província, externava o mesmo temor diante do grande número de libertos existente no entorno da localidade. Dizia ele: “O termo está sobremodo revolto, especialmente na Colônia Leopoldina, onde existem dois mil libertos da lei de 13 de Maio”⁴⁴.

O tom quase sempre nervoso das correspondências de Moniz Aragão e de outras autoridades da província deixou evidente o temor dos senhores diante dos imprevisíveis desdobramentos do processo de abolição. O mais preocupante era que os antigos cativos vinham manifestando expectativas de liberdade que iam além da simples quebra dos laços que os prendiam ao cativeiro. O desejo de possuir terras e a forma como vinham se comportando diante dos antigos senhores geravam entre eles a perigosa sensação de que a ordem estava seriamente estremecida.

Conjuntura de crise

Para entender os comportamentos de libertos e ex-senhores, nos dias seguintes à abolição, é necessário reconstituir a conjuntura econômica dos anos de 1888 e 1889. A abolição coincidiu com o aprofundamento da crise econômica que vinha atingindo a lavoura canavieira baiana desde a década de 1870. A falta de competitividade, a contínua queda dos preços do açúcar nos mercados mundiais e a perda da propriedade escrava, resultante da lei de 13 de maio, abalaram o setor açucareiro da província. Sem capitais disponíveis muitos foram obrigados a paralisar a produção ou a se desfazerem das propriedades para pagarem dívidas.

A queda nos preços do açúcar, a diminuição dos créditos, a seca e as tensões sociais nos engenhos repercutiram imediatamente no fraco desempenho da economia açucareira nos anos de 1888 e 1889. Vejamos como o barão de Vila Viçosa, um proeminente senhor de engenho de Santo Amaro, descreveu a conjuntura de crise vivida naquele período por sua classe. Em artigo de 14 de agosto de 1888, o barão de Vila Viçosa informou que, em Santo Amaro e São Francisco do Conde, municípios que concentravam os maiores e mais produtivos engenhos da província, as plantações estavam abandonadas e lamentou que a falta de reparos nas cercas vinha lançando o gado sobre as plantações dos engenhos que estavam em atividade, o que, na sua visão, contribuía para agravar o quadro de ruína e miséria em todo Recôncavo⁴⁵.

Em artigo escrito em 25 de janeiro de 1889, ele afirmou que, além dos preços baixos, mais da metade da safra do ano de 1888 fora perdida em consequência da lei de 13 de maio. Com a perda dos braços escravos, os bens mais valiosos das propriedades, as fortunas agrícolas diminuíram consideravelmente e aumentaram as despesas com o pagamento de salários. Os comerciantes que financiavam as safras retraíram-se com o temor de que as dívidas não seriam pagas, pois não havia garantias de reembolso. No entender de Vila Viçosa, os comerciantes que financiavam a safra, “cheios de natural desconfiança”, recusaram todo o açúcar em comissão e negaram novos créditos aos senhores⁴⁶.

Vila Viçosa afirmou que, em meados de 1888, as lavouras de cana e as roças estavam abandonadas, as cercas sem reparos e, até então, não houve preparação do maquinismo para dar início à nova moagem. Com a paralisação dos serviços, as plantações de cana foram tomadas pelas ervas daninhas e invadidas pelo gado. Para fugirem da crise, os senhores venderam os bois de carro e as vacas de criação a preços insignificantes. E os “negros” consumiram a galinha, o porco, o carneiro, enfim, os últimos bens que lhes restavam. Segundo ele, assim, libertos e ex-senhores atravessaram todo o inverno de 1888⁴⁷.

Segundo Vila Viçosa, para o resto do ano de 1889, as previsões não eram animadoras. As fábricas centrais não achavam cana para mais quinze dias de moagem. A fábrica central do Iguape não fez mais de 10 mil arrobas de açúcar bruto e a do Rio Fundo estava reduzindo açúcar bruto a caldo para passar nos aparelhos. O mesmo vinha fazendo em sua fábrica (antigo Engenho Passagem) e conseguiu pouco mais de 5 mil arrobas de açúcar de dois engenhos seus que a ela forneciam; para o ano seguinte só havia incertezas. Na sua avaliação, após terem esgotado na “vadiice” os pequenos recursos que tinham, os libertos ficaram privados de ganhar o pão porque ninguém lhes podia pagar o trabalho⁴⁸. Portanto, a grande lavoura de cana estava descapitalizada e sem dinheiro para pagar salários e investir em novas safras.

Em 6 de janeiro de 1889, “Um correspondente” da vila de São Francisco informou que a situação agrícola do município agravou-se após a abolição em face da “profunda desorganização de seu trabalho”. A seca que vinha assolando a região destruiu as novas plantações de cana que os “mais diligentes e cuidadosos” conseguiram fazer depois da lei de 13 de maio. Além disso, o gado acossado pela fome e pela falta de água invadiu as plantações de cana e mandioca, agravando o quadro de destruição da região. O desânimo era geral em toda a localidade; os engenhos que conseguiam realizar algum trabalho estavam paralisando as atividades e a expectativa de fome para 1889 era iminente⁴⁹.

Em 11 de janeiro de 1889, Novis escreveu a Cotegipe:

Eu vou bem de saúde graças a Deos, luctando com esta terrível crise e secca! Está tudo acabado! Não há mais cercas nos engenhos, reduziu-se tudo a uma pastaria geral – preço do assúcar desgraçadíssimo, basta q. Ihe diga que a lama de Nazaré goza de melhor preço para os alambiques do que o nosso escorrido para embarque!!⁵⁰.

Realmente, nos anos de 1888 e 1889, a produção açucareira da província desceu a níveis insignificantes. A maioria dos engenhos diminuiu o ritmo de produção drasticamente e muitos não plantaram nem colheram uma tarefa sequer de cana. Em 1889, o *Diário da Bahia* publicou uma lista dos engenhos do Recôncavo com a quantidade de terras cultivadas. Dos 74 engenhos existentes na vila de São Francisco, localidade que concentrava os maiores engenhos do Recôncavo, 19 estavam completamente paralisados e 39 haviam cultivado menos de 100 tarefas de cana⁵¹. Muitos engenhos sofreram encolhimento da área dedicada ao plantio de cana.

A redução da área cultivada refletiu-se no péssimo desempenho do comércio exportador de açúcar da Bahia. Segundo Barickman, em 1889, a exportação foi de apenas 1.685 toneladas, um volume desprezível e equivalente a apenas 3 por cento da média na primeira metade da década de 1850. Entre 1891 e 1910, a Bahia exportou, em média 8.483 toneladas de açúcar por ano, apenas 20 por cento da média provincial entre 1855 e 1888. Aquele autor mostra que o desempenho das exportações baianas ficou bem abaixo de outras províncias vizinhas, especialmente Pernambuco que duplicou a exportação daquele produto entre 1850 e meados da década de 1890. Conclui que os senhores de engenho pernambucanos não experimentaram maiores dificuldades em se adaptar ao fim da escravidão⁵².

A seca e suas conseqüências -- plantações arruinadas, desemprego, escassez e carestia de alimentos, especialmente farinha de mandioca -- repercutiram de forma dramática sobre a vida dos ex-escravos e de toda população pobre do Recôncavo. Naqueles anos, as cidades da região assistiriam à dramática chegada de centenas de retirantes do interior da província. Em 12 de maio de 1889, o delegado de Santo Amaro informou que as ruas estavam repletas de mendigos que invadiam as casas

para implorar socorros aos moradores. Os gêneros alimentícios vinham sofrendo aumentos consideráveis de preços por causa da escassez e o hospital já não suportava o grande número de pessoas internadas. O delegado disse temer pela manutenção da ordem, pois raro o dia que não era requisitado para impedir desordens no celeiro público, só freqüentado pelas “classes mais abastadas”⁵³.

Em São Francisco do Conde, a situação também era desesperadora. Em 20 de setembro de 1889, o juiz de órfãos qualificou de desolador o estado de “extrema penúria” em que vivia a maior parte da população daquela localidade, devido à escassez e mesmo falta de meios para subsistirem, algo que se agravou com a carestia de gêneros de primeira necessidade⁵⁴. Uma notícia veiculada em jornal de Salvador informava que “homens inativos encontram-se alli de braços cruzados por absoluta carência de trabalho. Avultado número de mendigos implora quotidianamente a caridade pública, que não tem alli o mínimo desenvolvimento visto que quase todos os habitantes da desgraçada villa são nimamente pobres”⁵⁵. Em julho de 1889, o delegado de Cachoeira requisitou reforço policial para conter os cerca de trezentos refugiados da seca espalhados pelas ruas da cidade⁵⁶.

Tudo indica que as dificuldades de subsistência diminuíram o poder de barganha dos libertos no processo de negociação com os donos de engenhos. Lembro que até meados de 1888, Novis afirmava que os libertos estavam com a “cabeça exaltada” e abertamente recusavam as condições de trabalho oferecidas pelos ex-senhores. Possivelmente, naquele momento, muitos ex-escravos ainda tinham alguma margem de manobra e puderam recusar as condições impostas pelos ex-senhores. Os artigos de Vila Viçosa sugerem que, no início de 1889, a situação havia mudado e muitos libertos já não dispunham de meios para subsistirem com recursos próprios nem encontravam quem pudesse pagá-los. A pouca criação que tinham fora consumida durante o inverno e as roças de mandioca haviam sido destruídas pela seca.

Em 9 de outubro de 1889, o inspetor especial de terras públicas, Dionísio Gonçalves Martins, ao ser indagado sobre o grande número de “brasileiros desocupados” por falta de trabalho, respondeu que, após a lei de 13 de maio, milhares

de indivíduos egressos da escravidão viviam sem destino fixo. Sem terras para cultivar suas próprias lavouras, “visto que os antigos senhorios não lhes cedem para esse fim”, aqueles trabalhadores recusavam o trabalho assalariado oferecido pelos antigos senhores⁵⁷. O inspetor deixa evidente que o trabalho assalariado não era suficiente para fixar ou atrair o trabalhador oriundo da escravidão. Ao ex-escravo interessava ter acesso à terra.

Na visão de Martins, num primeiro momento os libertos se entregaram à “embriaguez dos fatos” e recusaram os trabalhos nos canaviais. Passado esse “momento de fascinação”, procuraram garantir-se contra a miséria e a fome, resultando daí uma grande demanda por trabalho. No entanto, abandonando o antigo serviço, “que lhes recordava tantas privações Physicas e moraes” e mesmo tentando trabalho em outras propriedades que não lhes garantiam salários desejados, os libertos continuavam a procurar “situação estável” e por isso ainda enfrentavam a falta de emprego. A estes juntavam-se os retirantes da seca que assolava o interior da província. Observou que “estes últimos, menos exigentes por já terem atravessado dolorosas peripécias, aceitam mais prontamente qualquer salário, por mínimo que seja contentando-se não poucos com a protecção à que fugirão os primeiros, atormentados pela recordação do servilismo”. Pelo que disse o inspetor, a “recordação do servilismo” ainda afetava as escolhas dos libertos. Percebe-se também que dramática a situação dos libertos, por um lado acossados pela fome e, por outro, pelas condições de trabalho que ainda lembravam a escravidão.

Possivelmente, alguns ex-escravos que abandonaram os canaviais nos momentos imediatos à abolição tenham retornado às antigas atividades sob pressão das dificuldades de sobrevivência, mas, ao retornarem aos engenhos, estavam empenhados em modificar os termos das relações de trabalho. Como lamentou um descendente de senhores de engenho de Pernambuco, “este retorno à gleba nativa não pôde mais corrigir a desordem econômica da primeira hora da Lei Áurea”⁵⁸.

Incêndios, medo e repressão

Sem dúvida, os anos de 1888 e 1889 foram momentos críticos e tensos no Recôncavo. A partir de meados de 1888, intensificaram-se as queixas dos senhores de engenho em relação aos incêndios de canaviais. Muitos não hesitaram em ligar a incidência de incêndios à lei de 13 de maio. Em carta de 20 de novembro de 1888, o barão de Cotegipe escrevia a Araújo Pinho: “... Sei que soffreo incêndio em um de seus engenhos: um mal não vem só. O que há pelos outros?”⁵⁹. Suspeitava-se então que os incêndios estivessem ligados à onda de insubordinação que se espalhou pelo Recôncavo após a abolição.

Em 4 de dezembro de 1888, o *Diário de Notícias*, com circulação em Salvador, publicou carta enviada por correspondente da vila de São Francisco, solicitando enérgicas providências para conter os incêndios constantes que vinham se alastrando pelo Recôncavo. Segundo o correspondente, pensou-se inicialmente que eram provocados pela seca, mas a insistência com que vinham ocorrendo não deixava dúvidas que se tratava de ações deliberadas, provocadas por “mãos criminosas tangidas d’essa capital”. Ou seja, era obra dos libertos que estavam retornando da capital para onde se deslocaram depois do 13 de maio⁶⁰.

Em São Francisco do Conde, continuava o missivista, não havia engenho ou fazenda que não tivesse sofrido prejuízos sérios. “Desde o Engenho S. Paulo, do capitão Bandeira, limithrofe do segundo distrito da capital, até os engenhos Piquara e Nazareth e para qualquer lado que se lance a vista, apparecem os desastrosos effeitos da queima”. Na relação apresentada, dezesseis grandes engenhos sofreram incêndios, inclusive Mataripe e Maracangalha, pertencentes ao nosso conhecido barão de Moniz Aragão. Vale a pena conferir a lista de estragos em algumas propriedades:

Ultimamente queimaram do barão de Moniz Aragão, cannaviaes em Mataripe, e Maracangalha, em mais de quarenta tarefas de cannas de rego; ao coronel Fructuoso Vicente Vianna, vinte e tantas tarefas em Paramerim; ao coronel José Joaquim de Teive e Argolo, em cinquenta tarefas, em S. Lourenço e Almas; todos os pastos do Engenho S. Estevão, do major Joaquim de Carvalho, destruindo-se-lhe assim todas

as cercas de pau a pique, no valor de seis contos de réis; no Engenho Tanque, do barão do Rio de Contas; na Bomba e Pitanga, do capitão Ribeiro Lopes, foi um horror; em S. Lourenço, do major José Maria Gouveia Portugal, desapareceram pelo fogo ateado, perto de vinte tarefas de cannas e grande extensão de cercas; em Pouco Ponto, do casal Pirajá; nos Engenhos Barra do tenente Theóphilo; Laranjeiras, do coronel Olympio; Pinheiro, de Antônio Barbosa de Andrade, que foi director da extincta Caixa Hypotecária, lavrou fogo de uma maneira aterradora⁶¹.

O nosso correspondente informou também que o proprietário do Engenho Colônia, João Gualberto de Freitas, adotou “medidas enérgicas” para precaver-se de maiores prejuízos. Por outros documentos, soubemos que aquele senhor de engenho prendeu no tronco de sua propriedade e remeteu ao delegado da vila de São Francisco diversos libertos “insubordinados” ou supostamente envolvidos em roubos e incêndios. O correspondente desferiu duras críticas ao judiciário, pois não agia com o rigor necessário contra incendiários e ladrões de estrada. Finalizou conclamando o governo da província a voltar seus olhos para os arredores de Santo Amaro onde aquelas ocorrências vinham se intensificando. Conclamou, também, os proprietários a agirem imediatamente, sem esperarem medidas salvadoras do governo provincial⁶².

Em 16 de dezembro de 1888, o delegado da vila de São Francisco, Luís de Oliveira Mendes, em carta reservada ao chefe de polícia da província, confirmou as denúncias publicadas. Disse ser geral o clamor dos proprietários diante do “flagelo medonho que se chama incêndio de canaviais”. Ele acreditava que a seca era a grande responsável pela propagação das chamas, mas a origem do fogo era deliberada e criminosa. O delegado queixou-se da impossibilidade legal de manter os implicados presos por muito tempo, já que eram muitos e havia o recurso do *habeas-corporis*. Por isso, pediu ao chefe de polícia autorização para remetê-los imediatamente para as prisões da capital sem a obrigação de seguir os trâmites legais. Nessa ocasião, o delegado aproveitou para remeter para Salvador os libertos Lázaro e Eusébio, presos pelo proprietário do Engenho do Monte, João Gualberto de Freitas, como autores de incêndios em canaviais e como “insubordinados”. Ele acreditava que semelhantes medidas pudessem restabelecer a ordem na localidade⁶³. Entretanto, o chefe de

polícia não apoiou estas iniciativas, fazendo retornar os indivíduos remetidos sem instauração de processo e ordenando que as autoridades agissem dentro da legalidade.

Em 17 de dezembro de 1888, o promotor público de Santo Amaro, João José de Oliveira Junqueira, rebateu as críticas ao judiciário. Em carta endereçada ao presidente da província, reconheceu que os incêndios nos canaviais eram constantes e pavorosos, “não existindo talvez um só engenho ou fazenda que não tenha sido vítima das chamas”. Mas, na sua opinião, aqueles sinistros deviam-se à seca e aos ventos fortes que espalhavam as chamas. Por isso não tinha promovido qualquer ação contra pessoas que, por negligência ou “perversidade”, eram acusadas de atear fogo nas plantações de cana⁶⁴.

Em 6 de janeiro de 1889, “Um correspondente” da vila de São Francisco denunciou que os incêndios vinham se alastrando por todos os engenhos e atingiam principalmente as cercas e os canaviais. Segundo ele, muitos incêndios foram “propositadamente feitos pelos libertos entregues à vadiagem, de modo que se os pode reputar uma raça perdida”⁶⁵. Em 14 de janeiro de 1889, denúncia publicada no *Diário da Bahia* intitulada “Crise desesperadora” afirmava que a lavoura baiana estava aniquilada pela seca e pela falta de braços. Depois de constatar que os poucos trabalhadores estavam abandonando as propriedades e culpar o governo por não adotar medidas enérgicas para conter o abandono dos engenhos, observou: “Jamais impugnamos o mais brilhante acto de justiça que a nação tem merecido” [a lei de 13 de maio], mas a “malandragem” auxiliada pela seca vinha concorrendo para o abandono das fazendas e para fazer das escassas plantações uma “grande coivara”. Denunciou ainda que os incêndios propositais de canaviais, cercas e pastos eram provocados por “vagabundos” que pretendiam aproveitar-se da situação para roubar o gado das propriedades⁶⁶. O autor da denúncia, certamente ex-senhor de escravos, estabeleceu a conexão entre os incêndios, o abandono das propriedades e os roubos de gado, todos ingredientes do que então se definia como “insubordinação” dos libertos.

Possivelmente, parte dos incêndios pode ser creditada aos conflitos que estavam ocorrendo nos engenhos. As listas de prejuízos publicadas nos jornais

mostram que as chamas atingiam principalmente cercas, canaviais, matas e pastos pertencentes aos senhores. Desde a escravidão, a queima de canaviais ou matas era uma forma de sabotagem bastante utilizada pelos escravos. A destruição das roças pelo gado e a repressão aos que recusavam trabalhar nos canaviais criaram uma atmosfera de ressentimento e contribuiu para elevar as tensões sociais a um nível perigosamente explosivo.

Mas fica evidente que os senhores de engenho buscaram tirar proveito político daqueles episódios. As notícias aterradoras veiculadas na imprensa deram a oportunidade de, mais uma vez, cobrarem dos governos imperial e provincial auxílios à grande lavoura em forma de créditos e principalmente medidas repressivas duras que restabelessem o controle sobre os ex-escravos. Por isso reivindicavam repressão à vadiagem, aos incêndios e aos roubos de gado e plantações. Ao longo do ano de 1888, os senhores de engenho requisitaram das autoridades policiais da província apoio para agirem livremente na repressão aos libertos insubordinados ou que se recusavam a se empregar nos canaviais. A tentativa de restabelecer o recrutamento forçado nas forças armadas era um meio de agirem sem as restrições que a lei impunha a prisão de cidadãos livres. As pressões dos senhores de engenho sobre as autoridades locais geraram conseqüências no cotidiano dos libertos. No dia 12 de dezembro de 1888, o subdelegado da freguesia de Rio Fundo, termo de Santo Amaro, prendeu e remeteu para ser recrutado nas fileiras do Exército, um moço chamado Fabiano acusado de “propositadamente” atear fogo em quarenta tarefas de canas no Engenho Papagaio. Na correspondência aproveitou para observar: “É um quadro pavoroso, um espetáculo verdadeiramente triste o que oferecem esta freguesia e a de Bom Jardim, reduzidas às cinzas pela renovação quotidiana de pavorosos incêndios que tem devastado as últimas migalhas d’esta tão ridícula safra”⁶⁷.

Os senhores de engenho e as autoridades das freguesias rurais se empenharam também em expulsar das localidades quem não se submetia à disciplina ou se recusava a trabalhar em plantações de cana. Ao longo dos anos de 1888 e 1889, os delegados das cidades do Recôncavo remeteram para a capital diversos indivíduos

acusados de vagabundagem e vadiagem. Por exemplo, em 11 de dezembro de 1888, o delegado de Santo Amaro enviou para Salvador como recrutas Malaquias Ferreira, “vagabundo de péssimo comportamento”, José dos Santos, que “voluntariamente” queria assentar praça e José Nunes dos Santos, vagabundo que “não tem meios de vida e nem procura ter”. Nestes dias, a acusação de vadiagem foi aplicada principalmente contra indivíduos que se recusavam a trabalhar nas lavouras de cana ou que estavam buscando outras alternativas de sobrevivência fora dos engenhos.

Na verdade, a repressão à vadiagem foi recurso freqüentemente utilizado pelos poderosos para expulsar das localidades indivíduos considerados “insubordinados” ou que não se submetiam à autoridade senhorial⁶⁸. Os ex-senhores temiam a ausência de controle sobre os libertos, especialmente se estes decidissem que não deveriam mais trabalhar nas plantações de cana ou em outros serviços tradicionalmente reservados a eles. Não por acaso os senhores de engenho passaram a cobrar do governo medidas mais duras contra a vadiagem e a vagabundagem. Na verdade, esta era uma tentativa de controlar e limitar a liberdade dos egressos da escravidão de escolherem onde e quando trabalhar e de circular territorialmente em busca de outras alternativas de sobrevivência.

Aliás, as prisões por “insubordinação” intensificaram-se após a abolição. As autoridades policiais dos distritos açucareiros agiram de forma discricionária, prendendo libertos sem obedecerem aos procedimentos legais. Vejamos como estas ocorrências aparecem na documentação policial. Em 25 de outubro de 1888, o delegado de Santo Amaro remeteu à capital Mauro Mendes, segundo disse era “vagabundo, sem parentes e muito peralta, ocupa-se de rapinagem, assaltando as fazendas rurais, único meio de vida que tem”. Na mesma correspondência, informou que estava empregando todo esforço para localizar os autores dos furtos de cavalos no Engenho Guaíba⁶⁹. Em 18 de novembro de 1888, o delegado de Santo Amaro remeteu às prisões de Salvador o liberto Severiano Cardoso, “vagabundo e sem meios de vida, ocupa-se somente em assaltar as fazendas rurais”⁷⁰. Em 27 de novembro de 1888, o delegado da vila de São Francisco, informava a prisão de um tal Inocêncio, que em companhia de outro, foi flagrado roubando cavalos que serviam de “montada”

a João Gualberto de Freitas, senhor do Engenho Colônia⁷¹. Em 11 de dezembro de 1888, o delegado de Santo Amaro prendeu e remeteu ao chefe de polícia Luís Emídio dos Anjos, “que sendo vagabundo e sem meios de vida, ocupa-se somente de rapinagem e de assaltar as fazendas rurais”⁷². Em 18 de dezembro de 1888, o delegado da vila de São Francisco enviou ao chefe de polícia um indivíduo chamado Olímpio, crioulo, que lhe foi entregue por um senhor de engenho sob a alegação de ser “insubordinado”⁷³.

Essa investida contra os supostos vadios e insubordinados não se restringiu às áreas dos engenhos. Em 25 de janeiro de 1889, o delegado da vila de Curralinho enviou ao chefe de polícia o “ex-escravizado” Benedito com a recomendação de recrutá-lo nas fileiras do Exército. O delegado acusou Benedito de ser “um completo vagabundo, vive a mercê do tempo, ora roubando, ora vivendo embriagado, ora procedendo desordens; tornando-se desta forma o flagelo dos passivos e ordeiros cidadãos”. Percebe-se que as autoridades não tinham o menor escrúpulo em considerar legítima a interferência na vida dos libertos. Na vila de Santarém, o delegado informou ao chefe de polícia sua preocupação com a presença de muitos libertos pela lei de 13 de maio, dentre eles muitos que viviam em completa ociosidade, cometendo roubos e insultando a moralidade. Na ocasião, o delegado consultou o chefe de polícia sobre a possibilidade de recrutá-los no Exército, pois só assim podia coibir supostos “escândalos” por eles praticados⁷⁴.

Sem dúvida, ao longo dos anos de 1888 e 1889, houve escalada de violência no Recôncavo contra os libertos. Muitos senhores começaram a agir por conta própria prendendo, aplicando castigos corporais e mandando para o tronco pessoas acusadas de promoverem incêndios e outros delitos contra o patrimônio. Houve quem contratasse homens armados para vigiar as plantações, intimidar e expulsar das propriedades libertos que se recusavam a trabalhar nas plantações de cana. Mas os ex-senhores foram percebendo o inconveniente de recorrer ostensivamente à violência, na medida em que a intimidação não era suficiente para atrair ou manter nas propriedades a mão-de-obra emergente da escravidão.

As autoridades da província buscaram interferir nos conflitos que estavam ocorrendo no Recôncavo. Há indícios que, em dezembro de 1889, foram enviadas para o interior da província oito companhias de guardas do Corpo de Polícia instruídas a prender “guardas campestres” a serviço dos senhores, ladrões e auxiliar as câmaras municipais na formação de núcleos coloniais “afim de dar trabalho aos vagabundos e ociosos que lhes forem remetidos dos termos vizinhos; obrigando-os pelos termos legais a assignar termo de bem viver”⁷⁵. Não temos indicações da atuação destas forças policiais nos engenhos, mas a medida mostra que o governo provincial pretendia estabelecer controle mais rígido sobre a população egressa da escravidão.

Em 21 de fevereiro de 1890, o governador Manoel Vitorino acenou para possibilidade de implementação de um código de polícia rural nomeando comissão para realizar estudos preliminares⁷⁶. Em outubro de 1890, o *Jornal de Notícias* festejava a conclusão do “código rural” argumentando que tal medida prestaria grande serviço aos lavradores garantindo a ordem no trabalho e combatendo a “carência de energia, pela indolência dos nossos trabalhadores”. As medidas propostas eram severas com quem não cumprisse os contratos e previam pena de serviços públicos para os transgressores. O editorialista argumentava que, após a abolição, o trabalho da lavoura se tornara “incerto, desorganizado, impossível”. Os “vícios de herança e os defeitos de educação” pesavam mais nas localidades do Recôncavo e do centro da província, onde trabalhava-se apenas dois dias da semana, tempo preciso para comprar alimentos e bebidas que bastassem para os dias restantes. “Sem aspirações, com a alma voltada para um céu eternamente azul e com o corpo amollentado pelas brisas que sopram em noites enluaradas, n’essas noites sertanejas tão encantadoras, tão ricas de molles tirannas como de luz, os habitantes do centro, nas classes pobres, entregam-se à vida indolente, reduzindo toda a sua atividade – susceptível de grande desenvolvimento – a uma esfera de acção limitadíssima e sem futuro”. O código seria então um remédio para a suposta vadiagem do trabalhador rural, principalmente dos egressos da escravidão⁷⁷. Embora, o governo republicano

não colocasse em prática tal código, sua proposição revela que as autoridades estavam dispostas a interferir de forma dura no cotidiano da população recém-liberta.

Tudo indica que passada a conjuntura mais tensa dos anos de 1888-1889, as autoridades se convenceram das inconveniências das leis antivadiagem. Os engenhos careciam de mão-de-obra temporária e isso implicava em deslocamentos de populações do interior para as regiões litorâneas, algo que poderia ser dificultado com tais leis. Além disso, as autoridades policiais estavam mais cautelosas ante a possibilidade de libertos acionarem as autoridades judiciais para denunciá-las por agirem à margem da lei. Além disso, os senhores de engenho logo perceberam que era preciso negociar com os ex-escravos novas condições de trabalho.

Mas, antes de discutirmos esta questão, é preciso aproximar nosso enfoque sobre os duros embates entre libertos e ex-senhores sobre bens e recursos existentes no interior dos engenhos. Aqueles conflitos se aprofundaram entre os anos de 1888 e 1889 e expuseram a face mais crítica do processo de abolição no Recôncavo.

Notas

- ¹ . Sobre a repercussão da notícia da abolição entre a população escrava da vila de Santo Antônio ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo*, p. 257. Segundo ele, os cativos “souberam, na Vargem Grande, onde chegava o telégrafo da estrada, sobre o grande acontecimento”.
- ² . Sobre estas manifestações ver *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1888, p. 1.
- ³ . APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência do delegado da vila de São Francisco, Luís de Oliveira Mendes, para chefe de polícia, em 16 de junho de 1888.
- ⁴ . IGHBa, *O Tempo*, 19 de maio de 1888, p. 1, “Últimas palavras”. Sobre os festejos de 13 de maio ver também no mesmo jornal o artigo “Festejos abolicionistas”, p.1, publicado em 23 de maio de 1888.
- ⁵ . João Reis, em *Negociação e conflito*, pp. 93-98, mostra que, durante as lutas da Independência o projeto de abolição da escravidão esteve no horizonte dos escravos, crioulos e africanos. Hendrik Kray, “The politics of race in Independence -- Era Bahia: The black Militia officers of Salvador, 1790-1840”, in: H. Kray, *Afro-brazilian culture na politics: Bahia, 1790s to 1990s*, Armonk, New York, 1998, pp. 30-56, analisa a participação decisiva de oficiais negros no processo de independência. Wlamyra Albuquerque, *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, analisa os vários significados do 2 de Julho no pós-abolição.
- ⁶ . *Anais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia*, vol. 1, sessão de 14 de maio de 1888, p. 68. Discurso do deputado A. Bahia.
- ⁷ . Teodoro Sampaio, *O Abolicionismo*, p. 28.
- ⁸ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 19 de maio de 1888, p.1.
- ⁹ . BPEBa, *Jornal de Notícias*, 22 de janeiro de 1889, p. 1.
- ¹⁰ . APEB, *Escravos-assuntos*, 2900 (1880-1889), correspondência do presidente da câmara da vila de Santa Rita do Rio Preto, Salviano de Souza Milhomens, para presidente da província, em 7 de junho de 1888.
- ¹¹ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 15 de maio de 1888, p. 1. Sobre os festejos do 13 de maio em Salvador, ver Jailton Brito, “*A abolição na Bahia*”, pp. 142-143.
- ¹² . BPEBa, *Anais da Assembléia Legislativa*, vol. 1, sessão de 14 de maio de 1888, p. 68.
- ¹³ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 23. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, em 16 de maio de 1888.
- ¹⁴ . Idem, *Ibidem*.
- ¹⁵ . CRCC, *Livro de registros de nascimentos*, n° 2 (1893-1897), fl. 1.
- ¹⁶ . Eric Foner, “O significado da liberdade”, *Revista Brasileira de História*, p. 12, afirma que no sul dos EUA, os ex-escravos, por diversas formas, procuraram livrar-se das “marcas da escravidão”, uma delas foi destruir aspectos da autoridade que os ex-senhores pudessem exercer sobre suas vidas.
- ¹⁷ . Entrevista com o ex-escravo Argeu concedida ao periódico *O Escudo Social*, com circulação na cidade de São Felipe, em 14 de outubro de 1933, p. 2, sob o título, “O drama do cativo”.
- ¹⁸ . *Ibidem*, p. 2.
- ¹⁹ . Ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo*, pp. 257-258.
- ²⁰ . *Ibidem*, *Matas do sertão de baixo*, p. 258.
- ²¹ . J. C. G. *Regeneração Agrícola do Estado da Bahia*, Bahia, Lithographia O. Oliveira, 1892, p. 5.
- ²² . Ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo* (Bahia, 1967), p. 54.
- ²³ . Ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo*, p. 54. Sobre o fazendeiro suicida (Manoel de Souza Lima), ver *Diário do Povo*, 26 de fevereiro de 1889, p. 1, artigo intitulado “Suicídio”.
- ²⁴ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro de 1889, p. 2. O artigo trazia o sugestivo título: “A lavoura de canna de açúcar, as causas de sua decadência nesta província e o seu estado depois da Lei de 13 de Maio”.
- ²⁵ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro (ou janeiro?) de 1889, p. 2.
- ²⁶ . Idem, *ibidem*.
- ²⁷ . Ver J. C. G. *Regeneração Agrícola do Estado da Bahia*, pp. 5-6.
- ²⁸ . Idem, *ibidem*, p.2.

- ²⁹ . Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, *Letícia*, Bahia, Tipografia Reis & C, 1908, pp. 68-69.
- ³⁰ . Bittencourt, *Letícia*, p. 69.
- ³¹ . Bittencourt, *Letícia*, p. 94.
- ³² . Bittencourt, *Letícia*, p. 95.
- ³³ . Bittencourt, *Letícia*, pp. 83-84.
- ³⁴ . João da Silva Campos, *Tempo antigo*, pp. 159-160.
- ³⁵ . Xavier Marques, *As voltas da estrada*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, 1998, p. 185.
- ³⁶ . APEB, *Câmara*, 1436 (1881-89), correspondência escrita pelo barão de Moniz Aragão, assinada também pelo vice, capitão Francisco Norberto Teles de Menezes, para presidente da província, em 19 de maio de 1888.
- ³⁷ . As atitudes dos ex-escravos parecem se aproximar do que James Scott, *Domination and arts of resistance*, Ann Arbor, New Haven e Londres, Yale University Press, 1990, pp. 1-5, cunhou de *hidden transcript*, ou seja, na impossibilidade de uma crítica aberta aos superiores, os subalternos inventam mecanismos através dos quais questionam os superiores sem se exporem às suas represálias. No caso da “respeitosa inércia”, simplesmente ignoram as ordens do senhor.
- ³⁸ . APEB, *Câmara*, 1436 (1881-89), correspondência do barão de Moniz Aragão, presidente da câmara de São Francisco, para presidente da província, em 10 de julho de 1888.
- ³⁹ . APEB, *Câmara*, 1436, correspondência de Moniz Aragão, presidente da Câmara de São Francisco para presidente da província, em 10 de julho de 1888. Trata-se de documento “reservado”.
- ⁴⁰ . Idem, *Ibidem*, carta de 10 de julho de 1888.
- ⁴¹ . Entrevista com dona Faustina dos Santos, concedida em 27 de agosto de 2000. A nossa informante é moradora na fazenda Api, em São Sebastião do Passé. O dia da abolição ainda ocupa um lugar de destaque nas lembranças dos descendentes de escravos do Recôncavo. Muitos filhos e netos de escravos ainda trazem na memória impressões e sentimentos dos pais e avós durante aquele dia.
- ⁴² . Afrânio Garcia, *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 49, observa que na zona da Mata pernambucana a palavra “homem” era reservada apenas aos senhores de engenho e usineiros e era esse o sentido nas lembranças do avô de Faustina.
- ⁴³ . APEB, *Subdelegados*, 6252 (1887-1888), correspondência do subdelegado do distrito de Palame para chefe de polícia, em 7 de julho de 1888.
- ⁴⁴ . APEB, *Delegados*, 3003 (1887-1889), correspondência do delegado da vila de Inhambupe, Justiniano Pinto de Meireles, para chefe de polícia, em 28 de maio de 1888. Sobre a vila de Campo Largo ver *Delegados*, 6226 (1887-88), correspondência do delegado para chefe de polícia, em 4 de julho de julho de 1888. Sobre Vila Viçosa ver *Delegados*, 6223 (1887-1889), correspondência do delegado Juvenal Lourenço de Jesus para chefe de polícia, em 5 de julho de 1889.
- ⁴⁵ . BPEBa, *Diário da Bahia*, artigo do barão de Vila Viçosa, publicado em 14 de agosto de 1888, fl. 2.
- ⁴⁶ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 26 de fevereiro de 1889, p. 2. O artigo foi escrito em 25 de janeiro e é o terceiro da série.
- ⁴⁷ . Idem, *ibidem*.
- ⁴⁸ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 26 de fevereiro de 1889, p. 2.
- ⁴⁹ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 6 de janeiro de 1889, “Villa de São Francisco” p. 1.
- ⁵⁰ . IHGB, *Coleção do Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 30. Carta de Aristides Novis para Cotegipe, Bahia, 11 de janeiro de 1889.
- ⁵¹ . Infelizmente não foi possível localizar o *Diário de Notícias* de 31 de janeiro e 6 de fevereiro de 1889, mas pude contar com a transcrição das informações referentes à vila de São Francisco no livro de Pedro Tomás Pedreira, *Memória histórico-geográfica de São Francisco do Conde*, Brasília, Centro Gráfico do Senado, 1977, pp. 113-115.
- ⁵² . B. Barickman, “Até a véspera”, pp. 186-187.
- ⁵³ . APEB, *Delegados*, 3003 (1887-1889), correspondência de Antônio Lourenço de Araújo, delegado de Santo Amaro, para chefe de polícia, em 12 de maio de 1889.
- ⁵⁴ . APEB, *Câmara*, 1436 (1881-1889), correspondência do juiz de orfãos da vila de São Francisco, João Rodrigues Teixeira, para presidente da província, em 20 de setembro de 1889. O presidente

ordenou ao juiz que a câmara estava autorizada a realizar alguma obra de utilidade no município para empregar os pobres.

⁵⁵ . MAS, *Diário do povo*, “Vila de São Francisco”, 26 de outubro de 1889, p. 1

⁵⁶ . APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência do delegado de Cachoeira, Rosalvo Meneses Fraga, para chefe de polícia, em 16 de julho de 1889.

⁵⁷ . APEB, *Terras públicas*, 4850 (1876-1891), Relatório do inspetor especial de terras públicas, Dionísio Gonçalves Martins, para presidente da província, em 9 de outubro de 1889. O relatório, feito para responder a um questionário formulado pelo engenheiro Ramos de Queirós, compunha-se de 12 quesitos referentes à disponibilidade de trabalhadores nativos, sua índole e disposição para o trabalho, oferta de empregos e políticas públicas para incluí-los produtivamente na sociedade.

⁵⁸ . José Maria Bello, *Memórias*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958, p. 12. A observação de Bello refere-se ao que aconteceu no Engenho Tentugal, Zona da Mata de Pernambuco, mas pode ser indicador importante do que ocorreu nos engenhos baianos.

⁵⁹ . IHGB, *Coleção Araújo Pinho*, Lata 548, pasta 84. Carta de Cotegipe para Araújo Pinho, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1888.

⁶⁰ . APEB, *Diário de Notícias*, 4 de dezembro de 1888, p.2.

⁶¹ . Idem, *ibidem*.

⁶² . Idem, *ibidem*.

⁶³ . APEB, *Polícia-delegados*, 6227 (1885-89), correspondência reservada do delegado da vila de São Francisco, Luís de Oliveira Mendes, para chefe de polícia, em 16 de dezembro de 1888.

⁶⁴ . APEB, *Promotores*, 2772 (1887-1889), correspondência do promotor público de Santo Amaro, João José de Oliveira Junqueira, para presidente da província, em 17 de dezembro de 1888.

⁶⁵ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 6 de janeiro de 1889, “Villa de São Francisco” p. 1.

⁶⁶ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 14 de janeiro de 1889, p. 1.

⁶⁷ . APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência de José Bruno Ferreira, subdelegado da freguesia de Rio Fundo, termo da cidade de Santo Amaro, para chefe de polícia, e, 12 de dezembro de 1888.

⁶⁸ . APEB, *Polícia-delegados*, 6227 (1885-89), correspondência do delegado de Santo Amaro, Antônio Lourenço de Araújo para chefe de polícia, em 11 de dezembro de 1888.

⁶⁹ . APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência do delegado de Santo Amaro, Antônio Lourenço de Araújo, para chefe de polícia, em 25 de outubro de 1888.

⁷⁰ . APEB, *Polícia-delegados*, 6227 (1885-89), correspondência do delegado de Santo Amaro para chefe de polícia, em 18 de novembro de 1888.

⁷¹ . APEB, *Polícia-delegados*, 6227 (1885-89), correspondência do delegado da vila de São Francisco, Luís de Oliveira Mendes, em 27 de novembro de 1888.

⁷² . APEB, *Delegados*, 6221 (1883-1889), correspondência do delegado de Santo Amaro, Antônio Lourenço de Araújo, para chefe de polícia, em 11 de dezembro de 1888.

⁷³ . APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência do delegado da vila de São Francisco, Luís Oliveira Mendes, em 18 de dezembro de 1888. Olímpio foi devolvido ao delegado, pois tinha mais de 35 anos e não podia ser recrutado no Exército.

⁷⁴ . APEB, *Delegados*, 6227 (1885-1889), correspondência do delegado da vila de Curalinho, José de Queirós Vieira, para chefe de polícia, em 25 de janeiro de 1889. Sobre a vila de Santarém ver no mesmo maço correspondência do delegado José Joaquim P. Gondim para chefe de polícia, em 28 de novembro de 1889.

⁷⁵ . APEB, *Polícia-assuntos*, 6507 (1888-1889).

⁷⁶ . APEB, *Secretária de Governo*, 1753 (1890), fl. 14.

⁷⁷ . BPEBa, *Jornal de Notícias*, 11 de outubro de 1890, p. 1, editorial com o título “Código rural”. Em Porto Rico senhores de engenho também se queixavam que os libertos trabalhavam apenas dois ou três dias para o sustento da semana. Sobre isso ver Adreas Ramos Mattei, “El liberto en el regimen de trabajo azucarero de Puerto Rico, 1870-1880”, in Andres Ramos Mattei (org.), *Azúcar y esclavitud*, Porto Rico, Universidade de Porto Rico, 1982, p. 117.

CAPÍTULO V

AS CABEÇAS VIRADAS NO TEMPO DA LIBERDADE

“Quem tivé seu boi
Qui prenda no currá;
Eu não planto roça, ê
Para boi roubá!...

Quem tivé seu boi
Qui prenda no mourão,
Eu não planto roça, ê
Para boi ladrão”¹.

Logo após a promulgação da lei de 13 de maio, ocorreram vários incidentes no Recôncavo, envolvendo ex-escravos e senhores de engenho. Estes acontecimentos são fundamentais para entender como libertos e ex-senhores vivenciaram os primeiros dias sem escravidão, momento decerto delicado, pois ambas as partes tinham percepções diferentes do que se definia como liberdade. Uma análise mais aprofundada desses episódios mostra que, de variadas maneiras, os libertos não apenas repeliram as tentativas senhoriais de continuar a interferir em suas vidas cotidianas, controlar seus movimentos, impor castigos e punições, ditar o ritmo de trabalho, como se empenharam em assegurar e ampliar antigos direitos adquiridos no tempo da escravidão. Assim, para os ex-escravos dos engenhos, o projeto de liberdade poderia incluir a manutenção de direitos costumeiros, entre os quais o de ter acesso às roças de subsistência². A defesa de direitos costumeiros às roças era parte

das lutas dos libertos para ampliar possibilidades de sobrevivência alternativas à grande lavoura.

Os episódios que analisaremos aqui mostram que, além de defender a ampliação de direitos costumeiros às roças, os antigos escravos estavam também empenhados em abrir outras alternativas de sobrevivência fora dos limites dos antigos engenhos. O certo é que as iniciativas dos libertos chocavam-se com as pretensões senhoriais de torná-los trabalhadores dependentes. Na verdade, as disputas entre ex-escravos e antigos senhores sobre “direitos” de uso e acesso a recursos existentes nas propriedades ou sobre alternativas de sobrevivência forjadas à margem da grande lavoura de cana foram a face mais evidente de conflitos mais profundos ligados à definição dos limites e possibilidades da condição de liberdade³. É neste contexto que se inserem os diversos incidentes analisados a seguir.

Em tempos de liberdade

Havia se passado pouco mais de um mês da abolição da escravidão, logo após os festejos juninos, mais precisamente na tarde de 26 de junho de 1888, quando o tenente José Rodrigues da Cerveira foi surrado por moradores do vizinho Engenho Maracangalha, recém-libertos pela lei Áurea. No dia seguinte, Cerveira precisou recorrer a um amigo para redigir a denúncia enviada a Ernesto Alves Rigaud, subdelegado da freguesia de Nossa Senhora do Monte, termo da vila de São Francisco do Conde. Na tarde de 28 de junho, dois médicos examinaram o tenente e constataram contusões em diversas partes do corpo⁴.

Pelo depoimento prestado ao subdelegado, soubemos que Cerveira, trinta e dois anos, viúvo, administrava e morava no Engenho Sapucaia, pertencente a João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Ele contou que, no dia 26 de junho, foi ao Engenho Maracangalha saber do feitor, chamado Latino, liberto do 13 de maio, por que motivo uns bois do Engenho Quibaca, também pertencente ao barão de Cotegipe, foram feridos e um deles morto pelos moradores dali. Afirmou que Latino recebeu-o

com “palavras injuriosas”, resultando daí acirrada discussão. Em seguida, foi espancado com “barbaridade” por diversos moradores armados de facas de roçar, paus, pedras, lanças e instrumentos de pastorear gado⁵.

No dia 30 de junho, o subdelegado Ernesto Alves Rigaud instaurou inquérito no qual foram inicialmente inquiridas as testemunhas indicadas pelo tenente Cerveira. Firmino Wanderley, ex-escravo do barão de Cotegipe, natural da freguesia do Monte, carpina, trinta anos, morador no Engenho Sapucaia, disse ter presenciado o conflito, pois estava em companhia do ofendido quando este decidiu averiguar quem eram os autores dos ferimentos e dos roubos de alguns bois do Quibaca. Segundo ele, Cerveira aborreceu-se com as palavras e com o “modo injurioso” com que foi recebido por Latino. Depois do bate-boca, Cerveira foi “barbaramente” agredido por vários moradores dali, entre quais os libertos Odorico, Germano, Onofre, Ismael, Rufo, Floriano, João Anastácio, Jacinto, Gentil, Cosme e outros⁶.

José Moreira de Pinho, administrador de engenho e morador no Quibaca, encontrava-se em casa quando ouviu gritos de Firmino, convocando os moradores para impedirem que Cerveira fosse espancado em Maracangalha. Imediatamente, seguiu até o local do conflito e lá encontrou um grupo “muito exaltado”, 20 a 30 moradores armados com diferentes armas. Logo ao chegar, perguntou pelo tenente, mas os libertos disseram nada saber. Dirigiu-se então ao feitor Latino e este explicou que o conflito se deu porque os moradores do engenho haviam ferido alguns bois do Quibaca. Custódio José de Santana, quarenta e um anos, “artista”, residente na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, disse ter visto dois grupos de moradores postados nos dois lados da estrada que seguia para Maracangalha. Ao perguntar sobre Cerveira, Latino respondeu-o, de “modo atrevido e grosseiro”, que o mesmo já havia se retirado⁷.

O inspetor de quartirão, João Tomé da Silva, cinqüenta anos, “artista”, ainda tentou reunir moradores do Engenho Cabochi, mas desistiu da idéia ao verificar que Cerveira já se encontrava em casa. Joaquim do Patrocínio Rosa, natural da freguesia de São Sebastião, lavrador, trinta e cinco anos, também desistiu de socorrer o tenente

depois de certificar-se que o mesmo já se achava em casa, deitado numa marquesa e queixando-se dos ferimentos⁸.

As testemunhas citadas anteriormente tentaram mostrar que Cerveira havia sido vítima da violência dos ex-escravos. Alguns tinham fortes motivos para colocar-se ao lado do administrador, já que compartilhavam com ele a responsabilidade de garantir a ordem nos engenhos da freguesia. A referência ao “modo atrevido e grosseiro”, com que o feitor Latino se comportou, revela como aquelas pessoas interpretaram as atitudes e a linguagem dos libertos depois de alguns dias da abolição. Por certo, assustaram-se ao constatar que, desarmado o cenário da escravidão, aqueles ex-escravos não se conduziam de acordo com os velhos papéis e formas de deferência vigentes até então.

José Moreira e Custódio José revelaram aspectos importantes do comportamento dos libertos durante e depois do conflito. Os ex-escravos agiram de forma coletiva tanto para revidar as agressões feitas ao feitor Latino como para rechaçar possíveis represálias. Depois do conflito, todos se recusaram a falar e deixaram ao feitor a incumbência de se pronunciar sobre o episódio. Isso sugere, e mais adiante veremos confirmada, a liderança de Latino na comunidade de libertos de Maracangalha.

Em 30 de junho, o subdelegado Rigaud escreveu ao chefe de polícia, narrando os últimos acontecimentos ocorridos na freguesia. Na carta, ele acusou os moradores de Maracangalha de dificultarem a ação da justiça e de tentarem agredir o escrivão da subdelegacia na ocasião em que foi convoca-los a depor. Segundo o subdelegado:

(...) é o lugar em que se deu o conflicto presentemente morada de vadios, desordeiros, ladrões, que sem respeito pelas autoridades constituídas, não conhecem outra lei além da sua vontade e d’esta arte de tudo zombão, vociferando não haver quem os seja capaz de arredá-los um instante d’ali. Assim é que está burlada a constituição do processo a que me refiro, por isso que ousados e munidos de armamentos declararão oppor-se a qualquer tentativa contra elles, ainda mesmo para o bom desempenho da justiça, como no caso presente⁹.

Rigaud finalizou, requisitando urgente remessa de força policial para enfrentar o que qualificou de “horda de malfeitores”. As palavras do subdelegado são elucidativas do estado de ânimo das autoridades policiais e dos senhores de engenho da região depois de um mês sem escravidão. Rigaud procurou desqualificar o comportamento dos libertos, afirmando que os incidentes ocorridos ali eram obra de “desordeiros”, “vadios” e “ladrões”. Na sua visão, a ordem estava seriamente atingida em seus pilares fundamentais: desrespeito às autoridades constituídas e à lei, recusa ao trabalho e violação da propriedade privada. A cabeça do subdelegado ainda funcionava segundo os referenciais escravistas, pois custava-lhe entender que indivíduos egressos da escravidão pudessem se comportar de acordo com “sua vontade”.

Entretanto, em 6 de julho, os envolvidos Odorico, Rufo, Ismael, João de Deus, Clemente, Germano, João Anastácio, Onofre, Jacinto, Arlindo e Floriano foram ao edifício da câmara municipal da vila de São Francisco do Conde, onde também funcionava a delegacia de polícia, e voluntariamente se apresentaram ao delegado para denunciar violências e ameaças feitas pelo administrador do Engenho Sapucaia. Ismael, que se declarou liberto durante o interrogatório, declarou não ter cometido crime algum “e que se o tivesse cá não se apresentaria”¹⁰. Os ex-escravos procuraram agir como cidadãos livres e, portanto, portadores do direito de serem protegidos pelas autoridades. Mas não era dessa forma que pensava o delegado, tanto assim que imediatamente os recolheu à prisão. No mesmo dia, telegrafou ao chefe de polícia festejando a captura de onze envolvidos no conflito e aproveitou para requisitar a transferência dos mesmos para a capital devido à falta de segurança da cadeia¹¹. Àquela altura, os libertos devem ter compreendido quão precária era a liberdade outorgada pela lei do dia 13 de maio.

Na prisão, os ex-escravos foram interrogados e os seus depoimentos foram fundamentais para desvendarmos as razões mais profundas do conflito. Além disso, o que disseram ajuda a entender de que maneira a lei de 13 de maio havia repercutido no cotidiano e na forma como os libertos pretendiam viabilizar a sobrevivência depois de abolida a escravidão. Sobre as causas do conflito do dia 26 de junho,

Odorico, natural da freguesia de Nossa Senhora do Monte, oficial de carpina, residente em Maracangalha há muitos anos, afirmou:

que plantando roça no Engenho Maracangalha estas são constantemente destruídas pelo gado de Quibaca, e que elle interrogado de companhia com diversos parceiros seus cutilaram a diversos bois que encontrarão, existindo na mesma roça uma vacca morta, passados oito dias, na terça-feira, vinte e seis de junho findo, voltando elle interrogado do mato onde tinha ido buscar lenha, arriara em casa o feixe, e vendo um ajuntamento junto ao sobrado do Engenho Maracangalha para ahi se encaminhara levando a sua foice e uma faca na cintura, ao chegar ao ajuntamento soube por seus parceiros que José Rodrigues da Cerveira havia dado de pano de facão no crioulo de nome Latino, feitor do Engenho Maracangalha, e que elles libertos do dito Engenho e em companhia d'elle interrogado se vingarão das pancadas dadas em Latino, espancando com cacetes e foices ao dito José Rodrigues, em quem fizeram diversos ferimentos, quebrando-lhe um dos braços...¹².

Portanto, o espancamento de Cerveira foi uma reação conjunta dos libertos às agressões a Latino. Mas o depoimento de Odorico revelou outros detalhes importantes. Ele e os demais fizeram questão de ressaltar a condição de recém-libertos pela lei de 13 de maio. Isso demonstra que sabiam muito bem quais as implicações daquela lei em suas vidas, das quais a mais evidente e imediata era exigirem dos seus superiores hierárquicos tratamento de pessoas livres. Nos depoimentos, os ex-escravos procuraram demarcar as fronteiras entre o tempo em que eram escravos e a situação de liberdade que gozavam depois daquela lei. Vê-se que a discussão entre Cerveira e o feitor Latino foi motivada pela decisão dos libertos de ferirem o gado do Quibaca que invadia suas roças.

Onofre, vinte e cinco anos, oficial de pedreiro, falou dos estragos feitos nas roças pelo gado e acrescentou que, por diversas vezes, ele e seus parceiros alertaram o “Dr. Joãozinho” (assim era chamado o barão de Cotegipe) e o feitor daquela propriedade para a necessidade de fazerem reparos nas cercas. Portanto, antes de tomar suas “próprias iniciativas”, os libertos procuraram negociar com o feitor e depois com o próprio senhor do Engenho Quibaca a reparação das cercas. Enquanto

isso, o gado continuou causando estragos nas plantações. O trabalho deles redobrava, pois manter os animais distantes das roças exigia vigilância permanente. Nessa tarefa, alguns bravios foram atingidos e alvejados à foice. Na mesma ocasião, uma vaca velha casualmente morreu perto das plantações de mandioca. Foi por isso que Cerveira, “que se gaba de valente”, em companhia de Firmino, criado do senhor Joãozinho, foi “tomar satisfação” sobre aquelas ocorrências¹³.

Conflitos entre senhores de engenho ou entre estes e pessoas livres sobre danos causados pelo gado às lavouras eram freqüentes no Recôncavo. Manter o gado no limite das cercas era obrigação de todo proprietário e tudo indica que esta foi uma fonte de tensão entre senhores de engenho e escravos que cultivavam roças. No final do século XVIII, entre as medidas tendentes ao melhoramento das condições de vida dos escravos, Vilhena recomendava aos senhores o reparo regular das cercas para impedir a invasão do gado nas plantações de mandioca e outros gêneros cultivados pelos cativos¹⁴. Os depoimentos mostram que os ex-escravos tentaram agir dentro dos referenciais hierárquicos vigentes. Antes de ferir o gado foram ao administrador e, em seguida, ao dono do Engenho Quibaca para solucionar o problema da cerca¹⁵. Aparentemente seguiram, também, a hierarquia interna do engenho, deixando ao feitor a incumbência de comunicar ao senhor do engenho vizinho as suas queixas em relação ao gado.

O conflito se deu no momento em que a maioria dos libertos estava retornando de suas roças, muitos deles ocupados em manter o gado distante das plantações. João Anastácio, o único a se declarar “homem livre”, contou que, por volta das 5 horas da tarde, quando retornava da roça, ouviu gritos da “liberta” Nicoleta, convocando os moradores a socorrerem Latino que estava sendo espancado. Foi então que ele, junto com Odorico, Germano, Arlindo, Onofre, Jacinto, Floriano e Firmino foram ao local e reagiram com foices e instrumentos de pastorear gado¹⁶.

Embora longo e repetindo as versões anteriores, o depoimento de Rufo, vinte e dois anos, natural da freguesia do Monte, pedreiro, acrescentou detalhes novos sobre o que ocorreu naquela tarde de 26 de junho. Disse:

que elle interrogado liberto do Engenho Maracangalha, unido aos demais companheiros costuma plantar roças e vendo que ellas são constantemente destruídas pelo gado do Engenho Quibaca, fora com Latino, feitor de Maracangalha, pedir providências ao feitor do Engenho Quibaca o qual não as dando fora o mesmo Latino pedil-as ao proprietário que prometeu däl-as, não obstante o gado continuou a estragar a roça do interrogado e dos companheiros o que deu lugar a elle interrogado de companhia com Odorico, Onofre, Germano, Floriano, João Anastácio, João de Deus e Firmino cutilhassem uma rez; dias depois viera José Rodrigues da Cerveira ao sobrado do Engenho Maracangalha e ali perguntara pelo Proprietário o qual não se achava em casa, apparecera Latino, feitor da dita propriedade a quem o dito José Rodrigues perguntara quem foi que havia cutilado uma rez do Engenho Quibaca e comido uma outra? Em resposta lhe disserão o dito Latino que não sabia, ao que retorquirá José Rodrigues dizendo que Latino era muito descarado, o que Latino repelindo dissera que, descarado era elle José Rodrigues, e nisto José Rodrigues dera em Latino algumas pancadas com o facão que trazia, facto este que presenciado por Ismael, que se achava na casa do Engenho, este chamando a diversos companheiros que reunidos ao interrogado vierão acomodar o mesmo José Rodrigues, que não querendo atendêl-os continuava a espancál-os o que resultou em pequeno ferimento na testa de Ismael, e então elle interrogado com os demais investirão armados de cacete e foices, contra José Rodrigues procurando tomar-lhe seo facão, e que conseguirão depois que Ismael lhe dera uma cacetada no punho que elle fizera cahir o facão da mão, que fora apanhado por elle interrogado que o quebrara em três pedaços (...), e logo depois apaziguou-se o conflito...¹⁷.

Enquanto Odorico e Onofre sustentaram que o ferimento no gado foi causado involuntariamente, Rufo afirmou que os ferimentos nos animais foram intencionais, uma espécie de represália aos senhores que não reparavam as cercas de suas propriedades. De uma forma ou de outra, os libertos defendiam as roças que vinham sendo invadidas pelo gado e o faziam apoiados em direitos costumeiros há muito conquistados. Germano, quarenta e cinco anos, “empregado na lavoura”, explicou que ele e os demais libertos tinham roças “desde o tempo que erão escravos d’aquelle Engenho”. Como observa Hebe Castro, desde a escravidão, o cultivo das roças emergiu como uma das dimensões perenes dos significados da liberdade. Depois de

abolida a escravidão, o acesso às roças continuou sendo requisito fundamental da condição de liberdade¹⁸.

Diversos estudos sobre o período pós-abolição, em várias regiões da América, demonstram que para os ex-escravos o cultivo das roças estava intimamente relacionado à expectativa de viabilizar espaços de autonomia em relação aos antigos senhores¹⁹. Os libertos sabiam que, reafirmando o direito às roças, era possível exercer o direito de escolher onde, quando e como trabalhar. O acesso às roças representou a possibilidade de trabalhar para si mesmos e para suas famílias e ainda uma alternativa viável à grande lavoura de cana, à qual dedicaram toda vida escrava²⁰. Mas, como veremos, no decorrer deste capítulo, ao evocarem o “direito costumeiro” às roças, os libertos tentavam, também, legitimar posições conquistadas nos dias que antecederam a abolição quando abandonaram a lavoura de cana, expandiram as áreas de cultivo e buscaram acesso livre aos mercados locais.

Mas os incidentes ocorridos, em Maracangalha, elucidam outros aspectos importantes dos comportamentos e atitudes dos libertos após a abolição. Ao agirem coletivamente contra Cerveira, os libertos pareciam seguir o mesmo padrão de comportamento dos escravos quando reagiam aos feitores. Para evitar que a punição recaísse sobre um indivíduo específico, a autoria das agressões poderia ser compartilhada pelo grupo. Pareciam agir, também, motivados pelo sentimento de desagravo não só em relação às violências daquele momento, como às agressões cometidas no tempo da escravidão contra amigos e conhecidos. João Anastácio afirmou que Cerveira, em companhia dos irmãos, tinha “por costume” provocar desordens. Certa vez, no povoado das Candeias, agredira uma rapariga chamada Liberta, morta em consequência das agressões. Naquela mesma localidade, bateu em um tal João de Freitas com chicote, deu muita pancada em Olímpio, mestre de barco no rio São Paulo e matara a mulher com quem havia casado²¹.

Em alguns trechos dos depoimentos, despontam detalhes que ajudam a entender como os libertos se esforçaram para afirmar sua nova condição, algo que implicava distanciarem-se de atributos e papéis inerentes à escravidão. A respeito disso, Odorico revelou interessante detalhe sobre a forma como, em meio ao conflito,

procurou afirmar-se como livre. Ele contou que depois do conflito, Cerveira montou no cavalo e, antes de retirar-se, ordenou que apanhasse do chão seu chapéu. Odorico reagiu dizendo: “que o mesmo José Rodrigues o fouce apanhar, que elle não tinha escravos”²².

As informações contidas no processo crime abrem a possibilidade de compreender algo mais sobre o perfil sócio-profissional dos envolvidos no conflito. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 4. Libertos envolvidos no conflito – 1888

NOME	FILIAÇÃO	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	TEMPO DE RESIDÊNCIA (anos)	OCUPAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Odorico	—	—	Engenho Cassarangongo	—	Carpina	Vivia de suas lavouras
Rufo	Adélia (crioula)	22	Engenho Cassarangongo	8	Pedreiro	Vivia de suas lavouras
Germano	Pomposa (crioula)	24	Engenho Cassarangongo	10	Lavoura	Vivia de suas lavouras
Onofre	Pomposa (crioula)	25	Engenho Cassarangongo	10	Pedreiro	Vivia de suas lavouras
Arlindo	Lethra (crioula)	24	Engenho Cassarangongo	10	Lavoura	Vivia de suas lavouras
João Anastácio	—	40	Freguesia do Passé	10	Lavoura	Vivia de suas lavouras
Jacinto	Leocádia (cabra)		Engenho Madruga	10	Ferreiro	Vivia de suas lavouras
Ismael	Josefa	25	Freguesia do Socorro	12	Carpina	Vivia de suas lavouras
João de Deus	Maria Secundina	20	Maracangalha	20	Alambiqueiro	Vivia de suas lavouras
Clemente	Josefa (falecida)	45	Juazeiro	—	Vaqueiro	Vivia de suas lavouras
Firmino	Clara (africana)	+ 25	Maracangalha	Mais de 25	Carreiro	Vivia de suas lavouras
Floriano	Melânia (africana)	+ 30	Maracangalha	Mais de 30	Carreiro	Vivia de suas lavouras

Fonte: APEB, *Processos crimes*, 29/1032/04.

Os dados acima demonstram que apenas três indivíduos haviam nascido em Maracangalha, os demais foram transferidos de propriedades vizinhas e alguns oriundos de regiões do interior da província. Comparando as informações contidas no

processo com a lista de cativos do engenho, feita em 1872, soubemos que Clemente, “cabra”, e os crioulos Floriano, Firmino e João de Deus eram remanescentes dos escravos que pertenceram ao visconde de Passé, portanto residiam ali antes do engenho passar ao domínio do barão de Moniz Aragão, em 1878. Aos nascidos em Maracangalha, podemos acrescentar, também, os crioulos Cosme, Vicente e Henrique, que, como veremos adiante, foram também citados como participantes do conflito. Soubemos ainda que alguns deles pertenciam a grupos familiares que, há pelo menos duas gerações, trabalhavam na condição de escravos. Por exemplo, em 1872, localizamos a mãe de Floriano, a africana Melânia, sessenta e cinco anos, e uma irmã chamada Teresa, crioula, vinte anos, ambas trabalhando na lavoura. Vimos que a mãe de João de Deus, chamada Maria Secundina, de cor cabra, então com quarenta anos, lavoura²³.

Pelo menos, seis envolvidos foram para ali muito jovens, depois de 1878, quando o engenho foi comprado por Moniz Aragão. Destes, quatro se disseram “filhos de Cassarangongo”, ou seja, nasceram naquela propriedade. Odorico também nasceu naquele engenho e, possivelmente, fora transferido para Maracangalha na mesma época. Na tabela acima, o feitor Latino é o grande ausente. Seu nome não figura nas listas de escravos do visconde de Passé e tudo indica que se incluía entre os que foram para Maracangalha depois de 1878. As informações contidas no processo crime não se referem à idade ou filiação; apenas um depoente disse que era crioulo. Contudo o processo é rico em detalhes sobre seu temperamento altivo e a liderança perante os outros libertos. Sua ascendência sobre os parceiros de senzala foi inclusive reconhecida por Moniz Aragão ao nomeá-lo feitor pouco antes da abolição.

É interessante observar que, em todos os depoimentos, o escrivão anotou que os envolvidos viviam de “suas roças”. Esse registro certamente estava baseado nas próprias falas dos libertos e significa que eles tinham uma noção de posse sobre os lotes que plantavam. Portanto, o grupo era composto de pessoas que emergiram da escravidão com noções de propriedade sobre o que cultivavam nas terras do senhor. Isso foi fundamental para definir escolhas e aspirações. As profissões aprendidas, durante a escravidão, respondiam às necessidades e demandas do

engenho, mas era como “roceiros” que pretendiam encaminhar a sobrevivência na condição de livres.

Em 12 de julho de 1888, o promotor público da comarca denunciou criminalmente Latino, Ismael, Rufo, Floriano, Odorico, João Anastácio, Jacinto, Germano, Gentil, Cosme, Onofre, Arlindo, Firmino, Plínio, Vicente e Henrique. No parecer daquela autoridade, o desentendimento entre Latino e Cerveira não passou de “pequena troca de palavras”, algo que não justificava a reação dos ex-escravos. Depois de mandarem os envolvidos no conflito para a cadeia, as autoridades judiciais não fizeram o mínimo esforço para agilizar o processo. Basta dizer que, só em 14 de janeiro de 1889, seis meses depois da prisão, o inquérito chegou às mãos do juiz municipal. O juiz acatou a denúncia e reiterou que os libertos agrediram o tenente com “palavras injuriosas” e numa “sanguinaria, desproporcional e horrorosa luta (...), com inaudito e descomunal canibalismo investem contra o infeliz Cerveira”. Além dos onze homens que mofavam na cadeia, ordenou a prisão de Latino, Tirso, Gentil, Cosme, Vicente e Henrique, que se achavam foragidos²⁴.

Em 26 de setembro de 1889, o caso foi levado a julgamento, realizado na casa da câmara. Entre os jurados achavam-se grandes senhores de engenho da região, Antônio da Rocha Moniz de Argolo, João de Araújo Aragão Bulcão, Frutuoso Vicente Vianna e José Rodrigues Bandeira. Ao longo do processo não há qualquer indício de que o barão de Moniz Aragão tenha se mobilizado para “proteger” os antigos cativos, mesmo porque o comportamento destes vinha colidindo de frente com sua autoridade. Na ocasião, o senhor de engenho Joaquim Alves da Cruz Rios, apresentou-se como advogado dos libertos. Cruz Rios era um velho inimigo do barão de Moniz Aragão, que esteve a ponto de adquirir Maracangalha, logo depois da morte do barão de Passé, mas foi tirado do páreo, através de manobras do seu opositor. Os libertos devem ter jogado politicamente com esta rivalidade ao recorrerem à “proteção” do inimigo do ex-senhor.

No mesmo dia, após amargarem um ano e dois meses de cadeia, os ex-escravos foram julgados e absolvidos das denúncias. É curioso que o júri -- composto em sua maioria por membros influentes da classe senhorial da região -- tenha se

posicionado favoravelmente aos libertos. Possivelmente, àquela altura os senhores locais tivessem aplacado os temores dos primeiros dias sem escravidão ou já se sentissem satisfeitos com a punição imposta aos libertos. É possível que a maioria fosse inimiga política de Moniz Aragão e Cotegipe e encontrasse na absolvição dos libertos uma forma de atingi-los.

Para aprofundarmos a compreensão dos significados dos acontecimentos acima analisados, recapitularemos os últimos anos de escravidão no Engenho Maracangalha.

Maracangalha em tempos de escravidão e liberdade

Pelo “Registro eclesiástico de terras da freguesia de Nossa Senhora do Monte”, realizado em 1857, soubemos que o Engenho Maracangalha pertenceu a Catarina Josefa de Araújo Pita, a qual havia herdado do falecido filho, Cristóvão da Rocha Barbalho Moniz Barreto. Naquele ano, o engenho era administrado pelo sobrinho e genro, Francisco Antônio da Rocha Pita e Argolo, o visconde de Passé. Segundo o registro, a propriedade fazia limites com os engenhos Cinco Rios, Pindobas, Sapucaia, Pinheiro, Cassarangongo e Quibaca, este último também pertencente à viúva Catarina Josefa²⁵. Embora se tratasse de propriedades extensas, era possível de Maracangalha avistar-se as sedes do Cassarangongo, Sapucaia e do Quibaca dada a pouca distância entre elas. Compreende-se, então, porque na freguesia do Monte as ocorrências num engenho rapidamente repercutiam nos outros.

Com a morte da sogra, o visconde de Passé herdou os engenhos Quibaca e Maracangalha. Além destes, ele já era dono dos engenhos São Paulo, Feliz União (também conhecido por Cobé), Cinco Rios, Pindobas e Pinheiro. O visconde de Passé morreu em 1871, mergulhado em dívidas. Os engenhos Maracangalha, Pinheiro e Cobé passaram ao domínio do seu pai, Antônio Bernardino da Rocha Pita, o conde de Passé, fiador do filho em várias dívidas contraídas junto a comerciantes da capital. Àquela altura, o velho Passé não tinha mais a mesma vitalidade para administrar as

propriedades que já possuía e as que herdara do filho. Em 1875, engenhos e escravos ficaram sob a supervisão do seu genro e procurador João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Na mesma época, Egas Moniz Barreto de Aragão, barão de Moniz Aragão, aparece como inventariante dos bens do falecido visconde de Passé. Vemos que tanto Cotegipe quanto Moniz Aragão vinham cruzando o caminho dos libertos de Maracangalha e decidindo sobre aspectos importantes de suas vidas muito antes da abolição. Quando faleceu em 1877, o velho Passé, embora endividado, era um dos maiores proprietários do Recôncavo, dono dos engenhos Freguesia, Sapucaia, Feliz União e Maracangalha²⁶.

Pelo inventário do visconde de Passé, realizado em 1872, é possível termos um retrato aproximado do Engenho Maracangalha. Segundo a avaliação feita naquele ano, a propriedade possuía pouco mais de 1.342 tarefas de terras, destas 1.151 eram de massapê, o solo mais requisitado para a plantação de cana. Entre os bens listados havia uma casa de engenho com suas máquinas, 95 bois de “broxa” (utilizados nos serviços do engenho) e 150 de criar. Os escravos moravam em 45 senzalas, “feitas de esteios de má qualidade, de taipa de mão, coberta de palhas, com suas portas arruinadas”²⁷.

Na época, o engenho possuía 95 escravos, sendo 49 homens e 46 mulheres. Entre os cativos, ainda existiam 28 africanos, um grupo minoritário em relação aos nascidos no Brasil. Entre os descendentes de africanos encontramos 59 crioulos, 7 foram classificados de cor cabra e apenas uma menina mulata. Portanto, o engenho tinha uma mão-de-obra formada em sua maioria por afro-descendentes, com predominância crioula. Entre os escravos, contamos 22 crianças entre 1 e 12 anos. Quatro anos mais tarde, com a morte do conde de Passé, o patrimônio existente no Maracangalha foi novamente inventariado. Verifica-se que a população escrava sofreu pequeno decréscimo, contando 83 escravos, entre estes, 44 homens e 39 mulheres; o grupo africano caiu para 24 indivíduos. O rebanho bovino decresceu sensivelmente nesse período, contou-se apenas 118 cabeças de gado. O estado da propriedade parecia refletir o progressivo declínio econômico dos Passé²⁸.

Em 1878, o Maracangalha passou ao domínio de Moniz Aragão. Sem dúvida, o barão podia ser incluído entre os “grandes do Império”, era advogado, formado na Alemanha, chegou a seguir carreira diplomática, tendo exercido o cargo de adido do Brasil em Londres e Berlim. Seria depois vereador na cidade da Bahia e presidente da câmara da vila de São Francisco, nos tensoz anos de 1888 e 1889. Acumulou ainda diversos títulos honoríficos, entre os quais fidalgo-cavaleiro da Casa Imperial, Comendador da Rosa e cavaleiro da Ordem da Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa, em Portugal. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1898²⁹.

Os Passé, Cotegipe e Moniz Aragão eram ligados por parentesco. A esposa do velho Passé era membro da família Moniz Barreto de Aragão, sogra e tia do barão de Cotegipe. O entrecruzamento familiar, muitas vezes alinhavado através de alianças matrimoniais, era estratégia secularmente utilizada pelos senhores de engenho para manterem as propriedades sob o domínio da mesma parentela³⁰. Foi assim que estas e outras famílias mantiveram o controle das terras mais férteis do Recôncavo e apossaram-se de parcela significativa do poder político dentro e fora da Bahia durante séculos. Com a morte do conde de Passé, dois dos seus engenhos mais produtivos caíram nas mãos de Cotegipe e Moniz Aragão; o primeiro herdou o Freguesia; o segundo adquiriu Maracangalha através de compra³¹.

Como veremos a seguir, o processo de transferência do Maracangalha para o domínio de Moniz Aragão não foi nada tranqüilo. Antes mesmo de entrar na posse efetiva, os escravos daquela propriedade se rebelaram ante a possibilidade de servi-lo. Em 26 de novembro de 1878, às 7 horas da noite, em seu Engenho Cassarangongo, Moniz Aragão escreveu longa carta ao amigo e confidente barão de Cotegipe relatando o que se passou em Maracangalha na tarde de domingo. Contou que, ao chegar da cidade da Bahia, ordenou a Favila, administrador da propriedade, que na manhã seguinte lhe esperasse com a “gente” no engenho, mandasse fazer a limpa no canavial e os demais trabalhos. Efetivamente, ali apareceu e encontrou os escravos “respeitosos, como sempre se mostrarão para comigo”. Aragão procurou agir como quem acabava de apropriar-se de novas “peças”, ciosamente chamou-os um a um,

anotou seus nomes, deu-lhes roupas, ordenou-lhes que ajuntassem os bois de broxa e os ferrasse com seu sinal. E por fim:

fiz uma pequena alocução aos escravos dizendo-lhes cousas apropriadas às circunstâncias; concedi-lhes o resto do dia; fui jantar em Pindobas e fiquei de concluir hoje o arrolamento dos objectos do Engenho. De volta ao Pindobas, à noitezinha encontrei alguns que me saudarão; determinei ao Favilla o serviço para hoje, caso chovesse, e cheguei contente a esta casa [Engenho Cassarangongo], onde minha mãe e avó me deu os parabéns pela aquisição que pretendia effectuar³².

Vemos que Moniz Aragão procurou marcar o momento da posse com os sinais e rituais característicos do domínio senhorial. Ele sabia que o reconhecimento desse domínio por parte dos escravos era fundamental para o sucesso do novo empreendimento. Os gestos dos cativos, a saudação, a deferência costumeira, pareciam sinalizar positivamente. Assim, voltou ao Engenho Cassarangongo, que distava poucos quilômetros dali, quase certo de que Maracangalha já lhe pertencia.

Disse quase certo, porque logo ao amanhecer, recebeu um bilhete do administrador informando que os escravos reunidos na bagaceira se recusavam a trabalhar e a obedecê-lo. Aragão procurou tranquilizá-lo, dizendo que os deixasse esperar, que iria depois do almoço. Lembrou que, no dia anterior, fora prevenido por alguém que os “Rios & Cia” haviam comprado foguetes e preparavam uma “função” para a entrada em Maracangalha, dizendo um deles que se o engenho passasse ao domínio de Aragão, os escravos não se prestariam a seu serviço, “portanto não deixei de estimar aquella primeira recepção, como não me assustou a notícia d’esta manhã”. A família Cruz Rios era proprietária de terras e escravos na região e estava na disputa pelo domínio daquele engenho; a recusa dos escravos parecia-lhes um trunfo importante para passar à frente do concorrente.

Moniz Aragão seguiu para Maracangalha acompanhado do “nosso” Prediliano, pagem escravo, e ali chegou a “passo de montada”. Os escravos saíram do engenho logo que o avistaram e, com o feitor do serviço à frente, seguiram para a bagaceira. O feitor do serviço era também escravo e só então Moniz Aragão concluiu

decepcionado que de nada adiantou a gratificação de 5 mil réis que lhe dera do dia anterior. A descrição que faz da reunião na bagaceira é incrivelmente minuciosa, mostra como os escravos habilmente combinaram formalidades de deferência com disposição férrea em não passar ao domínio do barão. Contou ele que os escravos, formando linha, o saudaram, “alguns lançando-se de joelhos ao cavallo que montava”. Em seguida:

Perguntei-lhes com mansidão: o que quer dizer isto, minha gente? Responderão todos de uma só voz: Queremos venda, meu senhor – Todos? Sim, senhor! Mas vocês não forão já vendidos a mim? – Sim, senhor; mas não podemos servir a meu senhor. Por que razão? Porque não queremos servir senão a Yoyozinho ou aos filhos de Yayá. Mas se elles não quizerão ficar com vocês e preferirão que eu fosse o dono de vocês? – Responderão que a não poderem ser de Yoyozinho ou de V. Ex^a não querião ficar no Engenho, querião ser vendidos para Barra fora – Inútil; pois era toda discussão e chamei-os para a sombra, na caixaria, onde repetirão as mesmas palavras declarando que nenhum serviço farião em Maracangalha, desde que era minha Propriedade. Respondi-lhes, sempre mansamente que isso era um absurdo; porque se elles não me quisessem ainda reconhecer como dono delles, eu poderia me apresentar como Procurador de V. Ex^a, estando o Zinho ahi para me ajudar da sua parte, e os faria trabalhar e elles não terião outro remédio senão trabalhar onde eu quisesse que trabalhassem; mas em signal de respeito com V. Ex^a e, enquanto não viesse sua resposta, elles havião de trabalhar em Maracangalha no serviço determinado, debaixo das vistas de Zinho³³.

Ao longo do diálogo, Moniz Aragão tentou convencer os cativos de que seu poder prevaleceria, seja como senhor, seja como procurador dos herdeiros do Passé. Os escravos deveriam conhecer suficientemente bem o temperamento e o estilo de mando de Aragão, mas pareciam estar blefando quando disseram preferir a ciranda abominável do tráfico interno (“vendido Barra fora”) a passar ao domínio do barão. Por certo, avaliaram que passar ao domínio de novo senhor poderia ser-lhes bastante desfavorável, qualquer um que entrasse na posse do engenho iria querer extrair dele rendimento máximo e isso requeria tempo; para os escravos isso poderia representar maior distância da alforria. Acreditavam talvez que permanecer com “Yayá” (assim

chamavam a viúva do visconde de Passé) estariam mais próximos da alforria, tal qual havia ocorrido com alguns escravos depois da morte do antigo senhor. Ao fim da discussão, Moniz Aragão havia sofrido grande revés, pois os escravos ameaçaram não trabalhar se o engenho passasse às suas mãos e trabalhariam apenas sob a supervisão de um dos herdeiros do Passé. Mas antes de retirar-se, Moniz Aragão anotou os nomes dos que não queriam servi-lo, como dos “poucos que tomarão melhor partido – isto é de ficarem soccegados”. Vê-se que os escravos estavam divididos, embora fosse minoria os que consentiam em passar ao domínio do novo senhor.

Moniz Aragão, reservadamente, confessou a Cotegipe seu medo diante da embaraçosa situação, tanto que apenas jantou em Maracangalha e logo em seguida retornou a Cassarangongo para dormir “por ser mais cômodo e para tranquilizar a minha mãe”. Veja como a micro-política de domínio escravista era permeada de detalhadas reflexões e atos minimamente calculados que objetivavam interferir e controlar de forma eficaz a vida dos dominados. Disse ele que, diante da atitude dos escravos, seria mais conveniente proceder com calma e “estudada indiferença para com esses recalcitrantes, do que empregar meios rigorosos, que virião dar gosto aos insufladores”.

Assim, disse-lhes que não queria o dinheiro que lhes havia dado; nem elles me farião a desfeita recusando – visto como muitas vezes me pedirão e receberão; mas que me entregassem a roupa que havia de ficar para que V. Ex^a me entregaria ou eu teria de comprar, sendo que cada um delles representava um valor, pelo qual se daria outro ou se compraria para supprir a falta. Disse-lhes também para persuadil-os e para impressionar aos insufladores, que para mim a questão não era dos escravos, mas dos terrenos³⁴.

Portanto, o pretendente a senhor de Maracangalha tentou dissuadir os escravos de sua importância. Ao mesmo tempo tentava ganhar a confiança de alguns, remunerando o feitor do serviço, distribuindo roupas e dinheiro aos demais. O barão finalizou a carta, pedindo auxílio a Cotegipe na solução do impasse, “porque não poderei ficar com escravos que não me querem servir e o declararão

peremptoriamente; nem posso declarar aos Estabelecimentos que não quero mais o negócio, sem combinar com V. Ex^a em primeiro lugar”.

Aqueles acontecimentos tiraram o sono do barão, pois às 4 e 30 da manhã do dia seguinte, saltou da cama e começou a escrever outra carta a Cotegipe. Informou que, se não pudesse substituir convenientemente os “escravos recalitrantes”, poderia sugerir à Caixa Econômica e à Sociedade do Comércio, instituições que financiavam a compra do engenho, que os recalitrantes valiam 30:300\$000 enquanto os que estavam “soccegados”, inclusive a pequena Tertuliana, que por engano aparecia entre os primeiros valiam 8:450\$000. Sua idéia consistia em retirar os recalitrantes, -- “todos sem exceção” -- pela quantia acima avaliada e deixar apenas os “soccegados e inúteis”³⁵. Portanto, a intenção era retirar de Maracangalha todos que não consentissem no seu domínio.

Não sabemos qual foi a estratégia utilizada por Moniz Aragão para contornar aquela situação embaraçosa. Até agora não foi possível saber qual o destino dos escravos “recalitrantes”, se foram vendidos ou foram obrigados a capitular diante do domínio irrevogável do barão. Conforme vimos na tabela 1, nos anos seguintes à compra, ele deslocou “gente” de outras propriedades para Maracangalha, certamente por causa da relutância dos antigos escravos. Revendo o perfil dos envolvidos, percebe-se que, pelo menos, metade deles foi transferida para ali depois que o engenho passou ao domínio de Moniz Aragão. O fato é que nos dez anos em que viveram ali, os novos cativos criaram vínculos na comunidade, aprenderam ofícios, constituíram famílias e alguns adquiriram o direito de ter a própria roça. Esses motivos contaram muito quando decidiram confrontar-se com o antigo senhor, recusando abandonar a propriedade depois do 13 de maio. Não surpreende que, passados dez anos, eles se transformariam nos novos “recalitrantes”.

Em 1879, Moniz Aragão festejava os ganhos auferidos com sua mais nova propriedade. A venda de açúcar rendeu-lhe 5:814\$215 e mel 7:074\$215, “que bem me aproveitarão”. Portanto, os rendimentos com a safra daquele ano haviam lhe restituído quase a metade do valor dos “escravos recalitrantes”³⁶. Nos anos seguintes, Moniz Aragão investiu na melhoria e aperfeiçoamento do fabrico de

açúcar, renovou o maquinário, comprando aparelho de vácuo e caldeira, turbinas centrifugas e pequeno alambique. Em 1880, chegou a trazer um oficial inglês para assentar e colocar para funcionar aqueles aparelhos. Ao mesmo tempo, promoveu algumas modificações na feitoria da propriedade. Em abril de 1882, destituiu o antigo feitor-mor por um certo Manoel Joaquim Alvares de Castro³⁷. Mas, o domínio escravista custou a estabilizar-se nas propriedades do barão. Em seu Engenho Pindobas, na noite de 13 para 14 de julho os “pretos” dispararam tiros de espingarda contra o feitor-mor que salvou-se por pouco. Como se tentasse reproduzir a fala dos cativos, Moniz Aragão sublinhou a seguinte expressão: “ninguém viu nada não”³⁸.

Depois desse e de outros distúrbios, Moniz Aragão passou a promover escravos às posições de supervisão, oferecendo-lhes em troca a alforria e favores. Sua estratégia buscava maior cooperação dos libertos na condução dos serviços e manutenção da ordem em seus domínios. Mas os resultados não foram satisfatórios³⁹. Na correspondência enviada a Cotegipe, em 23 de outubro de 1883, afirmou que vinha tendo muito trabalho e contrariedades. Antes da safra daquele ano, foi obrigado a despedir do cargo de feitor do serviço o ex-escravo Ismael “por abuso de confiança”; na mesma ocasião exonerou, Jaime, da caixaria do Cassarangongo. São muito interessantes as reflexões que faz sobre as atitudes dos libertos que passavam a exercer cargos de feitoria. Segundo ele:

(...) essa gente não aprecia nem tem o sentimento de gratidão para corresponder às provas de bondade que recebem dos seus ex-senhores; ou se considerão indispensáveis ou se julgão engrandecidos; senão superiores aos proprietários; principião pela ambição do mando e dahi facilmente lhes vem a cobiça da apropriação do alheio. Enquanto não são pilhados com a mão na condução são muito reverentes e amigos; em seguida querem ostentar independência: É o veredicto da actualidade! Acostumado no trabalho e a receber ingratidão, não me penalizou mais esta da parte dos libertos e assalariados⁴⁰.

Ao queixar-se da “ingratidão”, o barão deixou evidentes as fissuras do receituário paternalista para lidar com as expectativas de escravos e libertos num momento em que se discutia intensamente o fim da escravidão. Vê-se que, desde o

início da década de 1880, Moniz Aragão enfrentava problemas com os feitores de serviço, os intermediários entre ele e os demais escravos. Como vimos mais atrás, fora um feitor de serviço que liderou os parceiros escravos contra as pretensões do barão de assenhorear-se de Maracangalha.

Em 7 de novembro de 1883, Moniz Aragão voltou a falar da “desordem” que reinava em suas propriedades. Além da demissão dos libertos Ismael e Jaime, disse que para complementar as “medidas administrativas” dispensou, também, o laiaio Prediliano, o mesmo que em 1878 o acompanhou na discussão com os “recalcitrantes”. Sobre essa decisão observou: “princiípio pela ambição do mando e cahem no excesso de communismo e da negligência dos deveres. Como não sou de meia enclita [sic], pus logo o machinismo em movimento e tudo marcha regularmente”⁴¹. Excesso de comunismo possivelmente queria dizer que escravos e recém-libertos de confiança estivessem tentando ampliar sua margem de independência pessoal numa conjuntura em que se debatia o fim da escravidão. É possível que, por conta disso, escravos e libertos estivessem tentando ampliar o acesso a bens e recursos existentes no engenho. Aliás, foi esse mesmo “excesso de comunismo” que o barão deploraria, nos dias imediatos à abolição. Além disso, os conflitos com os feitores-mor sugerem que os escravos vinham forçando os limites do controle escravista.

Em 3 de outubro de 1887, o barão de Moniz Aragão observou com ironia a forma como os escravos inverteram a ordem dentro do engenho, apropriando-se da data do seu aniversário para fugirem a mais um dia de trabalho. Comentou ele que:

Seguindo-se o santificado Domingo ao dia festivo de minha aparição neste mundo de vadiação, regalarão-se os escravizados Irmãos em Christo e tomarão ainda metade da 6^a feira para os preparativos das missas, sermão, Baptizados e Chrisma, que por especial mercê do Arcebispado aqui se fez. Com os annos vamos ficando beatos e resignados aos males que nos cercão, sem outra sahida senão para os céos galgar (...). Pagode, vadiação e communismo! É a generosa Phalange salvadora do nosso desgraçado País!⁴².

De 1887 até o início de 1888, as tensões se acirraram em Maracangalha com as fugas e insubordinações que marcaram os últimos dias da escravidão. Como vimos no capítulo anterior, no começo de abril de 1887, panfletos conclamando os escravos a fugir assinados por abolicionistas de São Félix e Cachoeira circularam pelas senzalas do engenho. Dias antes da abolição, Moniz Aragão fixou residência no Engenho Mataripe com a intenção de coordenar dali a “transição” para o trabalho livre em suas propriedades. Vale lembrar a carta em que Moniz Aragão, na condição de presidente da câmara de São Francisco, em 19 de maio de 1888, informou ao presidente da província que os vereadores deixaram a cidade e seguiram para seus engenhos para restabelecer a ordem em suas propriedades. Naquela ocasião, afirmara que, desde 7 de maio, havia libertado seus 346 escravos, distribuídos entre os engenhos Cassarangongo, Mataripe e Maracangalha⁴³.

A intenção do senhor barão era conter a insubordinação que havia se instalado em suas propriedades, mas, pelo visto, não logrou sucesso com a iniciativa. Sua ausência em Maracangalha encorajou os libertos a romperem de forma veemente e antecipada os laços escravistas. Desde o mês de março, faltando pouco menos de dois meses para a abolição, os escravos não compareceram aos canaviais e passaram a se dedicar integralmente às suas roças. Se voltarmos às cartas escritas pelo barão ao presidente da província, logo após a abolição (discutidas no capítulo IV), concluiremos que os incidentes ocorridos em Maracangalha não o autorizavam a considerar suas propriedades entre as “mais moralizadas” da região, a não ser que a situação nos outros engenhos fosse bem mais grave. Além disso, as iniciativas dos ex-escravos naquele engenho não condiziam com o que qualificou de “respeitosa inércia”.

Depois da promulgação da lei de 13 de maio, a situação parecia incontrolável e os libertos passaram a expressar a nova condição numa linguagem franca e que aos ouvidos de ex-senhores e feitores soaram como “insolente” e “insubordinada”. Em depoimento prestado ao delegado de São Francisco, o administrador do Engenho Quibaca, José Moreira Pinho revelou que “na ocasião da liberdade mandando o Senr. Barão de Moniz Aragão, ex-senhor dos acusados, chamál-os de Maracangalha

para Cassarangongo, teve em resposta, que tão longe era de Maracangalha a Cassarangongo, quanto d'este para aquelle"⁴⁴. A intenção de Moreira Pinho era denunciar a insubordinação dos libertos, mas suas palavras revelaram-nos a firme disposição dos ex-escravos em permanecerem no engenho a despeito das ordens contrárias do ex-senhor. Para eles, a transferência representava a perda do acesso às roças, o que significava estar mais distante do que entendiam por liberdade. Mas, sem dúvida, aquela decisão também foi uma forma nada deferente de dizer que já não eram mais as "peças" que podiam ser deslocadas de um lado para o outro por interesse ou capricho do ex-senhor barão.

Nos dias seguintes à abolição, os libertos de Maracangalha experimentaram a doce sensação de viver sem senhor. Naqueles momentos puderam livremente vender o produto das roças nas feiras locais e não havia quem os obrigasse a seguir para o canavial. Na ocasião em que Cerveira agrediu Latino, alguns libertos se encontravam na lavoura de mandioca, outros fabricando farinha ou coletando lenha. Possivelmente, a expectativa de poder cultivar a própria roça tenha se ampliado para um número maior de libertos. Talvez entendessem que, a partir de então, o acesso a uma parcela de terra não estivesse mais atrelado à política de concessões paternalistas do senhor para privilegiar determinados grupos de trabalhadores. O certo é que, naqueles dias áureos, o feitor Latino reinou soberano em favor de seus parceiros de senzala concedendo "licença" aos que queriam se arrancar com lavouras de subsistência⁴⁵.

Ao longo do processo, os libertos não mencionaram em momento algum as atividades nas lavouras de cana. Compreende-se, então, porque o subdelegado Rigaud referiu-se à Maracangalha como morada de "vadios, desordeiros e ladrões". No discurso dele, e de outros senhores de engenho, a vadiagem se confundia com a recusa em se ocupar na grande lavoura de cana. Ocorre que, onde os senhores viam vadiagem, os ex-escravos vislumbravam a possibilidade de melhoria de suas condições materiais e subjetivas de sobrevivência.

O que estava acontecendo em Maracangalha, ou seja, a viabilização das roças de subsistência independentes, era a concretização de uma alternativa que, se generalizada pelo Recôncavo, poderia frustrar o projeto senhorial de restabelecer

alguma forma de controle sobre os libertos. Aos olhos dos ex-senhores, a possibilidade de ex-escravos “viverem sobre si” era algo extremamente perigoso, pois comprometia o futuro da grande lavoura de cana. No fundo, estes diversos incidentes tinham como cerne a definição das condições materiais de subsistência. Enquanto para os ex-senhores era preciso dar continuidade à grande lavoura açucareira, para os libertos era vital fortalecer e ampliar a pequena plantação que lhes abriria possibilidades de sobreviver com mais independência.

Por isso mesmo, a falta de reparos nas cercas não parece ter sido o resultado do simples descaso dos proprietários dos engenhos vizinhos ao Maracangalha. Possivelmente, a voracidade com que o gado matava a fome nas plantações dos ex-escravos conspirava junto com o propósito político dos senhores de inviabilizar aquelas iniciativas. A existência de ex-escravos, vivendo “sobre si”, era vista como péssimo exemplo para os trabalhadores recém-libertos.

O liberto Ismael esclareceu que na freguesia havia muita “prevenção” contra eles não só da parte de Cerveira como de outras pessoas, especialmente depois que se tornaram libertos, “e como seo ex-senhor Barão de Moniz de Aragão não se importasse com elles, retirando-se para o Engenho Mataripe, entendeu José Roiz [da Cerveira] tirar uma vingança”⁴⁶. Perante os jurados, os libertos disseram-se “perseguidos” pelo senhor barão de Cotegipe. Acusaram-no de instruir as pessoas que moravam em suas terras a testemunharem contra eles e dar “proteção” às investidas violentas de Cerveira, que era guarda-costas contratado para intimidá-los.

No entanto, como veremos a seguir, a defesa do direito de acesso às roças, a luta pela ampliação de espaços de autonomia e a afirmação da condição de liberdade não foram os únicos ingredientes dos conflitos ocorridos depois da abolição em Maracangalha e alhures.

Encantos da liberdade

Logo após a abolição, as fontes policiais acusaram recrudescimento de roubos e furtos nos engenhos do Recôncavo. Parte destas ocorrências foram atribuídas ao empobrecimento da população devido à seca e à fome que assolaram a região entre 1888 e 1889. Nesses anos, centenas de retirantes do interior migraram para cidades litorâneas, provocando escassez, desemprego e encarecimento dos produtos de subsistência. Em diversos pontos da região, as autoridades se queixaram de bandos de famintos que invadiam propriedades para roubar plantações e animais. Ao serem presos na noite de 14 de abril de 1889, roubando um boi no pasto do Engenho São João, em Santo Amaro, os seis homens envolvidos imploraram clemência “porque haviam feito isto impelidos pela fome”⁴⁷.

Além destas ocorrências motivadas pela fome e pelo desemprego, as autoridades acusaram a ocorrência de furtos e roubos cometidos por libertos nos canaviais e pastos dos engenhos. Os senhores aproveitaram para criticar o governo imperial pela forma como decretou o fim da escravidão. Muitos viram naquelas ocorrências a conseqüência lógica da lei de 13 de maio, que abruptamente tirou da tutela e do controle dos ex-senhores indivíduos que acreditavam ter como única alternativa o crime. Por enquanto, deixemos os senhores e seus queixumes e examinemos mais de perto a questão.

Há evidências de que grupos de ex-escravos percorreram vários lugarejos do Recôncavo, saqueando roças e propriedades abandonadas pelos antigos senhores nos dias que antecederam a abolição. Em São Francisco do Conde, sete homens, chefiados por um tal Marinho, identificado como ex-escravo, saqueou diversas fazendas e roças na Ilha dos Frades. Consta que, na fazenda Loreto, roubaram diversos objetos da casa de um tal senhor Sócrates; na fazenda Enseada levaram panos e utensílios das embarcações do proprietário. Na ocasião, tiraram à força roupas, dinheiro e ferramentas de outros libertos moradores a fazenda. Consta que este grupo vinha atuando desde 9 de maio de 1888, momento que já se sabia próxima a abolição definitiva da escravidão⁴⁸. Esses incidentes não se restringiram ao

Recôncavo. No sul da província, distrito de Boa Vista, termo da vila de Canavieiras, o subdelegado informou que “depois do grito de liberdade, grupos de negros” armados atacaram diversas fazendas da região⁴⁹. Muitas dessas ações possivelmente foram realizadas por indivíduos que, antes de abandonarem as propriedades, decidiram impor uma espécie de ajuste de contas final com os antigos senhores.

Mas é preciso ter muito cuidado com o discurso das autoridades policiais dos distritos açucareiros, especialmente quando acusavam os libertos de roubarem os ex-senhores. Logo depois de abolida a escravidão, houve muito conflito entre libertos e ex-senhores sobre direitos de propriedade e usufruto de bens e recursos existentes nos engenhos. Possivelmente, o que os senhores definiam como roubos, na visão dos libertos eram pagamentos ou reparações por serviços prestados a partir do momento em que passaram à condição de liberdade⁵⁰. Ademais, a intensificação dos supostos roubos nos dias que se seguiram à abolição sugere que para os libertos a liberdade trazia consigo a promessa de maior participação no que era produzido nos engenhos ou acesso a recursos materiais independentes das relações de poder tradicionais vigentes durante a escravidão.

Além disso, muitos roubos e furtos atribuídos aos libertos não foram mais que a tentativa de reaverem bens e direitos costumeiros duramente adquiridos durante a escravidão. Muitos senhores entenderam que o fim do cativo marcou, também, a interdição do acesso a “direitos” e recursos há muito conquistados pelos libertos. Possivelmente, a interdição do direito ao cultivo de roças poderia tornar-se uma forma de represália senhorial contra libertos que se recusavam a trabalhar nos canaviais sob antigas condições. Algumas destas disputas chegaram ao conhecimento das autoridades judiciais. Em 6 de julho de 1889, Tomás de Aquino Teixeira, quarenta e cinco anos, “trabalhador de enxada”, foi preso nos canaviais do engenho Passagem, propriedade do barão de Vila Viçosa, retirando “olhos” de cana em plena luz do dia. Soubemos que Tomás fora expulso daquele engenho no final de 1888 e, segundo testemunhas, ao se mudar para o Engenho Recreio deixou ali plantação de canas. Tempos depois, Tomás voltou para cortar algumas sementes, possivelmente para iniciar uma nova plantação nas terras em que se estabeleceu. Apesar do esforço

do proprietário, não havia elementos suficientes para caracterizar como roubo a retirada das sementes. O promotor público de Santo Amaro inocentou Tomás apoiado na convicção de que o mesmo não cometeu roubo, apenas estava recolhendo canas que por “direito” lhe pertenciam⁵¹.

Essas considerações prévias são fundamentais para entendermos a emergência de supostos roubos e furtos de gado em diversos engenhos do Recôncavo, ao longo dos anos de 1888 e 1889. Durante aquele período, os senhores de engenho de várias localidades se queixaram da forma como os libertos assaltavam furtiva ou abertamente o gado de suas propriedades. Para aprofundar o entendimento destes supostos roubos, veremos como eles vinham acontecendo na freguesia açucareira de Nossa Senhora do Monte. Logo veremos que aqueles episódios possuíam motivações diversas, podendo significar tanto o desejo de reparação por serviços prestados aos senhores, como a defesa e tentativa de ampliação do acesso a recursos existentes nos engenhos.

À medida que a análise avança, vê-se que, em Maracangalha, havia conexão entre o roubo de gado e a defesa do direito costumeiro às roças, pois muitos dos animais abatidos eram os mesmos que estragavam as plantações dos libertos. Como vimos mais atrás com o sumiço de algumas reses do Engenho Quibaca em terras do Maracangalha, o “roubo” de gado poderia ser uma forma de represália dos libertos contra senhores que deixavam os animais fora das cercas. Não por acaso, reencontraremos a seguir alguns ex-escravos que aparecem nas duas primeiras partes deste capítulo, mais uma vez defrontando-se com os desafios e problemas da sobrevivência no pós-abolição.

No mundo dos engenhos, o gado era importante fator de produção, ele servia não apenas para alimentar os escravos, como transportar pessoas, cana e, em algumas propriedades, mover as próprias moendas. Os bois empregados no trabalho duro da lavoura ao lado dos escravos se distinguiam dos que eram destinados ao corte, muitos deles reconhecidos por nomes alusivos ao seu temperamento. Os senhores de engenho elegiam os seus preferidos e por isso muitos animais eram cercados de cuidados e regalias⁵².

Em 11 de fevereiro de 1889, Roberto Moreira da Silva, proprietário do Engenho Pindobas, escreveu ao subdelegado da freguesia do Monte denunciando, Clemente, cabra, vaqueiro, e Antônio, crioulo, carreiro, “ex-escravos do Engenho Maracangalha”, por terem furtado gado de sua propriedade. Segundo ele, os animais eram levados para Maracangalha onde eram abatidos e a carne dividida entre diversos moradores dos engenhos vizinhos. Após a denúncia, o subdelegado dirigiu-se às margens do rio Macaco e ali encontrou, próximo às cercas dos cafezais do Maracangalha, peles, ossadas, restos de gado abatido e uma corda.

Ao ser interrogado, Roberto Moreira da Silva deu mais detalhes dos supostos roubos. Contou ele que, numa das noites de janeiro, Clemente e Antônio laçaram e conduziram para as capoeiras do Maracangalha uma novilha de cor “alvoaçam corada”, mataram-na e repartiram a carne entre os diversos companheiros. Poucos dias antes, amanheceu no pasto de sua propriedade o boi de um lavrador com uma corda de couro presa às patas. Soube que a corda pertencia a Clemente, que confessou tê-la vendido a Pôncio, ex-escravo do visconde de Paraguassu. Segundo ele, os indiciados revelaram os nomes de outros envolvidos, Luís Barbosa, crioulo, morador em Quibaca, Gordiano e seu irmão Agripino, crioulos, ex-escravos do referido visconde, Félix, ex-escravo de João Maurício Wanderley e outros mais. Vê-se que ex-escravos outrora pertencentes a senhores diferentes estavam envolvidos nos supostos furtos⁵³.

O relato das testemunhas é bastante interessante, pois revela como aqueles acontecimentos vinham afetando o cotidiano dos engenhos e o ânimo dos ex-senhores de escravos. Aurelino Ribeiro Sanches, quarenta anos, lavrador do Engenho Pindobas, contou que, após o sumiço da novilha “alvoaçam corada”, Roberto Moreira mandou os moradores procurarem o animal. Após investigarem pelas vizinhanças, teve indícios de que os autores dos roubos eram “gente vinda dos lados de Maracangalha”. Antônio Henrique Bandeira Chagas, trinta e cinco anos, proprietário, morador no Engenho Paciência, declarou que o doutor Roberto estava “muito contrariado” com o roubo da vitela de estimação. Ele desconfiava dos “moradores de

Maracangalha; porque essa gente estava muito insubordinada depois da libertação e encomodavão não só a vizinhança como o que pertencia ao seo senhor”⁵⁴.

Bandeira Chagas se disse impressionado com o desembaraço e “jactância” com que Clemente e Antônio assumiram o roubo da vitela e notou o “pouco caso” que fizeram do crime, declarando terem “sócios” em diversos engenhos da vizinhança. Manoel da Silva Elesbão, quarenta e dois anos, “proprietário” em Passé, estranhou o “maior desembaraço” com que os ex-escravos confessaram ter comido gado dos engenhos vizinhos e diversos do seu ex-senhor “e que isto já era costume”. O “pouco caso” que Bandeira Chagas viu nas atitudes de Clemente deixa evidente que ex-senhores e libertos tinham visões discrepantes sobre os significados daqueles atos. O que para os senhores e moradores da freguesia afigurava-se crime, para os libertos era “costume”⁵⁵.

Emílio Augusto Bandeira Chagas, por certo parente da testemunha anterior, quarenta e dois anos, proprietário, morador no Engenho Paciência, revelou que, na ocasião em que foi preso, Clemente disse que,

depois da libertação havião comido somente do seo ex-senhor em Maracangalha quatro bois e antes da libertação uma porção porque todos os seos feitores, athé Latino inclosível participavão da comidella e que elle não havia de ser o denunciante contra os grandes da casa; e que não podia dizer quanto havião comido da vizinhança, porque na vizinhança mesmo estava estabelecida a mesma ladroeira em sociedade⁵⁶.

Pelo que disse Clemente, o roubo de gado não se restringia apenas a Maracangalha, foi uma prática que se disseminou pelos engenhos da vizinhança, principalmente após “libertação”. Provavelmente, os libertos aproveitaram a ausência de alguns senhores que abandonaram as propriedades, temendo possíveis reações dos libertos para se apropriarem de bens e recursos. Sabemos que Moniz Aragão havia se fixado no Engenho Mataripe e os libertos de Maracangalha ficaram sob as ordens de

Latino. A ausência prolongada do barão talvez tenha feito daquele engenho ponto de afluência de libertos de outros engenhos que para ali conduziam os animais furtivamente tirados dos pastos dos senhores.

Em 15 de fevereiro de 1889, na residência do subdelegado, em longo e detalhado depoimento, o ex-escravo Clemente confessou sua participação nos roubos e, segundo está registrado nos autos, assim o fazia na esperança de que o “arrependimento” pudesse atenuar a pena. Há indícios de que o “arrependimento” fosse, na verdade, fruto das pressões provocadas por alguns dias no tronco. Com um mês de atraso, o jornal *Gazeta da Tarde*, com circulação na capital, denunciou que, no Engenho Pindobas, propriedade de Roberto Moreira da Silva, achavam-se presos no tronco e espancados os libertos Amâncio, Lino e Clemente. Na ocasião em que foi instado pelo chefe de polícia a se pronunciar sobre essa denúncia, o subdelegado limitou-se a dizer que os libertos apenas foram flagrados, esfolando algumas rezes roubadas do referido engenho⁵⁷.

Rico em detalhes, o depoimento de Clemente revelou que para os ex-escravos o fim da escravidão acenava com a possibilidade de melhores dias. Ele disse ser filho da falecida Josefa, maior de sessenta anos, solteiro, com ocupações de vaqueiro e lavoura, morava em Maracangalha há cerca de quarenta anos. Portanto, é o mesmo que figurava no processo anterior como um dos implicados no espancamento de Cerveira, embora seu nome não fosse citado entre os que foram a julgamento. Revelou “que de vez em quando os antigos escravos e moradores desse Engenho [Maracangalha], de sociedade com os da vizinhança, furtavão, mattavão à escondida e comihão rezes ora de um, ora de outro Engenho, mas que o maior número de rezes foi comido do mês de março do anno passado para cá”. Em outro trecho disse não saber ao certo o número de rezes abatidas no último ano, mas a “sociedade” havia consumido muitas “porque logo antes da Páschoa e depois da liberdade a relaxação se tornou ahi formidável”. As ações dos libertos foram facilitadas pela ausência do ex-senhor, pois, segundo ele, o barão de Moniz Aragão esteve doente em Cassarangongo e a única autoridade presente no engenho era o feitor Latino, “o qual tinha sido também escravo do senhor Barão e já estava de feitor para mais de um anno”⁵⁸.

O depoente deixou claro que o abate clandestino de gado dos engenhos era um antigo costume dos escravos da freguesia. Mas os furtos intensificaram-se entre março e maio de 1888, momento em que se afrouxaram os laços escravistas com a ausência do senhor e depois com as expectativas criadas pela promulgação da lei que aboliu em definitivo a escravatura. Se a “matança” recrudescer nesse período, isso pode significar que, para aqueles libertos, o fim da escravidão teria como consequência o acesso a uma parcela maior de bens existentes nos engenhos ou alargamento do poder de decisão e escolha diante de senhores e feitores⁵⁹. Veja que isso ocorria sem que a estrutura de dominação vigente no passado escravista fosse modificada formalmente. Era o feitor Latino que negociava com os senhores vizinhos o concerto das cercas e tinha autoridade perante os outros libertos, inclusive era incluído entre os “grandes da casa”. Os libertos ainda se dirigiam aos ex-senhores dentro de certos padrões de respeito hierárquico. Como veremos no decorrer deste capítulo, as iniciativas dos libertos estavam limitando os poderes senhoriais sobre suas vidas.

Sobre as rezes abatidas, Clemente lembrou-se de quatro pertencentes a seu “senhor moço”, uma do doutor João Wanderley, e mais quatro pertencentes a moradores do engenho. Sabemos que entre as vítimas dos roubos estava Firmino Wanderley, o ex-escravo do barão de Cotegipe que aparece, na primeira parte deste capítulo, acompanhando Cerveira na infausta visita que fez a Maracangalha. Como esclareceu Clemente foi isso “que motivou o barulho no mês de São João com o Administrador José Rodrigues, que veio responsabilizar o feitor e ficou esbordoado pela gente de Maracangalha”⁶⁰. A referência à “sociedade” é recorrente, isso significa que as investidas aos pastos senhoriais eram organizadas e envolviam libertos de engenhos diferentes.

Clemente acusou o feitor Latino de participar da referida sociedade, pois “vivia enganando ao senhor Barão”. Na intenção de pôr em evidência o caráter insubordinado de Latino, Clemente, inadvertidamente, revelou de que maneira o ex-escravo feitor buscou dar sentido à sua liberdade pessoal. Contou que, numa tarde do mês de agosto, Moniz Aragão compareceu a Maracangalha para preparar o engenho

para moer e ficou admirado com a ausência do feitor. No dia anterior, Latino avisou a todos sobre a chegada do barão, ordenou no sobrado que aprontassem o jantar e gabou-se de ter recebido roupa da cidade, dez mil réis e mais um cavalo russo do ex-senhor. Contudo, o feitor, numa atitude de quem já se considerava livre de “sujeição”, desapareceu nessa mesma noite “sem dar parte a ninguém”⁶¹.

Vê-se que ex-senhor e liberto tinham diferentes estratégias. O antigo senhor buscou manter o liberto em seu raio de domínio, concedendo incentivos e presenteando-o com bens que, provavelmente, ambicionava desde o tempo da escravidão. Em troca esperava obter sua colaboração na continuidade das atividades no engenho num momento de desorganização da produção. Moniz Aragão seguia a mesma política de premiação dos escravos mais qualificados ou que exerciam cargos de mando dentro do engenho, porém seu plano não logrou os resultados esperados. O liberto aparentemente consentiu em servi-lo, mas também procurou afirmar sua liberdade pessoal, retirando-se da propriedade sem pedir autorização ao senhor barão.

Os depoimentos de Clemente revelam que os ex-escravos visavam, primordialmente, o gado pertencente aos ex-senhores. Ele se lembrou do garrote chamado “Pano-fino”, malhado, pertencente ao seu “senhor moço” Martin Moniz, filho do barão, abatido na capoeira de Santo Antônio e a carne repartida ali mesmo. O couro ficou com o liberto Antônio que o guardou para aviamento. Disse que, na época, o barão chegou a oferecer 10 mil réis de recompensa para quem o encontrasse, “porém ninguém quis descobrir”. A falta de colaboração dos moradores sugere que aquelas atividades clandestinas contavam com a cumplicidade e o silêncio dos moradores libertos da freguesia. Durante o interrogatório, o subdelegado apresentou a Clemente uma pele e ele confirmou ser de “Pano-fino”, pois reconhecia a marca de ferro especial que ele próprio havia gravado no animal. Ao ser perguntado sobre o fim que levou a vitela preta do senhor João Campos, ele não hesitou em dizer que foi igualmente comida pela “sociedade”.

Clemente contou detalhes da forma como os libertos capturavam os animais. Lembrou que a vitela de Roberto Moreira da Silva era muito mansa, não houve dificuldade para laçá-la quando estava inocentemente deitada na bagaceira do

Engenho Pindobas. Clemente, Pôncio, Gordiano, Luís Barbosa, Felipe, Jacinto e Antônio conduziram-na até a capoeira do rio Macaco, “onde tinham o costume de matar as rezas; porque ahi era um canto onde ninguém hia sem ter negócio especial; que neste ponto já esperavam os parceiros da dita sociedade”. Perguntado por doutor Roberto como se orientou durante a noite, Clemente revelou ter conhecimentos especiais ao responder “que se regulava e muito certo pelas estrellas”. Após abaterem e esfolarem a vitela, Antônio levou uma parte do animal para repartir com os “sócios” de Maracangalha; Luís Barbosa e Jacinto carregaram outra para Quibaca; Felipe, Pôncio, Gordiano, Miguel, Félix e outros se arranjaram com o restante⁶².

Em geral, Clemente ficava com o couro dos animais para aproveitá-los em aviamentos, mas a pele da vitela de Roberto Moreira da Silva foi enterrada num tabuleiro do rio Macaco. Os libertos sabiam que seu dono haveria de fazer grande “barulho” logo que notasse o desaparecimento do estimado animal. Em cima do local do enterramento do couro, puseram uma pequena cruz. Sempre realizada em locais ermos do engenho, na capoeira chamada Canto Escuro ou às margens do rio Macaco, cada matança parecia ser consagrada ao dono dos animais. Assim, quando abateram a vitela do senhor de engenho Roberto Moreira da Silva, chamaram-na de “matança de Dr. Roberto”. As “matanças” e “comidelas” ocorreram em meio à festa pelo fim da escravidão. Através do abate dos animais, os libertos pareciam festivamente realizar a morte simbólica dos antigos senhores; possivelmente era isso que representava a cruz posta sobre os espólios da vitela⁶³. A idéia de que o fim da escravidão representava a morte da autoridade senhorial parecia estar presente nas manifestações dos escravos. Ademais, ao levarem para o banquete os animais mais estimados, eles encontraram a oportunidade de cutucar e troçar das sensibilidades dos ex-senhores⁶⁴.

Observa-se que a chamada “matança” parecia seguir determinados rituais de divisão e distribuição do que era apropriado furtivamente. É possível que a partilha da carne seguisse a tradição das comilanças das festas locais. A respeito disso, versos de antigo samba de roda cantado nas festas do bumba-meu-boi em Maracangalha, na década de 1950, parecem metaforizar os conflitos ocorridos naquela localidade após a abolição. Segundo os versos do samba, o boi era abatido e comido depois de ser

surpreendido, pastando nas roças. Em reprimenda aos donos do animal, o refrão advertia que quem tivesse boi o mantivesse preso no curral ou no mourão, pois “eu não planto roça, é, para boi ladrão”. Em seguida, as partes do corpo do animal eram distribuídas festivamente entre os roceiros.

Eu pego no focinho
mando prá seu Mundinho
Um pedaço da pá
É de seu Baltazá
Dois quilo do figo
É do meu bom amigo (...),
A tripa gaiteira
É da mulé fateira⁶⁵.

Ainda sobre a “sociedade”, Clemente asseverou que dela fazia parte “muita gente espalhada pela vizinhança”, mas só revelou seus nomes depois que obteve das autoridades a garantia de que seria protegido quando estivesse livre da prisão. As informações que oferece sobre alguns membros da “sociedade” são importantes para termos uma idéia aproximada do perfil do grupo. Vejamos.

Antônio, crioulo de Maracangalha (preso junto com Clemente); o crioulo Pôncio, os irmãos Gordiano e Agripino; Félix e Miguel, ex-escravos do Engenho Caboxi, mas morando ambos em Cassarangongo; o crioulo Luís Barbosa e Jacinto, de cor cabra, moradores do Quibaca; o crioulo Odorico Mota e o mulato Felipe, antigo vaqueiro em Maracangalha e Pindobas, ambos moradores no Engenho São José; Caetano, cabra; Gentil mulato; os crioulos Silvino, Eleutério, Cosme e Manoel Joaquim (irmão de Antônio); e mais Laurindo, crioulo, que foi escravo de Pindobas e se mudou para a casa da crioula Julia em Maracangalha; o crioulo Latino, feitor, que apareceu na véspera da “matança” da vitela do doutor Roberto “e passou o seu pedaço”; Vicente, crioulo e Frederico, que veio do Engenho Cinco Rios para a casa da crioula Laurinda; Angela, de cor cabra; Maria do Espírito Santo, amásia de Antônio; Nicoleta “de Eleutério” e Olímpia, “de Latino”⁶⁶.

Clemente sugeriu que a lista poderia ser mais extensa, pois “alguns outros mais dahi e da vizinhança, que nem sempre tinham a coragem de vir pegar a rez, mas

erão os primeiros que chegavam na ocasião da mattança para exigir e receber cada um o seu pedaço de carne no talho”. Na verdade, Clemente, Antônio, Pôncio, Gordiano, Félix e Firmino formavam o grupo restrito dos que apresavam e abatiam os animais. Mas a maioria dos libertos que os protegia com o silêncio não abria mão de participar do que clandestinamente era retirado dos ex-senhores. Possivelmente, a comunidade de libertos aprovasse e apoiasse aquelas ações como formas justas de reparação impostas aos ex-senhores⁶⁷.

Dos nomes citados, verificamos que Antônio, Clemente, Eleutério, Cosme, Manoel Joaquim, Vicente, Laurinda, Angela e Maria do Espírito Santo eram todos residentes no Maracangalha desde o tempo do visconde de Passé, provavelmente a maioria nasceu ali. Os demais residiam no engenho há menos tempo ou se estabeleceram depois da abolição.

A mudança de domicílio indica que houve intensa movimentação de libertos de um engenho para outro após a abolição. No caso de Laurindo, ex-escravo do Engenho Pindobas, foi a oportunidade de compartilhar a mesma casa com a amásia Júlia, em Maracangalha. Provavelmente foi por alguma ligação de parentesco que os crioulos Vicente e Frederico, ex-escravos em Cinco Rios, se mudaram para a casa da crioula Laurinda. Roberto Moreira da Silva revelou em seu depoimento que Pôncio, ex-escravo do visconde do Paraguassu, depois da abolição, mudou-se do Engenho Cassarangongo para Maracangalha. As informações mostram que, naqueles dias de liberdade, Maracangalha tornara-se ponto de convergência de ex-escravos de diversos engenhos da região, talvez atraídos pela possibilidade de possuir roças ou participar das “comidelas”. Alguns se estabeleceram e outros apenas apareceram ali para experimentar a sensação de não ter senhor.

Vê-se que foi grande a participação de mulheres nas “matanças” e “comidelas”. Segundo Clemente, as ex-escravas Maria do Espírito Santo, Nicoleta e Olímpia participaram na companhia dos amásios. Consultando o livro de batismos da freguesia do Monte soubemos que Angela, cor cabra, citada por Clemente como participante das “comidelas”, era comadre de Germano, o mesmo que possuía roças e se envolveu no espancamento de Cerveira. Duas filhas “ingênuas” de Angela foram

batizadas por Germano no início da década de 1880⁶⁸. Possivelmente, as mulheres participaram na preparação da carne, mas há indícios de que deram cobertura a parentes ou conhecidos que vinham de outros engenhos, recebendo-os em suas senzalas. Observa-se, ainda, que as incursões clandestinas ao gado eram operações que envolviam grupos familiares inteiros. Por exemplo, da família do ex-escravo Antônio participavam o irmão, Manoel Joaquim, e a amásia, Maria do Espírito Santo.

Percebe-se que Clemente, Latino, Gentil, Cosme e Vicente, implicados no espancamento de Cerveira, reaparecem neste segundo processo como participantes do “roubo” de gado. A presença deles mostra mais uma vez que o abate clandestino de gado estava relacionado à defesa das roças de mandioca. Ao abaterem e consumirem o gado invasor, os libertos a um só tempo livravam-se daqueles visitantes indesejáveis e ainda retaliavam os senhores que deixavam os animais à solta para estragarem suas plantações.

Os dados que até agora apresentamos sobre os envolvidos nos dois episódios mostram que os libertos emergiram da escravidão em situações econômicas e profissionais diferenciadas e isso deve ter influenciado as suas opções e escolhas no pós-abolição. Deve ter determinado, também, as aspirações e as estratégias de lutas. O acesso às roças de subsistência, a posição de feitor, o domínio de um ou mais ofícios, a posse de animal de montaria ou de criação, certamente marcavam as diferenciações dentro das comunidades de ex-escravos. A atuação de indivíduos que saíram da escravidão com a posse de alguns bens ou direitos era diferente daqueles que ao se emanciparem não tinham nada além da força dos próprios braços.

Feitas estas observações, vejamos os desdobramentos daqueles acontecimentos. Tudo indica que as incursões clandestinas aos rebanhos começaram a dar errado, no momento em que os libertos por erro tático ou engano abateram animais pertencentes a moradores modestos dos engenhos, alguns deles ex-escravos. Lembro que Firmino Wanderley, ex-escravo do barão de Cotegipe, teve um dos seus animais abatidos pelos libertos de Maracangalha. Explica-se, então, porque acompanhou Cerveira na ocasião em que este foi saber do gado do Quibaca desaparecido em terras daquele engenho. Isso deve ter contribuído para quebrar o

pacto de silêncio que protegia as incursões dos libertos. A situação complicou-se na ocasião em que tentaram retirar gado dos pastos do Engenho Pindobas. Era noite clara de luar quando o grupo laçou um boi, mas o animal relutou, enfureceu-se e fugiu com a corda de Pôncio amarrada ao pescoço. No dia seguinte, logo pela manhã, os libertos tentaram reaver a corda fingindo procurar bois de carro nos pastos do Pindobas. Mas era tarde, logo ao chegar avistaram o animal sendo conduzido ao curral carregando a prova do crime.

Aurelino Ribeiro Sanches, morador do Engenho Pindobas, se disse surpreso ao ver o referido animal laçado com corda de couro de vaqueiro e ferido nas patas, sobretudo porque não havia sido escalado para o serviço do engenho. A intimidade com que os ex-escravos dos engenhos se conheciam certamente conspirou contra os autores dos “roubos”. O crioulo Pamphilo, carreiro, trabalhando no Pindobas, “gritou logo que a corda era de Clemente”. Disse reconhecê-la por causa de uma emenda, “porque ambos haviam sido escravos do barão de Moniz Aragão no Engenho Maracangalha”⁶⁹. Em seguida, Roberto Moreira da Silva foi a Maracangalha indagar os moradores sobre a tentativa de roubo e depois se dirigiu ao Engenho Cassarangongo para reclamar providências ao barão de Moniz Aragão. Ao inteirar-se do fato, Aragão mandou chamar o ex-escravo Desidério, carreiro, e este reconheceu a corda que lhe fora apresentada como pertencente a Clemente. Pôncio, Gordiano, Agripino, Félix, Silvino, Gentil e Manoel Joaquim escutaram a conversa e tiveram tempo de fugir. Clemente e Antônio não tiveram a mesma sorte, estavam carreando cana e demoraram a saber que suas atividades haviam sido descobertas. Ao perceber a presença de Moreira da Silva na caixaria, Antônio ainda tentou fugir, largando o carro no picadeiro e correndo pela estrada. Na fuga, Antônio esbarrou num velho conhecido, José Rodrigues da Cerveira, que o fez voltar para o engenho sob a mira de uma pistola⁷⁰.

Em abril de 1889, o inquérito foi encaminhado ao promotor público. Este chegou a formular a denúncia, mas o processo estranhamente não aparece dos registros judiciais. Possivelmente tenha sido extraviado ou mesmo encerrado por algum acerto entre as autoridades e os senhores de engenho. Mas os documentos que

restaram deixam claro que as incursões clandestinas ao gado e a manutenção dos direitos de acesso às roças comportavam aspirações profundas de liberdade. Numa parte do interrogatório, o subdelegado quis saber se os libertos vinham recebendo regularmente a ração diária fornecida pelo ex-senhor. Os referenciais escravistas estavam ainda frescos em sua cabeça e por isso tentava descobrir possíveis nexos entre as ações dos libertos e a quebra do compromisso senhorial de prover a subsistência aos antigos cativos. Clemente explicou que até a última hora da escravidão e mesmo depois da “Lei” receberam alimentos, roupas e ferramentas. Quando a carne chegava era ele quem cortava e entregava ao caixeiro para distribuir com os demais. Afirmou ainda que seus parceiros, logo “depois da liberdade”, com licença de Latino, “arranxarão com o maior descaramento o que querião para fazer farinha, que até hião vender em Paramerim a trinta réis o litro e algumas vezes por menos d’isso”⁷¹. Vemos assim, que, logo após a abolição, os ex-escravos pareciam dedicar-se ao cultivo de mandioca, fazer farinha e vendê-la nas feiras locais. É possível que estivessem se apropriando de toda mandioca plantada sem dividi-la com o ex-senhor como normalmente se fazia durante a escravidão. Vê-se, também, em ação a liderança do feitor Latino; era ele quem dava aos demais libertos “licença” para arrancharem-se.

Observa-se que, além da ampliação de direitos costumeiros às roças, os libertos buscaram viabilizar a sobrevivência em liberdade através do livre acesso aos mercados locais. E não apenas isso, a partir de então, poderiam colocar o preço que quisessem no que era cultivado nas roças. Clemente afirmou que durante quatro ou cinco semanas receberam alimentos fornecidos pelo ex-senhor, “mas afinal a gente não quis fazer mais nada e até rejeitou a ração”. Esclareceu que não se tratava de má qualidade do alimento e sim que:

(...) a gente tinha ficado muito encantado e de cabeça virada; que fazião dinheiro da mandioca do Engenho e dizião quase todos que não precisavão trabalhar no serviço do Engenho, porque não querião sujeição mais de ninguém e que também não querião mais hir receber ração na Caxaria e se o caxeiro quisesse mandar a ração em casa, que mandasse e se não quisesse que se ficasse com ella⁷².

Novamente a abolição da escravidão aparece na fala do liberto como momento fundamental na sua trajetória pessoal e na dos seus parceiros de senzala. As referências ao “encantamento” e às “cabeças viradas” revelam que os libertos estavam decididos a criar condições de sobrevivência que não precisassem mais viver sob “sujeição”. Ter a própria roça era vislumbrar a possibilidade de distanciar-se do passado escravista e viabilizar algum espaço próprio no mundo dos engenhos. Para aqueles libertos, a continuidade da ração fornecida pelos senhores significava ter que prestar serviços nos canaviais, algo que não estavam dispostos a fazê-lo nos termos propostos pelos ex-senhores.

Para eles, a viabilidade da liberdade dependia do incremento da produção de gêneros cultivados nas roças e acesso livre às feiras locais. No fundo, os incidentes envolvendo libertos e ex-senhores eram a manifestação de projetos distintos e conflitantes em relação à definição das condições materiais de sobrevivência no interior da grande lavoura. Enquanto os ex-senhores se preocupavam em garantir as bases da lavoura de cana simplesmente reabsorvendo os ex-escravos como trabalhadores dependentes, os libertos viam na pequena plantação de gêneros a garantia de subsistência e acesso aos mercados locais, independentes dos controles senhoriais. Portanto, eram infundadas as suposições dos ex-senhores de que os libertos estavam despreparados para a liberdade.

“Eu vou prá Maracangalha, eu vou, eu vou...”

Na década de 1950, a pequena povoação de Maracangalha, que surgiu em volta do antigo engenho e da usina Cinco Rios, ficou imortalizada na canção de Dorival Caymmi como uma espécie de terra prometida do Recôncavo. Embora não conhecesse a localidade que lhe serviu de inspiração, o compositor baiano foi sensível à mística do lugar. A decisão obstinada de ir a Maracangalha, com ou sem Anália, “de liforme branco e chapéu de palha”, parece resgatar de algum recanto da memória

popular a lembrança de que ali, em algum momento, a despeito da escravidão e do trabalho duro nas usinas, foi possível vislumbrar a liberdade. Se assim foi, não seria absurdo escutarmos na canção os murmúrios e os ecos daqueles ruidosos dias em que libertos de vários engenhos próximos se “arrancharam” ali para plantar roças ou para experimentar a agradável sensação de viver sem “sujeição”.

Na verdade, os acontecimentos ocorridos em Maracangalha não foram episódios isolados. Em toda a província, os ex-escravos manifestaram desejo de viabilizar alternativas de sobrevivência independentes da grande lavoura. No sul da província, onde ainda existiam diversas áreas de florestas virgens, ex-escravos reivindicaram do governo licença para explorá-las. Em 24 de maio de 1888, o Juiz Comissário de Ilhéus, Teodoro Augusto Cardoso, em telegrama enviado ao Ministério da Agricultura, informou que: “Grande número de libertos aos quaes não convém trabalhar assalariados têm me requerido posses de terrenos devolutos, onde pretendem cultivar cacau, lavoura única a que se dedica o povo desta rica e fértil comarca”. O Juiz disse que vinha negando os pedidos apoiado na orientação do próprio Ministério com relação às terras devolutas, mas prometeu-lhes consultar o ministro, “visto a grande quantidade e impaciência dos mesmos requerentes”. Segundo Cardoso, era “manifesta a tendência desses indivíduos pelo solo, pela sua posse e grande repugnância pelo trabalho assalariado. Consta-me que alguns contrariados em suas pretensões começam a derrubar e queimar as matas”. Em 15 de junho de 1888, o ministro da agricultura recomendou ao presidente da província que oferecesse alternativas de trabalho aos libertos para evitar que derrubassem e queimassem as matas “como elles já fazem, segundo lhe consta”⁷³.

Em 21 de janeiro de 1889, ao responder a um pedido feito por um certo José Ricardo Floresta do Bonfim, para a exploração de piassava nas matas do sul do estado, o inspetor de terras públicas da província afirmou ser contrário a tais concessões. Para ele, as ocupações das terras devolutas aniquilavam o futuro daquelas regiões, “sobretudo hoje que as idéias de colonização parecem ir calando seriamente no espírito público”⁷⁴.

As autoridades da província tentaram impedir que os libertos tivessem acesso a determinados recursos e alternativas econômicas. Podemos dizer que, depois da abolição, buscou-se controlar o acesso a determinados recursos econômicos que pudessem conferir independência em relação à grande lavoura. Era imperativo redefinir o “lugar” dos libertos na divisão social do trabalho mantendo-os como força de trabalho disponível à grande lavoura. Os próprios senhores de engenho se empenharam em dificultar o acesso dos libertos a atividades que garantissem alguma independência em relação à lavoura de cana. Em novembro de 1888, houve sério conflito em terras da fazenda Misericórdia, freguesia de São Roque, vila de São Felipe, quando vários indivíduos, provavelmente libertos, tentaram coletar piaçava nas matas do engenho. Segundo o relato de algumas testemunhas, o proprietário puniu alguns com chicote e prisão no tronco⁷⁵.

No Recôncavo, muitos ex-escravos se estabeleceram em engenhos abandonados e iniciaram suas próprias plantações. Em 16 de junho de 1888, o delegado da vila de São Francisco informou ao chefe de polícia que “vadios, vagabundos e desordeiros” estavam se reunindo nos engenhos Bomba, São Paulo e imediações. O delegado acusou aqueles indivíduos de causarem sobressalto às populações daquelas paragens e advertia que o número deles tendia a aumentar “em vista da quantidade de libertos que, sem se quererem sujeitar ao trabalho, abandonam os engenhos”. Lastimava nada poder fazer, pois só contava com três praças e pedia aumento do efetivo policial. Finalizou alertando que na vila vinham ocorrendo com frequência pequenas desordens resultantes da acumulação de “libertos vadios que se entregam à noite a ruidosos sambas”⁷⁶.

Tudo indica que aqueles assentamentos de libertos resistiram durante meses até que senhores de engenho da região, finalmente, os desbaratasse. Em 28 de março de 1889, uma denúncia publicada no *Diário da Bahia* informou que, na noite de sábado, vários indivíduos armados sob comando de José Rodrigues (da Cerveira) e José Ramos, administradores dos engenhos do barão de Moniz Aragão, invadiram o Engenho Bomba, situado na freguesia do Socorro, (termo da vila de São Francisco), pertencente ao capitão Francisco Ribeiro Lopes, lançaram fogo em todas as casas dos

trabalhadores do mesmo engenho. Na ocasião, alguns trabalhadores foram amarrados e conduzidos ao Engenho Mataripe, onde se achavam encarcerados. Possivelmente aqui se trate também de represálias contra ex-escravos que haviam deixado o engenho do barão de Moniz Aragão⁷⁷. É possível, ainda, que esses incidentes estivessem vinculados a disputas entre ex-senhores e libertos pelas terras devolutas ou abandonadas por senhores falidos.

Em 6 de abril de 1889, uma outra denúncia assinada por “As vítimas” apontava os barões de Rio de Contas e Moniz Aragão de não cercarem as suas propriedades e deixarem o gado invadir as fazendas vizinhas, estragando tudo que se plantava. Os denunciantes diziam que os trabalhadores do Engenho Bomba eram os mais prejudicados, pois a intenção daqueles senhores era obrigá-los a abandonar aquela propriedade para darem lugar ao gado. O denunciante referiu-se, inclusive, à noite de 16 de março quando indivíduos armados, comandados por Ramos e Cerveira invadiram a propriedade, cercaram as casas dos trabalhadores, arrombaram as portas e amarraram os moradores que conseguiram capturar. Depois disso, lançaram fogo nas casas e apoderaram-se de objetos e dinheiro encontrados.

Segundo a denúncia, os trabalhadores capturados foram levados aos engenhos Mataripe e Tanque, pertencentes aos barões de Moniz Aragão e de Rio de Contas, respectivamente. Nessas propriedades foram metidos no tronco e espancados até que o capitão Francisco Ribeiro Lopes, “amo e ex-senhor”, requisitasse a soltura dos mesmos. Entre os objetos retirados dos libertos constavam porcos, galinhas, utensílios de lavoura e instrumentos de fabrico de farinha⁷⁸. A relação dos objetos roubados mostra que a economia doméstica dos ex-escravos incluía a criação de animais, a plantação de mandioca e o fabrico de farinha. Portanto, foi uma incursão destinada a desbaratar pequenos núcleos de moradores libertos, onde provavelmente se encontravam ex-escravos dos senhores que ordenaram a destruição das casas.

O autor da denúncia, provavelmente o próprio capitão Ribeiro Lopes, buscou conectar aqueles acontecimentos ao que chamou de “conseqüência forçada” da lei que aboliu a escravidão. Segundo afirmou “O fidalgo privado de viver do suor do mísero negro, d’elle se tem declarado inimigo a ponto de não poder vê-lo tranqüillo

em parte alguma: cadeia ou trabalho de graça – é o dilema”. Denunciou, ainda, os feitores e caixeiros de engenhos da localidade de agirem contra os libertos como se fossem autoridades policiais. Para ele, os libertos não eram criminosos ou vagabundos: “são apenas vítimas de uma perseguição feroz pelo facto de terem sido obstáculo a que fosse convertida a fazenda alheia em solta de gados de certos senhores feudais”⁷⁹. Aqui o denunciante revela que as roças dos libertos podiam ser obstáculos às pretensões dos ex-senhores de ampliarem a área de pastagem do gado.

As considerações anteriores permitem mais uma reflexão sobre o que vinha acontecendo na freguesia do Monte logo após a abolição, quando os libertos viam possibilidade de ampliar espaços de autonomia e liberdade, os ex-senhores farejavam perigo. Não foi por outra coisa que se apressaram em desmontar aquele cenário de “desordem” e “desorganização do trabalho”. Daí, a reação senhorial em forma de perseguição e de repressão às iniciativas dos libertos em atividades que oferecessem maior independência em relação à grande lavoura de cana. Possivelmente, a própria modernização tecnológica empreendida pelos senhores encaixava-se no projeto de reinserir os libertos no “circuito do açúcar” como trabalhadores dependentes. Em 5 de janeiro de 1889, o barão de Moniz Aragão festejava o empréstimo de 400 mil contos de réis junto ao governo da província para o estabelecimento de um engenho central em Maracangalha. Segundo o contrato, os lavradores interessados no fornecimento de cana deveriam concorrer com 10 por cento daquele capital, capital este inacessível para indivíduos recentemente egressos da escravidão⁸⁰. Além do mais, não se mencionava em nenhum momento, o direito às roças pelos antigos escravos.

Além disso, aqueles episódios mostram que a luta dos ex-escravos para se afirmarem como pessoas livres e para viabilizarem novas condições de sobrevivência no pós-abolição partia das experiências vividas no mundo da escravidão. Ampliar o direito de acesso à terra significava distanciar-se das relações de dependência senhorial. Como observa o historiador D. Tomich a reconstrução do sistema de grande lavoura após a abolição não foi um processo unilateral e funcional de simples “transição” para um sistema “capitalista” mais racional. Na verdade, foi um processo

violento em que os antigos senhores buscaram recapturar a força de trabalho, os recursos materiais e sociais conquistados dentro da escravidão⁸¹.

Notas

¹ . Versos de um antigo samba de roda cantado pelos moradores da usina Cinco Rios (antigo Engenho Maracangalha), registrado por Valdevino Neves Paiva em seu livro *Maracangalha: torrão de açúcar, talhão de massapé*, Bahia, Gráfica Santa Helena, 1996, pp. 71-72. Valdevino Neves foi trabalhador da usina na década de 1950 e desde então passou a registrar versos de sambas cantados pelos moradores.

² . Os confrontos entre senhores e ex-escravos após a emancipação foi detectada em outras partes da América. Ver Dale Tomich, "Houses, provisions grounds & the reconstitution of labour in post-emancipation Martinique", in Mary Turner, *From chattel Slaves to wage slaves*, p. 241.

³ . Sobre o costume enquanto campo para a mudança e a disputa, ver E. P. Thompson, *Costumes em comum*, pp. 16-17.

⁴ . As informações sobre este incidente estão no APEB, *Processos Crimes*, 29/1032/04 (1888), fls. 4-8v.

⁵ . Idem, *ibidem*, fl. 7v.

⁶ . Idem, *ibidem*, fls. 9-10.

⁷ . Idem, *ibidem*, fls. 10v-12v.

⁸ . Idem, *ibidem*, fls. 12v-13.

⁹ . APEB, *Chefes de polícia*, 2987 (1880-89), correspondência do subdelegado da vila de São Francisco, Ernesto Alves Rigaud, ao chefe de polícia, em 30 de junho de 1888.

¹⁰ . APEB, *Processos crimes*, 29/1032/04 (1888), fl. 74.

¹¹ . APEB, *Chefes de polícia*, 2987 (1880-89), telegrama do delegado da vila de São Francisco para chefe de polícia, em 6 de julho de 1888.

¹² . APEB, *Processos crimes*, 29/1032/04 (1888), fls. 24v-25.

¹³ . Idem, *ibidem*, fl. 32v.

¹⁴ . Luís dos Santos Vilhena, *A Bahia no século XVIII*, vol. I, pp. 185-187.

¹⁵ . Na verdade, o motivo do conflito não era novo, pois segundo Schwartz, *Segredos internos*, p. 103, o cercamento dos canaviais e demais lavouras não era algo comum nos engenhos do Recôncavo. A proximidade das propriedades provocava contínuas altercações entre os senhores. A novidade do episódio é que os próprios libertos tomaram a iniciativa de exigirem os reparos nas cercas do engenho vizinho.

¹⁶ . APEB, *Processos crimes*, 29/1032/04 (1888), fl. 31v.

¹⁷ . Idem, *ibidem*, fls. 25-26.

¹⁸ . Idem, *ibidem*, fls. 30-36.

¹⁹ . Silvia H. Lara, "Escravidão, cidadania história", p. 28, observa que para muitos ex-escravos a liberdade significou manter condições de acesso à terra conquistada durante o cativeiro. Ressaltamos que a plantação de roças como aspiração de ex-escravos não foi algo restrito ao Brasil. Ver, por exemplo, Julie Saville, *The work of Reconstructions, from slave to wage laborer in south Carolina, 1860-1870*, pp. 118-119.

²⁰ . Como observa Carolyn Fick, "Camponeses e soldados negros na Revolução de Saint-Domingue: reações iniciais à liberdade na província do sul (1793-1794)", p. 225, o desejo de possuir terra era parte essencial da visão de liberdade do ex-escravo. Isto porque, sem terra, e a possibilidade de trabalhar para si mesmo e para sua família, a liberdade não era mais que uma abstração jurídica.

²¹ . Idem, *ibidem*, fl. 32.

²² . Idem, *ibidem*, fl. 25.

²³ . Sobre os escravos do Engenho Maracangalha, em 1872, ver APEB, *Inventários*, 1/95/137/1 (1871-1877), fls. 403-408.

²⁴ . APEB, *processos crimes*, 29/1032/04 (1888), fl. 89v.

²⁵ . APEB, *Registro de terras da freguesia do Monte (São Francisco do Conde)*, 4748 (1857-62), fls. 17 e 17v.

²⁶ . Sobre a biografia do conde de Passé, ver Antônio Bulcão Sobrinho, *Titulares bahianos*, pp. 137-38. Passé nasceu na vila de São Francisco do Conde, em 1793, e ao longo do século XIX foi personagem

importante dos principais acontecimentos políticos da Bahia, na Guerra de Independência, na repressão à Sabinada e na organização de combatentes para a Guerra do Paraguai. Ver também W. Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, pp. 509-510; este autor faz um relato sobre os últimos anos de vida do velho conde de Passé.

²⁷ . APEB, *Inventários*, 1/95/137/1 (1871-77). O visconde de Passe morreu com uma dívida de 605:377.330 reis junto a comerciantes e bancos da capital; entre os seus credores figuravam o barão de Pereira Marinho, rico comerciante de Salvador e fornecedor de capitais a senhores de engenho do Recôncavo.

²⁸ . Idem, *ibidem*, fl. 17.

²⁹ . A respeito do Barão de Moniz Aragão e outros senhores da Bahia, ver Antônio Bulcão Sobrinho, *Titulares bahianos*, p. 25. Segundo Carlos G. Rheingantz, *Titulares do Império*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960, p. 56, Moniz Aragão alcançou o baronato em 14 de agosto de 1877.

³⁰ . Sobre as estratégias de alianças familiares dos senhores de engenho, ver Kátia Mattoso, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, Bahia, Corrupio, 1988, pp. 139-158. Ver também, Stuart Schwartz, *Segredos internos*, p.229. Segundo este autor, as famílias Argolo, Moniz Barreto, Aragão, Bulcão, Rocha Pita e Vilas Boas eram ligadas por uma complexa trama de laços endogâmicos, de casamentos entre primos em várias gerações e de parentescos secundários selados nos batismos, crismas e casamentos.

³¹ . Observo que o barão de Cotegipe era proprietário dos engenhos Cabochi, Freguesia, Quibaca e Sapucaia. Maracangalha, Cassarangongo e Mataripe pertenciam a Moniz Aragão.

³² . IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873 A, pasta 142, de Moniz Aragão para Cotegipe, em 26 de novembro de 1878.

³³ . IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873 A, pasta 144, de Moniz Aragão para Cotegipe, Cassarangongo, 27 de novembro de 1878.

³⁴ . Idem, *ibidem*, carta de 27 de novembro de 1878.

³⁵ . Idem, *ibidem*, carta de 27 de novembro de 1878.

³⁶ . IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, *Correspondências*, de Moniz Aragão para Cotegipe, Bahia, 19 de maio de 1879.

³⁷ . Sobre estas informações veja IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873, pasta 147, de Moniz Aragão para Cotegipe, em 4 de agosto de 1880; ver também Lata 873 A, pasta 149, correspondência de 2 de abril de 1882.

³⁸ . IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873 A, pasta 152, de Moniz Aragão para Cotegipe, em 17 de julho de 1882.

³⁹ . Na verdade esta estratégia era antiga; S. Schwartz, *Segredos internos*, p. 134, observa que os engenhos baianos do século XVII já utilizavam escravos em ocupações de supervisão e observa que, ao longo do tempo, a tendência foi seu uso crescente.

⁴⁰ . IHGB, Coleção Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873 A, pasta 169, de Moniz Aragão para Cotegipe, Engenho Cassarangongo, 23 de outubro de 1883.

⁴¹ . IHGB, Coleção do Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873^A, pasta 170, de Moniz Aragão para Cotegipe, 7 de novembro de 1883.

⁴² . IHGB, Coleção do Barão de Cotegipe, *Correspondências*, Lata 873 A, pasta 199, de Moniz Aragão para Cotegipe, 3 de outubro de 1887.

⁴³ . Remeto o leitor ao quarto capítulo deste trabalho onde discuto e analiso as cartas do barão de Moniz Aragão, presidente da câmara de São Francisco, endereçadas ao presidente da província.

⁴⁴ . APEB, *Processos crimes*, 29/1032/04 (1888), fl. 56v.

⁴⁵ . Em São Domingos, a abolição da escravidão encorajou muitos libertos a expandirem as áreas dedicadas à subsistência, especialmente nas propriedades abandonadas pelos ex-senhores. Sobre isso ver Carolyn Fick, "Camponeses e soldados negros na Revolução de Saint-Domingue: reações iniciais à liberdade na província do sul (1793-1794)", in Frederick Krantz, *A outra história*, p. 218.

⁴⁶ . APEB, *Processos crimes*, 29/1032/04 (1888), fls. 71-71v.

⁴⁷ . APEB, *processos crimes*, 15/538/7 (1889), fl. 2.

⁴⁸ . APEB, *Processos crimes*, 18/646/05 (1888).

- ⁴⁹ . APEB, *Delegados*, 3003 (1887-1888), correspondência de Felipe Alvares da Paixão, subdelegado do distrito de Boa Vista, Canavieiras, para chefe de polícia, em 31 de maio de 1888.
- ⁵⁰ . L. Litwack, *Been in the storm*, p. 142, enfatiza este aspecto no Sul dos EUA.
- ⁵¹ . APEB, *Processos crimes*, 32/1152/14 (1889), fls. 1-38v.
- ⁵² . Sobre a importância do gado nos engenhos ver Gilberto Freyre, *Nordeste*, pp. 73-79. Segundo Freyre o escravo e o boi formaram o “alicerce da civilização do açúcar” no Nordeste. No Engenho Maracangalha os bois “mansos”, ou seja, os que eram empregados nos serviços dos engenhos, traziam nomes curiosos, muitos dos quais faziam alusão a personagens da história, nacionalidades ou traços do temperamento do animal. Vejamos: Dengoso, Fidalgo, Amorzinho, Soberano, Brasileiro, Francês, Marujo, Beija Damas, Benzinho, Namorado, Ajudante, Presumido, Tartaruga, Bonaparte, Labatut. Sobre isso ver APEB, *Inventários*, 1/93^A/133/1 (1877-1878), inventário do Conde de Passé, fl. 72.
- ⁵³ . APEB, *Processos crimes*, 15/538/2 (1889), fl. 6.
- ⁵⁴ . Idem, *ibidem*, 17v-19v.
- ⁵⁵ . Idem, *ibidem*, fl. 18.
- ⁵⁶ . Idem, *ibidem*, 21v.
- ⁵⁷ . APEB, *Subdelegados*, 6253 (1888-89), correspondência do subdelegado da freguesia de Passé, João Leôncio Ribeiro Sanches, em março de 1889.
- ⁵⁸ . APEB, *Processos crimes*, 15/538/2 (1889), fl. 21v.
- ⁵⁹ . APEB, *Processos crimes*, 15/538/2 (1889), fl. 24.
- ⁶⁰ . Idem, *ibidem*, fls. 24-24v.
- ⁶¹ . Idem, *ibidem*, fls. 25v-26.
- ⁶² . Idem, *ibidem*, fls. 20v-28.
- ⁶³ . O enterro simbólico com objetivos políticos de ridicularizar os superiores hierárquicos era parte das tradições de lutas populares na Bahia do século XIX. Sobre isso ver João Reis, *A morte é uma festa* São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 165-167.
- ⁶⁴ . Ferir ou matar animais estimados dos poderosos, foram formas de manifestar insatisfação ou vingar alguma injustiça sofrida por populares em diversos momentos e lugares. Robert Darnton, *O grande massacre de gatos*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. 131-132, mostra como tais ações serviram aos assalariados de uma tipografia francesa para atingir os patrões e expressarem suas insatisfações. Ver também E. P. Thompson, *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, sobre o abate clandestino de cervos nos parques reais ingleses no século XVIII. No mundo dos engenhos, a sabotagem da produção promovida por escravos poderia incluir o abate clandestino ou o ferimento do gado, especialmente aqueles destinados aos serviços. Sobre isso ver Dale Tomich, *Slavery in the circuit of sugar*, p. 252.
- ⁶⁵ . Ver Valdevino Neves Paiva, *Maracangalha*, p. 72.
- ⁶⁶ . APEB, *Processos crimes*, 15/538/2 (1889), fl. 27v.
- ⁶⁷ . Idem, *ibidem*, fls. 27v-28.
- ⁶⁸ . Ver ACMS, *Livro de registro de batizados da freguesia do Monte* (1879-1888), fls. 5 e 14. Em 24 de julho de 1880, foi batizada na capela do Engenho Cassarangongo, Mafalda, dois meses, cor cabra, filha de Angela, escrava do Engenho Maracangalha. Em 2 de setembro de 1882, batizou-se Cassimira, cinco meses, crioula.
- ⁶⁹ . APEB, *Processos crimes*, 15/538/2 (1889), fl. 17v.
- ⁷⁰ . Idem, *ibidem*, fl. 29v.
- ⁷¹ . Idem, *ibidem*, fl. 25v.
- ⁷² . Idem, *ibidem*, fl. 26.
- ⁷³ . APEB, *Avisos Recebidos do Ministério da Agricultura*, 783 (1888), fl. 89, correspondência do Ministério da Agricultura para presidente da província, em 15 de junho de 1888. Em anexo, telegrama do Juiz Comissário de Ilhéus, Teodoro Augusto Cardoso, enviado ao Ministério da Agricultura, em 24 de maio de 1888.
- ⁷⁴ . APEB, *Terras públicas*, 4847-1 (1840-1889), correspondência do inspetor especial interino de terras públicas para presidente da província, em 21 de janeiro de 1889.
- ⁷⁵ . APEB, *Processos crimes*, 25/885/7 (1888).

⁷⁶ . APEB, *Polícia-delegados*, 3003 (1887-89), correspondência do delegado da vila de São Francisco, Luís de Oliveira Mendes, para chefe de polícia, em 16 de junho de 1888.

⁷⁷ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 28 de março de 1889, p. 1, artigo intitulado “Assalto à propriedade”.

⁷⁸ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 6 de abril de 1889, p. 2, artigo intitulado “Um crime monstruoso”.

⁷⁹ . *Idem*, *ibidem*, o denunciante definiu aquela ação como atentado à liberdade e ao direito de propriedade. Afirmou também que as autoridades locais não fizeram corpo de delito nem abriram inquérito policial, isto porque o subdelegado era mandatário do crime e o delegado era parente dos mandantes.

⁸⁰ . Ver “Falla do Presidente da Província” (1889), p. 151. Segundo relato do presidente, foi concedido 400 mil contos de réis de empréstimo para estabelecimento do Engenho Central de Maracangalha com capacidade para moer diariamente trezentas toneladas de cana. Em 18 de janeiro de 1889, *Jornal de Notícias* informou que o barão de Moniz Aragão enviou à redação exemplares de contratos para fornecimento de canas ao Engenho Central Maracangalha que seria celebrado com lavradores da região que quisessem aderir ao empreendimento. Informava que havia 400 mil contos de capital para a ampliação do engenho, bastando que o interessados concorressem na entrada com 10 por cento daquele capital. Metade daquele capital seria aplicado na construção de uma linha férrea de 20 quilômetros até Catú. A produção seria consignada ao comerciante Manoel José Lopes Lisboa e Sobrinho, na cidade de Salvador.

⁸¹ . Ver Dale Tomich, *Slavery in the circuit of sugar*, p. 262.

CAPÍTULO VI

DEPOIS DA LIBERDADE: TENSÃO E CONFLITO NOS ENGENHOS DO RECÔNCAVO

Libertos e ex-senhores tinham percepções e expectativas diferentes acerca das relações a serem forjadas depois da abolição da escravatura. Essas diferenças marcaram as tensões e conflitos em torno da definição dos parâmetros das relações cotidianas no Recôncavo açucareiro, entre 1888 e 1889. Neste capítulo, veremos como os ex-escravos rechaçaram tanto a continuidade de ritmos de trabalho e formas de autoridade vigentes na velha ordem escravista, como buscaram criar condições para viver sem “sujeição”. Talvez por isso, a perda da propriedade escrava tenha causado menor impacto aos ex-senhores do que a impossibilidade de restabelecer antigas formas de controle sobre a população egressa da escravidão. Sem dúvida, o fim do cativo desencadeou transformações decisivas e irreversíveis nas relações cotidianas nos engenhos.

A abolição do cativo recolocou o problema da mão-de-obra no centro da discussão sobre o processo de “transição” para o trabalho livre no setor açucareiro. Segundo Barickman, ao longo da segunda metade do século XIX, “não se incorporou um contingente significativo de mão-de-obra livre à força de trabalho empregada nos engenhos dos distritos canavieiros mais tradicionais do Recôncavo” e, por isso

mesmo, a produção de açúcar continuou a se basear principalmente no braço escravo até as vésperas da abolição. Segundo aquele autor, a população livre foi capaz de se sustentar, com certa independência através da produção de fumo, café e farinha e, desta forma, pôde evitar o trabalho assalariado e semi-assalariado permanente nos canaviais e nos engenhos da região. Além disso, a economia oferecia a homens e mulheres livres e libertos, a maioria negra e mestiça, outras alternativas para o trabalho permanente nos canaviais. Podiam, por exemplo, empregar-se nas fábricas de Cachoeira, São Félix e Maragojipe ou na indústria têxtil que se desenvolveu na Bahia, na segunda metade do século. Devido a estas alternativas, os senhores de engenho não puderam contar com uma força de trabalho livre barata, segura e abundante antes de 1888. E por isso mesmo continuaram a depender do braço escravo até os últimos dias da escravidão¹.

Quando o governo imperial finalmente decretou a abolição definitiva, os senhores protestaram contra a lei, alegando que a mesma foi promulgada de forma precipitada e sem medidas coercitivas complementares que garantissem a obrigatoriedade da oferta de trabalho pelos libertos. Foi nesse contexto que setores ligados à produção açucareira trouxeram novamente à baila a questão da escassez de braços e a necessidade de imigração européia ou asiática. Inúmeros projetos de imigração foram propostos e defendidos por diversos setores da sociedade. Entretanto, muitos ex-senhores de escravos defenderam a utilização dos “braços nacionais” atrelada à adoção de leis punitivas da vadiagem. O certo é que os projetos de imigração não vingaram e os donos de engenho tiveram que recorrer à mão-de-obra nativa, a maior parte dela egressa da escravidão.

O fato de a maior parte dos braços da lavoura açucareira ter vivido a experiência da escravidão foi decisivo para definir os contornos das relações cotidianas que se formaram depois da abolição. As vivências no cativeiro serviram de parâmetros para os libertos definirem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, inclusive estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova condição. Foi nestes termos que os ex-escravos rejeitaram a continuidade de práticas ligadas ao passado escravista ou que ensejassem maior

controle sobre suas vidas. Ao reclamarem da “desorganização do trabalho” nos engenhos após a abolição, os ex-senhores estavam se referindo à recusa dos antigos cativos em se submeterem à velha disciplina, especialmente as longas jornadas de trabalho. Os ex-senhores acusaram os antigos cativos de recusarem a lida na lavoura ou trabalhar apenas o estritamente necessário à subsistência imediata. Mas o que para eles era inclinação à vadiagem, para os libertos era poder criar outras alternativas de subsistência dentro e fora do mundo dos engenhos. Foi em torno destas questões que antigos senhores e ex-escravos se defrontaram logo após a abolição.

Tensões e negociações

Os incidentes analisados nos dois capítulos anteriores mostraram que nos dias seguintes à lei Áurea, as relações entre ex-senhores e libertos ficaram bastante tensas nos engenhos do Recôncavo. Ambas as partes não entraram em acordo sobre as novas condições de trabalho que dali por diante norteariam as relações sociais cotidianas. Não foi pequeno o embaraço experimentado por muitos senhores ao se verem obrigados a negociar condições de trabalho livre com homens e mulheres que até então haviam lhes servido como escravos. Estes momentos decisivos marcariam para sempre as memórias das famílias dos antigos senhores de escravos. Rememorando passagens importantes da trajetória de sua família na cidade de Nazaré, Gastão Sampaio escreveu que, no dia da abolição,

Em meio aos festejos e muito foguetório, meu avô chamou os escravos pelo sininho do sobrado, a fim de que se reunissem em sua presença e lhes disse: ‘Todos estão livres e podem tomar o destino que melhor lhes aprouver, sem ressentimentos’. Imediatamente, os negros se reuniram na cozinha com Dona Sinhá, minha avó, a quem eles adoravam. Ela serviu de intermediária, pedindo ao marido que promovesse um meio dos negros ficarem, já que diziam ‘dali só por morte arredariam o pé’. Foi feita então uma das primeiras composições trabalhistas de Nazaré. Todos se transformaram em empregados e, de fato, só deixaram a casa por morte dos velhos².

O “sem ressentimentos” que aparece na fala do ex-senhor parece significar justamente o contrário. Vê-se, também, que o figurino paternalista fazia parte das expectativas senhoriais para encaminhar a passagem da escravidão ao trabalho livre. Até certo ponto, fazia parte das expectativas dos libertos, mas em outra direção. Em 23 de maio de 1888 (quarta-feira), *O Tempo* publicou uma notícia intitulada “Manifestação de apreço”, na qual informava que no sábado anterior, portanto seis dias depois da abolição, o barão de Belém, presidente da Câmara de Cachoeira, foi alvo de “esplêndida” manifestação de afeição dos ex-escravos do seu Engenho Calolé, situado na freguesia do Iguape. Segundo o articulista, os libertos dirigiram-se à residência do ex-senhor, cobriram-no de flores, confessaram-se agradecidos pelo “modo humanitário” como foram tratados durante o cativeiro e imploraram a graça de permanecer em sua companhia. Manifestações semelhantes foram noticiadas pelo referido jornal durante o mês de maio, certamente numa tentativa de mostrar que a conversão de escravos em trabalhadores livres poderia ser conduzida sem conturbação da ordem e sem ferir a autoridade dos donos de engenho da região.

O barão vestiu a máscara de magnanimidade. Após reconhecer a “sinceridade” das manifestações dos ex-cativos, disse que os aceitaria como seus trabalhadores desde que estivessem dispostos a trabalhar; “que somente a amizade e a gratidão que a eles devia, faziam com que continuasse naquele ramo de agricultura; que portanto se pretendião abandoná-lo para o futuro fossem francos consigo, porque iria adotar outro meio de vida; e se pelo contrário, estavam, como diziam, prontos a acompanhá-lo, ele entregava-lhes a sua propriedade com todos os seus pertences para trabalharem em comum, tomando para si somente uma parte módica dos resultados. Reconhecidos, aceitaram os libertos esta proposta e cada qual disputava a preferência em carregá-lo, testemunhando assim o entusiasmo e a gratidão de que se achavam possuídos os seus corações”. O articulista terminou entusiasticamente a notícia, informando que para a propriedade do barão de Belém estava afluindo grande número de libertos de outros engenhos e fazendas vizinhas³.

O antigo senhor esperava manter os ex-escravos nas propriedades através do que definia como “dívida de gratidão”. O que o articulista não percebeu e o barão também não entendeu que, ao manifestarem apreço, os libertos provavelmente estivessem utilizando o repertório simbólico do paternalismo para viabilizar suas próprias aspirações. Entretanto, a forma como os acontecimentos se precipitaram após a lei de 13 de maio e as expectativas dos libertos em relação à liberdade frustraram os planos senhoriais de conduzirem o processo através dos mecanismos tradicionais de controle da população recém-liberta. Dois meses depois da abolição, um jornal da capital, fazendo um balanço da situação da lavoura, constatou que até as vésperas do fim do cativeiro só restava à grande lavoura libertar os escravos e tentar “prendê-los pela gratidão aos serviços dos engenhos”, mas a abolição imediata havia frustrado aquele plano e o que se via era a mais “completa desorganização”⁴. À medida que os dias passavam, os jornais da capital e do interior da província foram dando mais espaço às queixas e contrariedades dos senhores de engenho. Estes protestaram abertamente contra a forma como o governo imperial vinha encaminhado o processo de “transição” para o trabalho livre. Para eles a lei de 13 de maio foi implementada de forma brusca e precipitada dando margem à insubordinação e à quebra da autoridade senhorial. Ademais, não se adotaram medidas legais que obrigassem os libertos a servi-los.

Em artigo publicado em 25 de julho de 1888, alguém que se assinou como *Epaminondas*, por certo um senhor de engenho da região, referindo-se aos últimos acontecimentos resultantes da lei de 13 de maio, escreveu:

Os engenhos e fazendas, onde se cultiva a pequena lavoura, acham-se quase todos paralisados pela ausência de trabalhadores libertos, que os abandonaram porque viam que o resultado de seu trabalho aí, mesmo em que existem ainda alguns libertos, que ligados pela gratidão aos seus ex-senhores não os quiseram desprezar, estão em completa inatividade, sem esperança de prosperarem pela desorganização e falta de constância no trabalho que nelas reinam, conseqüências aliás que poderiam ser prevenidas e evitadas pelos nossos legisladores que deveriam compreender que a ociosidade é um mal congênito com a natureza daqueles, que trabalharam obrigatoriamente.

Segundo o articulista, os libertos não queriam se submeter ao trabalho rural e abandonavam as propriedades porque os proprietários não podiam pagar salários diários, razão porque estavam afluindo para os centros urbanos para servirem de ganhadores, “profissão esta, cujos resultados sendo falíveis, torna-os ociosos e os faz premeditar os crimes contra a propriedade e a segurança individual”⁵. A “falta de constância no trabalho” mostra que os libertos que permaneceram nos engenhos estavam decididos a diminuir a carga de trabalho nas lavouras de cana. Demonstra também que os ex-escravos estavam utilizando o abandono, outrora considerado fuga, como recurso de pressão ante a resistência dos senhores em cederem às suas demandas, inclusive remunerá-los pelos serviços realizados.

Para termos uma idéia mais aproximada do que vinha ocorrendo no interior da grande lavoura açucareira, iremos acompanhar as correspondências que Aristides Novis manteve com o barão de Cotegipe, ao longo do ano de 1888. Novis era negociante conceituado na praça de Salvador e estava ligado à exportação de açúcar e como tal financiava as safras, emprestando dinheiro a grandes senhores de engenho do Recôncavo, entre eles Cotegipe. Na condição de correspondente, ele conhecia de perto a situação financeira da lavoura açucareira. Com o tempo, o negociante de açúcar tornou-se grande senhor de engenho e boa parte de suas propriedades rurais foi adquirida de senhores endividados⁶. Foi assim que se tornou dono dos engenhos Brito (Santo Amaro), Praia e Campina (Iguape). No ano da abolição, além de dirigir suas propriedades, Novis administrava pessoalmente o Engenho da Ponta, na freguesia do Iguape, pertencente ao velho tio, o barão de Santiago.

Depois da abolição, Novis foi obrigado a viajar pelas freguesias do Iguape e Rio Fundo para negociar condições de trabalho com os libertos das propriedades que possuía e administrava. Estas correspondências são privilegiadas, pois nos apresentam as impressões de alguém que estava envolvido diretamente nos primeiros entendimentos que se estabeleceram com os ex-escravos. Elas revelam em detalhes os pontos de tensão, desacordos e impasses que dividiam ex-senhores e libertos nos

momentos imediatos à abolição. Segundo disse em uma das cartas, a intenção da correspondência era por Cotegipe em dia das “nossas desgraças”.

Havia uma intenção clara de influenciar as posições de Cotegipe no parlamento brasileiro, especialmente com relação à indenização dos escravos libertos pela lei de 13 de maio. Não é por acaso que a maior parte da correspondência se debruçou sobre a situação crítica dos senhores com a falta de capitais, motivo forte para justificar a indenização. Neste ponto, ele falava tanto em nome dos interesses da classe dos senhores como dos comerciantes que haviam adiantado dinheiro a donos de engenho para a safra do ano seguinte. Novis defendia, também, a implementação de mecanismos de controle sobre a mão-de-obra egressa da escravidão, principalmente leis que obrigassem os libertos a se submeterem a contratos de trabalho.

Na avaliação de Novis, a manutenção da ordem nos engenhos começou a se complicar meses antes da abolição. Em 7 de março de 1888, ele escreveu ao barão de Cotegipe lamentando a queda dos preços do açúcar e das chuvas que caíam em pleno verão, impedindo a moagem. Não bastassem estes percalços, nos engenhos enfrentava o que definia como “má vontade dos escravos que não querem trabalhar, e há uma coralhada constante de fugas”⁷. Vê-se que os escravos já estavam se antecipando aos acontecimentos e rompendo os laços escravistas dois meses antes da decretação do fim do cativeiro.

No dia da promulgação da Lei Áurea, Aristides Novis achava-se na cidade do Salvador. Três dias depois, escreveu longa carta a Cotegipe, confidenciando suas preocupações com os últimos acontecimentos. Foi naquela carta que ele externou seus temores em relação aos festejos da abolição na capital, conforme vimos no quarto capítulo. Naquela ocasião, Novis confessou outras preocupações, entre as quais a viagem que em breve faria ao Recôncavo para negociar contratos de trabalho com os ex-escravos dos engenhos que administrava. “No sábado vou para o Iguape tractar com os libertos contractos de serviço, etc., etc., foi uma lei de afogadilho!! que pressa!”⁸.

A referência à “lei de afogadilho” mostra que era grande o embaraço do ex-senhor diante da necessidade de negociar condições de trabalho com os recém-libertos, especialmente porque, desde o início de 1888, eles vinham se recusando a trabalhar e muitos haviam fugido. A viagem inesperada mostra que a necessidade de entendimentos com os libertos era condição indispensável para a retomada das atividades produtivas nos engenhos. Aos olhos de Novis e de outros senhores, a liberdade imediata e incondicional teve o desconforto de colocar os libertos em posição de negociar e barganhar melhores condições de trabalho. Mas, como veremos a seguir, as expectativas dos libertos iam além da redefinição das relações de trabalho. A abolição havia recolocado no horizonte a possibilidade de alcançar novos espaços de autonomia e melhoria das condições de vida.

Em 18 de maio, às vésperas de seguir para o Iguape, Novis confidenciou a Cotegipe que se sentia num “completo desconhecido” diante do declínio acentuado dos preços do açúcar que variavam entre 1\$000 e 1\$200 réis a arroba, quantias insuficientes para estabelecer contratos de trabalho⁹. Dias depois, o próprio Novis percebeu que o problema era mais complexo e não se resumia apenas à escassez de capitais para remunerar os egressos da escravidão. Na correspondência de 30 de maio de 1888, depois dos primeiros contatos com os libertos, ele desabafou:

Eu vou bem de saúde graças a Deos, mal porém de tudo mais, e tendo andado depois do dia 13 de Maio em uma roda viva de viagens, ora no Iguape, ora em S. Amaro, e o resultado actualmente hé muito duvidoso, p. q. os libertos ainda estão com a cabeça exhaltada, e não entrão em combinação segura. No Iguape, nos engenhos do velho S. Thiago, nenhum abandonou, entabolei o seguinte negócio: elles ficariam todos como lavradores e quando o negócio precisasse do servisso d’elles se prestariam mediante salário de 500 réis diários (...). Repellirão formalmente as rações p. q. dizem elles q. era continuação de captiveiro – porém mandei dar alimentação aos velhos e ingênuos q. são órfãos – obrigando os trabalhadores a trabalharem na proporção de suas forças, digo-lhe francamente q. não tenho fé na constância deste trabalho¹⁰.

Percebe-se que a população egressa da escravidão procurou acionar politicamente suas prerrogativas de liberdade, rejeitando situações que julgavam incompatíveis com a nova condição. Novis duvidava dos resultados dos primeiros entendimentos, pois os ex-escravos estavam com as “cabeças exaltadas” e não entravam em combinação segura. Estas palavras merecem algumas considerações, já que expressões similares freqüentemente apareciam no discurso dos senhores de engenho para definir o estado de ânimo dos libertos. Elas significavam tanto a rejeição das condições colocadas pelos ex-senhores, como a firme decisão de repelir atitudes e práticas inerentes à ordem escravista recentemente extinta. Além disso, sugerem que as esperanças e aspirações dos libertos chocavam-se com as expectativas senhoriais de restabelecer o controle sobre os egressos da escravidão.

Desde então, a continuidade da distribuição das rações diárias tornou-se um ponto de tensão entre ex-escravos e antigos senhores. Segundo Schwartz, os métodos de manutenção dos cativos variavam muito nos engenhos coloniais. Havia propriedades em que os escravos dependiam exclusivamente, ou quase, da ração fornecida pelos senhores. Em outras, permitia-se que produzissem o próprio alimento, usando o tempo livre e os dias santos para cultivarem gêneros de subsistência na roças. Finalmente, outros engenhos usavam uma combinação desses dois métodos. A ração normalmente era escassa e os escravos eram obrigados a trabalhar dobrado domingos e feriados para diversificar seu alimento¹¹. R. Slenes mostra que durante a escravidão os cativos procuraram criar e ampliar alternativas para diversificar a dieta e depender menos do que lhes era fornecido pelos senhores¹².

Para aqueles ex-escravos, a continuidade do fornecimento da ração significava maior dependência em relação aos antigos senhores. Ao recusarem as rações diárias, eles queriam dizer que só trabalhariam mediante remuneração em dinheiro; talvez desta forma se sentissem mais próximos da condição de livres¹³. Além disso, o alimento que queriam levar para casa deveria ser da escolha deles e não dos ex-senhores. Vemos também que em algumas propriedades, os ex-escravos aparentemente concordaram em receber as rações diárias nos dias em que prestassem serviços nos engenhos, mas exigiram parte da semana para produzir a própria

alimentação nas roças. Em outras propriedades, os libertos receberiam a ração de costume combinada com pagamento em dinheiro. Ainda assim, estas diversas soluções senhoriais não eram suficientes para que os ex-escravos continuassem a prestar serviços nas lavouras de cana, tanto assim que:

Em Santo Amaro, em alguns engenhos elles ficarão mediante ração, dando 4 dias na semana para pagamento, e os outros 3 elles applicão em suas plantações, etc., etc. Nos engenhos do rio de Cotegipe tem sido maior a debandada. No Aratu, Mapelle, Freguesia, Ágoa Comprida, Engenho de Baixo, etc., etc., todos abandonarão o trabalho, em Jacaracanga estão trabalhando pela ração do costume e gratificação de 200 réis diários conforme eu aconselhei, porém me consta por carta q. recebi hoje do Chiquinho da Freguesia, que estão muito vagarosos, e ameação não continuarem¹⁴.

Devo salientar que em meio ao esforço por estabelecer novas relações com seus senhores, os ex-escravos estavam também brigando pela manutenção de determinadas garantias e que os senhores pretendiam se desvencilhar em nome dos “ditames” do trabalho livre. Em 21 de maio de 1888, o feitor do Engenho Freguesia informou que no tempo do cativo, quando os escravos adoeciam, lhes eram concedidos três ou quatro dias de folga e a “ração de domingo”. Depois do 13 de maio eles continuaram a pedir auxílios, justificando que era pouco o dinheiro que recebiam. Segundo o feitor esta era uma forma refinada de roubo¹⁵.

Vemos que as propostas apresentadas por Novis variavam bastante, em algumas contemplavam o acesso às roças. No entanto, em contrapartida à concessão de lotes de terras, exigia-se que os mesmos prestassem serviços nos canaviais sob condições diversas. Nos engenhos do Iguape, os libertos deveriam trabalhar em lavouras próprias com a obrigação de prestarem serviços mediante a diária de 500 réis. Nos engenhos de Santo Amaro, os libertos dispunham de três dias na semana para cuidarem de suas roças e trabalhariam nos quatro restantes, o que significava trabalhar sábados e domingos para obterem algum ganho de sua própria lavoura. No caso do Engenho Jacaracanga, pertencente ao barão de Cotegipe, deveriam trabalhar com ração diária e gratificação de 200 réis por dia, conforme sugestão de Novis. Os

impasses devem ter surgido no momento de definir o tempo dedicado à lavoura do ex-senhor e o tempo dedicado às roças.

Os libertos reagiram de diversas formas para manifestar insatisfação com as propostas apresentadas pelos ex-senhores e demonstrar o quanto estavam distantes das suas demandas e expectativas. Em algumas propriedades mostraram-se “muito vagarosos”, ameaçando paralisar; em outras abandonaram completamente o trabalho. Vê-se que os libertos estavam recorrendo a antigas formas de pressão contra seus ex-senhores, o que agora era chamado de abandono nada mais era que as antigas fugas.

Em 20 de junho, Novis voltou a escrever sobre a crítica situação no Iguape. “O serviço está em geral desorganizado, os lavradores q. dispõem de recursos estão mais ou menos trabalhando, porém a maior parte dos engenhos estão inteiramente parados”. Para Novis, o grande problema dos senhores, para superarem os impasses, residia na falta de capitais para remunerar os libertos. Nessa missiva ele não escondeu a indignação com a atitude de Inocêncio Góes, membro de uma das famílias mais tradicionais de senhores de engenho, que havia distribuído um impresso contrário à indenização. Novis reiterou a defesa da indenização, pois a maior parte dos donos de engenho estava na penúria, inclusive o barão de Camaçari, que ficou sem “gente”. Esperava ele que a indenização pudesse fornecer capitais necessários para iniciar a próxima safra. Novis falava também como comerciante interessado em reaver os capitais emprestados a senhores falidos¹⁶.

Se apenas os que tinham capitais estavam “mais ou menos” trabalhando é porque, em parte, tiveram que atender a uma exigência básica dos libertos, a de ser remunerado em dinheiro pelos serviços prestados. Os libertos se recusaram a trabalhar sem remuneração, pois entendiam ser “continuação do cativo”. Na carta de 11 de julho, Novis mal escondeu o nervosismo ao dizer: “Tenho me visto em apuros, esses recursos para adiantar dinheiro aos proprietários para salários de trabalhadores, etc., etc., estes a me pedirem, os bancos inteiramente exaustos e retrahidos, faça idéia que posição afflictiva! Os meos devedores a verem entregar-me os engenhos, uma vez que não têm recursos para trabalharem etc., etc., -- enfim se não tivermos bancos e indemnização estamos perdidos”. Logo em seguida

completava: “A desorganização do serviço hé geral, não há trabalho algum nos engenhos – só querem dinheiro e quando muito trabalhão 3 dias da semana q. hé a conta q. dá para comprarem carne e farinha”¹⁷.

O grande interesse manifestado pelos libertos para serem remunerados em dinheiro certamente estava ligado às expectativas de ampliarem o leque de possibilidades de escolha na vida cotidiana. Por exemplo, ter dinheiro na algibeira poderia significar maior liberdade para escolher o que levariam para consumir na dieta do dia-a-dia ou comprar passagem de trem ou vapor para seguirem para outra localidade.

Além de remuneração em dinheiro, os libertos queriam margem maior de “tempo livre”. Desde a escravidão, a luta pelo controle do tempo de trabalho foi um campo de conflitos no qual os cativos contestavam as condições de dominação e exploração. Para o escravo, o tempo livre representava um espaço social a ser protegido e, se possível, expandido¹⁸. A tensão existente no tempo do cativo entre senhores, que queriam extrair maior quantidade de trabalho possível, e os escravos, que almejavam ampliação das margens de tempo livre, projetou-se com toda força nos primeiros dias de liberdade¹⁹.

Durante a escravidão, o cativo era obrigado a trabalhar durante os cinco dias úteis da semana, dispondo apenas do sábado, domingo e, eventualmente, os dias santos para se dedicarem às suas próprias atividades. Apenas, através das fugas, da sabotagem ou de outros artificios cotidianos, os escravos poderiam apropriar-se de algumas horas ou dias que pertenciam ao senhor. A referência aos três dias de trabalho demonstra que, depois da abolição, os ex-escravos vinham tentando redefinir esta repartição semanal dos trabalhos nos engenhos. Esse talvez fosse o ponto mais sensível das negociações ocorridas nos engenhos. Foi por isso que Novis e os demais senhores de engenho queixaram-se da insistência dos libertos em trabalharem apenas o suficiente para a aquisição dos gêneros básicos de subsistência. Na perspectiva dos ex-escravos, a subtração de alguns dias de trabalho nas lavouras de cana era a possibilidade de alargar o tempo dedicado às suas próprias plantações ou mesmo abrir

outras alternativas de subsistência fora dos engenhos. Trabalhar menos na grande lavoura de cana era um imperativo da nova condição de liberdade.

O final de agosto anunciava o começo da moagem, o período de mais intensa atividade nos engenhos. Porém nosso correspondente não acreditava na possibilidade de poder contar com os libertos, “porque se para limpas e plantações elles só querem trabalhar 3 dias na semana, isto é a conta de comprarem um pouco de carne e farinha, agora que o serviço torna-se mais duro e exige mais assiduidade, elles se prestariam? Este é o grande problema a resolver”²⁰.

Deve-se ressaltar que o trabalho das “limpas” ou mondadura correspondia à retirada periódica das ervas que cresciam nos canaviais. Era trabalho cansativo e ocupava os trabalhadores durante todo o período que antecedia a safra. Dos serviços da lavoura, era o menos pesado, porém o mais desagradável. Durante a escravidão, os trabalhadores eram obrigados a realizar aquele serviço, ao longo de todo ano, inclusive nos intervalos de outras atividades. Ao contrário de outros serviços realizados nos engenhos, distribuídos na base de cotas ou tarefas, a “limpa” era uma operação ininterrupta, de sol a sol²¹. A disposição de reduzir os dias de trabalho chocava-se com as exigências desta atividade nas lavouras de cana.

A moagem começava entre agosto e setembro e se estendia até março do ano seguinte. Era o período de mais intensa atividade nos engenhos. Ao longo daqueles meses, a cana era cortada, transportada para o engenho, moída e o açúcar, fabricado. Na temporada de colheita e fabrico, o trabalho era ininterrupto e, conforme a necessidade, as atividades poderiam se estender até à noite. Normalmente a moenda operava por dezoito ou vinte horas para garantir a continuidade do processo de fabricação do açúcar. Além de requerer o máximo de produtividade dos trabalhadores, a moagem exigia coordenação entre o corte, moagem da cana e operações de fabrico do açúcar²². Naquele período nitidamente se consubstanciava a submissão do trabalhador ao ritmo implacável da produção. Nas poucas horas de folga, os escravos tentavam dormir ou procuravam alimentos. Pelo que afirmou Novis, após a abolição, os libertos estavam se negando a cumprir as extensas jornadas de trabalho durante a moagem.

Em pleno período de moagem, a maior parte dos engenhos do Recôncavo continuava parada, cercas danificadas, gado invadindo os canaviais, libertos roubando o gado das propriedades e vendendo-os nas feiras. Na vila de São Francisco, só três engenhos estavam em atividade; nos demais os libertos estavam de “braços cruzados”. No Iguape e em Santo Amaro, as atividades estavam completamente paralisadas. Na freguesia de Bom Jardim, “os libertos abandonão as cannas e só querem plantar fumo e mandioca”. Portanto, a recusa em trabalhar nos engenhos poderia estar vinculada às pretensões dos ex-escravos de abrirem outras alternativas de sobrevivência. Observo também que o período de colheita nas lavouras de fumo ocorria justamente entre os meses de setembro e julho do ano seguinte, justamente o período de mais intensa atividade nos engenhos²³. Por certo, os libertos que tinham acesso às roças estavam determinados a trabalhar mais intensivamente em suas próprias plantações de fumo e mandioca em detrimento da lavoura de cana.

Até o final do ano de 1888, o comendador Novis não havia encontrado solução satisfatória para superação dos impasses nos entendimentos com os ex-escravos residentes nos engenhos sob seu domínio. Em 6 de outubro de 1888, ele escreveu:

Por aqui vamos da peor forma, nada se tem feito!!! Principiou a época da moagem e os engenhos estão parados na maior parte!! Os libertos não se prestão a este serviço, e nem de outro engenho q. está trabalhando hé mançamente, e aturando-se as maiores exigências, trabalhando a metade do q. hé costume porque assim q. dá 3 horas da tarde querem parar, porque dizem que o serviço não deve entrar pela noite²⁴.

Nessa carta, Novis queixou-se da intensificação dos roubos nas propriedades. Segundo ele:

A rapinagem vai se desenvolvendo em grande escala! E sem providência alguma das autoridades!! Os cavalos são roubados das propriedades sem o menor embaraço! Os bois são roubados e conduzidos para as feiras, ainda hontem tive notícia que levarão 4 cavalos do Engenho Guayba do Barão de São Francisco, 2 do seo filho, e 2 reses do Engenho Britto!! Já estão atacando e arrombando as casas de morar e fizeram isto no Engenho d'Ágoa do mesmo Barão e levarão louça, etc., etc., e também no engenho do Barão de Sauhype²⁵.

Verificamos, mais uma vez, que os supostos roubos reaparecem aqui como parte das tensões entre libertos e ex-senhores. Na economia rural, o gado era importante bem de troca e também de remuneração por serviços prestados. Tudo indica que os supostos roubos foram para os libertos uma forma de imporem remuneração “justa” sobre serviços prestados nos engenhos, principalmente numa conjuntura em que os donos de engenho se ressentiam da falta de capitais. Novis mostrou-se surpreso com a naturalidade demonstrada pelos libertos ao comparecerem em pleno dia às feiras próximas aos engenhos. Segundo ele, o “arrojo dos ladrões chega ao ponto de contratarem e vender animais ainda em casa dos seos donos, fazem o preço e vão roubar ao depois”²⁶. Assustava também as invasões às casas-grandes, os símbolos maiores do poder senhorial. Pelo que disse Novis, os libertos estavam levando das casas-grandes apenas objetos de uso cotidiano, especialmente as estimadas louças. O que os senhores consideravam “rapinagem”, para os libertos era remuneração por serviços prestados.

Em várias partes do Recôncavo, os impasses entre donos de engenho e ex-escravos desaguaram em sérios conflitos. Em 1º de agosto de 1888, *O Tempo* publicou um artigo, avaliando a situação da lavoura no município de Cachoeira. “É desesperador o estado atual de cousas. Os agricultores estão vendo as suas propriedades desertas, os seus campos sem cultura, por não encontrarem pessoas para este gênero de trabalho. Estamos em mais de meio da estação adequada para as plantações e não há um só proprietário que tenha nesta época plantado a terça parte

do que em anos anteriores já o teria. O desânimo vai-se apoderando de todos, e a conseqüência que prevemos, a julgarmos pelas freguesias componentes deste distrito, é uma horrorosa calamidade para o país, se imediatamente não se puser um paradeiro à marcha fatal de tão funestos acontecimentos”.

Sobre as tentativas frustradas de negociação dos senhores com os ex-escravos informava:

Não há convenção alguma a respeito do trabalho que possa ser aceita pelos libertos como vantajosa e agradável; e ainda mesmo que tenham a princípio adotado alguma, proposta pelos seus ex-senhores, rescindem-na sem prestarem satisfações, ou não a cumprem, porque não havendo lei em execução que estabeleça garantia a locação de serviços não há para eles obrigatoriedade. Há uma cousa só em que eles crêem e que querem: é o trabalho assalariado; mas este presentemente é uma utopia, principalmente nas lavouras deste distrito²⁷.

Na carta de 6 de outubro, Novis informou que alguns senhores suspenderam as atividades de moagem para não terem que se defrontar com as exigências dos libertos. “Alguns proprietários mandarão acudir as caldeiras para moer, e d’ahi a pouco retirarão o combustível para que não appareça gente para o serviço, não obstante pagarem pontualmente!!! Veja V. Ex^a que estado deplorável!!!”²⁸. Fica claro aqui que a suspensão das atividades de moagem foi o recurso utilizado por alguns senhores de engenho para não negociar ou ceder às demandas dos libertos. Um senhor que abria mão dos serviços dos ex-escravos podia sentir-se desobrigado de dar-lhes morada ou ceder-lhes terras para roças. A paralisação das atividades nos engenhos podia significar a quebra de obrigações antigas que norteavam as relações entre donos da terra e moradores.

Em 19 de dezembro de 1888, *O Tempo* noticiou uma rebelião de ex-escravos num engenho da povoação de São Félix. Segundo aquele jornal, depois da abolição, “os libertos ingratos em sua maioria, que, por se julgarem livres, já pensam que se devem declarar isentos do trabalho contratado, revoltaram-se em diversos pontos deste país, despertando com esse procedimento repulsivo e mesquinho a indignação e

o pasmo de todos”. O “grito de revolta” chegou ao Engenho Natividade, propriedade do coronel Francisco Vieira Tosta. O noticiário não entra em detalhes sobre os motivos do conflito, mas tudo indica que os libertos rejeitavam condições de trabalho que inviabilizavam a possibilidade de autonomia. É notável como o informante, manejando noções paternalistas de “ingratidão”, descreve o comportamento dos libertos:

(...) os trabalhadores que há pouco tempo por graça da lei deixaram o eito em que se revolviam quais uns vermes acoutados pela dureza dum destino infecundo. Mal agradecidos à bondade e à tolerância, Sr. Coronel Vieira Tosta com relação à negligência e o mau gosto com que tem, na qualidade de fâmulos contratados, arroteado os terrenos de sua propriedade, hoje armou-se contra o único benfeitor que os tem acolhido com reconhecida generosidade, dando com essas cenas aos outros libertos um exemplo de incomparável corrupção²⁹.

Segundo o noticiário, Vieira Tosta imediatamente comunicou ao delegado da cidade, mas antes da chegada da força policial, os “sediciosos” fugiram.

Além disso, muitos ex-senhores expulsaram de suas terras libertos acusados de cometer atos de insubordinação e “ingratidão” nos dias que se seguiram à abolição. Houve senhores que estavam adotando medidas drásticas para pressionar os ex-escravos “insubordinados” a se submeterem às velhas formas de “sujeição”, privando-os de antigos direitos de acesso às roças.

Trabalho e cotidiano no pós-abolição

Assim, a despeito da intensificação das tensões, da seca, da perda da capacidade produtiva e da difícil conjuntura econômica, a maioria dos engenhos continuou a operar durante os tensos anos de 1888 e 1889, embora não repetissem o

mesmo desempenho de anos anteriores. As relações cotidianas de trabalho que se estabeleceram nesse período conturbado são fundamentais para entendermos de que maneira os ex-escravos ainda se relacionavam com as atividades açucareiras. Demonstraremos, mais adiante, que a experiência da escravidão e as expectativas de liberdade foram decisivas para os libertos definirem os limites do que julgavam condizente com a nova condição.

Segundo Wanderley Pinho, os senhores de engenho nunca foram amigos de escriturações e muito menos de arquivar folhas de pagamentos e anotações concernentes às safras. Muitos deles preferiam confiar à memória os dados referentes a preços, regularidade das estações, bons ou maus resultados da moagem. Infelizmente, foram poucos os livros de escrituração dos engenhos que sobreviveram ao tempo. Por sorte, escapou um livro “borrador” do Engenho Freguesia, contendo anotações feitas pelo seu administrador, entre 1889 e 1901³⁰. As informações contidas neste livro abrem perspectivas interessantes para entendermos de que maneira os trabalhadores egressos do cativo se inseriram na vida produtiva do engenho após a abolição.

O Engenho Freguesia pertencia ao barão de Cotegipe e localizava-se na freguesia de Matoim, termo da vila de São Francisco do Conde. Esta propriedade foi inclusive visitada por Aristides Novis nas andanças que fez pelo Recôncavo depois da lei de 13 de maio. Pelas informações daquele correspondente, o Freguesia não ficou imune aos conflitos que se seguiram à abolição, pois ali muitos libertos “abandonarão o trabalho”³¹. Porém, examinando as anotações do administrador para as safras de 1889 e 1899 percebe-se que, ao longo desse tempo, o engenho não interrompeu suas atividades, embora sejam visíveis os sinais de crise e modificações que ocorreram em consequência do fim do cativo. As anotações referentes às safras trazem inúmeras informações sobre o cotidiano da plantação, limpeza dos campos, moagem, transporte do açúcar e, o mais importante, remuneração dos trabalhadores recém-libertos.

Dos 74 escravos residentes ali, em 1887, pelo menos 16 aparecem nas folhas de pagamento como trabalhadores livres do engenho, alguns meses depois da abolição. As folhas de pagamento trazem informações detalhadas os serviços de

manutenção da propriedade, reparo no telhado e limpeza da casa-grande, conserto das cercas, lavagem do saveiro, fornecimento de lenha, e assim por diante. Para essas atividades, o administrador registrou o nome do trabalhador, o serviço realizado e o valor da remuneração. Infelizmente, não repetiu o mesmo procedimento em relação aos que trabalharam nos serviços de plantação e corte de cana, setor produtivo que mobilizava a maior parte dos ex-escravos. Por exemplo, em 26 de agosto de 1889, ele anotou apenas: “os pretos do Caboclo, 3 tarefas e 10 braças de cana grande”. A referência a “pretos” demonstra que se tratava de trabalhadores recentemente egressos da escravidão.

No entanto os registros oferecem indícios reveladores das formas de remuneração adotadas no engenho. Na folha de pagamentos de 1889, alguns trabalhadores especializados eram remunerados por dia ou por mês de trabalho, mas a maioria recebia “por tarefa”, ou seja, o senhor determinava o serviço e negociava com o liberto o valor a ser pago. Assim, em 19 de maio daquele ano, os ex-escravos Atanásio e Cláudio receberam 1\$500 réis cada “por lavar o saveiro”. Em 20 de junho, pagou-se a 23 “pessas” para “coivarar” quatro tarefas de capim; na mesma data, pagou-se a 42 “pessas” para cortar sementes. As referências às “pessas” e, mais atrás, a “pretos”, demonstram que o administrador ainda não havia abandonado a terminologia vigente durante a escravidão quando se referia aos trabalhadores do eito. Em abril, a ex-escrava Marcelina foi remunerada por coser 89 sacos de açúcar; Samuel por carregar 4 carros de lenha. Naquele mesmo mês fixou em 6\$000 réis a tarefa roçada com enxada; Martiliano recebeu 25\$500 por ter roçado pouco mais de quatro tarefas no “taboleiro pequeno”³².

Vê-se que o pagamento aos libertos baseava-se nas formas de remuneração do trabalho livre vigentes durante a escravidão. Sabe-se que nos engenhos coloniais costumava-se pagar o trabalhador livre por tarefa ou por dias trabalhados. Os senhores remuneravam pelo corte de tantos tabuleiros de cana, ou pelo plantio de tantas tarefas de terras³³. Segundo B. Barickman, os trabalhadores livres especializados, carpinteiros, costureiras, ferreiros, marceneiros e outros artesãos costumavam receber por tarefa ou pelo número de dias trabalhados. Para

trabalhadores no corte de cana pagava-se salário diário ou pela quantidade de cana cortada. Essas duas formas de remuneração permaneceram no pós-abolição e, por certo, foram bem aceitas pelos libertos por serem em dinheiro.

Acompanhado a contabilidade do Engenho Freguesia, entre 1889 e 1898, foi possível verificar que, ao longo daquele período, alguns ex-escravos ainda figuravam nas listas de trabalhadores daquela propriedade. O que ocorreu no Freguesia não foi um fenômeno isolado. Vendo as folhas de pagamentos dos trabalhadores do Engenho Benfica, feitas em 1913, e comparando com a lista de escravos de 1886, percebe-se que alguns ex-escravos ainda permaneciam na propriedade. Na relação dos que recebiam pagamentos semanais, vê-se os nomes de José Quirino, Tertuliano, José de Santana, José Banha, Lourenço, José Batista, Alexandre, Rufino, Salu, Paulinho de Jesus, José Vitorino, Felipe Santiago e Zacarias, todos ex-escravos do falecido conde de Subaé. Exceto José Vitorino, que exercia a profissão de carpina, todos trabalhavam no plantio de cana, milho, fumo, capim, reparando as cercas e cuidando do gado³⁴.

É preciso lembrar que a população que emergiu da escravidão era bastante diferenciada internamente. A posse de alguns bens, o direito de acesso à terra, o domínio de uma profissão especializada, a posição de feitor de serviço, estabeleceram algumas diferenças dentro do contingente escravo, definiu escolhas e poder de barganha frente aos ex-senhores. Por certo, os trabalhadores especializados, sobretudo os que trabalhavam nas moendas e no fabrico do açúcar, tinham maiores condições de barganhar o acesso a bens e recursos dentro dos engenhos do que os demais trabalhadores. Essas diferenciações interferiram também nas trajetórias de vida. Para os que tinham acesso à terra talvez fosse mais interessante permanecer nos engenhos e lutar para assegurar direitos que duramente acumularam ao longo da vida cativa ou negociar com os antigos senhores o acesso a outros recursos.

Para manter os trabalhadores oriundos da escravidão, os senhores de engenho lançaram mão de diversas estratégias. Escrevendo sobre as relações que se instauraram no Recôncavo após a abolição, Maurício Lamberg afirmou que muitos senhores de terras buscaram atrair lavradores, muitos deles antigos escravos, concedendo um pedaço de terra para cultivarem cana, que deveria ser moída no

engenho e o produto dividido entre ambos³⁵. Segundo o viajante alemão, após o fim do cativo, apareceu uma classe de pequenos lavradores, em parte formada pelos antigos escravos dos engenhos. Não eram proprietários e, sim, “colonos” que repartiam a produção com os ex-senhores. Além disso, tinham acesso a lotes de terras para plantarem gêneros para consumo próprio, assim como algumas cabeças de gado criadas no pasto comum. Observou ainda que diante da crise da lavoura canavieira muitos senhores deixaram de plantar cana e passaram a sobreviver da renda que lhes davam esses colonos. Segundo Lamberg, havia propriedades em que este sistema não vinha dando resultados esperados, pois entre outros motivos, havia desconfiança dos “pretos” em relação aos fazendeiros, “outrora seus senhores e amos”³⁶. A “desconfiança dos pretos” em relação aos ex-senhores identificada pelo viajante alemão demonstra que a experiência pregressa da escravidão esteve presente nas relações estabelecidas depois do fim do cativo.

O inspetor de terras refere-se a senhores que estavam concedendo pequenas parcelas de terras para libertos plantarem gêneros de sua própria subsistência em troca de trabalho nas lavouras de cana. Outros que estavam estabelecendo um sistema de parceria com os ex-cativos. Além de terras, os ex-senhores ofereceram outros incentivos materiais. Em 15 de janeiro de 1895, um jornal da capital anunciava que os proprietários do Engenho São Paulo, na vila de São Francisco do Conde, estavam fornecendo “gratuitamente” arados e gado para lavradores que se estabelecessem na propriedade³⁷.

Sabe-se que a prática do arrendamento foi muito comum no Recôncavo até meados do século XX. Os senhores concediam o usufruto de um pedaço de terra em que o rendeiro cultivava gêneros de subsistência ou criava animais. Parte do excedente produzido poderia ser vendido nas feiras locais. O rendeiro podia plantar também gêneros de exportação, fumo ou cana, mas em contrapartida pagava a ocupação da terra com dinheiro ou trabalho semanal nas grandes propriedades. O pagamento em forma de trabalho era chamado de “pagar renda”, e a quantidade de dias da semana que por obrigação prestava nas terras do senhor variava bastante³⁸. No período de crise da lavoura açucareira, o arrendamento das terras tornou-se fonte de

renda adicional para muitos ex-senhores de escravos. Na caderneta de anotações de Pinho Júnior, dono do Engenho Benfica, vê-se, por exemplo, que em abril de 1911, ele recebeu 270.000 réis pelas “rendas das terras do Paço da Pedra”, onde havia terras arrendadas para plantio de fumo³⁹.

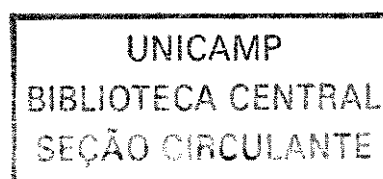
Além da política senhorial de formar dependentes, os ex-escravos poderiam negociar com os ex-senhores condições de moradia dentro dos antigos engenhos. A condição de “morador” abrigava uma variedade grande de relações de trabalho. Comumente o morador era aquele trabalhador que fixava residência no engenho com a condição de prestar serviços na lavoura de cana em alguns dias da semana. Muitos tinham acesso a lotes de terra em que plantavam a própria subsistência. Outros que cultivavam pequenas parcelas e pagavam o arrendamento em dinheiro. Estes talvez tivessem maior independência em relação aos donos das terras e por isso procuravam se diferenciar dos demais se nomeando “roceiros”. Possivelmente, os engenhos estivessem operando com “trabalhadores alugados” que permaneciam nos engenhos apenas durante o período que cumpriam suas tarefas. É possível que a maioria dos escravos do serviço de enxada tenham se transformado em alugados.

A concessão de incentivos positivos foi imperativa para manter nas propriedades libertos que tinham profissões especializadas ou os domésticos. Foi a incerteza de continuar a contar com o serviço dos ex-escravos domésticos que, ao escrever seu testamento em 8 de junho de 1888, o conde de Subaé, proprietário do Engenho Benfica, deixou diversas quantias em dinheiro para seis de seus “fâmulos”, Benedito Borges Moreira; José pardo “meo companheiro de viagem”, Fernando cozinheiro, Rufina, ajudante de cozinheiro e ao “distinto” Jacob, africano, “como gratidão ao bom tratamento que me dispensarão”. Mas condicionou a concessão do legado à obrigação de permanecerem “em m^a companhia ao tempo do meo falecimento”⁴⁰. É possível que libertos ligados a setores produtivos importantes fossem agraciados com incentivos monetários e mesmo acesso a determinados recursos das propriedades. Ex-escravos que tinham funções de mando dentro do engenho receberam algumas concessões. Lembro aqui do cavalo com que o barão de Moniz Aragão “presenteou” o feitor Latino logo depois da abolição.

No entanto, observa-se que os libertos e descendentes que permaneceram ligados à grande lavoura de cana buscaram alterar a relação com os antigos senhores. A ampliação do “tempo para si” através da redução das horas de trabalho nos canaviais, o cultivo de roças e a venda do excedente nas feiras locais, a recusa em receber as rações diárias, a liberdade de circular e vender a força de trabalho em outras propriedades, foram algumas condições impostas pelos libertos. Em torno destas questões, antigos escravos e ex-senhores se confrontaram no pós-abolição.

Em 4 de junho de 1893, o velho Araújo Pinho informou ao filho que esteve durante toda a semana no seu Engenho Benfica “pondo as cousas em melhor ordem”. Na ocasião confidenciou: “Hoje o trabalho colectivo nas propriedades agrícolas exige da parte da administração um prodígio de paciência e de outras raras qualidades”⁴¹. Araújo Pinho não esclarece o que seriam as “raras qualidades” nem os motivos que tornaram o “trabalho coletivo” nos engenhos algo tão complicado. Porém as informações contidas nas correspondências do administrador do seu Engenho Benfica nos oferecem informações valiosas para vislumbrarmos alguns pontos de tensão nas relações entre senhores de engenho e os ex-escravos ou seus descendentes. As demandas e expectativas dos libertos continuaram a repercutir nas relações cotidianas dentro dos engenhos muitos anos depois de abolida a escravidão.

No final da década de 1910, quando o filho do velho Araújo Pinho finalmente assumiu a direção do Engenho Benfica, possivelmente defrontou-se com o que o pai definia como dificuldades do “trabalho coletivo nas propriedades agrícolas”. Em 12 de julho de 1927, o administrador tentou justificar a não conclusão dos trabalhos da cerca do quintal da casa-grande dizendo que “o pessoal com a plantação de fumo não quer trabalhar, mandei chamar mais umas pessoas no Passo da Pedra que se fez um pouco dela esta semana passada”. Na semana seguinte, o administrador informou: “pouco se trabalhou, os trabalhadores com a plantação de fumo, chama-se para trabalhar não querem. V. Ex^a deveria aparecer em breve porque está fazendo falta por cá”. Entrou agosto e os tormentos do administrador continuaram: “o pessoal com o resto das plantações de fumo ainda estão custosos a trabalhar”⁴².



Vê-se que o administrador não conseguia mobilizar os moradores para as atividades regulares do engenho em função dos preços mais atraentes do fumo. A referência reiterada ao “pessoal” mostra que os trabalhadores egressos da escravidão tinham na mobilização coletiva o principal trunfo para negociar com os senhores e administradores. Talvez por conta disso, tenham inibido o exercício da violência nas relações cotidianas de trabalho, tanto assim que incapaz de convencer os trabalhadores a comparecerem ao serviço, o administrador se viu obrigado a apelar à autoridade moral do patrão⁴³.

Alguns ex-escravos conseguiram ampliar as alternativas de cultivo das roças, plantando inclusive gêneros de exportação como o fumo⁴⁴. Possivelmente, cresceram as velhas tensões entre a grande lavoura canavieira de exportação e a “economia interna” dos ex-escravos. A colheita do tabaco normalmente era feita ao longo de todo ano o que freqüentemente causava transtornos aos senhores nas conjunturas em que os preços do fumo eram mais atraentes ou havia grande demanda pelas indústrias fumageiras locais⁴⁵. A preocupação do administrador do Benfica mostra como as atividades autônomas dos ex-escravos podiam colidir com os interesses dos antigos senhores. Assim, os períodos de alta dos preços do fumo ou da mandioca podiam determinar a oferta de trabalho nos canaviais.

Daí que a mobilização de trabalhadores para o trabalho no eito exigia negociação permanente para conciliar as necessidades dos engenhos com as atividades alternativas dos ex-escravos e seus descendentes. Além disso, era preciso negociar com os trabalhadores a remuneração dos serviços nas propriedades. Em 15 de julho de 1930, o administrador José Antônio de Santana informou que “o pessoal estão mal satisfeito com o preço que fiz de nove mil réis a tarefa [de pasto] nos lugares mais fechados”⁴⁶. A possibilidade de maiores ganhos na plantação de fumo talvez tenha dificultado a mobilização dos trabalhadores. Em 29 de julho de 1930, o administrador informou que: “Os trabalhos da roçagem está um pouco atrasado, o pessoal com a plantação de fumo não tem aparecido. No início do mês seguinte, voltou a informar que “a roçagem vai indo um pouco atrasada porque o pessoal estão cuidando com os restos das plantações de fumo”⁴⁷.

Além disso, os ex-escravos e seus descendentes mostraram habilidade política para negociar ou tirar proveito da nova condição barganhando melhor remuneração. Em 1º de fevereiro de 1928, o administrador do Benfica informava que continuava o corte de cana, mas os trabalhos do pasto estavam atrasados porque o “pessoal tem largado o trabalho e estão trabalhando fora porque querem que eu ormente mais preço”. Na semana seguinte, voltou a falar da insatisfação do “pessoal” com a remuneração semanal e da disposição de procurar trabalho fora da propriedade⁴⁸. Vê-se que os libertos e seus descendentes estavam utilizando-se do “abandono” dos engenhos em que residiam como meio de pressão por melhor remuneração⁴⁹. Em certos períodos do ano, durante a safra, o abandono poderia tornar-se um trunfo importante para os trabalhadores do eito.

A correspondência de Aristides Novis deixou patente que os egressos do cativeiro buscaram modificar o ritmo e a duração da jornada de trabalho dedicado às lavouras de cana. Ao trabalho intensivo ao longo dos dias úteis da semana, os libertos buscaram incorporar parte da semana que antes pertencia ao senhor. Os libertos criaram na prática uma espécie de “semana partida”, que consistia em prestar alguns dias da semana ao ex-senhor e nos demais cuidar de suas próprias atividades. Nos dias imediatos à abolição Novis dizia que os libertos só aceitavam trabalhar três dias da semana e tudo indica que ao longo das primeiras décadas do século XX foi este sistema que vigorou na maioria dos engenhos do Recôncavo. Francisco Ambrósio, filho de escravos nascido no Engenho Europa, distrito de Lustosa, contou que, no início daquele século, ele e seus parentes, alguns deles ex-escravos, dedicavam dois dias da semana (segunda e terça-feira) ao cultivo das roças e só nos demais dias seguiam para o canavial dos antigos senhores. Francisco demonstrou consciência das implicações daquele sistema de trabalho na vida dele e dos parentes ao ressaltar que a vida que levavam era diferente do “tempo da escravidão”, quando eram obrigados a trabalhar apenas para os senhores⁵⁰.

Entretanto a semana partida poderia variar para mais ou para menos de acordo com o tipo de trabalho realizado pelo ex-escravo, inclusive sua especialidade profissional ou o tipo de negociação que estabeleciam com os antigos senhores. No

início do século XX, em algumas fazendas de criação de gado, próximas à Feira de Santana, o rezeiro prestava apenas um dia de trabalho nos pastos do dono da terra e nos demais cuidava dos seus roçados ou das criações⁵¹. Essas combinações variavam muito, mas o importante é ressaltar que os ex-escravos e seus descendentes conseguiram arrancar dos ex-senhores alguns dias da semana. Pode-se afirmar que a “semana partida” foi uma conquista dos libertos⁵².

Na visão dos antigos senhores essa disposição dos libertos não passava de “inclinação à ociosidade”. Foi com esse argumento que membros da elite açucareira incluíram a recusa da mão-de-obra local em trabalhar mais de quatro dias semanais entre as causas do fracasso dos engenhos centrais na Bahia⁵³. O que os senhores viam como tempo dedicado à ociosidade, para os ex-escravos era a possibilidade de ampliar o “tempo livre” que poderia ser dedicado à produção da própria subsistência, às atividades alternativas fora dos engenhos ou ao lazer.

Talvez a propalada “escassez de braços” que aparece com insistência nos discursos dos senhores de engenho após a abolição estivesse relacionada à recusa dos libertos em trabalharem além do que avaliavam justo e condizente com a condição de liberdade⁵⁴. Por isso que, aos olhos dos ex-senhores, o trabalhador egresso da escravidão tornara-se excessivamente exigente e sempre pronto a rechaçar condições de trabalho que lembrassem a escravidão. Mariana da Costa Pinto Victória Filha, que na infância ainda testemunhou o Engenho Carapiá em pleno funcionamento, contou-nos que, por volta da década de 1930, grupos familiares compostos de mais de vinte pessoas “desciam do sertão” para trabalhar no corte de cana. Segundo ela, era uma gente que não se importava de alojar-se num grande telheiro chamado de “senzala”, habitação esta recusada pelos moradores mais antigos, muitos deles descendentes de escravos⁵⁵.

Assim, no curso dos anos que se seguiram à abolição, os libertos buscaram ampliar suas atividades autônomas e independentes da grande lavoura de cana, cultivar gêneros de subsistência nas roças e vender o excedente nas feiras locais, diminuir o ritmo de trabalho, negociar melhor remuneração, enfim, forjar condições de liberdade que os distanciasse do passado de escravidão. Podemos interpretar estas

iniciativas como manifestações locais do que um historiador do pós-abolição no sul dos Estados Unidos definiu como “testar os limites da liberdade”⁵⁶. Creio também que, para além disso, aquelas iniciativas representaram parte dos esforços dos libertos para impedirem que a “sujeição” escravista insidiosamente retornasse sob outras formas.

Por certo, o que os libertos conseguiram arrancar dos ex-senhores no curso das lutas que ocorreram após a abolição estava bem distante do que aspiravam em termos de liberdade. Grande parte dos recursos produtivos continuou concentrado nas mãos dos ex-senhores e o acesso a terra dependia em grande medida das relações de dependência. Além disso, o que os libertos conquistaram naqueles embates estava permanentemente sob ameaça. Nas áreas onde ocorreram modernização da produção com as usinas houve pressão dos proprietários para acabar a “semana partida”. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os usineiros vociferaram contra os hábitos dos trabalhadores agrícolas e pressionaram por medidas legais que os obrigassem a trabalhar durante toda a semana nos canaviais. Ao longo daquele período, ex-escravos e descendentes travaram encarniçada luta para defenderem a semana partida das investidas dos que pretendiam transformá-los em trabalhadores assalariados.

Da mesma forma, o acesso às roças estava sendo ameaçado tanto pela expansão dos canaviais das usinas como pela conversão das terras dos engenhos em pastagens para gado. Nos engenhos em decadência, antigos proprietários estavam investindo na pecuária o que implicou na expansão das áreas de pastagens sobre espaços outrora dedicados às roças. Para os descendentes dos escravos isso significou menos alternativas de sobrevivência no campo.

Mas o fim da escravidão não significou para os libertos apenas expectativas de modificação e ampliação das condições de subsistência e de trabalho. Implicou, também, em transformações decisivas na forma como desejavam ser tratados cotidianamente. É deste assunto que nos ocuparemos no capítulo seguinte.

Notas

- ¹ . Ver B. Barickman, “Até a véspera”, pp. 209-227.
- ² . Gastão Sampaio, *Meu avô paterno*, Tertuliano Coelho Sampaio, Salvador, Texto mimeografado, 1980, p. 2.
- ³ . IGHBa, *O Tempo*, 23 de maio de 1888, “Manifestação de apreço”, p. 2.
- ⁴ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 17 de julho de 1888, p. 1, editorial defendia a indenização.
- ⁵ . IGHBa, *O Tempo*, 25 de julho de 1888, “Conseqüências da lei de 13 de maio”, p. 1.
- ⁶ . Ver Wanderley Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, p. 512.
- ⁷ . IHGB, *Coleção barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 21. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, em 7 de março de 1888.
- ⁸ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 23, correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, em 16 de maio de 1888.
- ⁹ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 24. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, em 18 de maio de 1888.
- ¹⁰ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, lata 918, pasta 25. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, Salvador, 30 de maio de 1888.
- ¹¹ . Sobre as formas de subsistência dos escravos de engenho veja S. Schwartz, *Segredos internos*, p. 127. Segundo a avaliação deste autor a ração diária dos engenhos baianos no período colonial era ruim e escassa, preferindo os escravos trabalharem para conseguirem seu próprio sustento. Ver também do mesmo autor, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, Edusc, 2001, pp. 95-99.
- ¹² . Ver R. Slenes, *Na senzala, uma flor*, pp. 190-191. Segundo este autor, escapar da refeição no curro, ou simplesmente não depender dela, teria significado também a possibilidade de melhorar a “qualidade” da comida.
- ¹³ . A questão das rações diárias foi objeto de tensão entre senhores e ex-escravos em outras partes da América pós-escravista. Em Porto Rico, após a emancipação os ex-escravos das plantations, além de salários, exigiram refeições diárias. Ver Andres Ramos Mattei, “El liberto en el regimen de trabajo azucarero de Puerto Rico, 1870-1880”, in R. Mattei, org., *Azúcar y esclavitud*, pp. 107-108.
- ¹⁴ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 23, correspondência de Aristides Novis, em 18 de maio de 1888.
- ¹⁵ . A carta do feitor do Engenho Freguesia foi analisada em outra perspectiva por D. Graden, “Voices from Under”, p. 155.
- ¹⁶ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 24. Correspondência de Aristides para Cotegipe, Bahia, 18 de maio de 1888.
- ¹⁷ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 27. Correspondência de Aristides Novis para o barão de Cotegipe, Bahia, 11 de julho d 1888.
- ¹⁸ . Dale Tomich, *Slavery in the circuit of sugar*, p. 255 , discute estas questões.
- ¹⁹ . Segundo R. Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 111, esta foi uma luta constante no interior da sociedade escravista.
- ²⁰ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 28, Correspondência de Aristides Novis para Cotegipe, em 25 de agosto de 1888.
- ²¹ . Sobre as mondaduras ver Stuart Schwartz, *Segredos internos*, p. 128.
- ²² . Idem, pp. 96-98.
- ²³ . Sobre calendário do plantio e colheita do fumo ver, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Aspectos da economia rural brasileira*, pp. 430-431.
- ²⁴ . IHGB, *Coleção Barão de Cotegipe*, Lata 918, pasta 29. Correspondência de Aristides Novis para Cotegipe, em 6 de outubro de 1888.
- ²⁵ . IHGB, *Coleção do Barão de Cotegipe*, Lata 918, lata 29. Correspondência de Aristides Novis para Cotegipe, Bahia, 6 de outubro de 1888.
- ²⁶ . Idem, *Ibidem*.
- ²⁷ . IGHBa, *O Tempo*, 1º de agosto de 1888, “A crise atual”, p. 1.

²⁸ . Idem, *ibidem*.

²⁹ . IHGBa, *O Tempo*, 19 de dezembro de 1888, “Sediciosos”, p. 1.

³⁰ . W. Pinho, *História de um engenho do Recôncavo*, p.512, analisa alguns dados do livro “borrador” e segundo ele as anotações ali contidas “fotografam a agonia do bangüê”.

³¹ . Remeto o leitor à transcrição de trecho da carta de Aristides Novis ao barão de Cotegipe, em 30 de maio de 1888, feita na primeira seção deste capítulo.

³² . IHGB, Coleção Araújo Pinho, *Livro de contas dos engenhos* (1889-1898), fls. 22-28.

³³ . Sobre as formas de remuneração do trabalhador livre no Recôncavo açucareiro ver, B. J. Barickman, “Até a véspera”, *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-99), pp. 206-207.

³⁴ . ACS, *Matricula de escravos do Conde de Subaé*, 1886. Os nomes da matricula foram comparados com AJFAP, *Lista de pagamento dos trabalhadores do Engenho Benfica*, fevereiro de 1913.

³⁵ . Maurício Lanberg, *O Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Nunes, 1896, pp. 199-200. Segundo sua avaliação este sistema era em muitos pontos bom, “pois chama aqueles trabalhadores que não querem trabalhar por dia para os outros e também aqueles que se ocupam de culturas menos lucrativas”. Os maus resultados eram decorrentes da falta de animais para transportar a cana, bem como de mecanismos antigos que extraíam um mínimo de açúcar cana. Conclui daí que os “pretos” muito desconfiados com os senhores, “outrora seus senhores e amos”, só em pequeno número se faziam lavradores. Fiel à sua convicção racista observou que a “invencível indolência” do negro contribuía para o insucesso de tal modelo. Observa que tal modelo vinha sendo adotado com sucesso no Engenho Novo, pertencente ao senhor Cruz Rios, onde muitos lavradores, cuja maior parte tinham sido escravos, tiravam todos os anos lucros relativamente grandes das pequenas plantações. Em contrapartida os lavradores tinham um certo número de gado e podiam cultivar para sustento próprio cereais e frutas.

³⁶ . Ver Maurício Lanberg, *O Brasil*, pp. 81 e 199.

³⁷ . *Jornal de Notícias*, 15 de janeiro de 1895, p. 2, no anúncio informava que os interessados deveriam dirigir-se ao próprio engenho ou se dirigir à rua Julião, nº 11, o que demonstra que tinham expectativa de atrair lavradores que residiam na cidade, provavelmente ex-escravos que para lá emigraram depois da abolição.

³⁸ . A pesquisa de Edinéia Maria Oliveira Souza, “Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960)”, *Projeto História*, 18 (1999), pp. 367-369, mostra que a prática do arrendamento era bastante comum nas relações entre fazendeiros e descendentes de escravos na zona rural da cidade de Dom Macedo Costa, entre 1930 e 1960.

³⁹ . AJFAP, *Caderneta de receitas e despesas* (1911-1912) anotações de Pinho Júnior.

⁴⁰ . APEB, *Inventários*, 05/2184/2653/6 (1888), Francisco Moreira de Carvalho, conde de Subaé.

⁴¹ . AJFAP, *Correspondência*, de Araújo Pinho para Pinho Júnior, em 4 de junho de 1893. É importante notar que estas formas de remuneração eram praticadas com relação aos trabalhadores livres e libertos durante a escravidão. Na contabilidade dos engenhos, distinguíam-se os trabalhadores livres que “ganham a dia” dos que ganhavam “por empreitada”. Os escravos poderiam ser remunerados de ambas as formas caso trabalhassem nos domingos. O inventário do proprietário do Engenho Lagoa, em Santo Amaro, discrimina as várias modalidades de pagamentos aos trabalhadores livres e escravos. Ver AMSA, *Inventários*, Caixa 4 (1901-1902), fls.300-309, inventário de Arquimedes Pires de Carvalho.

⁴² . AJFAP, *Correspondência do administrador*, enviada a João Wanderley Pinho Júnior, em 12 de julho de 1927. Mesmo assunto continua na carta de 19 de julho e de 19 de agosto.

⁴³ . Rebecca Scott, “Stubborn and disposed to stand their ground: black militia, sugar workers and the dynamics of collective action in the Louisiana Sugar Bowl, 1863-87”, *Slavery & Abolition*, p. 107, observa que a mobilização coletiva aumentou o poder de barganha dos trabalhadores e inibiu o exercício da força nas plantações de cana na Louisiana, após a abolição.

⁴⁴ . Tal fenômeno se deu em outras partes da América após a abolição. Ver Paul K. Eiss, “A share in the land: freedpeople and the government o labour in southern Louisiana, 1862-65”, *Slavery and Abolition*, 19 (1998), pp. 61-63.

-
- ⁴⁵ . Sobre o calendário do plantio e colheita de fumo ver Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Aspectos da economia rural brasileira* (Rio de Janeiro, 1922), pp. 430-431. Segundo aquele estudo, a maior parte dos plantadores de tabaco era composta de “lavradores sem recursos”.
- ⁴⁶ . ACS, *Correspondência*, do administrador do Benfica para Pinho Júnior, em 15 de julho de 1930.
- ⁴⁷ . ACS, *Correspondências*, de José Antônio de Santana, administrador do Engenho Benfica, para João Ferreira de Araújo Pinho Júnior, em 29 de julho e 5 de agosto de 1930.
- ⁴⁸ . AJFAP, *Correspondência*, do administrador para Pinho Júnior, Benfica, 17, 24, de janeiro e 1º de fevereiro de 1928.
- ⁴⁹ . Rebecca Scott, “Stubborn and disposed to stand their ground: black militia, sugar workers and the dynamics of collective action in the Louisiana sugar bowl, 1863-87”, *Slavery & Abolition* (abril, 1999), p. 107, mostra que na Louisiana o medo de abandono das propriedades ampliou o poder de barganha dos ex-escravos na negociação com os ex-senhores.
- ⁵⁰ . Depoimento de Francisco Ambrósio, em 21 de julho de 2003.
- ⁵¹ . Sobre as fazendas de gado em Feira de Santana ver Gastão Sampaio, *Feira de Santana e o Vale do Jacuipé*, pp. 76-81. No início da década de 1920, ele observava que os donos das fazendas de gado concediam terras aos lavradores para plantarem roças, em compensação exigiam a limpeza dos seus pastos. O proprietário comprometia-se em manter também as cercas em bom estado para evitarem que o gado invadisse as plantações.
- ⁵² . A expressão “semana partida” me foi sugerida pela professora Silvia Lara quando da discussão deste capítulo na qualificação, em 2 de setembro de 2003.
- ⁵³ . Eul-Soo Pang, *O Engenho Central do Bom Jardim*, pp. 55-56, reconhece a força da mudança dos hábitos de trabalho no processo de modernização da produção açucareira no Recôncavo após a abolição. Segundo ele, a maioria dos libertos trabalhava apenas quatro dias para os primitivos donos e três para eles próprios.
- ⁵⁴ . Comentando as conseqüências da emancipação no Caribe, E. Foner, *Nada além da liberdade*, p. 70, observa que a escassez de braços transformou-se numa arma poderosa de pressão dos libertos sobre os antigos senhores. Foi uma maneira dos libertos determinar as condições, ritmos e compensação pelo trabalho tanto seu como de suas famílias.
- ⁵⁵ . Mariana da Costa Pinto Victória Filha gentilmente nos concedeu este depoimento, em 19 de outubro de 2001. Seu pai era dono do Engenho Carapiá, em Santo Amaro.
- ⁵⁶ . Ver L. Litwack, *Been in the storm*, p. 227.

CAPÍTULO VII

TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS E LIBERTOS EM ENGENHOS DO RECÔNCAVO

As memórias de descendentes de antigos senhores de engenho da Bahia por vezes fazem referências a ex-escravos que permaneceram nas propriedades muitos anos depois da abolição. Em suas memórias sobre a Bahia antiga, Pedro Calmon recordou do velho Lisardo, um “preto” de Mataripe que o avô barão recomendou aos cuidados da filha, rogando que não o abandonasse e lhe desse alojamento e comida pelo resto da vida. “Pertencia à escravatura do engenho, boçal e honrado”; salvara o barão de um motim promovido por colonos em Canavieiras, presumivelmente depois da abolição¹. A história de Lisardo parece confundir-se com a de muitos outros que envelheceram na escravidão e, ao final dela, já não tinham outra alternativa senão a de se apoiarem na “proteção” dos antigos senhores.

Na “viagem sentimental” que fez aos distritos rurais das cidades de Santo Antônio e Nazaré, entre o final do século XIX e inícios do XX, Isaias Alves visitou diversas propriedades que ainda mantinham trabalhadores remanescentes da escravidão. Alves chegou a conversar com a ex-escrava Benvinda que havia pertencido a seu avô, no Engenho Outeiro. Benvinda ainda relembra os tempos

díficeis de “sua escravidão” e o dia em que chegou ao engenho. Dizia ela: “Eu vim num panacúm, o Belisário veio no outro e Graciléia no meio da cangalha. Quando eu cheguei, pegava a chorar e o finado Sampaio mandou as moças sair comigo para esquecer”².

As referências aos ex-escravos quase sempre aparecem nas recordações dos memorialistas para exaltar a generosidade e a qualidade de bons senhores dos antepassados, ou para atestar a suposta benignidade das relações patriarcais vigentes no Recôncavo açucareiro. Contudo, estas reminiscências oferecem pistas importantes para entendermos as complexas e variadas relações engendradas depois da abolição. As evidências colhidas ao longo desta pesquisa indicam que alguns ex-escravos continuaram a residir nas localidades em que nasceram ou serviram como escravos³. Mostram também que muitos ex-escravos, mesmo abandonando as propriedades em que viveram na condição de cativos, permaneceram ligados à grande lavoura de cana, empregando-se em outros engenhos.

Neste capítulo pretendemos desvendar os sentidos das trajetórias dos libertos que continuaram ligados à lavoura canavieira, muitos deles residindo nas propriedades em que nasceram ou serviram como escravos. Aqui é possível verificar como se esforçaram para modificar as relações com os antigos senhores. A forma como os ex-escravos atribuíram significados à liberdade afetou as relações com os antigos senhores e modificou os padrões de relações sociais. Naqueles momentos, os ex-escravos procuraram demarcar limites e expressar a diferença entre o passado de escravidão e a liberdade a partir das escolhas e atitudes cotidianas⁴. Assim, pretende-se verificar de que forma a permanência nas antigas propriedades representou escolhas estratégicas para sobreviver no pós-abolição⁵.

Abolindo a escravidão no cotidiano

Checando os nomes de moradores de engenhos internados no Hospital da Santa Casa de Santo Amaro, entre 1906 e 1913, constatamos que a maioria dos

internados residia e trabalhava nos engenhos em que nasceram. Anotando apenas os nomes de pessoas negras (pretos e crioulos) e mestiças (pardos, mulatos, cabras e morenos), onde se incluíam ex-escravos e seus descendentes, foi possível identificar 232 doentes que residiam em engenhos. Daquele total, 189 (80,6 por cento) residiam nos engenhos em que nasceram. Os 45 restantes eram oriundos de outras propriedades ou de povoações e cidades do Recôncavo. Embora houvesse uma tendência favorável à permanência havia grande mobilidade entre a população residente nos engenhos⁶.

Cruzando as informações do hospital com as listas de escravos dos engenhos foi possível saber do passado cativo de alguns doentes internados na Santa Casa. Em 23 de agosto de 1910, foi internado no hospital o ex-escravo José Eduardo de Jesus, sessenta e oito anos, “preto”, natural e morador no Engenho Pouco Ponto, carreiro, internado com antraz. Através da lista de escravos daquele engenho pude verificar que José Eduardo foi cativo daquele engenho até 1887⁷. Em 7 de julho de 1913, foi internado Simão de “tal”, “preto”, cinqüenta anos, solteiro, natural e morador no Engenho São Miguel, vivia de roça. Nas listas de escravos do Engenho São Miguel, pertencente ao barão de Pirajá, feita em 1871, localizamos Simão, crioulo, tinha então cerca de dezesseis anos, trabalhando na lavoura. Tudo indica que Simão conseguiu alforriar-se antes da lei de 13 de maio, pois já em 1887 seu nome não mais constava entre os escravos daquele engenho⁸.

Entre os que permaneceram nos engenhos, 42,8 por cento declararam viver de lavoura e 31,6 eram “roceiros”. As domésticas constituíam o terceiro grupo profissional mais numeroso, ao todo 24 mulheres, ou seja, 12,8 por cento dos internados. O restante era composto de diversos profissionais especializados e semi-especializados em atividades ligadas à produção açucareira ou artesãos, carreiros (sete), pedreiros (quatro), carpinas (dois), ferreiros (dois), carpinteiros (dois), sapateiros (um) e carroceiro (um). Entre estes profissionais aparecem um maquinista e um turbinador, profissões que surgiram no processo de modernização dos engenhos. Entre os internados, localizamos também 4 diaristas, 2 serventes, 2 criados e 1 pescador⁹.

Os registros de nascimento, feitos em duas freguesias produtoras de açúcar no Recôncavo, indicam que a maior parte da mão-de-obra dos engenhos era formada por trabalhadores nascidos nas próprias localidades. A partir do registro de 73 crianças nascidas na freguesia de Rio Fundo, em Santo Amaro, entre 1889 e 1890, pôde-se identificar o local de nascimento de 89 pais e mães. Constatamos que 67,3 por cento dos pais e mães haviam nascido na localidade ou nos próprios engenhos em que trabalhavam; os demais eram naturais de outras freguesias próximas. Na freguesia de Santana do Lustosa, outro importante distrito açucareiro de Santo Amaro, de 54 crianças registradas entre 1889 e 1892, foi possível identificar a naturalidade de 56 pessoas. Destas, 85,7 por cento eram naturais da povoação¹⁰. A maior proporção de migrantes em Rio Fundo talvez se explique pela presença da usina em seu entorno. Embora os números não sejam conclusivos quanto à permanência ou mobilidade dos trabalhadores dos engenhos, os dados referentes a Rio Fundo e Lustosa deixam claro que os engenhos continuavam a operar com mão-de-obra das próprias localidades, boa parte dela egressa da escravidão.

A título de ilustração, aprofundou-se a análise sobre a origem dos trabalhadores residentes no Engenho Europa, pertencente à família Costa Pinto, na freguesia de Lustosa. Entre 1889 e 1900, nasceram ali 31 crianças. Verificamos que a maioria dos 51 pais, mães e avós, eram naturais de Lustosa, 19 deles traziam o sobrenome Costa Pinto, um sinal claro do passado escravo. Uma das famílias era composta pela africana Lucara da Costa Pinto e Romão da Costa Pinto. Ao longo do período, quatro filhas do casal, Margarida, Maria Romana, Micaela e Helena da Costa Pinto compareceram ao cartório para registrar o nascimento dos filhos. Por sorte, conseguimos localizar e entrevistar um dos netos de Lucara, chamado Francisco Ambrósio, ainda residindo na povoação de Lustosa. Ele nasceu em 1906, no Engenho Europa, filho de Ambrósio de Jesus e Helena da Costa Pinto, filha de Lucara. Francisco contou que no engenho ainda conheceu a avó nagô falando uma “língua estranha” e se recordou dos tios e tias, todos oriundos da escravidão e trabalhando no canavial¹¹.



Figura 6. Engenho Vitória, em Cachoeira (c. 1930)



Figura 7. Trabalhadores negros no canavial (c. 1930).

Motivos diversos concorreram para que muitos libertos permanecessem nas localidades em que passaram a maior parte da vida na condição de cativos. Nos anos que se seguiram à abolição, as condições climáticas, a conjuntura econômica e social não foram favoráveis a quem pretendia migrar para outras localidades. Possivelmente, a seca que assolou a Bahia entre a segunda metade de 1888 e 1890, o desemprego, a carestia de gêneros e a fome não motivaram grande fluxo migratório do Recôncavo para outras regiões da província. Além disso, depois do fim do cativeiro, intensificaram-se a repressão policial e o preconceito em relação aos indivíduos egressos da escravidão. Um ex-escravo distante de sua localidade de origem podia ser considerado forasteiro e facilmente podia ser preso como “suspeito” ou vagabundo. Havia ainda a suposição generalizada de que o liberto era um criminoso em potencial. Em 1º de janeiro de 1889, uma denúncia de roubos de cavalos publicada em jornal de Cachoeira dizia: “Quando some-se qualquer animal dizem: são os ciganos e os libertos”¹².

Nem sempre o desejo de autonomia e independência estava associado à migração para outras localidades. Para muitos, a decisão de permanecer podia estar vinculada à expectativa de sustentar e até ampliar espaços de autonomia dentro das propriedades em que nasceram escravos. A mudança de residência poderia significar penoso recomeço para aqueles que conseguiram acumular alguns bens e “direitos” ao longo da vida escrava. A posse de um animal de montaria ou de criação, ou o usufruto de algum lote de terra para cultivar gêneros de subsistência faziam muita diferença na vida das famílias que emergiram da escravidão nos engenhos. Para estes, permanecer na propriedade do antigo senhor significou a possibilidade de continuar a ter acesso à terra. Os recursos materiais e simbólicos que puderam acumular ao longo da vida escrava foram importantes fatores de fixação nas localidades. Através deles, os libertos puderam assegurar a sobrevivência e quem sabe alimentar esperanças de abrir outras perspectivas de autonomia dentro e fora dos engenhos. Por isso, a decisão de permanecer nas propriedades obedeceu a uma lógica diferente da que foi traçada pelos antigos senhores.

Não se pode esquecer que os antigos engenhos eram o *locus* de comunidades negras há muito sedimentadas. Os vínculos comunitários e familiares forjados durante a escravidão foram fundamentais para a sobrevivência da população negra liberta e importante fator de fixação nas localidades em que residiam. A proteção da família e da comunidade oferecia alguma garantia na luta pela sobrevivência. A seu modo, cada comunidade havia acumulado experiências históricas na relação com os antigos senhores de engenho e com os demais setores da população livre local¹³.

Estas considerações são importantes para se entender as escolhas e alternativas disponíveis aos libertos após o fim do cativeiro. Para os escravos que haviam adquirido “direito” de possuir roças, a abolição deve ter acenado com a possibilidade de fortalecer estes direitos. Não se deve esquecer de que foi a defesa do acesso costumeiro às roças de mandioca que levou os ex-escravos do Engenho Maracangalha a se rebelarem contra a decisão do ex-senhor de retirá-los daquela propriedade. Na ocasião, os libertos defenderam o acesso livre às feiras locais e fixar livremente o preço da farinha produzida em suas roças. Por isso mesmo, a permanência nas propriedades não pode ser desligada do processo de redefinição das estratégias de luta pela ampliação de espaços de autonomia e das expectativas em relação à nova condição de liberdade.

O mundo dos engenhos não guardava apenas a memória dos dias duros da escravidão, era também testemunho do esforço incessante para conquistar espaços e para cultuar deuses e santos. No Engenho Nossa Senhora da Natividade, em São Félix, pertencente à família Tosta, o babalorixá nagô Anacleto Urbano da Natividade arrancou dos senhores o direito de celebrar “discretamente” os rituais dedicados a Omolu. Durante a grande epidemia de cólera de 1855, Anacleto teve destacada atuação prescrevendo receitas de ervas aos doentes das cidades de São Félix e Cachoeira que recorriam à sua ajuda. Segundo a memória oral, membros da própria família do senhor foram tratados e curados pelo curandeiro africano. Após a epidemia, ele conseguiu permissão dos senhores para a construção de terreiro em terras do engenho, às margens do rio Capivari. Segundo Fayette Wimberly, após a

abolição, a liderança religiosa de Anacleto fortaleceu-se e a casa de culto a Omolu atraiu devotos de outros engenhos próximos¹⁴.

Por isso, a permanência nos antigos engenhos colocou questões importantes e decisivas para os indivíduos egressos da escravidão, entre as quais controlar as condições de trabalho e resistir à reimposição de disciplinas ligadas ao passado de escravidão¹⁵. Possivelmente, um dos grandes desafios para os ex-escravos que permaneceram nas propriedades foi lutar contra a continuidade de padrões de domínio praticados durante o cativeiro. Aqui é importante verificar de que maneira acionaram estratégias, mobilizaram recursos e criaram situações que neutralizaram a possibilidade de retorno às formas de dominação vigentes no passado escravista¹⁶. Isso foi fundamental para estabelecerem limites às possíveis tentativas de interferência dos ex-senhores em suas vidas e ampliarem os espaços há muito conquistados.

Conforme foi visto no capítulo anterior, houve ex-senhores que buscaram negociar condições para que os antigos escravos permanecessem nos engenhos. Ao empenharem-se em formar dependentes, buscaram manter algum controle sobre a força de trabalho emergente da escravidão. Não por acaso, os ex-senhores continuaram a cultivar a imagem de “protetores” dos antigos cativos e seus descendentes. É por isso que alguns elementos da simbologia do poder e da autoridade senhorial puderam sobreviver ao fim da escravidão. Era comum utilizarem as expressões “minha gente” ou “meus moradores” quando se referiam aos residentes e agregados de suas propriedades como se aquelas pessoas ainda lhes pertencessem.

As correspondências entre o senhor de engenho Araújo Pinho e seu administrador mostram em que medida os senhores de engenho ainda eram figuras importantes no mundo rural do início do século XX. Através delas, vê-se que dentro de seus domínios o senhor de engenho ainda gozava de muito poder sobre “seus” moradores. Regularmente ele era inteirado do comportamento dos trabalhadores e era sempre convocado para mediar conflitos entre os ex-escravos e o administrador. Além disso, era procurado para resolver as desavenças entre vizinhos, interceder em favor dos moradores em conflitos fora da propriedade, em conseguir a soltura dos que

cometiam algum crime, resolver pendências judiciais, cuidar do tratamento dos doentes, providenciar o enterro dos indigentes e muitas coisas mais. Era quem adiantava dinheiro para auxiliar os lavradores no plantio e corte de canas.

Mas a “proteção” era um campo de disputas e negociações entre ex-escravos e antigos senhores. O ex-escravo podia consentir em se tornar “protegido” do ex-senhor desde que isso implicasse em certas obrigações e respeito à condição de livres. Não ser submetido a castigos físicos ou a trabalhos excessivos e sem remuneração eram condições básicas das relações cotidianas de trabalho que emergiram no pós-abolição. Colocar-se na condição de “protegido” do ex-senhor poderoso podia ser uma estratégia para movimentar-se no mundo dos brancos. A relação de dependência com o ex-senhor foi o preço que muitos pagaram para continuar a ter acesso a um pedaço de terra para sobreviver e sustentar a família. Numa sociedade fundada em relações pessoais, a viabilização e ampliação da autonomia do indivíduo se faziam por meio de constantes alianças e negociações tanto a nível horizontal quanto vertical.

Por isso mesmo, durante o período que estamos estudando, muitos ex-senhores continuaram a representar figuras proeminentes no cotidiano dos ex-escravos e seus descendentes. Em 26 de junho de 1892, quando se casaram no oratório do Engenho da Cruz, os ex-escravos Valério e Etelvina Dutra, o padre registrou que a solenidade foi realizada “em presença” dos ex-senhores, Luís Rodrigues Dutra e sua mulher Amélia Rodrigues Pereira Dutra. Em 30 de junho de 1894, “Dona” Amélia mandou representante para o casamento dos ex-escravos Afonso Dutra e Emília Avelina, realizado na matriz do Iguape. Possivelmente, a adoção do sobrenome de família dos ex-senhores expressasse a estratégia dos libertos de se aproximarem dos Dutra, visando a manutenção ou ampliação de “direitos”¹⁷. Ao longo de três séculos de domínio escravista, os libertos acumularam algumas experiências na forma de lidar com o poder senhorial e de tirar proveito das fissuras do paternalismo senhorial.

Entretanto, a permanência não significou que os ex-escravos eram indiferentes ou ignoravam as implicações e os significados da lei Áurea em suas vidas. Basta dizer que o 13 de maio era bastante festejado nos engenhos baianos muitos anos depois da

abolição. Um antigo morador do Engenho da Cruz contou que naquele dia ninguém saía para trabalhar. Os moradores, muitos deles ex-escravos ou descendentes, se reuniam no terreiro do engenho para cantar, sambar, jogar capoeira e comemorar o que chamavam de “o dia da liberdade”. Em 12 de maio de 1912, às vésperas do aniversário da promulgação da lei Áurea, Pinho Júnior saiu de Santo Amaro e refugiou-se no seu Engenho Benfica, possivelmente para não ver e escutar as ruidosas comemorações de rua que ocorreriam no dia seguinte. Mas em seu engenho não pôde evitar a contribuição de 4\$000 réis “para os festejos deste dia”¹⁸. Além do mais, cotidianamente os libertos faziam questão de estabelecer a diferença entre a sua nova condição e o velho escravismo que deixaram para trás. No início da década de 1930, o ex-escravo Argeu ao repelir lembranças dolorosas da escravidão, especialmente castigos e controle sobre sua vida, sempre rebatia com um “Vórta Diabo”, como se esta expressão afastasse de si a possibilidade de retorno dos tempos de cativo¹⁹.

Os ex-escravos, por seu lado, estrategicamente concordaram com esta prerrogativa senhorial na medida em que a “proteção” implicava em possibilidades de garantir e ampliar espaços de sobrevivência dentro e fora dos engenhos. Em situações adversas e de conflito, o paternalismo dos antigos senhores poderia ser acionado para repelir abusos de outros poderosos locais. Em 6 de maio de 1903, Higino Froes, ex-escravo, morador nas terras do Engenho Catacumba, freguesia do Rosário, em Santo Amaro, recorreu ao “seu ex-senhor e protector”, o coronel Américo Froes, depois que cerca de 12 homens armados agrediram seu filho e tomaram-lhe alguns bois que criava nos pastos do antigo senhor. A ação foi desencadeada por questões de herança, mas todos que testemunharam no processo disseram que os bois há muito pertenciam a Higino. Pacifico Pires (provavelmente ex-escravo), nascido no Engenho Passagem, “trabalhador rural” e residente no Engenho Catacumba, que viu o grupo de homens invadir e levar os animais de Higino, assegurou que os animais há muito pertenciam a Higino²⁰.

De certa forma, a afirmação de liberdade implicou em desconstruir a autoridade senhorial ou pelo menos fazer com que ela se exercesse em bases diferentes. No romance de Xavier Marques, doze anos depois da abolição, um ex-escravo de

engenho proclamava triunfante: “Não há mais senhores. Os tempos são outros. Hoje tudo é um. Tão bom como tão bom...”²¹. Na vida real, a questão era mais complicada, pois os ex-cativos eram obrigados a enfrentar o racismo difuso nas práticas cotidianas. Ao refletir sobre os retrocessos da lavoura açucareira baiana, o viajante alemão Maurício Lamberg, atribuiu grande responsabilidade aos proprietários que dificilmente se habituaram à idéia de que seus trabalhadores já não eram escravos, mas homens livres com direito a remuneração por seus serviços, de apresentar as suas condições e, antes de tudo, de exigir “tratamento digno”²².

Para afastar-se da interferência dos ex-senhores, muitos libertos buscaram distanciar-se fisicamente dos engenhos. Em vários engenhos podiam-se encontrar comunidades de ex-escravos que deliberadamente se afastaram das casas-grandes como forma de limitar a ingerência dos antigos senhores em suas vidas. Em suas memórias, Gastão Sampaio relembra que na década de 1920 conheceu na fazenda Paus Altos, distrito de Umburanas, uma comunidade negra chamada de “Negros de São Joaquim”, habitando um morro que tinha o mesmo nome. “Nele moravam muitos rendeiros da fazenda, inclusive um grupo de negros que ali fizeram seus casebres, suas roças e se embrenharam, distanciando-se de todos”. Segundo Sampaio, apareciam na fazenda nos dias determinados de renda e mais um ou dois dias em cumprimento às diárias que lhes eram exigidas. “Não sei se por coincidência, os poucos que eu cheguei a conhecer eram caladões, de estatura baixa e fortes. Profundamente tabaréus, seu isolamento era comentado. Dali saíam para ir ao adro, nos dias de festa e fim de ano”. Segundo o nosso memorialista, eram trabalhadores, pontuais nos serviços, mas resistiam a se apresentar nas sedes da fazenda e preferiam o isolamento. Em alguns engenhos do Recôncavo também existiam comunidades deste tipo. Um antigo morador do Engenho da Cruz nos contou que no início do século XX existia naquela propriedade uma localidade chamada Baixa Grande onde residiam diversas famílias negras vivendo em quase completo isolamento. Segundo nosso informante era com muita dificuldade que os proprietários conseguiam mobilizá-los para algum serviço no engenho²³.

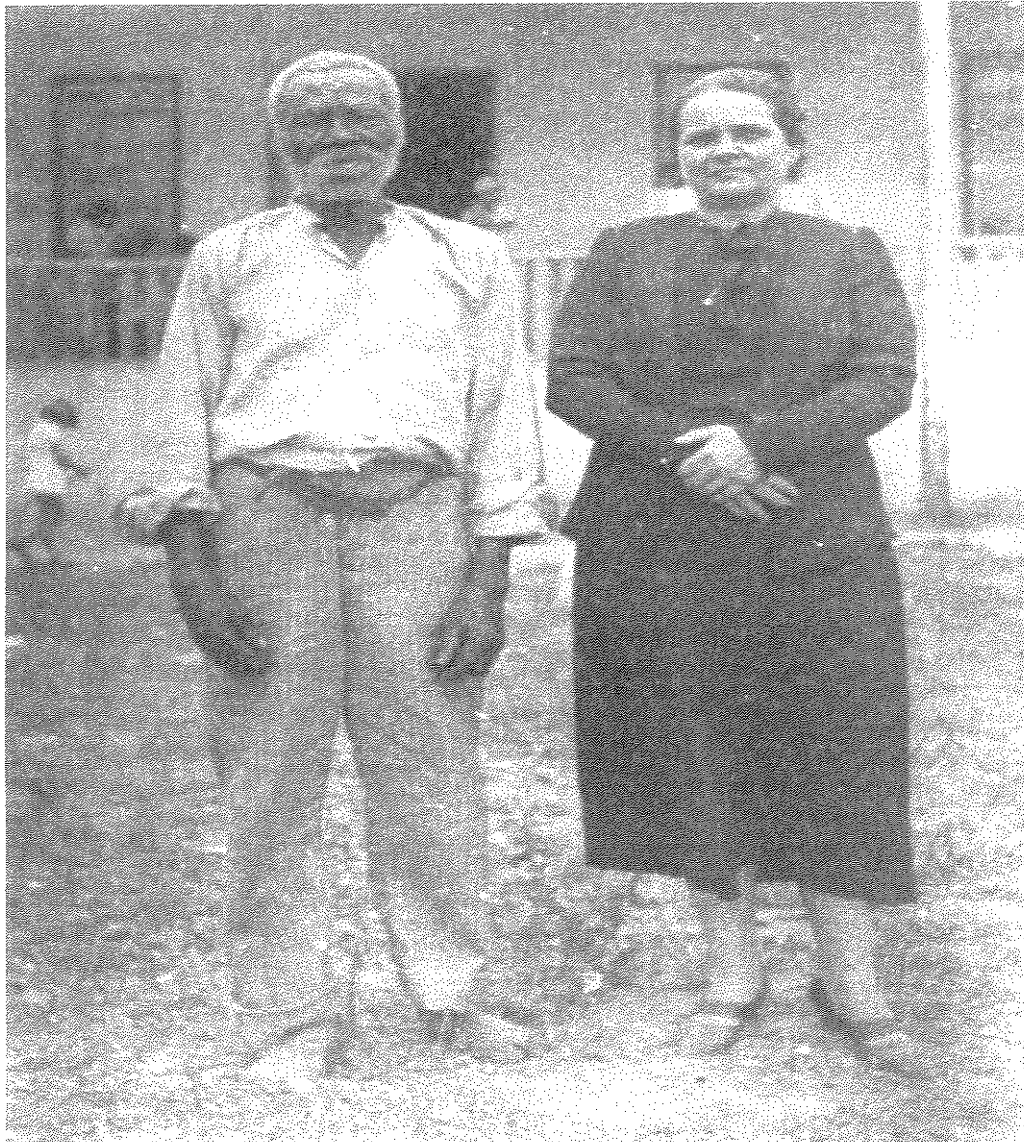


Figura 8. Ex-escravo e a filha do ex-senhor, em um engenho do Recôncavo (1930)

Ao não se submeterem à velha disciplina de trabalho, ao afirmarem a liberdade de circular à procura de melhor remuneração e de melhores condições de moradia e, principalmente, rechaçar os castigos físicos, os ex-escravos buscaram alargar as alternativas de sobrevivência. Na verdade, estas questões demarcaram o campo sobre o qual desenrolaram-se as experiências de luta dos ex-escravos que permaneceram nas atividades açucareiras após a abolição. Os processos criminais que serão analisados a seguir trazem as marcas dessas tensões e conflitos.

Para começar, os ex-escravos tiveram que se esforçar bastante para se afirmarem como pessoas livres e, principalmente, contra a presunção de que ainda poderiam ser tratados segundo os padrões escravistas. Em 15 de junho de 1891, compareceu à subdelegacia da freguesia de São Gonçalo, distrito da vila de São Francisco, Maurício José de Santana, provavelmente ex-escravo, dizendo-se “pessoa miserável” e acusando Antônio Ferreira Portela Júnior, proprietário do Engenho Buranhém, de ter-lhe agredido fisicamente. No corpo de delito, constava que Maurício tinha cinqüenta e cinco anos, crioulo, tinha uma perna amputada e usava muletas para se locomover. Os peritos verificaram que realmente houve ofensas físicas, pois havia ferimentos no rosto e no tórax. Maurício contou que, ao passar em frente à porteira do Engenho Buranhém, discutiu asperamente com seu proprietário sobre umas madeiras que foram retiradas do Engenho Itatingui, onde ele residia e era encarregado de vigiar as matas. Em seguida, Portela investiu contra Maurício, derrubou-o do cavalo, tomou-lhe as muletas e começou a espancá-lo. Alguns moradores do Engenho Buranhém chegaram a interferir na briga depois que o senhor de engenho ameaçou prender Maurício no tronco²⁴. A denúncia de espancamento feita por Maurício e a própria interferência dos moradores ante a ordem do senhor de prender um homem livre no tronco mostra como a população recentemente liberta reprovava os castigos físicos.

Muitos conflitos foram desencadeados no momento em que antigos senhores ou seus parentes tentaram controlar ou disciplinar a conduta dos antigos cativos. Na povoação de Muritiba, Jerônimo Vieira Tosta, irmão do senhor de engenho Joaquim

Vieira Tosta, se deu mal quando resolveu admoestar um ex-escravo de seu irmão chamado Pedro, que vinha se mostrando “muito malcriado”. Parece que Jerônimo Tosta não se limitou à reprimenda verbal e aplicou alguma ofensa física, pois diversos moradores da localidade disseram ter visto “barulho” e “desavença” entre os dois. O certo é que Pedro saiu do conflito ofendido e decidido a vingar-se da descompostura, certamente algo que julgou incompatível com a sua nova condição. Possivelmente, não atentando para os novos tempos, Jerônimo julgou bastante normal a sua atitude, tanto assim que não suspeitava de qualquer reação por parte de Pedro, pois desde criança ele servira como “criado em casa do irmão d’elle respondente”.

Entretanto, em 11 de março de 1892, entre 11 e 12 horas, às margens de um riacho da fazenda Ilha, Pedro espancou o irmão do ex-senhor com um pau e desferiu-lhe diversos golpes de faca. Uma testemunha afirmou que momentos depois de espancar Jerônimo, Pedro chegou em sua casa com as feições transtornadas e dizendo ter “dado em Yoyô Jerônimo umas pancadas e nesse dito foi correndo”. Augusta Francisca do Amor Divino, vinte e cinco anos, solteira, lavradora, lembrou que estava na casa de Joaquim Vieira Tosta fazendo farinha quando chegou “Pedro, ex-escravo do senhor Joaquim”, pegou o chapéu que estava no torno e disse “agora sim estou vingado e retirou-se de dentro de casa nas carreiras”. Perante os jurados, o ex-escravo demonstrou grande acuidade em se fazer assinar como Pedro Vieira Tosta, nome que simbolicamente evocava fidelidade e deferência para com o antigo senhor. Desta forma pretendia convencer os jurados que o conflito teve como motivo a perseguição feita pelo irmão do ex-senhor²⁵.

A mesma povoação de Muritiba foi palco de outro conflito semelhante ao anterior. Em 22 de fevereiro de 1896, Roque, cerca de quarenta anos, ex-escravo de José Vicente de Almeida, filho da falecida Maria, também “ex-escrava do mesmo José Vicente” foi preso, às 11 horas da noite, nas ruas daquela localidade, depois que Marcelino José de Almeida, parente do ex-senhor, desconfiou da “olhadela” que o ex-escravo lhe dirigira. Marcelino afirmou que Roque tinha “intrigas” antigas com seu pai e por isso juntou-se ao irmão para prendê-lo, pois temia ser agredido pelo “valentão” e “facínora”. Depois da voz de prisão dada pelos dois rapazes, Roque

sacou suas armas e abriu fogo contra os dois, ferindo-os. Manoel Pedro Cavalcante, que testemunhou no processo, ao vê-lo encostado em uma parede armado de facão, não teve dúvida em qualificá-lo “preto”, termo utilizado durante a escravidão para identificar sócio-racialmente os cativos²⁶.

Muitos conflitos ocorreram devido à interferência indevida dos ex-senhores sobre a vida dos libertos ou de membros de sua família. Em 19 de março de 1893, Francisco de Assis Queirós, vinte e cinco anos, morador e natural na freguesia de São Sebastião do Passé, vivia de “roças de mandiocas”, denunciou o senhor de engenho Manoel Maria de Bitencourt de espancá-lo com chicotes e colocá-lo no tronco. Bitencourt aborreceu-se por ter o morador retirado sem consentimento umas estacas da cerca de uma roça de mandiocas que arrendara. Francisco de Assis contou que já preso no tronco, Bitencourt o ameaçou com bolos de palmatória e só não concretizou o seu intento por causa dos apelos da esposa. O morador denunciou o senhor de engenho de praticar violência com toda sua família e mantê-la “subjugada”²⁷.

Os ex-escravos buscaram também formas de tratamento que fossem condizentes com a condição de liberdade que passaram a gozar depois da lei de 13 de maio. Em 1933, o ex-escravo Argeu contou que logo depois da abolição abandonou o engenho em que servira e justificou a decisão dizendo: “Carreio cana quando quero, ninguém me bate, voçê brinca comigo, Iaiá me dá dinheiro prá o *pito*, seu capitão brinca também comigo. Só não trabaio nas chuvas”²⁸. Ser “bem tratado”, não ser submetido a castigos e determinar o próprio ritmo de trabalho parece ter sido o requisito básico de liberdade para o ex-escravo.

Em suas memórias de menino de engenho, na Paraíba, o escritor José Lins do Rego traz evidências de que os ex-escravos e seus descendentes repeliram firmemente formas de tratamento vinculadas ao passado de escravidão. Ele contou o caso do sumiço de uma chave da dispensa que foi atribuído à “negra” Pia, doméstica. Afrontada pela acusação injusta, Pia tentou o suicídio, mas antes de concretizá-lo foi descoberta. O velho Albuquerque levou-a para o quarto e deu-lhe dois bolos com palmatória, a mesma que lhe servira “no tempo da escravidão”. Dias depois, Pia desapareceu do engenho e nunca mais se soube notícia dela²⁹. Muitos senhores de

engenho do Recôncavo perceberam a imprudência de utilizar-se de castigos corporais ante a possibilidade de abandono das propriedades.

Os ex-senhores sabiam que os libertos contavam com alguns trunfos em caso de serem destratados ou verem aviltada a condição de pessoas livres. Se eram insultados ou maltratados havia sempre o risco de abandonarem as propriedades, especialmente se eram trabalhadores qualificados. José Lins do Rego referiu-se ao mestre Cândido, mestre de açúcar do Engenho Corredor que “viera da escravidão”, que a qualquer descompostura ameaçava abandonar a propriedade. Segundo o escritor, “Aos gritos do meu avô, não se recolhia como os outros. Ouvia-o dizendo bem alto: ‘vou para o Gameleira [engenho] do doutor Lourenço!’”³⁰. Os libertos procuraram também colocar limites às formas de exploração de seu trabalho. Lins do Rego lembrava da velha Generosa, ex-escrava que trabalhava na cozinha da casa-grande do engenho, que reagia a qualquer pessoa que a importunasse nos seus serviços, mesmo a “gente da sala”, com as seguintes palavras: “Que se quisessem era assim. Tempos de cativo já tinham passado”³¹.

Os ex-escravos dos engenhos, também, procuraram colocar limites à interferência dos antigos e dos novos senhores nas escolhas que faziam no rumo de suas vidas. O mesmo José Lins do Rego contou a história de um menino negro de 14 anos chamado José Joaquim que vivera por algum tempo na companhia de sua família cuidando dos animais na estrebaria. Viera do engenho Ingá e de lá saíra “porque quiseram que ele fosse para a fazenda de um tal Amaral, no serviço de apanha de algodão. Ganhou o mundo e tinha fé que chegaria na cidade e de lá tomaria rumo novo na vida”³².

Em alguns processos crimes é possível verificar sob quais condições e restrições trabalhavam os ex-escravos. José Nicácio estabeleceu-se como “morador” nas terras do Engenho Buranhém, vila de São Francisco do Conde, no ano da abolição, provavelmente havia abandonado a propriedade em que servira como escravo. Em 1897, depois de nove anos de residência naquela propriedade, Nicácio havia acumulado alguns bens, possuía 4 tarefas de canas (entre rego e soca), plantações de mandioca e de fumo e ainda construía uma casa em que habitava com

a família, composta de oito pessoas. Naquele ano, para infelicidade dele, num só dia, faleceram dois de seus filhos e diante do infortúnio recorreu ao inglês J. Scoth, proprietário do engenho, para lhe emprestar 20 mil réis para completar as despesas do funeral. Scoth se negou a conceder o dinheiro. Diante disso, Nicácio recorreu aos vizinhos, moradores em terras do Engenho Buranhém e do Itatingui. Dias depois, um destes amigos, morador no Engenho Itatingui, pediu-lhe auxílio na limpeza da lavoura. Nicácio pessoalmente não pôde atender ao amigo, mas mandou um dos filhos para descontar a dívida que contraíra. Ao saber disso, J. Scoth ordenou a Nicácio que fizesse o filho retornar ao trabalho. Nicácio replicou dizendo que o rapaz não podia voltar imediatamente, porque estava dando alguns dias de trabalho no Itatingui para pagamento de uma dívida.

O senhor de engenho encolerizou-se e determinou que Nicácio abandonasse suas terras. Nicácio defendeu-se afirmando que tinha lavoura e casa de morada e não podia ser expulso sem ser indenizado de todos os seus haveres. Scoth afirmou que os bens não valiam mais que 150 mil réis e destes seriam descontados 64 mil que lhe devia. Não se conformando com o valor estipulado e sentindo-se lesado em seus direitos, Nicácio foi a Santo Amaro procurar alguém que lhe comprasse os bens e recorreu a um certo coronel Freitas, amigo do proprietário, para interceder junto ao mesmo senhor, “não ser hostilizado e poder continuar no Engenho na posse de sua lavoura”. O coronel Freitas se recusou a interferir no caso, e J. Scoth proibiu sua entrada nas terras e na casa de sua morada, onde se achava a mulher enferma e os filhos. No dia 20 de outubro, a família de Nicácio foi expulsa à força da casa. Diante disso, Nicácio evocou o direito de propriedade e a violência contra “os mais sagrados dictames da liberdade” de que se via privado³³.

No entanto, deve-se salientar que nem sempre os ex-escravos optaram por estratégias de aproximação com os antigos senhores. Houve ex-escravos que permaneceram nas localidades, mas viviam fora do raio de influência dos ex-senhores exercendo atividades alternativas à grande lavoura de cana. Em 1917, o professor Pedro Celestino da Silva observou que a maioria da população da antiga freguesia açucareira do Iguape vivia da pesca e da coleta de mariscos nos mangues que

contornavam o povoado. A forma como a população ribeirinha do Iguape rechaçava a disciplina rotineira do trabalho chocava-se com as noções de “progresso econômico” professadas pelo estudioso cachoeirano. “É óbvio que dessa facilidade de vida, nas classes menos favorecidas da fortuna, que são justamente as mais numerosas, resulta que nesses centros a única preocupação é colher enquanto o estômago reclama, e só”. Mais adiante concluiu: “Dahi a imprevidência que amortece o estímulo para o trabalho e deixa logar a que impere com todos os seus inconvenientes a indolência tão nociva, quão prejudicial às nossas populações ribeirinhas”³⁴. O racionalismo econômico do nosso professor não dava conta de que para os mariscadores do Iguape, grande parte deles ex-escravos e descendentes, as “necessidades do estômago” deveriam ser supridas através do controle do seu próprio trabalho.

Na seção seguinte, serão retomadas as questões acima, acompanhando as condições de sobrevivência, atitudes e a trajetória de ex-escravos que continuaram a residir num engenho do Recôncavo, anos depois do fim do cativeiro.

Sujeição e liberdade em um engenho do Recôncavo

Logo que a notícia da abolição chegou às terras do Engenho da Cruz, na freguesia do Iguape, houve grande alvoroço entre os escravos e naquele dia ninguém mais trabalhou. Segundo a tradição oral, nos dias seguintes, alguns deixaram a propriedade e emigraram para as cidades de Cachoeira e Salvador. Foi com grande estremecimento emocional que o proprietário, Inácio Rodrigues Pereira Dutra, o barão do Iguape, assistiu ao desmoronamento da escravidão em sua propriedade. Custava-lhe aceitar que a “desordem” e a “desobediência” alcançassem seus domínios. Numa reação inesperada, reuniu os filhos e netos, mandou juntar todos os pertences necessários a uma longa ausência e embarcou num saveiro com destino a Salvador. Na cidade, o barão do Iguape refugiou-se num grande solar que possuía no largo de Roma, residência da família durante o período de entressafra. Mas para desapontamento do barão, o casarão ficava bem em frente ao caminho que levava à

igreja do Bonfim. Da sacada pôde ver o imenso cortejo formado de libertos e populares que seguiu festivamente para render graças ao santo pela abolição da escravidão. O barão não resistiu àquelas manifestações e aborrecido retornou ao Iguape. Comparado ao que presenciara no seu engenho, aquelas imagens talvez fossem mais assustadoras. Conta-se que o barão sofreu grande abalo emocional vindo a morrer meses depois daqueles acontecimentos. Segundo o relato de um antigo morador do Engenho da Cruz, o barão “morreu apaixonado” diante do que presenciara nos dias seguintes à abolição³⁵.

Histórias de morte e suicídio de ex-senhores de escravos depois da abolição são freqüentes na tradição oral dos habitantes do Recôncavo. De alguma forma elas atestam o impacto psicológico da lei de 13 de maio sobre pessoas visceralmente dependentes do braço escravo. Em verdade, o barão do Iguape faleceu em 23 de setembro de 1888, mas não sabemos em que medida o impacto emocional provocado pela abolição havia contribuído para sua morte. O inventário dos bens do falecido foi iniciado no mês seguinte sob a responsabilidade do genro, Luís Rodrigues Dutra.

A descrição da propriedade mostra que se tratava de um grande engenho; possuía 3.516 tarefas de terras, destas 531 eram consideradas “terras de cultura”, o restante se compunha de pastos e matas. Nos pastos contou-se 360 cabeças de gado, destas 164 eram empregadas no serviço do engenho. Porém, a casa-grande não parecia ostentar a mesma imponência das residências dos grandes senhores do Recôncavo, era um sobrado de pedra e cal, paredes dobradas, tendo no pavimento superior três janelas de frente e um terraço sobre abobada. A família do senhor ocupava o pavimento superior, composto de “sala de frente”, sala de jantar, vários quartos e cozinha nos fundos. O conjunto completava-se com a enfermaria, a casa de morada do administrador, a levada que erguia-se ao fundo para movimentar a roda da moenda, casa de depósito de bagaço, estrebaria, casa de ferreiro e as 63 senzalas cobertas de telha, segundo o inventariante “em estado de ruína”³⁶. Embora não conste no inventário, sabemos que o Engenho da Cruz possuía pequeno oratório contíguo à casa grande, onde se realizavam missas, casamentos e batizados das crianças que ali

nasciam. À pouca distância do engenho, erguia-se o cemitério, chamado de Santo Antônio, onde eram sepultados escravos e moradores livres.

Este inventário é importante, pois as informações que contém nos permitem acompanhar o cotidiano do engenho, sabermos sobre a vida dos ex-escravos e das relações que passaram a ter com seus antigos senhores, seis meses depois da abolição. A partir de setembro, quando morre o barão, Luís Rodrigues Dutra, assume a direção e gerência do engenho e desde então passou a anotar minuciosamente todas receitas e despesas, discriminando inclusive os gastos com a remuneração dos trabalhadores. Luís Rodrigues assumiu a direção do engenho num período delicado e traumático, era o auge do processo de transição para o trabalho livre.

As informações contidas no inventário permitem avaliar o impacto provocado pela perda da mão-de-obra escrava no desempenho produtivo do engenho. Na primeira safra, o engenho produziu apenas 21.300 kg de açúcar e 13 pipas de mel. Segundo cálculos feitos por Barickman o rendimento da safra não deu para cobrir as despesas com a mão-de-obra e rendeu menos de 10 por cento da quantidade de açúcar que provavelmente teria produzido em meados da década de 1850. Além disso, a propriedade não conseguiu suas obrigações contratuais com a Bahia Central Factories Limited, empresa britânica proprietária do Engenho Central do Iguape, a cerca de seis quilômetros do Engenho da Cruz. Por contrato, o barão deveria fornecer anualmente 1.500 toneladas de cana, mas a safra desastrosa de 1888-89 produziu apenas 378.107 quilos de cana³⁷. Cruzando as informações do inventário, com registros de batismos, nascimento, óbitos e depoimentos de um antigo morador, foi possível explorar outros aspectos das transformações que vinham ocorrendo ali depois da abolição.

O inventário não oferece nenhuma indicação de que os trabalhadores mencionados nas listas de pagamentos fossem ex-escravos. A forma como as anotações são feitas sugerem que sim, pois são registrados apenas os primeiros nomes dos trabalhadores, tal qual faziam os senhores de engenho quando listavam suas propriedades humanas. Através dos registros de batismos da freguesia do Iguape pôde-se verificar que boa parte dos trabalhadores realmente havia sido escrava do velho barão do Iguape, a maioria nascida no próprio Engenho da Cruz. Isso

demonstra que o engenho continuou operando com mão-de-obra oriunda da escravidão. Percebe-se que depois da abolição, as relações haviam se modificado bastante. A maioria dos ex-escravos permaneceu na propriedade, mas para dar continuidade aos serviços, Rodrigues Dutra teve de remunerá-los por toda atividade realizada no engenho. Aliás, a tradição oral dos moradores da região conta que, logo após a abolição, quando o barão do Iguape se dirigiu ao mestre do saveiro, recém-liberto, para conduzi-lo a Salvador, este exigiu pelo serviço alguns mil réis pelo serviço. Ferido em seu orgulho, o barão recolheu-se à casa-grande, vindo a falecer depois de poucos meses³⁸.

O mês de setembro foi de intensa atividade no Engenho da Cruz. Naquele mês contamos cerca de 45 trabalhadores; entre eles apenas 14 mulheres, cinco na moagem, cinco entre a “gente da casa” e quatro no corte de cana. Em 1853, trabalhavam 127 escravos no engenho, o que demonstra que ao longo da segunda metade do século houve redução da força de trabalho, redução que pode ter sido mais drástica depois da abolição. Na época, trabalhavam 45 mulheres, portanto houve diminuição significativa do trabalho feminino no engenho, possivelmente isso reflita a iniciativa das famílias de afastarem as mulheres da lida no canavial.³⁹

No serviço de moagem, que reunia trabalhadores especializados e semi-especializados, identificamos 17 trabalhadores, 5 destes eram mulheres. Entre estes profissionais havia mestre de açúcar, “feitor de pé de moenda”, “caldeireiro”, fomalheiro, clarificador e tacheiro. A importância desse setor refletia-se nas melhores remunerações. Por exemplo, o caldeireiro Júlio (africano) recebeu por seis dias trabalhados 3\$600 réis, quantia correspondente à metade de um mês de trabalho da criada mais graduada da casa-grande. O salário mais alto era do mestre de açúcar, por cinco dias de trabalho recebera 4\$200 réis. Havia também nesse setor atividades auxiliares como “tiradeiras de bagaço” e “chegadeiras de canas”, serviços feitos por cinco mulheres, Eduvigem, Helena, Maria do Rosário, Esmeralda e Adelaide. No mês de outubro foram adicionados os nomes de Antônia, Joana, Rosalina e Maria dos Reis⁴⁰.

Verificamos que, durante a segunda semana de setembro, à exceção de Idelfonso e Roberto, a maioria dos trabalhadores da moagem compareceu ao trabalho nos seis dias. A soma das horas trabalhadas pelo grupo naquela semana chegou a 96. No mês seguinte, a assiduidade não foi a mesma. Na última semana de outubro, o grupo estava desfalcado de um trabalhador e apenas Valério, “feitor do pé de moenda”, havia comparecido nos seis dias de trabalho. O restante trabalhou 4 ou 5 dias, num total de 70 horas, vinte a menos que no mês anterior. O mesmo se observa em relação aos carreiros. Na primeira semana de outubro, à exceção de Justino e Firmo, todos deram seis dias de trabalho no transporte de cana; no final deste mesmo mês só compareceram cinco dias. É possível que o ritmo de atividades no engenho tenha diminuído devido a crise, especialmente por falta de créditos e queda dos preços do açúcar. Porém, é possível que estivesse se repetindo ali o que vinha ocorrendo em várias propriedades do Recôncavo. De forma deliberada, os escravos estavam diminuindo o tempo dedicado aos serviços do engenho em proveito de atividades autônomas nas roças ou trabalhos extras em outras propriedades que lhes ofereciam melhor remuneração.

No mês de setembro, contamos 17 trabalhadores no corte de cana, entre eles quatro mulheres, Justina, Antônia, Leonarda e Marcelina. Nesse setor a remuneração era por quantidade de carros de canas cortadas, pagava-se 160 réis por carro. Entre os cortadores encontramos os nomes de Idelfonso e Roberto, que também faziam parte da moagem. Possivelmente estivessem fazendo serviço extra e por isso foram os que menos produziram na semana. Enquanto os seus companheiros cortaram 15 carros, Idelfonso e Roberto cortaram apenas 9 e 6 carros respectivamente. Possivelmente, o corte de cana fosse para eles um trabalho suplementar. As mulheres citadas acima trabalharam na retirada da palha das canas e ganharam 200 réis por carro. Rodrigues Dutra pagou também para cinco carregadores de folhas que trabalharam no mês.

No serviço da lavoura, os carreiros constituíam outro grupo importante. Eram eles responsáveis pelo transporte da cana para o engenho, abastecimento de lenha das fomalhas e dos fogões da casa-grande e, eventualmente, transporte de gêneros da cidade para o engenho ou vice-versa. Nas folhas de pagamentos aparecem nove

carreiros recebendo remuneração semanal, ganhavam 640 réis por dia. No mês de setembro, à exceção de Justino todos compareceram ao trabalho nos seis dias. Os carreiros eram auxiliados por “mossos dos carros”, rapazes que guiavam os animais pelos caminhos. A condição de auxiliares fica evidente na forma como aparecem nos registros, “mosso de Venceslau”, “mosso de Jacinto” e assim por diante. O rendimento deles era um pouco inferior, recebiam 500 réis por dia.

Outro importante grupo de trabalhadores é registrado como “gente da casa”. Aqui entram os criados domésticos e outros trabalhadores de confiança que prestavam serviços na casa-grande e no engenho. Ao todo eram dezesseis pessoas, cinco delas mulheres. Entre estes temos Militão, vaqueiro, Quintino “da estrebaria”, o pastor de ovelhas, o caixeiro, a hortelheira e o feitor chamado Dativo. Alguns destes, o pastor de ovelhas, a hortelheira e o cocheiro receberam por serviços prestados em alguns dias. Os demais trabalharam durante todo o mês e a remuneração era mensal. Os de maior remuneração eram o vaqueiro, o feitor e o caixeiro. Entre as mulheres, Virgina, Leopoldina e Etelvina, certamente as responsáveis pelo serviço doméstico, recebiam as maiores remunerações, 6\$000 réis mensais. Entre os homens, Militão, vaqueiro, Dativo, feitor, e o caixeiro, recebiam cada 15\$000 réis mensais.

Com os preparativos do sepultamento do barão do Iguape foi preciso pagar os trabalhadores que fizeram diversas viagens a Cachoeira e ao porto do Calembá. Numa delas, Justino, Cassiano e Idelfonso transportaram o caixão em que foi sepultado o barão do Iguape; cada um recebeu 1\$000 réis pela viagem.

O cotidiano de um engenho era um labutar constante ao longo de todo ano. Além do trato das plantações de cana e das operações complexas de fabrico do açúcar, havia os cuidados com as cercas, limpeza dos pastos, reparo das estradas e das pontes, tratamento dos animais de criação e de montaria, limpeza do pomar e da horta, reparo periódico das instalações do engenho e do seu maquinismo, conserto dos carros, reparo dos barcos e uma infinidade de outros afazeres. Por isso mesmo, alguns trabalhadores transitavam entre dois ou mais setores do engenho. Por exemplo, Idelfonso aparece na segunda semana de setembro trabalhando na moagem, compareceu dois dias e recebeu 1\$400 réis. Na mesma semana, cortou nove carros de

canas, recebendo 1\$440 réis. Nessa semana foi à Cachoeira buscar o caixão em que foi enterrado o ex-senhor, como sabemos, recebera 1\$000 réis.

Além do mais, a depender do ciclo anual de atividades, alguns trabalhadores transitavam em duas ou mais funções. Assim, alguém que tenha cortado cana durante o período da safra, podia trabalhar no plantio de canas novas ou ocupar-se na limpeza das velhas, ou plantar capim nos pastos. Em 17 de setembro de 1888, Adolfo aparece na lista de pagamentos recebendo 3\$000 réis por seis dias trabalhados na moagem. Em outubro, reapareceu na folha de pagamentos dos carreiros conduzindo cana para o engenho. Em 12 de novembro, ele ressurgiu plantando canas de rego e recebendo por quantidade de canas plantadas.

A maioria que recebia pagamentos semanais, ou que trabalhava por tarefas, costumava ocupar-se em atividades diferentes ao longo do mês. Para estes, talvez fosse a forma mais interessante de remuneração, pois permitia-lhes suplementar os rendimentos com atividades diversas. Com isso, podiam também dedicar maior tempo às atividades autônomas e, em certas conjunturas, prestar serviços em outras propriedades. Talvez a remuneração semanal desse a sensação de que estavam menos “sujeitos” aos antigos senhores.

Somente os criados domésticos e os que possuíam especialização ou posição de mando tinham atividades fixas. Eram ocupações que requeriam dedicação permanente e talvez por isso o proprietário estabeleceu para eles remuneração mensal. No caso das criadas domésticas essa exclusividade não era revertida em vantagens monetárias. Por exemplo, o salário mais alto da doméstica mais graduada era de 6\$000 réis mensais, mas uma moça que trabalhasse duro no corte de cana ao longo do mês poderia ganhar mais de 8\$000 réis no final do período. Contudo, Luís Rodrigues Dutra sabia que desde os tempos de cativo a diferenciação de salários era também uma forma de hierarquizar os ex-escravos. Por isso, os que exerciam função de mando eram os melhores remunerados.

Entre a “gente da casa” havia também quem ganhava por dia trabalhado. Quintino entrou na folha de setembro por onze dias de trabalho na estrebaria. Já em 1º de outubro, ele estava entre os “tiradores de açúcar”. Na semana seguinte, o

encontramos fazendo viagens para comprar milho, certamente para alimentar os animais que cuidava na estrebaria. Em 15 de outubro, foi remunerado com 400 réis por “ajudar a ajuntar os burros”. Ainda em outubro, fez viagens a Santo Amaro e cortou duas cargas de palha. Em 12 de novembro, ele reapareceu na folha dos trabalhadores que plantavam canas de rego.

Percebe-se que, entre setembro e novembro de 1888, houve enxugamento do pessoal que trabalhava no serviço doméstico. Em 30 de setembro foram relacionadas dezesseis pessoas, na semana seguinte esse número foi reduzido a onze; na última semana de novembro apenas sete pessoas prestaram serviço na casa-grande. Esta baixa pode ser um sinal de que a propriedade estava se ajustando à nova conjuntura de diminuição dos rendimentos em consequência da queda nos preços do açúcar, da escassez de créditos, do encarecimento e escassez da mão-de-obra. Nesse caso, confirmar-se-ia o quadro pintado por Xavier Marques em seu romance *As voltas da estrada*, segundo o qual, depois da abolição, os senhores não puderam mais ostentar o grande número de pajens e mucamas que povoavam as casas grandes no tempo da escravidão. Não devemos, no entanto, deixar de levar em consideração os motivos dos libertos. Pode ser que alguns deliberadamente abandonaram a propriedade ou trocaram os serviços domésticos como forma de se distanciarem dos antigos senhores. Observa-se, porém, que ao longo do período, Virgina, Leopoldina, Etelvina, Olímpio, João “lacaio” e o vaqueiro Militão, formavam o núcleo principal da “gente da casa”.

Analisando mais de perto as formas de remuneração dos ex-escravos, vê-se delineado tanto a política utilizada pelos senhores para manter o controle sobre os ex-escravos, como as iniciativas destes para serem devidamente remunerados pelos serviços realizados. Por certo, as relações cotidianas nos engenhos passaram a ser marcadas pela permanente negociação sobre serviços e remunerações. Os libertos empregados na lavoura, os cortadores de cana, os carreiros recebiam por produção. Assim, na segunda semana de setembro pagou-se 2\$400 réis a Manoel Pequeno por cortar quinze carros de cana. Está claro aqui que a intenção era pagar mais a quem produzia mais, algo que funcionava como incentivo positivo à produção. Mas, os

carreiros podiam também se engajar em serviços extras, fazendo viagens para a cidade, transportando farinha, milho, carne e lenha para alimentar as fornalhas do engenho ou os fogões da casa grande.

Através do cruzamento de diversas fontes documentais -- registros de nascimento, casamento e óbitos -- foi possível determinar com segurança o passado escravo de pelo menos 28 trabalhadores que aparecem nas listas de pagamentos do Engenho da Cruz. No setor de moagem, conseguimos identificar maior número de ex-escravos, ao todo 12 indivíduos. Dois deles, Júlio, caldeireiro, e Mateus, possivelmente os mais idosos, eram africanos. Eduvigem, Helena, Esmeralda, Adelaide e Adolfo tinham quase a mesma idade, nasceram entre 1861 e 1868. Além destes identificamos Desidério, tacheiro, Idelfonso, Maria do Rosário, Maria dos Reis e Valério. Entre os cortadores de cana identificamos Roberto, Justina, Antônia e Leonarda. Entre a “gente da casa” eram ex-escravos Virgina, Leopoldina, Etelvina, Dativo e Quintino. Entre os carreiros, eram ex-escravos Jecundo, Félix, Felipe, Justino, Antioco e Felicíssimo. Em serviços diversificados encontramos o nome de ex-escravo Policarpo.

Checando os nomes de crianças nascidas e batizadas no Engenho da Cruz entre 1860 e 1871 foi possível obter mais detalhes sobre o passado escravo de alguns trabalhadores. Vejamos: Eduvigem nasceu em 1860, foi batizada no oratório existente no Engenho da Cruz, em 6 de janeiro de 1861, com dois meses de idade. Era filha natural da escrava Felismina, crioula. Na mesma data, batizou-se também Anísio, seis meses, filho de Felicidade, africana, escrava. Em 25 de dezembro de 1861, foi batizado Adolfo, com cinco meses de idade, filho de Lourença, crioula, escrava. Os padrinhos foram os escravos Inácio e Leopoldina. No mesmo dia batizou-se Policarpo, com dez meses, filho de Ursulina, parda. Em 4 de outubro de 1863, foi batizado Maximiano, com doze meses, filho de Etelvina, escrava. Etelvina aparece na lista de pagamentos de 1888, trabalhando no serviço doméstico. Em 7 de janeiro de 1864, Adelaide, crioula, com dois meses, filha de Virgina, escrava. Em 28 de dezembro de 1864, Helena, de cor cabra, com cinco meses, filha de Maria do Nascimento. Na mesma data, foi batizada Esmeralda, parda, dois meses, filha de

Nascimenta, cabra. Em 5 de maio de 1866, batizou-se Quintino, pardo, seis meses, filho de Leopoldina, parda, escrava. Em 6 de janeiro de 1868, na capela de São João da Acutinga, foi batizado Felicíssimo, filho de Justina, escrava de Inácio Rodrigues Dutra⁴¹.

Verificando os nomes dos padrinhos e madrinhas das crianças batizadas pôde-se localizar também alguns nomes que aparecem na lista de pagamentos de 1888. Assim, vemos o nome da ex-escrava Leopoldina, parda, batizando o pequeno Adolfo no Natal de 1861. Na lista de pagamentos, ela aparece na “folha da gente da casa”, ou seja, trabalhava no serviço doméstico e como vimos acima era a mãe de Quintino, batizado em maio de 1866. Virgina, que trabalhava no serviço doméstico em 1888, mãe de Adelaide, aparece como madrinha do crioulo Ismael, em fevereiro de 1864. Dativo, feitor em 1888, aparece nos assentos de batismos como padrinho de um crioulo chamado Gregório, filho da escrava Generosa, batizado em janeiro de 1868⁴².

Nos registros de óbitos feitos depois de 1888 descobrimos outros nomes que aparecem nas listas de pagamentos. Assim, em março de 1890, localizamos o óbito de Desidério Dutra, solteiro, “agrícola”, sessenta anos, “filiação desconhecida”, sepultado no cemitério Santo Antônio. Em junho de 1891, foi registrado o óbito do africano Mateus, também trabalhador na moagem. Em janeiro de 1896, registrou-se a morte do africano Júlio, que aparece na lista de trabalhadores da moagem como caldeireiro⁴³. A partir destes dados é possível tecermos algumas considerações. Nota-se que, desde meados do século XIX, a grande maioria dos batismos ocorria entre o Natal e o dia de Reis, certamente datas em que os trabalhos eram suspensos. Naqueles dias, o pároco da freguesia do Iguape batizava as crianças livres e escravas que nasceram ao longo do ano. A solenidade era feita no próprio oratório, anexo à casa grande.

A maioria dos ex-escravos identificados havia nascido no Engenho da Cruz, muitos eram filhos de escravos que estavam sob domínio da família Dutra desde a segunda metade do século XIX. Dos 28 ex-escravos identificados, apenas Anísio descendia de mãe africana, os demais eram filhos de pardas e crioulas e isso indica que descendiam da segunda ou terceira geração de escravos. Uma relação dos

escravos feita em 1853, quando o engenho pertencia a Tomé Pereira de Araújo, sogro do barão do Iguape, traz os nomes de Ursulina, mãe de Policarpo, Virgina, crioula, mãe de Adelaide, e Maria do Nascimento, crioula, mãe de Helena⁴⁴. Tomé Pereira de Araújo adquiriu o engenho em 1826, e após a sua morte, em 1853, a propriedade passou ao domínio do genro, o barão do Iguape. O fato de ter permanecido em mãos de uma única família durante a maior parte do século XIX deve ter favorecido a formação de núcleos familiares extensos e vínculos comunitários mais sólidos⁴⁵. No ano da abolição, as mães de Maximiano, Adelaide, Quintino e Felicíssimo eram vivas e ainda labutavam nos domínios do ex-senhor ao lado dos filhos. Leopoldina e o filho Quintino trabalhavam juntos no serviço doméstico, ela na cozinha e ele na estrebaria. Uma filha dela, chamada Maria do Rosário, amasiada com o vaqueiro Militão, trabalhava no serviço de moagem do engenho.

Na verdade, os ex-escravos identificados acima formavam uma comunidade com extensas redes de relações sociais, articulando diversos indivíduos e grupos familiares. Como em outras partes do país, o batismo e as relações de compadrio tiveram papel fundamental na formação e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Sobre o compadrio teciam-se redes de parentesco ritual e como vimos muitos destes vínculos foram forjados no tempo da escravidão. Dos 41 batismos ocorridos entre 1856 e 1871, 10 tiveram como padrinhos e madrinhas escravos ou escravas residentes no engenho. Como veremos adiante, esses laços se projetaram para além da escravidão e certamente continuaram sendo elos importantes nas vivências dos ex-escravos.

Esses ex-escravos nasceram justamente num momento em que ocorriam transformações importantes na composição étnica da escravaria dos engenhos do Recôncavo. Sabemos que com a extinção do tráfico Atlântico, em 1850, a população africana sofreu diminuição progressiva nos engenhos. Em 1853, existiam 153 escravos no Engenho da Cruz, destes 68 eram africanos. Entre 1860 e 1870, os africanos foram substituídos por escravos nascidos no Brasil. Nos assentos de batismos daqueles anos verificamos que das 22 mulheres escravas que levaram os filhos à pia batismal e para as quais pudemos com segurança identificar a cor ou a filiação étnica,

apenas 4 eram africanas, as demais eram crioulas e pardas. Tudo indica que após a morte do sogro do barão do Iguape, o engenho recebeu cativos de outras localidades, pois das 26 escravas que levaram os filhos à pia batismal apenas 7 haviam pertencido ao antigo senhor.

Pesquisando os assentos de batismos celebrados entre 1888 e 1902, localizamos alguns dos ex-escravos acima mencionados. Através das informações colhidas naqueles registros foi possível acompanhar suas trajetórias. O sobrenome e o local em que aconteciam os batismos serviram de guias na identificação dos ex-escravos do engenho. Vejam-se alguns nomes. Em 22 de fevereiro de 1893, batizou-se Benício, com sete meses, filho da nossa conhecida Eduvigem Dutra; a solenidade foi realizada no oratório do Engenho da Cruz. A madrinha do menino foi a ex-escrava Justina Dutra, que aparece na lista de pagamentos de 1888⁴⁶. No dia 13 de maio de 1893, no oratório do engenho, batizou-se a recém-nascida Maria de São Pedro, filha da ex-escrava Esmeralda Dutra. Foram padrinhos os ex-escravos Antioco Bernardo Dutra e Maria da Glória Dutra⁴⁷. Certamente, a escolha desse dia não foi ao acaso, os pais e todos que ali nasceram escravos sabiam muito bem qual o significado daquela data em suas vidas. Em 25 de setembro de 1893, no oratório do engenho, batizou-se Maria, com um ano de idade, filha de Gabriel Pereira Dutra e Maria Ferreira Dutra. O ex-escravo Quintino Dutra figurava como padrinho⁴⁸.

Vê-se também que as crianças nascidas entre 1857 e 1870 tornaram-se o núcleo da comunidade de libertos que residia e trabalhava no engenho após a abolição. Foram eles que geraram a primeira geração de descendentes de escravos nascidos depois da liberdade. Os dados acima e os que veremos adiante mostram que grande parte dos ex-escravos do Engenho da Cruz adotou o sobrenome do antigo senhor. E isso não deve nos surpreender, muitos ex-escravos fizeram o mesmo em outras regiões de passado escravista. Adotar o sobrenome dos ex-senhores talvez significasse para os libertos uma escolha estratégica. Trazer o sobrenome Dutra possivelmente fosse uma forma de se movimentar num mundo em que as relações pessoais eram decisivas para a sobrevivência. Em algumas situações, carregar o sobrenome de uma família poderosa poderia fazer alguma diferença. Talvez por isso a

adoção do sobrenome fosse algo bastante flexível entre os ex-escravos. Quando residia no Engenho Calembá, Andreлина trazia o sobrenome Bulcão, provavelmente sobrenome da família dos antigos senhores. Quando passou a residir no Engenho da Cruz, depois de 1889, deixou-se assinar com o sobrenome Dutra. Tudo indica que a adoção do sobrenome deveria obedecer à condição de moradia do ex-escravo com o dono da terra. Além disso, compartilhar o mesmo sobrenome poderia ser uma forma de fortalecer os vínculos e a identidade do grupo. Assim, ligavam-se várias famílias numa rede de parentesco que tinha por base o passado comum de escravidão⁴⁹.

Como vimos mais anteriormente, desde meados do século XIX, os batismos ocorriam freqüentemente entre o Natal e o dia de Reis e, quase sempre, era celebrado no oratório do engenho. Ocorre que, depois da abolição, os batismos passaram a ocorrer em datas diversas ao longo do ano; logo que as crianças completavam alguns meses de vida, os pais as levavam à pia batismal. Nota-se também que boa parte das solenidades passou a ser realizada na matriz do Iguape. Isso pode significar que os ex-escravos estavam exercitando sua liberdade de escolha, batizando os filhos em local e data de suas preferências. Pode indicar também que os Dutra não estavam franqueando o oratório particular a indivíduos que já não estavam mais sob seus domínios.

Sem dúvida, os anos que seguem a abolição foram momentos de afirmação de liberdade em vários sentidos. Um deles foi a maior incidência de casamentos entre moradores do engenho. Isso significa que alguns ex-escravos aproveitaram aquele momento para legitimar uniões informais, adotar ou revelar seus sobrenomes. Sacramentar as uniões informais perante o padre ou o juiz talvez fosse uma forma de afirmação do novo *status* de livre.

Através dos livros de *Registro de casamentos da freguesia do Iguape* dos anos de 1888 a 1902 obtivemos mais informações sobre os destinos de alguns dos ex-escravos. Por eles soubemos que, em 1889, Maria dos Reis, que trabalhava como “chegadeira de canas”, casou-se na matriz do Iguape com José Fábio Dutra. Ele tinha trinta e cinco anos, filho de Generosa, e ela vinte e oito, filha de Felismina, portanto era irmã de Eduvigem⁵⁰. A realização da cerimônia na matriz do Iguape e não no

oratório do engenho pode significar maior autonomia dos libertos para escolherem o local do casamento. Aliás, dos nove casamentos registrados entre 1889 e 1899, seis deles foram celebrados na matriz do Iguape. Revendo os assentos de nascimento depositados no Cartório do Iguape constatamos que naquele mesmo ano um certo Fabiano dos Reis Dutra registrou o nascimento do filho Cândido tido com Maria dos Reis Dutra⁵¹. A diferença do nome pode ter sido erro de um ou outro escrivão, mas pode também refletir a hesitação de José Fábio ou Fabiano em definir seu nome de liberto.

Localizamos também um filho de Leopoldina Dutra, ex-escrava, chamado Gabriel Dutra, vinte e cinco anos, casando-se com Maria Leopoldina Gomes, vinte anos. Em 8 de fevereiro de 1892, outro conhecido, Jecundo Dutra casou-se com Ricardina Dutra, gravemente enferma. Pela lista de trabalhadores de 1888, sabemos que ele trabalhava no engenho como carreiro. Quando casou, residia no Engenho Acutinga, cerca de três quilômetros do local em que servira como escravo. Possivelmente, de lá se mudara depois da abolição⁵². Em 26 de junho de 1892, logo após os festejos do São João, casaram-se Etelvina e Valério Dutra, cerimônia realizada no oratório do engenho. Como foi detectado acima Etelvina aparece na lista de 1888 como doméstica (“gente da casa”) e Valério aparece como “feitor de pé de moenda”. Foram padrinhos os ex-senhores Luís Rodrigues Dutra e sua mulher Amélia Rodrigues Pereira Dutra, o que sugere uma maior aproximação pessoal entre estes ex-escravos e os antigos senhores⁵³.

Os livros de registro de nascimento e óbito guardados no Cartório Civil do Iguape revelam outros detalhes da vida daqueles ex-escravos. Em 2 de janeiro de 1889, compareceu ao distrito de paz do Iguape o ex-escravo Manoel Dutra, declarando que no dia anterior, às duas horas da madrugada, no Engenho da Cruz, sua amásia Adelaide Dutra, filha de Virgina Dutra, dera à luz um menino chamado Silvestre. Em 9 de maio de 1889, registrou-se o nascimento de Felipa, filha do casal Valério Manoel e Helena Dutra. Em 20 de junho daquele ano, compareceu também Silvano Dutra, afirmando que há cinco dias sua irmã Esmeralda Dutra dera à luz um menino chamado Cristiano. Ela era solteira e como sabemos filha de Maria do

Nascimento. Em 30 de setembro de 1890, o vaqueiro Militão da Silva, amasiado com a ex-escrava Maria do Rosário, registrou o nascimento das filhas gêmeas, Maria Felipa e Maria Paula⁵⁴.

Os assentos de óbitos revelam-nos outros pedaços de vida destes ex-escravos. As breves palavras dos escrivães mal escondem a precariedade da vida que levavam. Em 28 de dezembro de 1889, Andreлина Bulcão (que se deixou assinar também como Andreлина Dutra), esposa de Máximo Damaceno, apresentou-se ao Cartório do Iguape para registrar o falecimento da filha, Maria das Virgens, segundo declarou, por causa de vermes. Em 8 de maio de 1890, faleceu de parto Braulia Dutra, trinta e cinco anos, filha de Leonarda, ambas ex-escravas. Em 20 de julho de 1897, a ex-escrava Adelaide Dutra voltou a notificar o falecimento de uma outra filha, chamada Francisca, que “morreu de dentição”⁵⁵.

Foi um tempo difícil em que filhos e netos enterraram os últimos africanos, os elos vivos que tinham com a África. Em 5 de junho de 1891, o liberto Policarpo Dutra declarou que às 3 horas da madrugada faleceu o africano Mateus Dutra, sessenta e cinco anos, solteiro, sepultado no cemitério Santo Antônio. Em 12 de janeiro de 1896, Barnabé do Espírito Santo notificou a morte de Júlio Dutra, africano, sessenta anos. Em 29 de março de 1897, Manoel Dutra registrou o falecimento de sua mãe, Silvéria Dutra, setenta anos, africana, sepultada no cemitério Santo Antônio⁵⁶. Na lista de pagamentos de 1888, os africanos acima citados ainda trabalhavam no setor de moagem.

As evidências até aqui reunidas, permitem afirmar com segurança que parte dos ex-escravos permaneceu no Engenho da Cruz muitos anos depois de abolida a escravidão. Possivelmente, o mesmo ocorreu em alguns outros engenhos da região. Mas não se pense que permaneceram por fidelidade aos ex-senhores. Para alguns, a permanência no engenho representou a possibilidade de garantir a posse de alguns bens e direitos que duramente conseguiram acumular durante a escravidão. Especialmente, os que tinham ofícios especializados devem ter contado com maiores possibilidades de acesso à terra na condição de moradores. Por relatos orais sabemos que o crioulo Máximo se tornara feitor e tudo indica que permaneceu no Engenho da

Cruz até o fim da vida. Segundo um antigo morador do engenho, dos trabalhadores oriundos da escravidão, era ele o único que possuía animal de montaria. Temos o caso também de Idelfonso que, segundo este mesmo informante, “vivia sobre si” cultivando roça nas terras do engenho. O “viver sobre si” era uma das condições de quem vivia sem depender ou trabalhar para outrem e, possivelmente, muitos dos que ainda residiam na freguesia do Iguape deveriam viver fora dos domínios dos ex-senhores.

Vários conflitos ocorreram como consequência da forma como os libertos definiram os limites da dependência. Em 8 de junho de 1893, Luís Rodrigues Dutra escreveu ao comissário de polícia da freguesia do Iguape denunciando Firmino Bulcão, morador nas terras do vizinho Engenho Acutinga, por tê-lo insultado com palavras que atingiram sua “honra”. Disse que naquele dia estava na porta de sua residência quando viu o acusado passar trazendo à cinta uma garrucha (arma de fogo) e um comprido facão; admoestou-o a guardar as armas, pois não permitia pessoas armadas em suas terras. À certa distância, o acusado começou a insultá-lo. Um carpina que trabalhava no engenho ouviu Firmino dizer “que não estava contando com muleta de corno nenhum”. Um outro morador ouviu-o afirmar que Luís Rodrigues não tinha porque desarmá-lo, não tinha nada dele, e ameaçou levantar 5 mil réis para denunciá-lo nos jornais da cidade. Um trabalhador que estava na olaria ouviu Firmino dizer que “não era dos moleques do Engenho da Cruz”⁵⁷.

Esse episódio permite-nos algumas reflexões. Pelo sobrenome que carregava, Firmino deve ter sido cativo da família Bulcão, proprietária do Engenho Acutinga, que fazia fronteira ao Engenho da Cruz. Portanto, Dutra sabia estar se dirigindo a um ex-escravo e esperava a obediência dele. O incidente revela-se importante pelas palavras que Firmino utilizou para, veementemente, defender a prerrogativa de carregar as próprias armas. Firmino Bulcão viu na admoestação do senhor uma intromissão indevida em sua condição de homem livre e por isso ameaçou denunciá-lo nos jornais. Esta ameaça parece estar ligada às experiências dos últimos anos da escravidão, quando ex-escravos e abolicionistas utilizaram as denúncias em jornais como meio de enfrentamento dos senhores que castigavam ou ameaçavam a liberdade

de antigos cativos. Ao reagir, dizendo que não contava com muleta de ninguém, queria deixar claro que era pessoa independente. A referência aos “moleques”, termo utilizado durante a escravidão para nomear escravos moços, buscava salientar a diferença de sua condição e a dos que viveram nas terras do antigo senhor na condição de escravos.

Deve-se observar também que, depois da abolição, a comunidade de ex-escravos do Engenho da Cruz vinha sofrendo transformações decisivas. O ingresso de ex-escravos que abandonaram propriedades vizinhas e mesmo a contratação de “catingueiros” modificaram as relações cotidianas dentro do engenho. Um levantamento feito com 17 trabalhadores do engenho que aparecem em processos crimes entre 1889 e 1894 indica que a composição da população de trabalhadores vinha sofrendo algumas modificações importantes. Daquele número, apenas 5 pertenciam à lista de trabalhadores de 1888, os demais se estabeleceram ali depois da abolição. A maioria dos novatos era oriunda de localidades próximas do Iguape, possivelmente fossem ex-escravos. É possível que os ex-escravos mais jovens estivessem se movimentando em busca de trabalhos em engenhos e cidades da região. Essa movimentação intensificou tensões e conflitos entre os que chegavam e os que há muito estavam estabelecidos.

Essas tensões podiam se manifestar em forma de drama familiar. Na manhã de 5 de abril de 1889, a ex-escrava Isabel Bulcão, junto com outras mulheres, lavava roupas às margens do rio Acú, em terras do Engenho da Cruz, quando foi gravemente ferida à faca pelo amásio Possidônio Bulcão. Isabel chegou a ser conduzida ao hospital da Misericórdia, em Cachoeira, mas depois de quatro dias não resistiu aos ferimentos e faleceu. Algumas testemunhas ouviram Possidônio dizer que matara a amásia porque ela o trocara por um tal Fortunato. O nome de Fortunato não aparece na lista de trabalhadores de 1888, possivelmente fosse um ex-escravo que para ali emigrara depois da abolição e conquistara o coração de Isabel. No corpo de delito, os peritos descreveram Isabel como uma mulher de cor “parda”, aparentando vinte e dois anos⁵⁸.

Desse processo podemos fazer algumas ponderações sobre a trajetória do casal de ex-escravos. Sabemos que Isabel Bulcão foi escrava do Engenho Calembá, propriedade da filha do barão do Iguape, Maria Rodrigues Pereira Bulcão. O Calembá passara ao domínio de Maria Rodrigues depois da morte da mãe, ocorrida em 1881, ocasião em que foi feita a partilha dos bens do casal. Segundo os dados da partilha, Isabel era filha da africana Claudiana e tinha uma irmã chamada Margarida. Examinando o *Livro de Batismos da Freguesia do Iguape* (1856-1871) verificamos que Isabel, “parda”, foi batizada em 7 de janeiro de 1864, com dois meses, filha natural de Claudiana, escrava do então tenente-coronel Inácio Rodrigues Dutra⁵⁹. Provavelmente, depois da abolição, Isabel retornou ao Engenho da Cruz, quem sabe para ficar próxima de parentes que lá viviam.

Sobre Possidônio Bulcão não conseguimos levantar mais detalhes sobre o seu passado além daqueles que aparecem no processo; tinha cinqüenta e dois anos, filho de Leocadia (falecida), “profissão agrícola”, natural da freguesia do Iguape, nascido no Engenho Acutinga e sobrevivia de “trabalhar na eichada e foíce”. O sobrenome, possivelmente escolhido depois da abolição, denuncia seu passado escravo sob domínio da família Bulcão, que era também proprietária do Engenho Calembá onde residia e trabalhava na roça.

Possidônio Bulcão foi a julgamento no fórum de Cachoeira e teve como advogado o abolicionista Antônio José Balieiro⁶⁰. A defesa escrita por Balieiro é uma peça interessante do processo porque seus argumentos ainda trazem a marca das contendas abolicionistas. Ao contestar a decisão do júri de condenar Possidônio às galés perpétuas na primeira instância, Balieiro afirmou que os jurados foram movidos por “ódio velho” e pelo “amor arraigado à escravidão, esse abutre que há muito deveria ter desaparecido d’entre nós”. Segundo o advogado o rigor da condenação devia-se ao fato de Possidônio ter sido liberto pela lei de 13 de Maio e os jurados serem inimigos daquela lei. A despeito do empenho e dos argumentos de Balieiro, a condenação às galés perpétuas foi confirmada pelo Superior Tribunal, em 1891. No entanto, em 11 de maio de 1892, como por ironia, a dois dias do quarto aniversário da abolição, o ex-escravo Possidônio faleceu na Casa de Prisão da capital. Na certidão

de óbito, constava apenas que era de “cor preta” sendo a causa provável da morte um diabetes que há muito sofria.

Memórias do pós-abolição

Para captar mais alguns aspectos das trajetórias dos ex-escravos do Engenho da Cruz contamos com o valioso depoimento de um antigo morador, Manoel Araújo Ferreira, mais conhecido como Manoelzinho. Ele nasceu em 1904, num povoado do agreste baiano chamado Tanquinho de Feira. Quando tinha três anos de idade, o pai e um tio emigraram com toda família para o Recôncavo, segundo ele “vinham corridos da seca” e à procura de emprego nas plantações de cana. Nosso informante era o mais novo dos três filhos da família Ferreira. Na época, os retirantes que migravam sazonalmente para o Recôncavo eram chamados de “catingueiros”. Depois da abolição e diante do que os senhores de engenho chamaram de “desorganização do trabalho”, a mão-de-obra dos catingueiros tornou-se bastante requisitada na região. Mas para aquela família, o que era apenas uma estadia provisória, enquanto não chovesse no sertão, tornou-se moradia permanente. No Engenho da Cruz, Manoelzinho fez de tudo, trabalhou no serviço da casa como copeiro, cuidou da horta e do jardim. Mais tarde ganhou a confiança dos Dutra e passou a administrador.

Os depoimentos são fundamentais para o presente trabalho, não apenas porque Manoelzinho teve acesso à intimidade da casa-grande, como conheceu alguns dos antigos escravos do engenho. Chegando ali em 1907, dezenove anos depois da abolição, teve oportunidade de conhecer e relacionar-se com pessoas que, segundo disse, “vieram da escravidão”, alguns dos quais foram relacionados anteriormente. Foi emocionante ouvi-lo falar de pessoas que até então eram apenas nomes que eu havia lido nas folhas amareladas das listas de pagamentos, nos assentos de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos da freguesia do Iguape.

Manoelzinho se disse um curioso pelas coisas do passado; sempre que podia, “reservadamente”, conversava com os moradores que “vieram da escravidão”. Por

vezes, quando os homens iam receber dinheiro ou quando as mulheres iam buscar água na fonte que havia no fundo do sobrado, aproveitava para perguntar-lhes sobre o passado escravo. Notamos que o passado transmitido ao nosso informante trazia imagens clássicas da escravidão nos engenhos: os escravos saindo bem cedo das senzalas, levando nas costas um saco com alimentos; o trabalho duro no eito desde o amanhecer até o anoitecer; a supervisão do feitor carregando uma vara com tiras de couro na ponta; as artimanhas para “pegar do senhor” alguma galinha ou carneiro quando desejavam variar a dieta. A rotina era quebrada apenas nos dias santos, especialmente nos dias de Reis e Santo Antônio, quando se reuniam no terreiro que havia em frente do engenho para sambar e jogar capoeira.

A prodigiosa memória do nosso informante revelou serem bem diferentes as lembranças que os antigos senhores guardavam da escravidão. Manoelzinho chegou a conhecer Luís Rodrigues Dutra e sua esposa “Dona” Amélia, filha do barão do Iguape. Segundo ele, os dois tinham reputação de terem sido senhores “bons”, mas ao falarem da escravidão sempre lamentavam a forma como foi encaminhado o processo de abolição e deploravam suas conseqüências. Isso demonstra que a perda de controle sobre mão-de-obra escrava ainda era algo marcante e traumático nas memórias dos ex-senhores. Luís Rodrigues Dutra costumava dizer que, depois da abolição, “os senhores deixaram de mandar para serem mandados”, um exagero que refletia a insatisfação do ex-senhor com as relações que se estabeleceram após a lei de 13 de maio.

Entre os moradores que fizeram parte da escravatura e que ainda moravam no engenho no seu tempo de menino, lembrou-se da “preta” Andreлина e do marido Máximo Damaceno, Cristiano, carreiro (segundo ele, irmão de Máximo), Policarpo (irmão de Andreлина), Leonarda, Justino (apelidado Pajoba), Tomás, Rodolfo, Esmeralda, Teodora, Valério, ferreiro, Fábio ou Fabiano, Andreza e Idelfonso, nomes que aparecem nas listas de pagamento de 1888. Portanto, os depoimentos do nosso informante são confirmados pelas informações colhidas na documentação da época e ainda acrescentam alguns detalhes importantes sobre alguns grupos familiares de escravos que residiam no engenho. Contou-nos que Andreлина e Máximo Damaceno

moravam numa casa de taipa, coberta de telhas, próxima ao sobrado dos antigos senhores. Quando os conheceu já eram bastante idosos, tinham três filhos, Francisco, apelidado Chico de Máximo, Felipa e Maria do Carmo⁶¹. Ferreira recordou-se que Máximo ocupava o posto de “feitor da lavoura”; segundo disse, era um “preto” já velho, quieto e “muito sério”.

Nosso informante revelou alguns detalhes que ajudam a definir alguns lugares que esses ex-escravos ocupavam na comunidade. Segundo ele, Andreлина realizava periodicamente em casa um “batucagé”, possivelmente fosse mãe de santo. Policarpo, irmão de Andreлина, vivia numa roça a certa distância do engenho, tinha mulher e filhos. Era um homem “respeitado e procurado pelos moradores do lugar”, pois era conhecedor do poder curativo das ervas. Era também “puxador de rezas” nas festas de santo; especialmente no dia de Reis e nas novenas de Santo Antônio, era ele quem entoava cânticos e rezava.

Segundo Manoelzinho, todos viviam “sobre si”, “habitando casas simples”, algumas chamadas ainda de senzalas, plantando roças nos fundos das casas e trabalhando na lavoura dos antigos senhores. Muitos pagavam “comissão” aos Dutra para beneficiar a mandioca na casa de farinha do engenho. Eles plantavam roças nas terras concedidas pelos antigos senhores com a obrigação de prestar um dia de serviço na lavoura do engenho, era o que chamavam de “pagar renda”, que ocorria geralmente na segunda-feira de cada semana. Nos outros dias, os proprietários tinham que pagar por qualquer serviço realizado. Mas observou que alguns se utilizavam da “malandragem” e da “manha” para se esquivarem daquela obrigação.

Portanto, a permanência para alguns libertos significou a possibilidade de manter o acesso a parcelas de terra para o plantio de roças, garantir a sobrevivência da comunidade e preservar valores culturais próprios. Para Andreлина foi a possibilidade de continuar a cultivar seus deuses. Para eles foi a chance de “viver sobre si”, embora ainda estivessem ligados aos antigos senhores por laços de dependência. No entanto, a decisão de permanecer na propriedade não era algo definitivo. Algumas evidências de saída de libertos do Engenho da Cruz podem ser detectadas na documentação. Na lista de pagamentos de 1888 constatamos que até

setembro daquele ano Jacinto Dutra fazia parte da “gente da casa” do engenho. Em 1894, o localizamos residindo no Engenho Desterro, na freguesia do Iguape, envolvido numa briga com um morador residente na mesma propriedade⁶². Falando dos filhos dos ex-escravos que conheceu, Manoelzinho contou que muitos deixaram o engenho assim que chegaram à idade adulta. Um dos filhos de Máximo e Andrelina foi morar na povoação do Iguape e anos depois as duas moças se mudaram para Cachoeira; recordou-se que nessa cidade Maria do Carmo trabalhou como empregada doméstica. Os filhos de Policarpo e Idelfonso migraram para Salvador.

Possivelmente, indivíduos pertencentes à primeira geração de descendentes de libertos no 13 de maio migraram para outras localidades. A maioria deve ter se estabelecido em localidades do Recôncavo, não muito distantes do local em que nasceram e onde ainda viviam os parentes. Foi uma geração que chegou à idade adulta com outras expectativas de sobrevivência. Mas como veremos adiante, eles logo perceberam que para onde fossem a luta pela liberdade tornou-se algo permanente em suas vidas.

Notas

¹ . Pedro Calmon, *Memórias*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. 40.

² . Ver Isaias Alves, *Matas do sertão de baixo*, p. 46.

³ . Estudos sobre o pós-abolição em outras regiões escravistas das Américas constataram que parte dos ex-escravos permaneceram nas antigas localidades. Barbara Fields, *Slavery and freedom*, p. 190. Ver também Leon Litwack, *Been in the storm so long*, pp. 243.

⁴ . Ver L. Litwack, *Been in the storm*, p. 228.

⁵ . Grande parte das reflexões feitas neste capítulo inspira-se nas reflexões de Rebecca Scott em seu artigo, “Exploring the meaning of freedom: postemancipation societies in comparative perspective”, in *The Abolition of slavery and the aftermath of emancipation in Brazil*, pp. 19-21. Não descartando a opressão que se seguiu à abolição, a autora propõe a compreensão das iniciativas e escolhas dos ex-escravos como parte fundamental das relações que se estabeleceram no pós-abolição em diversas partes das Américas, inclusive Brasil.

⁶ . A respeito destas informações, ver ASCMSA, *Livro de entrada de doentes da Santa Casa*, 1906-1913.

⁷ . Ver APEB, *Inventários*, 8/3444/4 (1887-1891), fl. 548, inventário da baronesa de Pirajá, lista de escravos do Engenho Pouco Ponto, em 1887; ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n.

⁸ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1911-1913), fl. s/n; ver também APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887), fl. 73, inventário da baronesa de Pirajá.

⁹ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes*, 1906-1913.

¹⁰ . Os dados sobre Rio Fundo encontram-se em CRCRF, *Livro de registro de Nascimento, número 1* (1889-1919); as informações sobre Santana de Lustosa foram colhidas no CRCSL, *Livro de registro de Nascimento, número 1* (1889-1900).

¹¹ . Depoimento de Francisco Ambrósio, em 21 de julho de 2003.

¹² . O Tempo, 1º de janeiro de 1889, p.2. A frase está inserida numa denúncia de que rapazes se utilizaram clandestinamente de animais de montaria alheios durante a noite de natal do ano de 1888 para se deslocarem até a povoação de Belém.

¹³ . Hebe Castro, *Das cores do silêncio*, p. 355, chama atenção para a importância social dos laços familiares e pessoais para a inserção dos libertos no mundo rural do Sudeste brasileiro. Estes laços tiveram grande peso na decisão de permanecer nas propriedades.

¹⁴ . Sobre a história de Anacleto Urbano da Natividade ver Fayette Darcell Wimberly, “The African liberto and the bahian lower class: Social integration in nineteenth-century Bahia, 1870-1900”, Tese de doutorado, Berkley, University of California, 1988, pp. 190-191. Wimberly se apoiou em depoimentos de Yeda Bahia dos Santos, descendente de Anacleto.

¹⁵ . Leon Litwack, *Been in the storm so long*, p. 220, chama a atenção para as questões colocadas pela permanência dos ex-escravos nas localidades do sul dos Estados Unidos.

¹⁶ . Através do caso específico da Martinica, Dale Tomich chama a atenção para a forma como os libertos que permaneceram nas propriedades açucareiras depois da emancipação procuraram modificar as relações cotidianas de trabalho. Sobre os argumentos do autor acima citado, ver Mary Turner (org.), *From chattel slaves to wage slaves* (London, 1995), pp. 241-254.

¹⁷ . ACMS, *Livro de registros de casamentos*, Freguesia do Iguape (1857-1902), fls. 161v-169.

¹⁸ . AJFAP, *Caderneta de receitas e despesas* (1911-1912), anotações de Pinho Júnior.

¹⁹ . Sobre o depoimento de ex-escravo Argeu, ver *O Escudo Social*, 14 de outubro de 1933, p. 2.

²⁰ . AMSA, *Processos crimes*, (1903), fls. 1-11.

²¹ . Ver Xavier Marques, *As voltas da estrada*, p. 198. Esta é uma frase do ex-escravo Nasário Ribeiro ao justificar sua ascensão social e política na cidade de Amparo.

²² . Mauricio Lamberg, *O Brasil*, p. 197.

- ²³ . Ver Gastão Sampaio, *Feira de Santana e o vale do Jacuipe*, Salvador, Bureau Gráfica e Editora, 1982, p. 119. A referência aos moradores de Baixa Grande, Engenho da Cruz, foi feita por Manoel Araújo Ferreira, em entrevista de 7 de dezembro de 2002.
- ²⁴ . APEB, *Processos crimes*, 9/310/19 (1891), fls. 2-53v. O juiz de Direito da Vila de São Francisco, Benigno Dantas de Brito anulou o processo por questões puramente formais, tudo indica para proteger o senhor de engenho.
- ²⁵ . APEB, *Processos crimes*, 32/1152/8 (1892), fls. 1-14v. O processo foi instaurado no fórum da cidade de São Félix, em 24 de março de 1892. Apesar de negar a autoria do crime, Pedro foi condenado no grau máximo do artigo 304 do Código Criminal e condenado a 4 anos de prisão.
- ²⁶ . APEB, *Processos crimes*, 32/1143/5 (1896), fls. 2-9.
- ²⁷ . APEB, *Processos crimes*, 26/915/7 (1893), fls. 2-10v. Assis denunciou o senhor de engenho de tentar deflorar uma irmã menor e por ser descoberto vinha perseguindo toda sua família. O inquérito não resultou em processo, pois o juiz, claramente protegendo Bitencourt, entendeu que as agressões infligidas provocaram “ferimentos simples”, segundo ele sem conseqüências graves para o ofendido.
- ²⁸ . Ver entrevista com o liberto Argeu, em *Escudo Social*, 14 de outubro de 1933, p. 2.
- ²⁹ . José Lins do Rego, *Meus verdes anos (Memórias)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, pp. 205. O romancista nasceu em 1901 e passou boa parte de sua infância no Engenho Corredor, pertencente ao avô materno.
- ³⁰ . Idem, *ibidem*, pp. 61-62.
- ³¹ . Ver José Lins do Rego, *Menino de engenho*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. Este romance teve sua primeira publicação em 1932. É um livro que se baseia nas experiências pessoais do autor no engenho do avô, onde viveu boa parte da infância.
- ³² . Idem, *ibidem*, p. 205, 296-297.
- ³³ . APEB, *Processos cíveis*, 6245/15 (1897), fls. 2-5v. A petição foi escrita por Henrique Cândido Xavier de Meneses. O juiz passou mandato em favor de Nicácio. Em 27 de outubro de 1897, J. Scoth compareceu ao juizado e afirmou que Nicácio só tinha direito a 4 tarefas de canas e que quanto ao fumo e à mandioca ele havia plantado sem o seu consentimento.
- ³⁴ . Ver Pedro Celestino da Silva, “Notas e impressões sobre o districto de S. Thiago do Iguape”, *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Bahia, v. XXVI, 1938, pp. 418-419. As observações feitas por Celestino são datadas de 1917.
- ³⁵ . A narrativa deste acontecimento foi feita a partir de depoimentos de José Luís Barbosa Dutra, bisneto do barão do Iguape, em 18 de fevereiro de 2002. Estas informações chegaram a ele através do pai que na época da abolição era adolescente e testemunhou aqueles fatos. Com algumas alterações, esse mesmo caso me foi contado por um antigo administrador do engenho, Manoel Araújo Ferreira, conhecido como Manoelzinho, em entrevista concedida em 7 de dezembro de 2002.
- ³⁶ . APEB, *Inventários*, 2/519/964/17 (1888-1892), inventário do barão do Iguape, fls. 8 a 15.
- ³⁷ . Ver B. Barickman, “Até a véspera”, pp. 178-179.
- ³⁸ . Quem nos contou este caso foi um antigo morador e administrador do Engenho da Cruz, chamado Manoel Araújo Ferreira, em entrevista concedida em 7 de dezembro de 2002.
- ³⁹ . ARC, *Inventários*, Caixa sem numeração (1853), inventário de Tomé Pereira de Araújo.
- ⁴⁰ . Segundo Schwartz, *Segredos internos*, p. 132, os cativos empregados na casa das caldeiras eram em geral mulatos ou crioulos, que podiam ser ensinados desde bem novos para sua ocupação. No setor de moagem era necessário experiência no manejo das temperaturas e no preparo do açúcar, algo que se aprendia ao longo do tempo. A presença de trabalhadores jovens na moagem pode estar relacionado ao fato de terem herdado a experiência com os pais.
- ⁴¹ . ACMS, *Livro de batismos da freguesia do Iguape* (1856-1871), os assentos de batismos citados podem ser encontrados nas folhas: 113, 160, 201, 230v, 274v, 345.
- ⁴² . ACMS, *Livro de registro de batismos da freguesia do Iguape* (1856-1871), fl. 306v.
- ⁴³ . Ver CRCI, *Livro de registro de óbitos do distrito do Iguape*, s/n (1889-1900), fls. 57, 85, 145.
- ⁴⁴ . ARC, *Inventários*, Caixa sem numeração (1853), inventário de Tomé Pereira de Araújo.
- ⁴⁵ . APEB, *Livro de notas do tabelionato de Cachoeira*, n.º. 90, fl. 40; escritura de venda do Engenho da Cruz feita por Manoel Pereira de Macedo Aragão para Tomé Pereira de Araújo, em 27 de setembro de 1826.

-
- ⁴⁶ . ACMS, *Livro de registro de batismos da freguesia do Iguape* (1893-1902), fl. 6.
- ⁴⁷ . ACMS, *Livro de registro de batismos da freguesia do Iguape* (1893-1902), fl. 5.
- ⁴⁸ . ACMS, *Livro de registro de batismos da freguesia do Iguape* (1893-1902), fl. 50v.
- ⁴⁹ . A respeito da relação entre a adoção do nome e a construção de identidades na cidade de Campinas, ver Regina Xavier, *A construção da liberdade*, pp. 114-115.
- ⁵⁰ . ACMS, *Livro de registro de casamentos da freguesia do Iguape* (1857-1902), fl. 201. Neste trabalho analisei apenas os assentos de casamentos de 1888 a 1902.
- ⁵¹ . CRCI, *Livro de registros de nascimento do distrito do Iguape*, n.º. 1 (1888-1897), fl. 61v.
- ⁵² . ACMS, *Livro de registros de casamento da freguesia do Iguape*, n.º. 1 (1857-1902), fl. 160.
- ⁵³ . ACMS, *Livro de registros de casamento da freguesia do Iguape*, n.º. 1 (1857-1902), fl. 161v.
- ⁵⁴ . CRCI, *Livro de registros de nascimento do distrito do Iguape*, n.º. 1 (1889-1897), fls. 1, 21, 62v e 69.
- ⁵⁵ . CRCI, *Livro de registro de óbitos do distrito do Iguape*, s/n (1889-1900), fls. 46, 65v.
- ⁵⁶ . CRCI, *idem*, fls. 56v, 85v, 145.
- ⁵⁷ . APEB, *Processos-crimes*, 15/309/12 (1893), fls. 2-10.
- ⁵⁸ . APEB, *Processos-crimes*, 4432 (1891), Sumário de culpa contra Possidônio Bulcão impetrado pelo promotor público de Cachoeira, em 1899.
- ⁵⁹ . ACMS, *Livro de registros de batismo da freguesia do Iguape* (1856-1871), fl. 210v.
- ⁶⁰ . Antônio José Balieiro era advogado e participou do movimento abolicionista na cidade de Cachoeira. Atuava principalmente na defesa de escravos em ações de liberdade.
- ⁶¹ . CRCI, *Livro de registros de nascimento da freguesia do Iguape*, n.º. 1 (1889-1897), fl. Rasurado, consta registro de nascimento de uma filha de Andreлина e Máximo chamada Maria do Carmo. Andreлина e Máximo Damaceno casaram-se em 23 de novembro de 1896, na matriz do Iguape, e até então viviam “amancebados e com prole”. Estes dados encontram-se em ACMS, *Livro de registros de casamento da freguesia do Iguape*, n.º. 1. (1857-1902), fls. 160, 161v e 176v.
- ⁶² . APEB, *Processos-crimes*, 12/419/10 (1894), fls. 11-13. Severiano Pinto faleceu no hospital da Misericórdia de Cachoeira no dia seguinte ao crime. Jacinto fugiu e até novembro de 1894 não havia sido localizado.

TRAJETÓRIAS DE UMA COMUNIDADE DE LIBERTOS

No capítulo anterior, buscamos rastrear trajetórias de pessoas e de grupos familiares egressos da escravidão enfatizando suas interações cotidianas com os ex-senhores. Neste, pretende-se aprofundar o entendimento das transformações que ocorreram no interior de uma comunidade de ex-escravos entre os últimos anos do século XIX e a primeira década do XX e como o fim do cativo afetou a organização desse agrupamento e norteou padrões de inserção dos antigos cativos no mundo rural. Ao explorar esta dimensão das experiências dos ex-escravos no pós-abolição, pretendemos também demonstrar que suas escolhas e decisões foram norteadas pelas vivências comunitárias e pelos laços familiares penosamente engendrados ao longo da vida escrava.

A comunidade em foco estava estabelecida nas terras do Engenho Pitinga, freguesia do Rosário, em Santo Amaro. Para este engenho contei com registros detalhados dos escravos nos anos de 1871, 1883 e 1887. O engenho pertencia a José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o barão de Pirajá. Com a morte da baronesa, em 1862, os bens do casal passaram por detalhado inventário. Por diversas razões, inclusive a saúde debilitada do barão, o inventário só teve início em março de 1871 e se estendeu até depois de sua morte, em fevereiro de 1888. Pelo levantamento feito em 1871, Pirajá possuía nos seis engenhos de Santo Amaro 379 escravos e 18

ingênuos distribuídos entre os engenhos São Miguel (41), Botelho (45), Nossa Senhora do Desterro (59), Conde (106) e Pitinga (128). Além destes, ele contava com os serviços de 17 cativos em sua residência, na cidade do Salvador¹.

De 1871 a 1883, a propriedade escrava do barão sofreu pequeno decréscimo. No início do período inventariou-se 379 escravos e após doze anos este número cairia para 314; um desfalque de 17,2 por cento da mão-de-obra. De 1883 a 1887, a perda de cativos foi mais acentuada nos domínios do barão de Pirajá, um reflexo do agravamento da crise do sistema escravista. Em 1887, contou-se apenas 196 escravos, uma perda de 37,6 por cento da mão-de-obra em quatro anos. Mas em comparação com os outros engenhos, o Pitinga não sofreu desfalque tão acentuado ao longo daquele período, em 1887 ainda residiam ali 93 cativos. Provavelmente, era a propriedade mais rentável e o barão deve ter concentrado nela a maior parte da escravaria que lhe restava². Tudo indica que nos últimos anos do século XIX, os outros engenhos se tornaram meros fornecedores de cana ao Pitinga. Mas a propriedade apresentava sinais claros de declínio do patrimônio; ao longo daqueles anos, não se modernizou tecnologicamente e continuou a operar com velhas máquinas e moendas. A descrição da casa-grande nos três inventários repete os mesmos sinais de decadência, “muito velha”, “soalho estragado”, “muito baixa” e sem conforto preciso para moradia. A tabela abaixo mostra a evolução da propriedade escrava nos domínios do barão de Pirajá nos últimos anos da escravidão.

Tabela 5. Escravos do Barão de Pirajá, 1871-1887

Engenhos	1871	1883	1887
Pitinga	127	103	93
Conde	106	75	41
Desterro	59	53	--
São Miguel	41	48	31
Botelho	45	35	31
Total	379	314	196

Em 1871, todos os 127 escravos residentes no Engenho Pitinga eram nascidos no Brasil, destes 101 crioulos, 25 de cor cabra e 1 pardo. A maioria nascera na propriedade e pertencia à segunda ou terceira geração de escravos ali residentes. Do total de escravos, o número de mulheres era superior à quantidade de homens, eram 71 mulheres para 56 homens. Em 1887, a quantidade de homens e mulheres quase se equipara, com ligeira vantagem dos primeiros, então se contou 48 pessoas do sexo masculino e 45 do feminino. É possível que depois de 1871, a diferença tenha diminuído devido ao maior número de mulheres alforriadas.

A partir das listas de escravos dos anos de 1871, 1883 e 1887 foi possível identificar 46 mulheres acompanhadas de um ou mais filhos residindo no Engenho Pitinga. Com o auxílio de outras fontes documentais soubemos que muitas delas conviviam maritalmente com escravos do próprio engenho. Como em outras grandes propriedades, estes casais gozavam de certa estabilidade o que permitiu à maioria dos seus membros permanecer junta por mais de duas gerações. Além dos grupos primários formados por pais e filhos, foi possível identificar a presença de avôs e avós, tios, tias e primos. Verificamos ainda que muitos destes casais eram parte de redes familiares extensas articuladas através do casamento e do compadrio.

Em 1871, inventariou-se 43 senzalas feitas de taipa sobre esteios de madeira, cobertas de telhas, segundo o inventariante estavam “arruinadas”. Pelo levantamento de 1887, contou-se apenas 20 senzalas para 97 escravos. Em 16 anos, o número de senzalas reduziu-se a menos da metade. Possivelmente os escravos viviam em senzalas tão rústicas que nem constavam nos inventários como construções que tinham algum valor. Pode indicar também que os escravos estavam residindo em casas que não levavam aquele nome. Provavelmente, nos últimos anos da escravidão, os alforriados construíram casas distantes da residência dos ex-senhores e para lá levaram os parentes ainda escravos.

A partir das listas de escravos foi possível selecionar algumas famílias e acompanhar suas trajetórias entre 1871 e 1887. Vejamos:

Tabela 6. Grupos familiares selecionados do Engenho Pitinga, 1871–1887

NOME DOS PAIS	Ano de nascimento	COR	PROFISSÃO	NOME DOS FILHOS	Ano de nascimento	COR
Silvéria	1826	Crioula	Lavoura	Timóteo	1856	Crioula
Luis Gonzaga	—	—	—	Damásio	1858	Crioula
				Orminda	1860	Crioula
				Martinho	1861	Crioula
				Apolônia	1868	Crioula
				João	1870	Crioula
				Maria da Purificação	após 1871	—
Esperança	1841	Crioula	Lavoura	Leonarda	1864	Crioula
				Aurelino	1870	
Serafina	1826	Crioula	Lavoura	Cristina	1861	Crioula
Senhorinha	1823	Cabra	Lavoura	Bonifácio	1861	Crioula
				Venância	1864	Cabra
				Paulo	1869	Crioula
Verecunda	1842	Crioula	Lavoura	Emílio	1861	Crioula
				Olimpio	1865	Crioula
				Alexandrina	1868	Crioula
				Beatriz	1870	Crioula
				Eusébio	Após 1871	—
				Cândida	Após 1871	—
Henriqueta	1821	Crioula	Serviço da enxada	Delfina	1854	Cabra
				Joaquim	1865	Cabra
				Salustiana	1867	Cabra
Conegundes	1837	Crioula	Lavoura	Tomé	1868	Cabra
				Esmeralda	1870	Cabra
				Mariano	1871	Cabra
				Dorotea	Após 1871	—
Luciana	1822	Crioula	Lavoura	Cecília	1857	Crioulo
Hípio	1831	Crioulo	Lavoura	Josefina	1861	Crioulo
				Valentim	1865	Crioulo
				Rafaela	1867	Cabra
				Inês	Após 1871	—
Teodora	1841	Crioula	Lavoura	Benigna	1862	Crioula
				Lúcia	Após 1871	—
				Brígida	Após 1871	—
Eusébia	1801	Crioula	—	Hípio	1831	Cabra
Cornélia	1817	Crioula	Lavoura	Antero	1852	Preto
				Marciano	1853	Preto

NOME DOS PAIS	Ano de nascimento	COR	PROFISSÃO	NOME DOS FILHOS	Ano de nascimento	COR
Raimunda Pires	—	—	—	Esequiel Olimpia Constantino Matildes	1849 1851 1853 1853	Preta Preta Preta Preta
Orminda	1860	Crioula	Lavoura	Dalmácia Diniz Raimundo	Após 1871 Após 1871 Após 1871	— — —
Delfina	1854		Lavoura	Valentim Florência Placiana	Após 1871 Após 1871 Após 1871	
Cristina	1861			Menino (sem nome)	Após 1871	
Leonarda	1864			Abílio	Após 1871	—
Cecilia	1857			Eugênio Evaristo Menino (sem nome)	Após 1871 Após 1871 Após 1871	
Olimpia	1851	Crioula	Lavoura	Gregória Sofia Geminiana Herculano Onofre	1870 Após 1871 Após 1871 Após 1871 Após 1871	Crioula
Ludovina	—	—	—	Policarpo	1858	Crioulo

O quadro acima mostra que nos últimos anos do século XIX, indivíduos da mesma família tiveram experiências diversas com a escravidão. Muitos deles testemunharam e participaram do esforço familiar para resgatar do cativo algum parente. Mesmo em franco declínio, o escravismo continuou a marcar as vivências e trajetórias daquelas famílias. Pelo que apuramos, boa parte dos escravos listados acima só alcançou a liberdade depois da lei de 13 de maio. Dos 72 indivíduos que aparecem no quadro acima, 29 ainda estavam sob a escravidão, em 1887; 23 foram favorecidos pela lei do Ventre Livre e 20 não foram listados, provavelmente morreram ou alcançaram a alforria antes daquele ano.

Os registros cartoriais de nascimento, realizados depois da abolição, permitem reencontrar alguns daqueles grupos familiares. Detalharemos aqui as trajetórias de cinco grupos familiares. Em 4 de fevereiro de 1889, Procópio Pires compareceu ao cartório de registro civil de Santo Amaro para informar o nascimento dos filhos gêmeos tidos com a amásia Apolônia de Góes, ambos viviam de lavoura. Em 16 de março de 1892, localizamos o registro de mais uma filha do casal chamada Henriqueta. Vendo as listas de escravos daquele engenho foi possível apurar que Procópio e Apolônia figuravam entre os escravos do barão de Pirajá. Em 1871, Procópio foi registrado como crioulo, vinte e quatro anos, serviço da lavoura, “aleijado de um pé” e por isso avaliado em 300\$000 réis, um valor bem abaixo do que se pagava por um escravo com a mesma idade. Procópio era filho de Davi e Felícia Pires, mas não há referências a seus pais nos inventários do barão, provavelmente eram escravos em outra propriedade. Nos registros de 1883, Procópio foi avaliado em 100\$000 réis e por esse valor é possível que tenha conseguido comprar a alforria antes de 1887³.

Em 1871, Apolônia tinha então três anos, crioula, foi registrada junto com os quatro irmãos crioulos, João, oito meses, Martinho, dez anos, Orminda, onze, Damásio, mais de doze e Timóteo, quinze. Estas crianças eram filhas de Silvéria (a mesma que aparece no quadro 1), crioula, quarenta e cinco anos, serviço da lavoura, “doente”. Após 1871, Silvéria daria à luz uma menina chamada Maria da Purificação, portanto liberta pela lei do Ventre Livre. Em 1883, Apolônia e os seis irmãos foram inventariados sem referência alguma à mãe e se não fosse o registro anterior não havia como saber que pertenciam à mesma família. Nessa época, três netos de Silvéria, chamados Dalmácia, Diniz e Raimundo, filhos de Orminda, foram também beneficiados pela lei do Ventre Livre. Em 1887, Apolônia e mais três irmãos, Orminda, João e Damásio, continuavam escravos do barão de Pirajá e tudo indica que para eles a liberdade só chegou com a lei de 13 de maio. Ao longo daqueles anos, a família de Silvéria viveu dividida pela escravidão e certamente envolvida no projeto de alcançar a liberdade⁴.

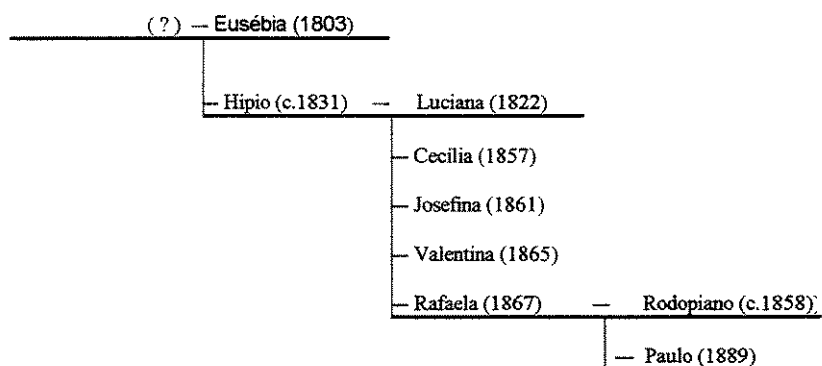
Em 10 de junho de 1889, Antero Ramos da Purificação, natural e morador no Engenho Pitinga, lavrador, registrou o nascimento dos filhos gêmeos Antônio e Antônia, tidos com a amásia Maria Orminda, irmã de Apolônia, filha da ex-escrava Silvéria. Em junho de 1891, o casal registrou o nascimento de uma outra filha chamada Crescência⁵. As três crianças acima citadas foram os primeiros filhos daquele casal de ex-escravos, nascidos depois da abolição. Eles se juntaram aos outros três, nascidos sob a vigência da lei do Ventre Livre. Antero fora também escravo do barão de Pirajá. Em 1883, ele foi qualificado como crioulo, mais de trinta anos, trabalhador na lavoura. Seu pai, Vicente da Purificação, aparece na lista de 1871 simplesmente como Vicente, “crioulo”, maior de sessenta anos, “doente de cansaço”. A mãe Cornélia “de tal”, crioula, cinquenta e quatro anos, trabalhava na lavoura e segundo o inventariante estava “doente do útero”⁶.

O segundo grupo familiar era formado em torno do casal de ex-escravos crioulos Hipio de Jesus, nascido em 1831, e Luciana, nascida em 1822, ambos trabalhadores da lavoura. Em 26 de abril de 1889, Rodopiano dos Santos Soares, morador no Engenho Pitinga, compareceu ao cartório de Santo Amaro para registrar o nascimento do filho Paulo, nascido há poucos dias. Ele declarou ser amasiado com Rafaela de Jesus e ambos trabalhavam na lavoura. Os avós maternos da criança eram Hipio de Jesus e Luciana, “ignorando o sobrenome” desta; os avós maternos eram Francisco Soares e Balbina da Conceição. Revendo a lista de escravos de 1871 soubemos que Rodopiano era crioulo, tinha então dezessete anos, “com princípio de cansaço”, avaliado em 1:000\$000 (1 conto de réis). Em 1883, Rodopiano estava doente de beribéri e por isso mesmo seu valor caiu pela metade, 500\$000 réis. Entretanto, em 1887, Rodopiano ainda figurava na lista de escravos e tudo indica que só alcançou a liberdade depois do 13 de maio.

Em 1871, Rafaela de Jesus, amásia de Rodopiano, tinha quatro anos e seu nome aparece no inventário com a seguinte identificação: “cabrinha”, filha de Luciana, epilética, avaliada em 100\$000 réis. Luciana, crioula, quarenta e nove anos, do serviço da lavoura, tinha mais três filhas, Cecília, quatorze anos, Josefina, dez anos e Valentina, seis anos. O pai, Hipio, crioulo, maior de quarenta anos, era

mestre e carreiro, certamente tinha posição destacada na hierarquia dos trabalhadores cativos. No inventário é descrito como “doente de cansaço” e avaliado em 600\$000 réis. Em 1883, Rafaela já era uma moça de dezessete anos, mas devido a epilepsia seu valor era cerca de cinco vezes menor que o das demais jovens de sua idade, foi avaliada em 100\$000 réis. Em 1883, uma das filhas de Luciana, chamada Cecília, havia gerado três filhos “ingênuos”, Eugênio, Evaristo e “um por batizar”. Em 1887, à exceção de Josefina, liberta ou falecida, Rafaela e as irmãs ainda figuravam entre os escravos do barão de Pirajá.

A partir dos dados encontrados nos inventários e nos registros civis de nascimento foi possível recompor o seguinte esquema da família dos ex-escravos Hípio e Luciana. Vejamos:



O pequeno Paulo, nascido em 1889, quase um ano depois da abolição, tinha atrás de si três gerações de parentes que viveram a experiência da escravidão. Certamente deve ter ouvido as histórias da bisavó Eusébia, crioula, nascida no início do século. Ela provavelmente morreu escrava, pois em 1883, seu nome aparece entre os escravos do engenho, no alto dos seus cerca de oitenta anos e na impossibilidade de trabalhar foi considerada “sem valor”. Paulo ainda conviveu com os avós e tios que nasceram escravos, e provavelmente cresceu com alguns dos primos nascidos depois da lei do Ventre Livre. Deve ter ouvido também histórias dos esforços dos

avós para manter os filhos juntos e das esperanças acenadas para os primos nascidos depois da lei de 28 de setembro de 1871.

O terceiro grupo familiar reunido em torno da ex-escrava Esperança Pires apresenta também uma longa trajetória sob domínio dos Pires. Em 7 de abril de 1890, Tobias de Santa Rosa, lavrador, morador no Engenho Pitinga registrou em Santo Amaro o filho Marcelino da Ressurreição, cor “preta”, tido com a amásia Leonarda Pires, também de cor “preta”, ambos lavradores. A avó materna da criança era chamada Esperança Pires, nessa época falecida. Em 10 de novembro de 1896, localizamos o registro de nascimento de mais uma filha do casal, chamada Matildes, cor “preta”, e, naquela oportunidade, Tobias declarou que ainda residia no Engenho Pitinga. Em julho de 1891, Tobias compareceu novamente ao cartório para registrar o nascimento do filho José de Santana. Recorrendo à lista de 1871, veremos o nome da crioula Esperança, então com trinta anos, grávida e sofrendo de reumatismo, mas trabalhando na lavoura. A filha Leonarda tinha então sete anos. Pelo registro de 1883, verificamos que Leonarda havia dado à luz um filho “ingênuo” batizado com o nome de Abílio. Seu amásio Tobias, com vinte e quatro anos, trazia no corpo algumas marcas das condições duras do trabalho no cativeiro, tinha uma clavícula quebrada e sofria de uma enfermidade no olho⁷. Na lista de cativos de 1887, Leonarda foi descrita com as seguintes qualificações: vinte e cinco anos, cor “preta”, solteira, filha de Esperança. O amásio Tobias também aparece naquela listagem como “preto”, trinta e três anos, solteiro, avaliado em 700\$000 réis. Certamente, para Leonarda os últimos anos da escravidão trouxeram mais esperança, pelo menos os filhos nascidos após o Ventre Livre já tinham dado passos grandes em direção à liberdade. Quando o pequeno Marcelino da Ressurreição nasceu, a escravidão já não existia e talvez seu nome traduzia implicitamente a esperança renovada de liberdade⁸.

O quarto grupo familiar trazia claramente inscrito em sua trajetória marcas dos esforços para manter a família reunida e para livrar-se do cativeiro. Em 15 de agosto de 1890 compareceu ao cartório, Conegundes dos Anjos para registrar o nascimento da neta que se chamaria Maria Estevão dos Anjos, filha de Esmeralda dos Anjos. Dois meses depois, a própria mãe compareceu ao cartório para notificar a morte da

pequena Maria Estevão, vítima de “mal de umbigo”. No ano seguinte, Conegundes voltaria ao cartório para registrar o nascimento de outro neto, Manoel do Rosário, “preto”, também filho de Esmeralda. Através das listas de escravos soubemos que, em 1871, Conegundes, crioula, filha de Felipa (falecida), tinha três filhos, Tomé, cabra, três anos (avaliado em 200\$000), Esmeralda, “cabrinha”, um ano (avaliada em 100\$000), e Mariano, “cabrinha”, um mês (avaliado em 50\$000). Conegundes teve a sorte de ver seus filhos crescerem sob sua proteção, mas também deve ter percebido que à medida que o tempo passava a quantia para livrar a família da escravidão aumentava num ritmo que conspirava contra a liberdade, mesmo considerando que, na década de 1880, os preços médios dos escravos tenham declinado. Conforme as avaliações feitas no inventário, em 1883, Esmeralda foi avaliada em 400\$000 réis; Tomé, em 500\$000. Em 1887, Esmeralda foi avaliada pelo mesmo valor, mas o valor do filho Tomé havia saltado para 800\$000 réis. Em 1887, Conegundes e os filhos Esmeralda e Tomé ainda estavam sob cativo e tudo indica que só alcançariam a alforria depois do 13 de maio⁹.

As evidências mostram que até o início do século XX, Conegundes e alguns membros de sua família residiam no engenho em que serviram como escravos. Em 14 de agosto de 1904, ela compareceu ao cartório da cidade para registrar o nascimento de mais uma neta chamada Maria do Carmo, filha de Esmeralda. Ao justificar a demora no registro da criança declarou “que o estado de velhice d’ella declarante e moléstia da mãe da criança motivou a demora do competente registro”¹⁰.

O quinto grupo, formado em torno da ex-escrava Serafina apresentava uma outra trajetória. Em 18 de novembro de 1890, Serafina Pires, residente no Engenho Pitanga, compareceu ao cartório para registrar o nascimento da neta, Gregória dos Reis, cor cabra, filha de Cristina dos Reis. Folheando a lista de escravos de 1871, localizamos mãe e filha como escravas do engenho. Serafina, crioula, quarenta e cinco anos, “doente de cansaço”, lavoura, então avaliada em 400\$000 réis e a filha Cristina, crioula, dez anos, avaliada em 500\$000 réis “por ter um braço quebrado”. Na lista de 1883, o valor das duas sofreu depreciação, provavelmente por causa do estado de saúde. Na época, Serafina foi registrada como “doente de cansaço”,

avaliada em 200\$000 réis e a filha, com “um braço quebrado”, em apenas 250\$000 réis. Até 1887, Cristina ainda estava vivendo sob a escravidão enquanto sua mãe já havia alcançado a alforria¹¹.

Com base nos registros de nascimento foi possível construir a tabela abaixo em que aparecem alguns ex-escravos com seus respectivos sobrenomes de livres, e os filhos nascidos antes e depois da abolição.

Tabela 7. Grupos familiares de ex-escravos residentes no engenho Pitinga – 1889-1904

CASAIS	COR	PROFISSÃO	NOME DOS FILHOS	ANO DE NASCIMENTO	COR
Apolônia de Góes(1) Procópio Pires	– –	Lavoura Lavoura	Gêmeos (menina e menino) Demétrio José Paulo	1889 1902 1904	 Preta Cabra
Rafaela de Jesus (2) Rodopiano dos Santos Soares(3)	Cabra Crioulo	Lavoura Lavoura	Paulo	1889	
Maria Benigna de S. Pedro(4) Claudemiro Neves da Conceição	Crioulo	Lavoura Lavoura	Maria Rosa Arlinda Marcelino	1889 1890 1902	 Cabra Preta
Maria Ormindia (1) Antero Ramos da Purificação (5)		Lavoura Lavoura	Antônio e Antônia (gêmeos) Crescência	1889 1891	 Preta
Leonarda Pires(6) Tobias de Santa Rosa (3)	Preta	Roceira Lavoura	Marcelino da Ressurreição José de Santana	1890 1891	Preta Parda
Maria Delfina (7) Fortunato Calmon			Maria das Mercês	1890	Cabra
Esmeralda dos Anjos (8)	–	–	Maria Estevão dos	1890	Cabra

CASAIS	COR	PROFISSÃO	NOME DOS FILHOS	ANO DE NASCIMENTO	COR
—			Anjos Manoel do Rosário Maria do Carmo	1891 1904	Preta —
Cristina dos Reis (9)		Roceira	Gregória dos Reis	1890	Cabra
Maria Alexandrina (10)	Crioula	Lavoura	Porfirio	1892	Pardo
Policarpo de Góes (11)	Crioula	Lavoura	Aniceto Joana	1894 1900	Pardo Parda
Beatriz de Alcântara (10)	Crioula	Lavoura	Eleutério	1892	Preto
Maria Lúcia (4)	Crioula	Lavoura	Hermelino	1892	Pardo
Esequiel dos Reis da Purificação (12)	Preto	Lavoura	Auta	1893	Pardo
Matildes dos Reis (12)	Preta	Lavoura	Irineu de Góes		Pardo
Demétrio de Góes (3)	Preta	Lavoura			

Fonte: ASCMSA, *Registro de Nascimento da freguesia do Rosário*, Santo Amaro, A-I e A-II (1889-1899).

Notas explicativas: 1. Filha da escrava Silvéria. 2. Filha dos escravos Luciana e Hipio. 3. Ex-escravo residente no engenho. 4. Filha de Teodora. 5. Filho de Cornélia. 6. Filha de Esperança. 7. Filha de Henriqueta. 8. Filha de Conegundes. 9. Filha de Serafina. 10. Filha de Verecunda. 11. Filho de Ludovina. 12. Filho de Raimunda.

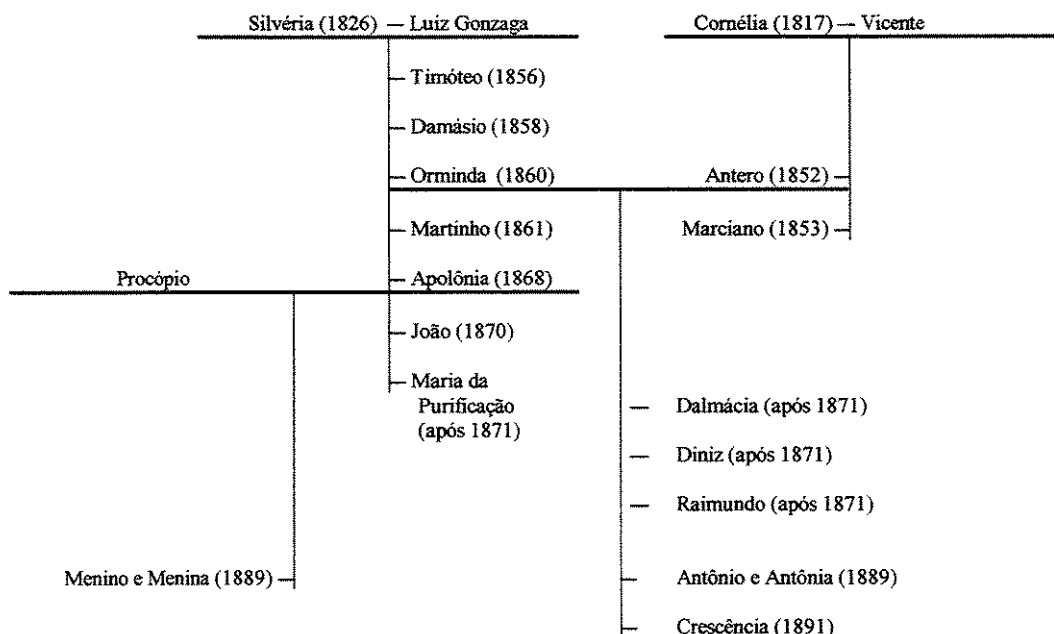
Se adicionarmos aos nomes listados acima, os avôs e avós das crianças registradas é possível identificar 34 ex-escravos residindo no Engenho Pitinga depois da abolição. Tomando como base os 93 cativos residentes ali em 1887, constata-se que mais de um terço dos ex-escravos continuou residindo no engenho. Dos 19 que declararam profissão, 17 disseram trabalhar na lavoura e apenas 2 afirmaram ser roceiros. A referência a roceiro certamente estava relacionada a uma diferenciação no interior da comunidade de ex-escravos; expressava a condição de quem não dependia exclusivamente do trabalho na grande lavoura de cana.

A partir dos registros das crianças nascidas entre 1888 e 1899, foi possível identificar 20 grupos familiares; 8 deles formados por esposos e esposas que viveram juntos a escravidão no Engenho Pitinga. Em 6 casais verificamos que um dos cônjuges havia pertencido àquela propriedade. Seis ex-escravas aparentemente viviam sós, pois os filhos foram registrados sem o nome do pai. Estes números confirmam tendências observadas em outras regiões de grandes plantações onde os escravos tinham mais chances de encontrar parceiros dentro da propriedade em que viviam. Mostra também que era possível a formação de laços familiares entre escravos de propriedades diferentes. Estes laços de parentesco reforçaram a coesão da comunidade e demonstram que os libertos não emergiram da escravidão em estado de “anomia social”. Por vezes, os assentos civis de nascimento deixam escapar alguns detalhes da coesão que existia na comunidade de ex-escravos do Engenho Pitinga. A filha de Verecunda foi uma das que não teve pai registrado, mas foi a própria avó que foi ao cartório para batizar o neto recentemente nascido¹².

Algumas uniões matrimoniais articulavam grupos familiares que residiam no Engenho Pitinga há mais de duas gerações. Vejamos o casal Policarpo de Góes, crioulo, nascido em 1858, e a amásia Maria Alexandrina, crioula, nascida em 1868, ambos filhos de escravas daquele engenho. A mãe de Policarpo chamava-se Ludovina, provavelmente faleceu antes de 1871. A mãe de Maria Alexandrina era a já mencionada Verecunda, que serviu como escrava até 1887 e nesta condição tivera seis filhos, dois deles “ingênuos”. Entre 1892 e 1894, Policarpo de Góes registrou o nascimento de dois filhos, Porfírio e Aniceto, tidos com a amásia. Portanto, Porfírio e Aniceto tinham atrás de si, pelo lado da mãe e do pai, pelo menos três gerações de ex-escravos que serviram no Engenho Pitinga. Anos depois da abolição, a avó Verecunda continuava no seu esforço para proteger filhos e netos. Foi ela quem, em 12 de junho de 1892, dirigiu-se à cidade de Santo Amaro para registrar o nascimento do neto Eleutério, filho de Beatriz de Alcântara. Há evidências de que membros da família de Verecunda ainda residiam no Pitinga no final do século XIX. Em 3 de maio de 1899, foi registrado seu neto Domingos, nascido no Pitinga, filho de Cândida¹³.

O casal formado por Esequiel dos Reis do Espírito Santo e Maria Lúcia descendia também de famílias extensas há muito residentes no Pitinga. Ele nasceu cativo, filho da escrava Raimunda, e a amásia era “ingênua”, pois nascida depois da lei de 1871, filha da escrava Teodora. Esequiel tinha três irmãos que nasceram escravos, Constantino, Olímpia e Matildes e, até 1887, todos eles permaneciam na mesma condição. Pelos registros de 1883, sabemos que Olímpia tivera três filhos “ingênuos”, Sofia, Geminiana e Herculano. Em 22 de agosto de 1892, Esequiel compareceu ao cartório de Santo Amaro para registrar o nascimento do filho Hermelino, “pardo”, nascido há poucos dias. No ano seguinte, ele retornaria para registrar uma filha batizada de Auta, também de cor parda¹⁴.

No quadro abaixo reproduzimos a aliança matrimonial entre três casais e seus filhos residentes no Engenho Pitinga entre meados do século XIX e início do XX. Vê-se que as crianças nascidas nos primeiros anos do pós-abolição ainda puderam conviver com avós, pais, tios, tias e primos nascidos sob a escravidão.



Nos registros cartoriais localizamos, também, uniões matrimoniais entre escravos do Pitinga com moradores de engenhos vizinhos. Por exemplo, em 11 de

dezembro de 1897, João Lourenço da Anunciação, dezenove anos, lavrador residente no Engenho Santa Catarina casou-se com Adelina de Góes, quinze anos, filha da já conhecida Matildes dos Reis, ex-escrava residente no Engenho Pitinga¹⁵. É possível que depois da abolição, por conta da maior circulação de libertos pelas propriedades, a comunidade do Pitinga tenha ficado mais permeável ao ingresso de indivíduos residentes em outros engenhos. Possivelmente, os jovens egressos da escravidão tiveram maiores alternativas para escolherem seus parceiros e parceiras em outras propriedades sem que isso acarretasse grandes problemas para a convivência do casal.

Os registros civis de nascimento são excelentes fontes para se entender um pouco da lógica seguida pela população egressa da escravidão na escolha dos nomes dos filhos e a revelação dos seus próprios sobrenomes¹⁶. Vê-se que alguns incorporaram os sobrenomes Pires e Góes pertencentes às famílias dos ex-senhores. Refletindo sobre o Sul dos EUA, L. Litwack observa que a adoção do sobrenome do ex-senhor não significava necessariamente afeição ou sujeição às condições de subordinação nas propriedades rurais¹⁷. Muitas vezes, ao darem aos filhos os sobrenomes dos ex-senhores, os pais estavam reverenciando os antepassados que foram batizados com aqueles sobrenomes. Mas, em comparação com os ex-escravos do Engenho da Cruz (ver capítulo anterior), foram poucos os libertos do Engenho Pitinga que batizaram os filhos com o sobrenome de família dos ex-senhores. De 26 ex-escravos que registraram os filhos entre 1888 e 1899, 10 traziam os sobrenomes Pires ou Góes (sobrenomes dos ex-senhores); 9 tinham sobrenomes cristãos; 2 carregavam os sobrenomes Silva e Alcântara. Cinco deles simplesmente traziam nomes compostos. É o que vemos no casal de ex-escravos Leôncio José e Maria Elisa que trabalhavam na lavoura do engenho e batizaram o filho Paulino, “preto”, em 23 de junho de 1892¹⁸. Dos sobrenomes religiosos vê-se grande incidência de referências à trajetória de Cristo, assim temos Anunciação, Nascimento, Ressurreição.

Observa-se que os Pires e Góes nem sempre transmitiram aos filhos nascidos depois da abolição os sobrenomes do antigo senhor. Como foi visto anteriormente, a ex-escrava Leonarda Pires (filha de Esperança Pires) registrou o filho, nascido em 1890, com o nome de Marcelino da Ressurreição. Possivelmente, estes fossem os

sinais dos novos tempos em que os pais se sentiam mais livres para darem aos filhos os sobrenomes que quisessem¹⁹. Outros sobrenomes foram transmitidos aos filhos e netos, certamente como forma de definir e fortalecer o vínculo entre as gerações. Isso pode evidenciar a preocupação com a manutenção da memória geracional, ligando os mais jovens aos antepassados. Assim, Maria Estevão dos Anjos, nascida em 1890, herdou o sobrenome da mãe Esmeralda e da avó Conegundes.

Os resultados obtidos com o cruzamento de fontes permitem ampliar a reflexão sobre o papel das comunidades de ex-escravos formadas em torno dos antigos engenhos do Recôncavo. As informações colhidas sobre o Engenho Pitinga e sobre outros engenhos do Recôncavo mostram que as populações oriundas da escravidão nas localidades rurais formavam comunidades sólidas. Forjados ainda sob a vigência da escravidão, os laços comunitários, tecidos a partir do parentesco entre ex-escravos do mesmo engenho ou de engenhos vizinhos, foram fundamentais para os egressos da escravidão recompor a vida em liberdade. No pós-abolição, estas comunidades foram a base sobre a qual os ex-escravos e seus descendentes buscaram novas alternativas de sobrevivência. Possivelmente, o núcleo territorial ocupado por estas comunidades tenha alcançado certa independência em relação aos engenhos, proporcionando aos ex-escravos e seus descendentes condições de morar e plantar roças sem terem obrigações de prestar serviços aos antigos senhores²⁰.

Nessas comunidades, os ex-escravos continuaram a contar com a ajuda e a solidariedade dos antigos parceiros de escravidão²¹. É o que se pode constatar com a atitude do crioulo Juvenal que se deslocou até Santo Amaro para registrar o falecimento do africano Salomão, depois de tê-lo conduzido à sepultura. Ou do ex-escravo Policarpo Dutra, morador no Engenho da Cruz, que fez o enterro do africano Mateus, ambos residentes naquela propriedade e onde haviam servido como escravos²². Além dos cuidados com os mortos, era preciso criar os filhos e netos. A dedicação com que Conegundes e Verecunda compareciam ao cartório para registrar o nascimento dos filhos e netos era apenas uma pequena demonstração dos cuidados que dispensavam aos familiares.

As situações de conflitos localizadas nos processos crimes instaurados após a abolição permitem verificar a persistência de práticas de ajuda mútua e solidariedades entre trabalhadores residentes nas proximidades dos grandes engenhos. Na verdade, alguns conflitos só chegaram ao conhecimento das autoridades depois que normas locais foram quebradas por algum membro da comunidade. Muitas vezes, a reunião de moradores ocorria nas ocasiões de plantações ou colheitas de gêneros de subsistência. Não por acaso, grande parte dos incidentes ocorreram justamente em momentos de grande reunião, normalmente festas e mutirões, enfim, momentos em que se celebrava a própria comunidade ou buscava-se reforçar os laços de cooperação do grupo.

Em 18 de agosto de 1892, no arraial do Sumidouro, à margem do rio Pojuca, diversos “trabalhadores rurais” foram à roça de Simplício “cavar umas covas de fumo”. O roceiro Antônio José do Espírito Santo foi à tarde com o irmão e “ahi ainda tirarão umas carreiras de covas, então à noite elle testemunha e os mais companheiros q’ ali se achavão a convite do mesmo Simplício forão jantar, findo o qual principiou o samba”. Foi nessa ocasião que dois convidados se desentenderam e na briga foi ferido mortalmente um roceiro chamado Tomás²³.

As tensões tendiam a se manifestar com mais freqüência nos sábados e dias santos, momentos de folga da lida nos canaviais. Na noite de São João de 1899, Manoel Liberato do Nascimento, trinta e oito anos, “vive de lavoura”, foi agredido na porta de sua residência por José Caetano, morador em terras do Engenho Santana, em Santo Amaro. O ex-escravo africano Fuas Bandeira, sessenta e cinco anos, disse ter escutado Caetano pedir “seu São João” e em seguida desentender-se com Manoel Liberato²⁴. Na noite de 20 de julho de 1901, José Jerônimo dos Santos, “trabalhador rural” da usina Passagem, após receber o pagamento da semana foi a uma “casa de samba” próximo a sua residência e “ahi divertiu-se até dez horas da noite quando terminou o brinquedo”. Segundo ele, a confusão começou depois que Antônio Francisco, foguista da mesma fábrica da Passagem, provocou a todos que estavam presentes no “batuque”. Outras pessoas que testemunharam a briga disseram que Antônio Francisco e José Jerônimo se desentenderam por causa de um pandeiro²⁵.



9. Roceiros a caminho da feira, Cachoeira (c. 1930)



Figura 10. Roceiros, marisqueiras e ganhadeiras, Cachoeira (c. 1930).

A referência reiterada aos “batuques” e sambas mostra que as invenções rítmicas e religiosas forjadas a partir das heranças africanas eram bastante vigorosas no cotidiano destas populações. No interior destas comunidades, os ex-escravos puderam manter e recriar tradições religiosas.

Observa-se também que as comunidades eram socialmente diferenciadas. Os libertos emergiram da escravidão em situações diversas. A posse de um lote de terra e o domínio de um ofício especializado definiram possibilidades e estratégias de inserção dos ex-escravos no mundo rural. A condição de acesso às roças foi importante fator de diferenciação nas comunidades de ex-escravos. Os registros da época quase sempre faziam distinção entre roceiros e lavradores. A possibilidade de acesso a um lote de terra assegurava maiores alternativas de subsistência, embora os roceiros fossem obrigados a prestar serviços nas terras dos ex-senhores. Para estes era possível ter acesso às feiras locais e diversificar o cultivo de gêneros de subsistência. O “direito” a parcelas de terras talvez tenha sido o grande fator de permanência nos engenhos. Na condição de “roceiro” encontramos Donato “de tal”, quarenta e cinco anos, solteiro, nascido no Engenho Mombaça. Em 1899, quando foi acusado de matar um outro morador, foi identificado como “liberto do Engenho Mombaça”. No depoimento que prestou perante os jurados, Donato revelou que no dia do crime, um domingo, vinha da feira de Nazaré onde fora negociar²⁶.

Dos doentes que deram entrada no hospital da Santa Casa de Santo Amaro, 19,5 por cento se disseram “roceiros”. Os demais foram registrados como “lavrador” ou “viver de lavoura”, o que certamente recobria uma variedade grande de situações dentro do mundo dos engenhos. Por vezes, os processos crimes fazem referências à condição de “alugado” e esta era a condição de trabalhadores que circulavam pelo Recôncavo nos períodos de safra e de moagem. Nesta categoria poderia ser incluído também o “trabalhador de enxada” ou “trabalhador rural”. Alguns disseram viver do trabalho em “roças alheias”. Eram pessoas que circulavam pelos engenhos fazendo serviços temporários, geralmente retornando às suas casas ao final do serviço das colheitas. A maioria era originária de outras freguesias. Por exemplo, ao testemunharem sobre um crime ocorrido no Engenho Cazumbá, na freguesia de Rio

Fundo, dois indivíduos se identificaram da seguinte forma: Porfírio Inácio de Oliveira, trinta e seis anos, casado, filho de Francisca de Pinho, nascido no Engenho Sapucaia, “trabalhador rural” no Engenho Cazumbá. O outro, Manoel Leocádio de Abreu, vinte e cinco anos, solteiro, filho de Cirilo Francisco de Abreu, natural do Engenho Brotas, “trabalhador rural”²⁷.

Possivelmente esta fosse a condição da maioria dos ex-escravos mais jovens, especialmente os que não tiveram acesso à terra e eram obrigados a migrar sazonalmente para áreas em que era possível obter alguma remuneração do trabalho “alugado”. Em 1895, Josino Messias, vinte anos, solteiro, acusado de roubar gado no Engenho Brito, em Santo Amaro, disse que “trabalha em roças dos outros” e “não ter morada fixa”. Atribuía a acusação do roubo ao fato de “não querer elle interrogado sujeitar-se a trabalhar no Engenho Brito com um salário muito diminuto, como ali se costuma pagar”. Aqui fica evidente como o recurso da violência poderia ser utilizado contra trabalhadores alugados. Mas fica evidente também a recusa em submeter-se a condições que se julgava aviltantes²⁸.

Geralmente, nos processos crimes, os trabalhadores que se diziam “viver de lavouras alheias” eram indivíduos que vinham de outras partes do Recôncavo. Muitos haviam nascido em engenhos onde provavelmente nasceram escravos. Num processo instaurado em 1901 para apurar um crime ocorrido na usina Passagem figura como testemunha José Justino da Silva, vinte anos, solteiro, natural do Engenho Europa, “trabalhador rural” e residente naquela usina. No mesmo local vivia também Francisco Glicério dos Santos, vinte e três anos, solteiro, natural do Engenho Santa Cruz, “trabalhador rural”²⁹.

Outro aspecto a ser observado, é que, os registros de nascimento feitos no final do século XIX acusam grande número de mulheres que tinham os filhos nas casas dos pais. Isto pode ser um indício de que as gerações mais novas não dispunham da mesma garantia de acesso à terra ou à moradia nos antigos engenhos. Francisco Ambrósio, descendente da africana Lucara da Costa Pinto, ex-escrava no Engenho Europa, contou que até meados do século XX, ele e os filhos ainda trabalhavam na roça dos pais e avós. Porém, seus irmãos foram obrigados a migrar

para outras localidades no início daquele século. É possível que, a longo prazo, os descendentes de ex-escravos tenham perdido a condição de moradores e transformaram-se em trabalhadores alugados, sem acesso à terra.

Inserção dos libertos nas comunidades rurais

Na manhã de 24 de novembro de 1889, na fazenda Olhos d'Água, freguesia de Oliveira, ocorreu um fato que impressionou a toda vizinhança. Luísa, “preta liberta”, amanhecera morta em casa. O que chamou a atenção de todos foi o estado do cadáver, o rosto ensangüentado, um olho bastante inchado e um ferimento profundo sob o braço esquerdo. Logo espalhou-se a notícia de que Luísa fora assassinada pelo pai, o “preto liberto” chamado João Alves. Vitorina Alves, vinte anos, lavradora, prima da falecida, disse que se achava em sua casa, quando chegou o tio João Alves, pedindo-lhe para ir ver Luísa que havia morrido. Ao chegar viu o corpo da prima no chão, próximo a um pote de água. Logo em seguida, ela e Francisca, irmã da falecida, colocaram o corpo sobre a tábua em que costumava dormir. Na ocasião, notou o rosto ensangüentado e ferimentos no corpo³⁰.

Na ocasião foram ouvidas também a irmã da falecida, Francisca de Almeida, conhecida como Chica, dezoito anos, as primas, Conceição Alves, vinte e oito, Jacinta Alves, vinte e cinco e a tia Joana Alves, cinqüenta e cinco. Todas eram “lavradoras” nascidas e residentes na fazenda Olhos d'Água. Todas estranharam os ferimentos no rosto e no corpo de Luísa e afirmaram que a mesma não estava doente. O caso só chegou ao conhecimento das autoridades duas semanas depois de rumores e suspeitas em relação ao pai da vítima. No dia 4 de dezembro, João Alves, sessenta anos, foi preso como suspeito. Em seguida foi feita a exumação do corpo, mas os peritos não conseguiram encontrar sinais de crime devido ao estado do cadáver. Somente em 7 de março de 1891, João Alves foi levado a julgamento e declarado inocente.

Ao longo do processo alguns detalhes revelaram a relação daqueles ex-escravos com seus antigos senhores. Contou Vitorina que no dia anterior a prima fora à casa de Herculano Alves de Freitas e ali recebera da esposa dele milho, farinha e carne. O sobrenome Alves pode ser indício de que Luísa, o pai, a tia e as três primas haviam sido escravos de Herculano. O fato de Luísa receber gêneros de subsistência da esposa de Herculano pode significar que aquela fosse a contrapartida dada pelos ex-senhores por serviços prestados pela ex-escrava. Somente a irmã, Francisca de Almeida, conhecida como Chica, tinha sobrenome diferente. Provavelmente, quando escrava pertencera à família Almeida e fora esse nome que adotara quando liberta. Com efeito, no seu depoimento, Chica disse que no dia do falecimento da irmã estava na casa da “ex-senhora”, “Dona” Teresa de Almeida e foi por causa dos afazeres domésticos na residência dos ex-senhores que não pôde prontamente atender ao chamado do pai para ver a irmã morta³¹.

O processo acima coloca diversas questões prementes na vida dos libertos de 13 de maio. Primeiro, a inserção destas pessoas nas comunidades em que viviam; os ajustes que ocorreram nas formas de percepção dos demais segmentos das comunidades rurais em relação à nova condição destes indivíduos; a forma como se relacionavam dentro da comunidade de libertos, seus conflitos internos e os ajustes que ocorreram dentro das comunidades para sobreviverem no pós-abolição. Aqui cabe refletir sobre a forma como os ex-escravos eram percebidos ou identificados como membros das comunidades em que viviam³². Assim, compulsamos informações de processos crimes instaurados em diversas localidades da Bahia, algumas delas fora do Recôncavo.

Para os libertos que permaneceram nas localidades em que nasceram ou serviram como escravos era difícil fugir do passado. Em 1889, ao defender-se da acusação de furtar gado e plantações na freguesia de São Sebastião do Passé, Antônio Cecílio afirmou que seu acusador, Zeferino dos Santos, “nunca se corrigiu quando sujeito pela escravidão a Manoel dos Santos que, não o podendo suportar, vendera-o a um outro senhor, que, por sua vez, não o podendo corrigir voluntariamente o abandonou”³³. Quando instados a falar sobre o procedimento ou comportamento dos

moradores de suas ou de outras propriedades, os senhores de engenho com freqüência se referiam ao passado escravo dos trabalhadores. Em maio de 1899, Luís Guilherme de Almeida Junqueira, dono do Engenho Limoeiro, na freguesia de Nossa Senhora do Monte, ao falar do assassinato de um morador de sua propriedade acusou Donato de tal, “liberto” do Engenho Mombaça³⁴.

Com freqüência os indivíduos residentes nos engenhos ainda eram reconhecidos ou identificados pela ligação que tinham ou algum dia tiveram com os donos das terras em que residiam. O africano Nereo, cerca de sessenta anos, ex-escravo, morador na fazenda Tobá, ao falar sobre os saques que ocorreram nas fazendas da região em maio de 1888, disse ter identificado um certo Marinho, “que foi escravo do falecido Senhor Custódio, dono da fazenda Maria Guarda”. O próprio Nereo se disse ex-escravo de um senhor da região³⁵. Em 17 de agosto de 1888, o administrador da Casa de Correção da Bahia ao notificar a morte do sentenciado Zeferino observou que o mesmo era “ex-escravo do Barão de Cajaíba”³⁶.

Como se percebe, o passado de escravidão podia ser utilizado como forma de condenação de condutas ou para tentar inferiorizar socialmente indivíduos envolvidos em crimes. Em julho de 1889, na vila de Itapicuru, Amâncio foi identificado como “ex-escravo de Jovino Garcia de Noronha” depois de ser indiciado em processo de lesão corporal³⁷.

Muitas vezes a identificação do passado escravo vinha seguida da ligação que os indivíduos tiveram ou ainda tinham com os antigos senhores. Em 8 de outubro de 1891, o promotor público de Cachoeira denunciou Tranqüilino “de tal”, “ex-escravo do comendador Albino José Milhazes”, por ter no dia 27 de setembro, por volta das 3 horas da tarde, na rua da Feira, tentado matar a amásia Maria Glicéria da Conceição com um tiro de garrucha. Após desferir os tiros na amásia, o enciumado Tranqüilino foi perseguido e capturado por diversas pessoas do “povo”, inclusive o irmão da vítima. O mais surpreendente é que os populares levaram-no para a casa do ex-senhor, Albino José Milhazes³⁸.

Em determinadas situações o termo *preto* poderia ser utilizado como sinônimo de ex-escravo. Recordemos do ex-escravo João Alves que foi identificado como

“preto liberto”. Num processo instaurado contra o ex-escravo Roque, na povoação de Muritiba, uma das testemunhas referiu-se a ele como o “preto Roque”. Em muitos casos a cor aparece como marca distintiva da condição pregressa do indivíduo. Aqui, condição escrava e racial se confundiam.

No entanto, os ex-escravos rejeitaram estas classificações sócio-raciais que evocavam o passado de escravidão ou depreciavam sua condição de livres. Podemos dizer que, o cotidiano do negro egresso do cativo foi marcado pelo esforço permanente para distanciar-se destas marcas ou estigmas. Em 1889, o promotor público de Condeúba, denunciou o “ex-escravo” Cesário por ter, na tarde de 12 de maio, a um dia da comemoração do primeiro aniversário da Lei Áurea, atirado contra um indivíduo no interior de uma taberna. As testemunhas contaram que naquele dia, Pedro José Soares entrara na taberna e saudou a todos presentes, mas o denunciado foi o único que não respondeu. Soares dirigiu-se a Cesário e encostou-lhe o joelho em atitude provocativa. Foi então que o ex-escravo reagiu ferindo-o com tiros de garrucha³⁹.

Alguns episódios revelam que os libertos resistiram à suposição de que deveriam ser tratados de acordo com a antiga condição de escravos. Na manhã de domingo, 28 de setembro de 1890, na fazenda Pegui, propriedade da viúva Teodora Flores Venerote, na Colônia Leopoldina, sul da província, os trabalhadores, possivelmente alguns ex-escravos, estavam aguardando o administrador concluir a folha de pagamentos para receberem o salário. Enquanto isso, a “preta” Macoléa, ex-escrava da propriedade, saiu da cozinha em que trabalhava, transpôs o “quadrado da fazenda” e seguiu pelo campo fumando cachimbo. De repente, aproximou-se Sebastião, ex-escravo da mesma fazenda, e começou a lhe espancar de chicote. Mais tarde, ao ser interrogado pelo subdelegado, Sebastião explicou que bateu na amásia por ciúmes. As pessoas que testemunharam no processo impressionaram-se com a resistência esboçada pelo ex-escravo ao ser conduzido até o “quadrado da fazenda”. Por certo, para Sebastião ser amarrado, espancado e conduzido até o “quadrado da fazenda” representava um rebaixamento de sua condição⁴⁰.

Este processo revela como as autoridades locais identificavam os ex-escravos. Macólea foi descrita na denúncia redigida pelo promotor público como “ex-escrava” e “preta”. No fórum público, o juiz referiu-se ao réu como “ex-escravo”, aliás é esta expressão que está estampada na folha de rosto do processo junto ao nome do acusado. Entretanto, em nenhum momento, os libertos mencionaram no depoimento sua antiga condição. Sebastião simplesmente assumiu sua identidade funcional dizendo-se ora “trabalhador de roça”, ora “jornaleiro”, enquanto Macoléa se apresentou como “empregada” na cozinha da fazenda. O certo é que os jurados se decidiram pela condenação de Sebastião, visto que praticara ofensas graves contra a amásia utilizando-se de “instrumento aviltante” com o fim de injuriá-la. Tudo indica que os jurados decidiram a sorte de Sebastião apoiados na convicção de que o liberto não estava preparado para a liberdade. Segundo o juiz, a pena de 9 meses de cadeia imposta ao ex-escravo foi decidida segundo o princípio de que “quando o criminoso não estiver em condições de compreender toda a gravidade e perigo da situação a que se expõe nem a extensão e conseqüências de sua responsabilidade”⁴¹.

Percebe-se também que algumas tensões estavam relacionadas à forma como os libertos defendiam a condição de livres. Os conflitos muitas vezes resultavam de disputas em torno da definição de papéis dos indivíduos no interior das comunidades rurais. Para os ex-escravos era preciso enfrentar as atitudes de pessoas livres que continuavam a querer ver neles indivíduos subordinados. Os ex-escravos eram obrigados a rechaçar formas de tratamento que julgavam incompatíveis com sua nova condição de liberdade. Há alguns incidentes que mostram como estavam empenhados em afastar de si as marcas que ainda os vinculava à escravidão.

Muitos conflitos ocorridos no campo depois da abolição explodiram quando os ex-escravos viam ameaçada ou aviltada a sua condição de liberdade. Em 21 de janeiro de 1889, o promotor da comarca de Geremoabo denunciou Tibúrcio Francisco, “escravo que foi de Francisco Joaquim de Carvalho” por ter no dia 18 de novembro de 1888 espancado Paulo Celestino de Santana, quando este voltava da feira. Paulo Celestino, cerca de dezoito anos, solteiro, morador no Engenho Lagoa Salgada, disse que foi à feira da vila de Coité levar um carregamento de rapaduras.

Na volta, encontrou Tibúrcio com quem tinha amizade e surpreendeu-se ao ser agredido com palavras e em seguida com um pedaço de madeira. Ludovina Maria, ex-escrava do Engenho Lagoa, interferiu na briga e impediu que Tibúrcio continuasse a espancar Paulo Celestino. Novamente aqui as testemunhas reconhecem Tibúrcio pelo seu passado escravo. Seu senhor era conhecido, provavelmente morava nas vizinhanças, mas não estava na companhia dele, pois naquele momento residia no Engenho Lagoa Salgada.

O depoimento de Silvestre Barbosa de Sousa, dezoito anos, que viajava em companhia de Paulo Celestino ajuda a desvendar os motivos da súbita explosão de violência do “ex-escravo”. Contou ele que Tibúrcio disse: “Paulo tive uma briga com sua mãe e ella me jurou de mandar-me bater, e como sei que será isto na sua chegada, logo deve você aprear-se do burro para decidirmos aqui”. Em seguida houve a briga. Por este depoimento fica claro que não querendo dar motivo a ser espancado, Tibúrcio adiantou-se brigando com Paulo Celestino, quem ele suspeitava que lhe bateria⁴².

As identidades possivelmente foram forjadas a partir de elementos definidores da condição de liberdade vigente durante a escravidão. Por isso que os ex-escravos se identificavam perante as autoridades como “morador”, “roceiro” ou “lavrador”, categorias que definiam a condição de homens livres no mundo dos engenhos.

Notas:

¹ . Ver APEB, *Inventários*, 3/328/1797/13 (1898), inventário e testamento de José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Pirajá. Em testamento feito em 15 de setembro de 1869, o barão declara que era filho do visconde de Pirajá, “Grande do Império”. Era casado com Aguida Maria Zeferina da Silva, falecida no mesmo ano. Deste casamento não teve filhos.

² . As informações sobre os engenhos do barão de Pirajá, inclusive sobre o Engenho Pitinga, encontram-se em APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887), inventário de Aguida Maria Zeferina da Silva, baronesa de Pirajá, falecida em 12 de agosto de 1862. O inventário cobre três avaliações (1871, 1883 e 1887).

³ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, A-1 (1889-1893), fl. 157v. Ver também APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887).

⁴ . As listas de escravos estão anexadas ao inventário da baronesa. Sobre o registro civil dos filhos gêmeos de Procópio Pires e Apolônia de Góes, ver CRCSA, *Livro de registros de nascimentos I-A* (1889-1893), fl. 5.

⁵ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos A-1* (1889-1893), fl. 170.

⁶ . APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887). Fl. 17.

⁷ . Sobre o registro de Matildes em 1896 ver CRCSA, *Livro de registro de nascimentos A-2* (1893-1900), fl. 77.

⁸ . Em seu estudo sobre comunidades de plantations do Sul dos EUA, J. Blassingame, *The slave community*, p. 14, verificou que os africanos costumavam nomear os filhos a partir de algum acontecimento espetacular ocorrido na época de seu nascimento.

⁹ . Ver APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887), fls 23-32; Ver também CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 3 (1900-1905), fls. 77 e 141v; ver no mesmo cartório *Livro de registros de óbitos*, O-1, fl. 105.

¹⁰ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 3 (1900-1905), fl. 174.

¹¹ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 3 (1900-1905), fl. 92; ver também APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887).

¹² . Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX”, Tese de mestrado, Salvador, Ufba, 1998, aborda a importância da família escrava na difícil sobrevivência sob o cativeiro.

¹³ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 2-A (1893-1900), fl. 3 e 12v. As informações do registro de nascimento foram cruzadas com dados existentes no APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887), fls. 154-156.

¹⁴ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 2-A (1893-1900), fl. 3.

¹⁵ . CRCSA, *Livro de registro de casamentos*, B-1 (1889-1898), fl. 130v.

¹⁶ . Os nomes como evidências históricas reveladoras das experiências pessoais, acontecimentos importantes, visões de mundo, idéias e valores culturais, são destacados por vários autores. Ver Hebert G. Gutman, *The Black Family in slavery and freedom, 1750-1925*, New York, Pantheon Books, 1976, pp. 185-186. Sobre práticas nominativas em grandes propriedades escravistas ver também Manolo Florentino e Cacilda Machado, “Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX)”, *Afro-Ásia*, 24 (2000), pp. 62-63. Regina Xavier, *A conquista da liberdade*, pp. 114-115, revela aspectos importantes da construção dos nomes entre libertos da cidade de Campinas, no final do século XIX. Um estudo amplo e pioneiro sobre adoção de nomes e sobrenomes na Bahia foi feito por Eliane Azevedo, “Sobrenomes no Nordeste e suas relações com a heterogeneidade étnica”, *Estudos Econômicos*, 13 (1983), pp. 103-116.

¹⁷ . Ver L. Litwack, *Been in the storm*, p. 249.

- ¹⁸ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos A-1* (1889-1893), fl. 165v. Através da quantificação de atestados de óbitos de Salvador, entre 1890 e 1899, Eliane Azevedo, “Sobrenomes do Nordeste” verificou que 32 por cento dos “pretos” não possuíam sobrenome.
- ¹⁹ . Uma análise da questão encontra-se em H. Gutman, *The black family in slavery and freedom*, principalmente o capítulo 6.
- ²⁰ . O trabalho de Doris Rinaldi Meyer, *A terra do Santo e o mundo dos engenhos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, abre perspectivas importantes para pensar na autonomia das comunidades de ex-escravos. A autora trata dos esforços dos trabalhadores rurais da zona da Mata pernambucana em estabelecerem territórios independentes do poder dos senhores de engenho ao distinguirem o “mundo dos engenhos” da “terra do santo”, espaço ocupado pelos moradores.
- ²¹ . Rastreamento histórias de vida de ex-escravos em Campinas, São Paulo, Regina Xavier, *A conquista da liberdade*, pp. 135-152, demonstrou como laços de solidariedade entre companheiros de escravidão foram preservados após a abolição.
- ²² . Ver CRCI, *Livro de registros de óbitos* (1889-90), fl. 85v. João Reis, *A morte é uma festa*, pp. 89-103, observa que, nas tradições lusitanas e africanas de bem morrer, o cuidado no sepultamento de amigos ou parentes era uma das obrigações dos vivos para com os mortos.
- ²³ . APEB, *Processos crimes*, 11/396/19 (1892), fls. 5-9v. Processo crime instaurado na vila de São Francisco, em 17 de agosto de 1892.
- ²⁴ . Sobre os crimes aqui tratados, ver APEB, *Processos crimes*, 33/1153/21 (1899), fls. 2-14; ver *Processos crimes*, 33/1154/11 (1901), fls. 2-12.
- ²⁵ . APEB, *Processos crimes*, 33/1154/11 (1901), fls. 2-8. Processo instaurado em Santo Amaro, em 24 de julho de 1901.
- ²⁶ . APEB, *Processos crimes*, 18/648/17 (1899), processo instaurado na vila de São Francisco, em 28 de maio de 1899. Donato foi absolvido.
- ²⁷ . Informações sobre estes trabalhadores estão contidas em APEB, *Processos crimes*, 15/538/2 (1889). Porfírio e Manoel Leocadio testemunharam em crime de assassinato ocorrido no Engenho Cazumbá.
- ²⁸ . Sobre Josino Messias ver APEB, *Processos crimes*, 38/1344/1 (1895).
- ²⁹ . APEB, *Processos crimes*, 33/1154/11 (1901).
- ³⁰ . APEB, *Processos crimes*, 15/538/8 (1890), fls. 2-5v.
- ³¹ . Idem, *ibidem*, fls. 7-8.
- ³² . A presente discussão inspira-se na instigante discussão feita pelo antropólogo Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989, pp. 225-236, sobre a definição de pessoa na sociedade balinesa. Segundo Geertz, “O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rostos, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas”.
- ³³ . APEB, *Processos crimes*, 9/210/16 (1889), fls. 10-11. Denúncia do promotor público da vila de São Francisco do Conde, em 2 de agosto de 1889.
- ³⁴ . Sobre o liberto Donato Santos de Oliveira, ver APEB, *Processos crimes*, 18/648/17 (1899), fls. 8-36.
- ³⁵ . APEB, *Processos crimes*, 18/646/5 (1888), São Francisco do Conde, fl. 7v.
- ³⁶ . APEB, *Polícia-cadeias*, 6282 (1887-1889), correspondência do administrador da Casa de Correção, Justiniano Rabelo Santos, para o chefe de polícia, em 17 de agosto de 1888.
- ³⁷ . APEB, *Processos crimes*, 8/284/10 (1889), Itapicuru, denúncia da promotoria contra Amâncio, ex-escravo, em 25 de julho de 1889.
- ³⁸ . APEB, *Processos crimes*, 4432 (1892). A denúncia da promotoria foi julgada procedente pelo Juiz Municipal da Cachoeira, mas não encontramos a continuação do processo.
- ³⁹ . APEB, *Processo crimes*, 3/433/6 (1889), Condeúba, denúncia da promotoria contra Cesário “de tal”, ex-escravo, em 28 de maio de 1889.
- ⁴⁰ . APEB, *Processos crimes*, 20/695/18 (1890); o presente relato foi feito em cima das informações prestadas pelos ex-escravos Sebastião e Macólea, pelo administrador e pelos trabalhadores da fazenda.
- ⁴¹ . Idem, *ibidem*, folhas finais sem numeração.

⁴² . APEB, *Processos crimes*, 8/274/11 (1889), fls. 1-9v.

CAPÍTULO IX

OUTROS RUMOS: TRAJETÓRIAS DE LIBERTOS QUE SAÍRAM DOS ENGENHOS

“Vou prá Bahia
Vou vê se o dinheiro corre
Se o dinheiro não corre
De fome ninguém morre”¹.

Neste capítulo, busca-se rastrear trajetórias de ex-escravos e descendentes que migraram dos engenhos para diversas localidades do Recôncavo nos anos seguintes à abolição. Assim, pretende-se refletir sobre as implicações das experiências da escravidão sobre escolhas migratórias e formas de inserção dos ex-escravos no meio urbano. Refazendo os itinerários seguidos pelos libertos, ao longo do tempo e do espaço, espera-se verificar, também, como essas escolhas estavam articuladas a projetos de liberdade. A diversidade de caminhos percorridos poderá revelar como pessoas e famílias recorreram a variadas estratégias e arranjos para sobreviver e encaminhar a vida, após o fim do cativeiro. As mudanças ocorridas nas trajetórias pessoais dos que migraram para outras localidades, sobretudo através da adoção de

outro sobrenome, do aprendizado de outra profissão ou do reaproveitamento das experiências profissionais e dos laços sociais construídos no tempo do cativeiro, podem iluminar aspectos importantes das escolhas e caminhos percorridos.

Outros rumos

Nos dias imediatos à abolição, houve intensa movimentação de homens e mulheres egressos da escravidão dos engenhos para as cidades ou dos engenhos para outras freguesias rurais. No quinto capítulo, vimos como, nos meses imediatos à abolição, libertos de vários engenhos se mudaram para Maracangalha para rever parentes ou fixar moradia. Na mesma ocasião autoridades da freguesia do Monte se queixaram do deslocamento de libertos para engenhos abandonados, possivelmente tentando estabelecer roças fora das terras dos antigos senhores. Em parte, esse deslocamento de libertos era prolongamento das fugas de escravos que vinham se intensificando nos últimos anos da década de 1880 como decorrência do processo de desmonte das relações escravistas nos engenhos e alhures. Conforme vimos no terceiro capítulo, as fugas se avolumaram nos meses que antecederam a lei de 13 de maio, verificando-se, inclusive, fugas coletivas.

Com o fim do cativeiro, formalmente deixou de haver restrição ao movimento dos ex-escravos e não era preciso “consentimento” dos ex-senhores para saírem das localidades em que viveram cativos. Assim, os libertos não estavam mais obrigados a permanecer presos a um lugar por vontade ou decisão de outrem. Na perspectiva dos antigos senhores, os abandonos das propriedades foram parte do que rotularam de “desorganização do trabalho” decorrente da lei de 13 de maio. Um senhor de engenho baiano observou que os “libertos entregues à agradável impressão de liberdade entenderam quase todos que não deviam ficar na companhia de seus ex-senhores por parecer-lhes que continuariam no cativeiro”². Sem os freios morais do escravismo, os libertos abandonariam as propriedades e recusariam o trabalho nos canaviais. Como em outras partes do Brasil escravista, a imagem de negros abandonando os canaviais

e engrossando as fileiras dos desempregados e vadios das cidades fez parte do repertório de temores das elites baianas. Na verdade, a imagem do abandono em massa das senzalas era uma projeção de antigos medos senhoriais, algo que se intensificou nas últimas décadas do século XIX. Após a abolição esta imagem continuou presente nos discursos senhoriais, sobretudo porque era preciso convencer as autoridades da necessidade de indenizá-los pela perda da propriedade escrava.

Aliás, os senhores de engenho se apoiaram nesses argumentos para reivindicar, dos governos imperial e provincial, medidas repressivas à vadiagem e à vagabundagem. Após o primeiro mês de vigência da Lei Áurea, o barão de Vila Viçosa escreveu longo artigo, defendendo urgentes medidas para reprimir a insubordinação e a vadiagem que perturbavam os trabalhos agrícolas³. Na sua visão, a vadiagem correspondia tanto à recusa ao trabalho nas lavouras de cana quanto ao abandono das propriedades. Em julho de 1888, a Associação Comercial da Bahia em representação enviada à princesa Isabel reivindicou medidas enérgicas para reprimir a suposta vagabundagem dos livres e libertos⁴.

Nos meses seguintes à abolição, autoridades policiais de freguesias açucareiras colocaram em vigor medidas de repressão aos ex-escravos que deixaram os engenhos. Em agosto de 1888, ao prender um liberto por vadiagem, uma autoridade policial de Santo Amaro recomendou punição rigorosa para que se “cohiba aos demais companheiros, principalmente agora que a cidade está cheia de libertos que em nada se empregão, vivendo apenas da rapinagem”⁵.

Embora a repressão à vadiagem não tenha se convertido numa solução viável ao controle da população liberta, as autoridades policiais das cidades próximas aos engenhos continuaram a pedir atenção especial à movimentação dos libertos. Em 4 de abril de 1889, em correspondência enviada ao presidente da província, o delegado da cidade de Alagoinhas, ao falar das dificuldades de policiar uma cidade que se localizava na convergência de três ferrovias e onde circulava uma “população estranha e desconhecida”, incluiu, entre as causas de desordens, a presença dos “que entrarão no gozo da liberdade pela Lei de 13 de Maio” e abandonaram as fazendas e engenhos da região. Segundo o delegado, “é grande o número delles, o que vindo em

busca de trabalho, não encontrando-o, atirão-se a uma vida desregrada”. Acusar os libertos de promoverem desordens ou atirar-se a uma vida supostamente “desregrada” era um argumento forte para sensibilizar o governo provincial para a necessidade de aumentar o destacamento policial da cidade⁶.

Mas, para além dos temores das elites e das preocupações repressivas das autoridades policiais, é necessário pensar a movimentação geográfica do período, a partir dos referenciais dos libertos. Para muitos ex-escravos, a migração significou distanciar-se do passado de escravidão. Como observa R. Scott a mobilidade era um componente do que os libertos definiam como liberdade⁷. Naqueles dias, muitos abandonaram os engenhos em que viviam para rever parentes que residiam em outras propriedades ou retornar para localidades de onde haviam sido retirados por interesse ou capricho dos ex-senhores. O ex-escravo Argeu contou que, no dia imediato à abolição, abandonou o engenho em que serviu como cativo e para onde foi transferido como dote de casamento da filha do antigo senhor⁸.

Muitas vezes, a decisão de migrar relacionava-se ao desejo de reunir familiares há muito separados pela escravidão. Em 19 de agosto e 1889, o ex-escravo José Pedro Calazans, casado, residente nas matas da Cachoeira, termo da comarca de Ilhéus, escreveu ao presidente da província da Bahia, requisitando passagens para embarcar a família liberta pela lei de 13 de maio. Na petição enviada ao presidente, José Pedro falou de sua difícil viagem pelos sertões da Bahia e de Sergipe para reencontrar a família. Contou ele que em Ilhéus:

(...) possui uma fazendinha de cacau e diversas plantações da pequena lavoura, tendo ido à procura de seus descendentes favorecidos pela áurea lei de 13 de Maio de 1888 – que se achavam no centro da província de Sergipe acoitados pela fome, e reunindo apenas três filhos, uma nora viúva e oito netos com os quaes – exaustos de forças e de dinheiro, quase às esmoladas – teve de atravessar os sertões daquela e desta província; felizmente pôde alcançar esta capital; porém não podendo attingir o termo de sua jornada como almeja, por lhe faltarem absolutamente meios com que pagar as passagens para Ilhéus, vem humilde e respeitosamente implorar a V. Excia. a caridades de ordenar a Companhia Bahiana, cujo vapor deve seguir viagem amanhã para dar ao supplicante e sua família as passagens necessárias, conforme a lista

junta, porque Exm^o Sr., excepto o suplicante, todos elles são foragidos da fome, que em boa hora emigraram para escapar àquelle horrível flagello e vão no seio desta hospitaleira Província entregar-se ao trabalho quotidiano da lavoura, seguindo o exemplo que seu pae e avô há de implantar-lhes – amor ao trabalho e à pura e sã moral⁹.

O presidente da província despachou favoravelmente e, no dia seguinte, o liberto embarcou no vapor Visconde Marinho com os nove membros da família.

Mas o esforço para reencontrar e reunir parentes nem sempre era bem-sucedido. Em 21 de maio de 1888, a liberta Isabel Pereira Teles, em correspondência enviada ao Ministério da Justiça, pediu a restituição do filho menor chamado Eugênio trazido para a cidade do Salvador como criado por um tal doutor Afonso de Oliveira Marques Sobrinho por volta de 1884. O mais dramático foi que, entre janeiro daquele ano e abril de 1888, o nome de Eugênio não foi localizado nos registros de passageiros desembarcados na Bahia¹⁰.

Ao deixar a companhia do ex-senhor, a ex-escrava Maria Justina do Sacramento procurou dar uma outra direção na vida. Em 11 de junho de 1888, o delegado da vila de São Felipe, José Leandro Gesteira, foi convocado para desvendar o misterioso desaparecimento de Maria Justina e do filho de quatro anos, suspeitos de estarem sob cativeiro ilegal no Engenho Coelhos, na freguesia de Conceição do Almeida. Uma denúncia enviada às autoridades judiciais da vila levantou a suspeita de que a liberta poderia ser mais uma vítima do senhor de engenho Manoel Francisco dos Prazeres “por ter cometido o grave pecado de não querer continuar a trabalhar para o referido capitão que abusando dos poderes que lhe dá a Ley desce à toda sorte de tirania para com os pobres e miseráveis, mandando violentar a um, raptar a outros, prendendo-os finalmente em um tronco que tem em seu engenho”¹¹.

Tudo indica que a denúncia partiu de algum desafeto político de Prazeres, na época também subdelegado da freguesia. Essas lutas políticas muitas vezes se relacionavam com a disputa entre senhores pela mão-de-obra emergente da escravidão. Meses depois, em 26 de setembro de 1888, um senhor de engenho da região denunciou Manoel dos Prazeres de prender no tronco “seu alugado”, o liberto

“Francisco Grosso”, depois que este decidiu abandonar o Engenho Coelhos e trabalhar em sua propriedade¹².

Pelas informações contidas no processo, sabemos que Maria Justina foi escrava de Amâncio Soares dos Reis e, desde o “tempo da escravidão”, estava “alugada” ao capitão Manoel dos Prazeres. O amásio de Maria Justina informou que a mesma morava no engenho do capitão “a quem fora alugada quando era escrava”, mas que “logo que ella ficou liberta fora para a companhia d'elle e com elle morava”. Portanto, para a ex-escrava, abandonar a propriedade em que vivia como cativa e compartilhar o mesmo teto com o companheiro foram os primeiros passos em direção à liberdade. Contou o amásio que dias depois Maria Justina abandonou sua casa e, pelo que sabia, achava-se num local chamado Bebedouro, em terras de Francisco Soares dos Reis, irmão do ex-senhor.

Os depoimentos dos vizinhos do casal apontaram outros motivos para o desaparecimento da ex-escrava. Amâncio Soares dos Reis, ex-senhor de Maria Justina, contou que na, noite de 1º de junho, apareceu em sua casa a liberta com o filho de quatro anos e um rapaz de cor parda, e que dali se retirou sem dizer para onde ia. Amâncio disse desconfiar que ela havia abandonado a casa por ser constantemente espancada pelo amásio, “como é sabido por todos os moradores seus vizinhos”¹³. Um vizinho do casal contou que ouviu Maria Justina dizer: “me solta, me deixe que eu vou dizer a sinhozinho”. Julgou ser mais uma briga do casal, pois o amásio costumava “refrescá-la com taca e outros instrumentos”. A referência à intervenção do “sinhozinho” pode significar que Maria Justina pretendia acionar o poder do ex-senhor contra as tentativas violentas do amásio de controlá-la. Há pouco saída da escravidão, para Maria Justina era inaceitável a tirania doméstica do amásio. Mesmo recorrendo à proteção do ex-senhor e tratando-o com deferência, a liberta soube defender sua liberdade de movimento e de escolha, tanto assim que saiu da casa dele sem “dizer para onde ia”¹⁴.

Mas a decisão de migrar poderia esbarrar na resistência dos antigos senhores. Após a abolição, chegaram às mãos das autoridades da província denúncias, muitas delas redigidas por antigos abolicionistas, contra ex-senhores que estavam impondo

castigos físicos ou impedindo a saída de libertos dos engenhos. Em 25 de agosto de 1888, uma correspondência publicada no *Diário da Bahia* denunciava:

Por diversos meios tem os senhores buscado reaver a autoridade que a lei de 13 de maio os despojou. Ora requerem das autoridades tutoria dos ingênuos, mascarando assim o interesse de manterem sobre eles o perdido poder. Ora contratam para o trabalho das fazendas os antigos escravos e deixam de cumprir seus compromissos, não pagando os salários e quando os espoliados reclamam em vez de atendê-los ofendem-nos e querem compeli-los ao serviço gratuito¹⁵.

Segundo a denúncia anterior, o controle sobre os “ingênuos” foi uma estratégia utilizada pelos senhores para garantir a permanência dos pais. Em 16 de agosto de 1888, a ex-escrava Eulália denunciou o ex-senhor, dono do Engenho Topá, na vila de Maragogipe, de manter sob seu domínio os filhos “ingênuos” Teodora, Valentina e Júlio. Contou ela que, na noite de 27 para 28 de julho, foi surpreendida por vários indivíduos que cercaram sua casa em terras do Engenho Sinunga e levaram os filhos para o Engenho Topá, “onde não poderão ter a necessária educação e estão soffrendo as maiores crueldades”. Ela justificou o direito à guarda dos filhos alegando que estava habilitada a dar-lhe educação¹⁶. Tudo indica que o controle sobre os filhos ingênuos foi uma forma de forçar o retorno de Eulália ao engenho.

Houve senhores de engenho que se apoiaram na Lei do Ventre Livre para requerer judicialmente a tutela dos menores. Em 8 de outubro de 1888, Vitória, crioula, mãe de Vitorina, doze anos, Porcina, dez anos e Eutrópio, seis anos, denunciou o ex-senhor Marcos Leão Veloso, proprietário do Engenho Coité, termo da vila de Inhambupe, de não querer entregar seus filhos e ainda mantê-los no canavial “como se fossem escravos, sujeitos a castigos”. A avó dos menores, a africana nagô Felicidade, intercedeu pelos netos, mas Veloso se manteve irredutível. A denúncia foi escrita pelo abolicionista Eduardo Carigé que acusou o ex-senhor de desrespeitar a lei de 13 de maio e o direito da ex-escrava Vitória de criar e educar os filhos “para serem úteis à Pátria”¹⁷.

Antônio Calmon de Brito, juiz de órfãos da vila de Inhambupe, saiu em defesa do coronel Marcos Leão Veloso, recorrendo ao argumento do despreparo dos libertos para a vida em liberdade. Em correspondência enviada ao presidente da província, em 19 de novembro de 1888, ele afirmou que depois da promulgação da lei de 13 de maio foi grande o número de libertos que abandonou as fazendas e engenhos. Segundo ele, no engenho de Marcos Veloso, houve deserção em grande escala e muitas mães deixaram para trás os filhos “ingênuos” em “completo desamparo” e seguiram para diversos povoados “a fim de se entregarem à prostituição”. Vitória foi uma das que teve tal procedimento. O ex-senhor, “condoído de tal abandono e deixando encaminhar os ingênuos no serviço da lavoura”, tratou de amparar os menores e dar-lhes educação “compatível com a condição delles”. Com esses argumentos, o juiz buscou desqualificar moralmente as ex-escravas, rotulando-as de irresponsáveis e incapazes de criar os próprios filhos. Ao que parece, o presidente convenceu-se da cantilena do juiz, pois em seu despacho deu por encerrado o caso¹⁸.

Em 19 de fevereiro de 1889, Adelina, crioula, “ex-escrava”, queixou-se da perseguição promovida pelo antigo senhor, doutor Porfírio Veloso, dono de engenho em Santo Amaro, depois que decidiu fixar residência na cidade. Adelina contou que, ainda sob vigência da escravidão, ela, o filho Belmiro, crioulo, e mais “alguns parceiros” foram transferidos para o Engenho Jacú como dote de casamento da filha do ex-senhor. Após a lei de 13 de maio, ela decidiu retirar-se do referido engenho, levando consigo o filho. Na estrada que seguia para Santo Amaro foi surpreendida por quatro indivíduos armados que lhe deram muitas pancadas, levaram seu filho e os animais em que viajavam. Adelina conseguiu fugir para a cidade, mas sofria perseguição de indivíduos a mando do antigo senhor. Denunciou, também, que o filho achava-se preso no tronco do Engenho Pinguela, perto do mesmo Jacú, sofrendo castigos. Finalizou, pedindo providências para que lhe fosse entregue o filho e que cessassem as perseguições. No mesmo dia, o chefe de polícia ordenou ao juiz de órfãos de Santo Amaro para providenciar a respeito¹⁹.

Na verdade, não houve abandono “em massa” como haviam previsto os senhores de engenho. Tudo indica que a saída de libertos e seus descendentes dos

engenhos foi se processando ao longo dos anos que se seguiram à abolição. Aliás, o incremento da movimentação geográfica de populações egressas da escravidão ocorreu em outras regiões de passado escravista²⁰. Escrevendo sobre os engenhos pernambucanos na década de 1920, Gilberto Freyre observou que a mobilidade dos trabalhadores parecia uma volúpia. À relativa sedentariedade de antes da Abolição sucedeu o ciganismo de então. Caldeireiros, metedores de cana, trabalhadores de enxada, “são agora a gente mais sem raiz deste mundo. Vivem rolando dum engenho a outro”. Segundo Freyre desapareceram as relações fixas entre senhores e trabalhadores; entre senhores e aderentes, entre senhores, rendeiros e lavradores de partido, enfim quebrou-se a “coesão patriarcal” que outrora os estabilizava²¹.

Na visão de Freyre, este desenraizamento da população trabalhadora dos engenhos era consequência do processo de modernização da produção açucareira. O patriarcalismo senhorial que protegia e abrigava os libertos sob os telheiros das casas-grandes foi substituído pela impessoalidade das relações nas usinas. A visão nostálgica de Freyre ocultava as motivações dos trabalhadores. Como temos visto, a decisão de abandonar os engenhos tinha motivações diversas, incluíam, inclusive, a expectativa de melhoria das condições de sobrevivência e a reparação de laços afetivos quebrados pela vida escrava. Além disso, é preciso pensar as migrações no contexto da diversidade de experiências dos libertos no pós-abolição. A decisão de migrar para outras localidades podia estar relacionada à esperança de alargar as possibilidades de sobrevivência fora dos antigos engenhos ou de viver em locais onde podiam exercer com segurança a nova condição de liberdade.

A partir dos registros cartoriais, foi possível reencontrar libertos que estavam migrando dos engenhos para as vilas e cidades. Em 30 de janeiro de 1902, Florêncio Borges de Queirós, residente na praça do Rosário, na cidade de Santo Amaro, registrou o nascimento do filho Virgílio da Conceição, pardo. A mãe da criança chamava-se Maria Lúcia, doméstica, nascida no Engenho Lagoa. No início do século XX, Belarmino Balbino de Santana e Leolinda Isabel, ex-escravos do Engenho Passagem, moravam na rua Sinimbu, em Santo Amaro, quando nasceu a filha Rita de Cássia. Em 25 de novembro de 1903, localizamos Maria Domingas de Ramos,

lavadeira, registrando o nascimento do filho Catarino da Cruz, “preto”, nascido em sua residência, no beco da Inquisição, também conhecido como beco Pedro e Paulo, na cidade de Santo Amaro. Por aquele registro soubemos que Maria Domingas nasceu no Engenho Macaco, na vila de São Francisco²². Entre os registros de nascimento de Cachoeira, localizamos uma ex-escrava do Engenho da Cruz chamada Constança Maria das Mercês, registrando a bisneta nascida em dezembro de 1894 e que haveria de se chamar Maria Valentina, filha de sua neta Saturnina Dutra. A mãe de Saturnina, chamada Possidônia Dutra, havia pertencido também à escravaria daquele engenho. No sétimo capítulo, vimos que logo depois da abolição, Possidônia ainda trabalhava para os antigos senhores no serviço doméstico²³.

Em 2 de junho de 1902, Procópio Gomes de Sales, lavrador, amasiado com Apolônia de Góes, se apresentou ao cartório de Santo Amaro para registrar o nascimento do filho Demétrio, cor “preta”. Conforme vimos no capítulo anterior, até 1889, quando nasceu o primeiro filho sob o regime de liberdade, o casal residia e trabalhava na lavoura do Pitinga, mas em 1902 o casal estava residindo no Engenho Santa Catarina. Na época, Procópio revelou que a amásia era doméstica e vivia “em sua companhia há muitos anos”. Entre um registro e outro, passaram-se treze anos e nesse tempo algumas mudanças na vida do casal podem ser percebidas através dos registros. Vê-se que Procópio abandonou o sobrenome Pires, herdado do antigo senhor, e adotou o Gomes de Sales. Tudo indica que Apolônia havia deixado a lavoura, pois, no segundo registro, exercia a profissão de doméstica²⁴.

Para entender mais sobre as razões e significados da movimentação dos ex-escravos dos engenhos, recorreremos aos registros de entrada e saída de doentes do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, entre os anos de 1906 e 1917. Infelizmente, os livros anteriores a 1906 foram extraviados, mas os que restaram guardam informações valiosas sobre pessoas de cor negra ou mestiça nascidas em engenhos do Recôncavo internadas naquela instituição. Além da idade, cor, estado civil, profissão, o escrivão registrava o local de nascimento e de residência dos doentes no momento em que ingressavam no hospital. Com essas referências foi

possível recompor parte do itinerário de libertos ou descendentes que mudaram de residência ao longo daqueles anos.

Sabemos que as informações colhidas nos livros de internamento da Santa Casa não são suficientes para definir o perfil da população de ex-escravos e descendentes que deixou os engenhos durante aquele período. Entretanto as informações ali contidas podem oferecer indicações importantes sobre as escolhas e alternativas disponíveis aos ex-escravos que saíram das localidades em que nasceram. Com esses dados, foi possível saber quais direções essas pessoas tomaram depois da abolição e tecer algumas considerações sobre as implicações das escolhas migratórias nas trajetórias pessoais e familiares.

Entre 1906 e 1917, conseguimos identificar com segurança 228 internados que nasceram em engenhos e que naquele momento residiam em outras localidades. Com as informações sobre local de nascimento e endereço atualizado daquelas pessoas, montamos a seguinte tabela:

Tabela 8. Mobilidade geográfica de pessoas nascidas em engenhos do Recôncavo, 1906-1917

Destinos	Quantidade	%
Cidades	82	36,0
Outros engenhos	86	37,8
Usinas	29	12,6
Freguesias rurais	31	13,6
Total	228	100

Fonte: ASCMSA, *Livros de entrada de doentes no Hospital*, 1906-1917.

Vê-se que a mobilidade das pessoas nascidas em engenhos se dava em várias direções, para outros engenhos, usinas, freguesias rurais e cidades. Do total de internados, 64 por cento se movimentaram dentro do mundo rural, muitos deles envolvidos na produção açucareira. Os engenhos e usinas eram o destino de mais da

metade dos internados, possivelmente essa proporção fosse maior se incluíssemos os que apenas disseram estar residindo em outras em freguesias rurais.

Os engenhos atraíram 58,9 dos que circulavam dentro da zona rural. Em 23 de janeiro de 1907 foi admitido no hospital Pedro de Nogueira, “preto”, quarenta e oito anos, solteiro, nascido no Engenho São Bento, mas naquele momento morava no Engenho Brotas. Em 14 de junho de 1908, Ciriaco dos Santos, “preto”, vinte e três anos, nascido no Engenho Traripe e morando no Engenho Catacumba²⁵. Infelizmente, ainda não localizamos evidências que permitam determinar em que momento abandonaram as localidades de origem ou o tempo de residência nos locais para onde se mudaram. Possivelmente, parte daquela movimentação era determinada pelo calendário das colheitas de cana, fumo e mandioca. Havia grande circulação de trabalhadores que se empregavam, apenas durante o período de corte da cana, retornando para suas residências no final da safra. A condição de trabalhadores temporários nos engenhos ficou bem explícita em alguns registros. Ao dar entrada no hospital, em 25 de abril de 1916, Marcolino Pires, “preto”, sessenta e seis anos, nascido no Engenho Jacú, trabalhava no Engenho Botelho como “jornaleiro”. Em março de 1917, Umbelina de Jesus, “preta”, trinta anos, natural do Engenho Fortuna, trabalhava como “diarista” no Engenho Calolé²⁶.

Cabe observar que nem sempre a mudança para os engenhos significava trabalho em canavial. Lavradores de mandioca e fumo, que tinham terras arrendadas dentro dos engenhos, freqüentemente empregavam trabalhadores de enxada no período de colheita. Além disso, trabalhadores rurais costumavam se deslocar de um engenho para outro para participar de mutirões nas roças de amigos e parentes.

As informações sobre os pacientes do hospital mostram que de diversas maneiras a modernização do setor açucareiro estava afetando a vida dos ex-escravos e seus descendentes. Alguns trabalhadores de usinas deram entrada no hospital para tratar-se de problemas de saúde causados por acidentes de trabalho. Em 31 de agosto de 1915, foi internado Manoel Moreira, “preto”, treze anos, vítima de acidente, nascido no Engenho Brito e trabalhando na lavoura de cana da usina Itapetingui. Em 25 de novembro de 1916, foi internado por acidente de trabalho Félix dos Santos,

“preto”, quinze anos, nascido no Engenho Camaçari e cortando cana na usina Passagem²⁷. Parece que a maioria ia para as usinas plantar e cortar cana. Ao ser internado em 13 de julho de 1908, Manoel Estevão, quarenta anos, nascido no Engenho Botelho, declarou que residia na usina São Carlos, trabalhava na lavoura de cana²⁸. Da mesma forma Felipe Bulcão, “preto”, setenta e três anos, solteiro, nascido no Iguape e trabalhador na lavoura de cana da usina São Carlos, em Santo Amaro²⁹. Pelo sobrenome que carregava é provável que Felipe tenha sido ex-escravo da família Bulcão, proprietária de vários engenhos no Iguape.

Para alguns trabalhadores de usina foi possível descobrir o passado escravo. Em 3 de agosto de 1910, deu entrada no hospital Manoel Brás, “preto”, solteiro, nascido no Engenho Velho, trabalhador da usina São Carlos. Revendo a lista de escravos do Engenho Velho, pertencente ao barão de Pirajá, verificamos que Manoel Brás realmente fez parte da escravaria daquele engenho. Em 1887, ele tinha vinte e três anos, solteiro, filho da escrava Eufrosina. Um ano antes do fim do cativeiro, toda a família de Manoel Brás ainda estava presa à escravidão, pois na lista ainda constavam os nomes de sua mãe e mais três irmãs, Eufemia, Agostinha e Dana³⁰.

A amostragem revela que 36 por cento das pessoas nascidas em engenhos haviam se mudado para as cidades. Como era de se esperar, a maioria dos internados residia em Santo Amaro; ainda assim os dados confirmam a importância dos centros urbanos como destino possível dos que saíram dos engenhos. Na tabela seguinte listaremos as ocupações dessas pessoas nas cidades.

Tabela 9. Ocupações dos que migraram para as cidades, 1906-1917

Profissões	Frequência	Profissões	Frequência
Lavoura	18	Pedreiro	2
Roceiro	12	Aguadeiro	2
Doméstica	11	Carroceiro	1
Cozinheira	1	Servente	1
Costureira	5	Garimpeiro	1
Engomadeira	1	Ganhadeira	1
Criado	3	Charuteiro	1
Ganhador	2	Salineiro	1
Diarista	5	Forneiro	1
Carreiro	1	Marítimo	1
Marceneiro	4	Sem declaração	3
Total		78	

Fonte: ASCMSA, *Livros de entrada de doentes no Hospital, 1906-1917*.

Na tabela, observa-se grande quantidade de trabalhadores urbanos ligados às atividades agrícolas; 38,4 por cento declararam trabalhar em lavoura ou roça. A proximidade da fronteira agrícola do centro de Santo Amaro tornava possível a um trabalhador residir na cidade e andar até o canavial de alguma usina ou engenho próximo. Cipriana Maria Pesote, “preta”, quarenta e quatro anos, nascida no Engenho Tebaida, declarou “viver de roça” e residir na rua do Bonfim, em Santo Amaro³¹. O ex-escravo Antero Ramos da Purificação trabalhava na lavoura e residia na cidade. No capítulo anterior vimos que até junho de 1891, quando registrou o nascimento da filha Crescência, ele e a amásia Maria Ormindia moravam no Engenho Pitinga. Mas, ao reencontrá-lo nos registros do hospital da Santa Casa, em 14 de julho de 1918, soubemos que Antero Ramos havia fixado residência em Santo Amaro³².



11. Mulheres negras na fábrica de charutos Dannemann, em São Félix (c. 1920)



12. Mulheres negras e canoeiros no cais de Cachoeira (c. 1930)

Alguns internados exerciam nos centros urbanos profissões aprendidas nos engenhos. Em 16 de março de 1916, compareceu ao hospital Próspero dos Santos, “preto”, setenta anos, solteiro, pedreiro, nascido no Engenho Mombaça e naquele momento residia na cidade de Santo Amaro. Vendo a lista de escravos daquele engenho, feita em 1880, constatamos que Próspero era pedreiro. Ao trocar a vida no engenho pela cidade, o ex-escravo aproveitou o ofício aprendido no tempo da escravidão³³. Até então muitos ofícios exercidos na zona rural se encaixavam perfeitamente nas necessidades do mercado urbano. É um erro pensar que os ex-escravos rurais estavam despreparados para vida nas cidades. Mas parece que a maioria teve de aprender novos ofícios ou profissões para sobreviver na cidade. Manoel Clemente, “preto”, setenta anos, nascido no Engenho Tanque, viabilizou a sobrevivência na cidade de Santo Amaro tornando-se aguadeiro. Para sobreviver em Santo Amaro, Manoel Círculo da Hora, mulato, vinte e oito anos, solteiro, nascido no Engenho Velho, teve de aprender a profissão de charuteiro³⁴.

A grande maioria das mulheres internadas exercia profissões domésticas, eram as amas secas, engomadeiras e cozinheiras nos sobrados da cidade. O setor doméstico era o que mais absorvia trabalho feminino saído dos engenhos. Henriqueta Maria da Silva, “preta”, sessenta anos, nascida no Engenho Brotas, sobrevivia como doméstica na cidade de Santo Amaro quando, em outubro de 1906, foi internada para tratar-se de anemia. Mas o serviço doméstico não era ocupação exclusiva de mulheres. Em 15 de outubro de 1916, Dionísio dos Santos, “pardo”, dezesseis anos, nascido no Engenho São Bento, declarou trabalhar como criado em Santo Amaro³⁵. Pelo menos uma mulher nascida em engenho atuava no pequeno comércio ambulante como ganhadeira; tratava-se de Delfina Ribeiro, “preta”, sessenta e oito anos, nascida no Engenho Pericoara, internada em 16 de fevereiro de 1916³⁶. Seu isolamento talvez reflita a dificuldade das que migraram dos engenhos para encontrar algum espaço no competitivo universo das ganhadeiras.

Tal como no campo, a vida na cidade era muito dura para os que emergiram da escravidão e por isso alguns sucumbiram à indigência. Em 5 de novembro de 1920, foi internada no hospital Venância “de tal”, “mulata”, sessenta e oito anos,

solteira, nascida no Engenho Pitinga, vivia em Santo Amaro como “esmoler”. Folheando a lista de escravos daquele engenho, feita em 1887, pode-se ler o nome de Venância, então com trinta e seis anos, solteira, filha de Patrícia. A mãe provavelmente é a mesma que aparece entre os escravos do Engenho Conde, também pertencente ao Barão de Pirajá, em 1871³⁷.

É preciso observar que os dados do hospital dão conta, apenas, dos ex-escravos ou descendentes que estavam se movimentando dentro do Recôncavo, muitos deles ainda ligados à grande lavoura de cana. Ocorre que, nos anos seguintes à abolição, houve um movimento silencioso de libertos em direção às freguesias rurais mais distantes da lavoura de cana, especialmente para regiões de fronteira ou do litoral. Possivelmente o fluxo de ex-escravos para as terras do sul do estado tenha se intensificado em fins do século XIX em função das promessas da cultura cacauera³⁸. Além da esperança de possuir roça, os salários pagos na lavoura cacauera eram mais atraentes do que os pagos na lavoura de cana. Segundo um estudo feito pelo Ministério da Agricultura, em 1912, o valor médio da diária do trabalhador agrícola na lavoura cacauera era de 2\$000 réis, enquanto nos distritos açucareiros era de 1\$500 réis. O mesmo estudo mostrou que, durante a colheita de cacau, era comum o deslocamento de trabalhadores rurais de outras regiões para as lavouras daquele produto³⁹.

É provável que muitos povoados litorâneos tenham atraído libertos de freguesias rurais do Recôncavo. Estudos futuros sobre comunidades que habitam nas proximidades dos mangues da Baía de Todos os Santos possivelmente acusarão a entrada de gente que desertou dos canaviais após o fim do cativeiro.

Sabemos que, após o fim da escravidão, intensificou-se o movimento de retorno à África. Acompanhando o movimento de saída de passageiros do Brasil para a África, K. Butler identificou um sensível aumento de saída de africanos e crioulos para a cidade africana de Lagos. Duas semanas depois do 13 de maio, 54 passageiros embarcaram com destino àquela cidade. No ano seguinte, ainda era grande a saída de africanos e descendentes para portos da África⁴⁰. Quando a abolição foi promulgada a maioria dos africanos já havia conseguido a alforria e provavelmente muitos

decidiram viajar depois que filhos e netos foram libertos pela lei de 13 de maio. Possivelmente, foi considerando isto que, em 9 de maio de 1888, no dia em que os jornais noticiaram a aprovação do projeto de abolição, empresários da cidade anunciaram na imprensa a venda de passagens para a Costa da África a bordo da barca nacional Cecília. Um outro anunciante prometeu que naquele mês partiria para Lagos o patacho Bonfim⁴¹.

Recôncavo em movimento

Infelizmente os censos populacionais de 1872 e 1890 não fornecem informações sobre tendências da movimentação das populações negras pelo Recôncavo nas duas últimas décadas do século XIX. Sabe-se que nos anos finais do século XIX, alguns centros urbanos do Recôncavo se destacaram como importantes pólos de atração da população livre e liberta. Além de Salvador, São Félix e Cachoeira se destacavam como os principais centros urbanos da região do açúcar. O recenseamento de 1872 registrou 8.146 habitantes na freguesia urbana de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, destes 79,6 por cento eram negros e mestiços. Em 1890, aquela população saltou para 12.607 pessoas. Dos residentes no centro urbano, 2.542 eram de cor “preta”, ou seja, representavam 20,1 da população da cidade. Se acrescermos a estes, os caboclos e mestiços, veremos que a população não branca chegava a pouco mais de 72 por cento da população geral⁴².

Entre os dois recenseamentos observa-se também incremento populacional na vizinha povoação de São Félix. Em 1872, residiam na então freguesia de Deus Menino de São Félix 2.857 pessoas, destes 14,5 por cento eram de cor “preta”. Em 1890, no ano em que foi elevada à condição de cidade, a população de São Félix saltou para 4.358 habitantes, destes 953 eram “pretos”, ou seja, 21,8 por cento. Apenas 36,6 por cento era de cor branca. Nos primeiros anos do século XX, a população deste centro portuário do interior continuou crescendo. Cabe ressaltar que tanto Cachoeira como São Félix comportavam uma população flutuante constituída

por trabalhadores residentes nas freguesias rurais próximas, que se deslocavam diariamente para as fábricas de charutos e retornavam ao final do dia.

São Félix e Cachoeira eram centros urbanos que atraíam população devido às atividades portuárias, comerciais e, principalmente, pela concentração de indústrias fumageiras. Entre 1880 e 1890, as exportações de charutos experimentaram conjuntura de crescimento das exportações para o mercado europeu. O nível de empregos nessas atividades também seguiu num ritmo de crescimento. Vejamos algumas cifras referentes a trabalhadores contratados nas maiores fábricas de charutos da região entre o final do século XIX e início do XX. A Suerdieck, sediada em Cachoeira, em 1916 empregava cerca de 400 operários; em 1921, este número pulou para 900. Em 1887, a Costa Ferreira & Penna, sediada em São Félix e com filial em Muritiba, empregava 70 trabalhadores; em 1921 este número já era cerca de 1.000 operários. Em 1877, a fábrica Dannemann, fundada por dois imigrantes alemães, empregava entre 300 e 400 trabalhadores; em 1921 contava com cerca de 1.200 operários⁴³.

Além da indústria fumageira, as referidas cidades constituíam importantes pontos de ligação entre Salvador e as localidades mais distantes do litoral, genericamente chamadas de sertão. A condição de entreposto comercial fortaleceu-se com a construção das estradas de ferro no final do século XIX. A circulação de pessoas e mercadorias ampliou o mercado de trabalho para ganhadores, carroceiros, tropeiros, saveiristas, canoeiros, estivadores, e marinheiros, profissões tradicionalmente exercidas por negros e mestiços. Nos últimos anos da escravidão, libertos e escravos fugidos seguiram para aqueles centros, especialmente atraídos pelas obras das estradas de ferro.

Em contraste, a população do Iguape, o maior distrito açucareiro de Cachoeira no século XIX, sofreu diminuição de seu contingente populacional. Em 1872, a população de Santiago do Iguape era de 7.159 pessoas, destes 43,5 por cento eram “pretos”. Em 1890, a população do distrito chegou a 9.741 habitantes, destes 34,8 por cento eram “pretos” e apenas 10,6 por cento brancos. Os negros e mestiços chegavam a quase 90 por cento da população. O impacto da crise açucareira parece ter se

refletido nas cifras populacionais dos anos posteriores. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a freguesia do Iguape sofreria significativo esvaziamento populacional. Em 1912, um pároco afirmou que a freguesia estava em estado de decadência e “sem esperança de futuro”. Segundo sua estimativa a população da freguesia era de 5.000 habitantes. O recenseamento de 1920 acusou 6.487 pessoas morando no Iguape⁴⁴.

Tudo indica que, nos últimos anos do século XIX, não houve migração significativa de populações do interior da província para a cidade do Salvador. Segundo o censo de 1872 a população de Salvador era de 129.109 habitantes. Em 1890, a população da cidade saltou para 171.412 habitantes. Provavelmente, o crescimento verificado no período foi apenas vegetativo. Pelo censo de 1890, sabemos que os “pretos” constituíam 26,9 por cento da população. Juntando este contingente com os mestiços, vê-se que os não brancos representavam 67,4 por cento da população⁴⁵. Embora as fontes censitárias não indiquem fluxo migratório de grande monta, sabe-se que, na década de 1880, Salvador foi o destino principal de grande número de escravos fugidos do Recôncavo. Parte dos que fugiram ou abandonaram os engenhos foram incorporados ao mercado de trabalho urbano nas diversas profissões tradicionalmente ocupadas pela população livre e liberta. Para saber em que medida a movimentação de escravos e libertos vinha afetando a composição dos trabalhadores da cidade averiguamos alguns dados sobre dois setores fundamentais do trabalho urbano: o trabalho de rua e os serviços domésticos.

Em estudo sobre o serviço de ganho nas ruas de Salvador, entre 1887 e 1893, João Reis verificou que dos 1.703 ganhadores registrados no *Livro de Matrícula*, 11,6 por cento eram oriundos da região do açúcar, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Cachoeira e São Francisco do Conde. Muitos deles eram ex-escravos. Se adicionarmos os ganhadores vindos de outras localidades do Recôncavo esse percentual pode chegar a 17,5 por cento. Muitos desses trabalhadores de rua abandonaram os canaviais nos últimos anos de escravidão ou logo após o 13 de maio⁴⁶.

Entre os ganhadores matriculados que saíram dos engenhos alguns traziam referências às propriedades de onde vieram ou aos antigos senhores. Manoel João, acaboclado, cinqüenta e dois anos, natural de Santo Amaro, “foi escravo do falecido Barão de Pirajá”. Manoel Panfilo, cor fula, vinte e seis anos, natural da freguesia do Monte, declarou ter sido “cria de Joaquim Alves da Cruz Rios”. José Antônio de Oliveira, preto, quarenta e seis anos, natural de Santo Amaro, “foi escravo do Barão de Alagoinhas”. Alguns se declararam libertos pela lei de 13 de maio. No canto N trabalhavam Manoel Longuinho, fula, vinte e sete anos, natural de Santo Amaro (ex-escravo do senador Junqueira), Anacleto Teixeira Magno de Nazaré, preto, e Julião Maurício Wanderley, cor fula, nascido na freguesia de Matoim, ex-escravo do barão de Cotegipe, todos libertos pela lei de 13 de maio⁴⁷.

Alguns ex-escravos procedentes de freguesias açucareiras se concentravam no mesmo canto de trabalho. No canto da rua da Louça trabalhavam Ângelo Veríssimo da Purificação e Paulo Narciso das Chagas Vianna, ambos pretos e vindos da freguesia do Monte, na vila de São Francisco do Conde. Para alguns foi possível saber que saíram da mesma propriedade. No canto O-O trabalhavam José Antero, cor fula, vinte e oito anos, e Pedro Celestino, cor cabra, vinte e seis anos, ambos nascidos na freguesia do Passé e ex-escravos do mesmo senhor. Pedro Francisco de Sousa, dezoito anos, e o irmão Nilo Manoel de Sousa, dezenove anos, ambos pretos e nascidos em Paripe, ex-escravos do mesmo senhor, não apenas trabalhavam juntos, mas também residiam na mesma rua das Laranjeiras. Estas evidências mostram que libertos e livres buscaram reconstituir na cidade laços afetivos e de amizade tecidos no mundo dos engenhos⁴⁸.

Separando os 58 ganhadores provenientes de freguesias que concentravam grandes engenhos, Nossa Senhora do Monte, Socorro, Rio Fundo, Bom Jardim, Iguape, Matoim, Paramirim e São Sebastião do Passé, verificamos que 17 deles traziam registro de alguma profissão. Entre as profissões citadas estavam copeiro, tanoeiro, arrieiro, ferreiro, marceneiro, carpinteiro, roceiro, carapina, sapateiro e cabeleireiro. Provavelmente essas profissões foram aprendidas nas localidades de

origem e isso pode significar que a saída de trabalhadores dos engenhos para as cidades não se restringiu apenas aos que labutavam na lavoura.

Os homens e mulheres que abandonaram os engenhos, após a abolição, enfrentaram uma conjuntura de endurecimento dos poderes municipal e provincial em relação às profissões tradicionalmente exercidas por pessoas de cor negra. Desde o final do século XIX, especialmente com o declínio da escravidão nas cidades, as autoridades baianas vinham adotando medidas enérgicas para disciplinar o trabalho e os trabalhadores urbanos, a maior parte deles negros e egressos da escravidão. A matrícula dos ganhadores era parte dessa política elaborada pelas autoridades baianas.

Mas as autoridades baianas estavam, também, de olho em outros setores que concentravam trabalhadores libertos na cidade. Além dos ganhadores, foram obrigados à matrícula carroceiros e aguadeiros. Segundo um levantamento parcial das matrículas feitas até julho de 1893, trabalhavam nas ruas de Salvador 2.452 trabalhadores, sendo 1.721 ganhadores, 473 carroceiros e 258 aguadeiros. Na ocasião, os jornais anunciaram que a matrícula daqueles profissionais finalizaria em 6 de agosto daquele ano e quem não fosse matriculado estaria sujeito à multa de 10\$000 réis ou 4 dias de prisão. Os profissionais matriculados ficariam obrigados a usar boné e carregar no braço uma chapa com o respectivo número⁴⁹.

Além dos trabalhadores de rua, as autoridades vinham implementando medidas de controle das criadas e criados domésticos. Em 30 de dezembro de 1886, a câmara de Salvador, respondendo às requisições do chefe de polícia e aos “reclamos do público”, elaborou algumas posturas regulando a relação entre amos e criados. A medida pretendia regulamentar a locação de serviços domésticos na cidade, estabelecendo regras formais na relação entre criados e amos. Os camaristas disseram estar legislando sobre matéria “espinhosa”, uma vez que a “classe que se dedica ao serviço doméstico” não estava habituada a prescrições⁵⁰. Na verdade, eram medidas que refletiam a preocupação das autoridades com o rápido declínio da escravidão na cidade do Salvador na década de 1880. Era também uma resposta do poder municipal às “famílias baianas” não só em relação à oferta de trabalho doméstico livre e liberto,

mas principalmente com a adoção de mecanismos eficazes de controle que substituíssem as relações escravistas nos seus lares.

Os camaristas apresentaram 27 posturas, regulando aspectos diversos do serviço doméstico e da relação entre amos e criados. O conteúdo das posturas revelava as principais preocupações dos camaristas em estabelecer o controle policial sobre os criados, obrigá-los a cumprir contratos e garantir que a oferta do serviço fosse feita dentro dos preceitos higienistas de então. A primeira postura determinava que haveria na Secretaria da Polícia um livro de registro destinado à inscrição de livres e libertos que exercessem as profissões de cozinheiro, copeiro, engomadeira, ama seca ou de leite, lacaio, cocheiro, jardineiro, moço de hotel, casa de pasto e hospedagem, enfim todo serviço doméstico. A postura 3 determinava que não seria inscrito quem sofresse de moléstia contagiosa ou que causasse repugnância, aquele que tivesse contra si procedimento criminal, menores sem autorização do pai ou pessoa responsável e a mulher casada sem autorização do marido. Portanto, pretendiam os camaristas acionar os mecanismos de dominação masculina no controle das criadas. No ato da inscrição, o criado receberia uma caderneta fornecida pela câmara e autenticada pela Secretaria de Polícia e folhas em branco destinadas a qualquer observação feita pelo delegado ou pelo chefe de polícia. A primeira caderneta seria gratuita, mas da segunda em diante, o criado deveria pagar 1\$000 réis por cada. O criado ficava obrigado a comparecer uma vez no ano para exibir a caderneta⁵¹.

Os vereadores legislaram sobre a relação entre amos e criados definindo direitos e deveres das duas partes. A postura 9 determinava que os criados que abandonassem os serviços antes do prazo estipulado em contrato seriam multados em 20\$000 réis ou 4 dias de prisão. Em compensação, a postura de número 10 facultava ao criado o direito de abandonar a casa do amo por falta pontual de pagamento e maus-tratos (“justas causas”). Considerava-se também justas causas de despedida a enfermidade, embriaguez, imperícia no serviço, “offensa e falta de respeito” ao amo ou pessoa de sua família⁵².

A postura 15 determinava que a ama de leite que ocultasse moléstia ou tendo sido reconhecida incapaz de amamentar criança incorreria na pena de 20\$000 réis ou 4 dias de prisão. Além disso, não poderia se recusar ao exame médico. Para a ama de leite que abandonasse a criança antes de findo o prazo de contrato seria multada em 30\$000 réis ou 8 dias de trabalho. Resguardavam-se os direitos da ama de leite de recusar o trabalho entre outras coisas pela falta de pagamento de salário e maus tratos e se fosse obrigada a serviço que não tivesse ajustado previamente. A amamentação seria determinada por médico designado pela câmara ou delegado de polícia e a ama de leite seria obrigada a fazê-lo pelo tempo necessário⁵³.

Em 4 de janeiro de 1887, um ato do presidente da província aprovou provisoriamente a implementação das posturas apresentadas pela câmara até que a Assembléia se posicionasse a respeito. Uma das conseqüências imediatas da aprovação das posturas da câmara foi a realização da matrícula das criadas domésticas. No Arquivo Público da Bahia, localizamos parte do livro de matrículas das criadas que cobrem os anos de 1887 e 1893. Infelizmente, os registros de 1893 estão incompletos. Obedecendo as determinações contidas nas posturas, o livro registrava nome, naturalidade, estado civil, idade, profissão, “sinais característicos” e nacionalidade do inscrito⁵⁴.

Antes de analisarmos a procedência das criadas domésticas, vejamos outros aspectos importantes do perfil deste importante contingente de trabalhadores urbanos. Ao todo foram matriculados 791 criados e criadas domésticas, destes 566 mulheres e 225 homens; as mulheres representavam 71,5 por cento dos profissionais do setor. Destacando apenas os 781 que tinham profissão declarada, foi possível compor a seguinte tabela:

Tabela 10. Distribuição dos criados e criadas por sexo e profissão.

Profissão	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Cozinheira	265	47,6	25	11,1	290	37,1
Criado	77	13,8	58	25,8	135	17,3
Ama seca	64	11,5	--	--	64	8,2
Ama de leite	20	3,6	--	--	20	2,6
Engomadeira	69	12,5	--	--	69	8,8
Costureira	12	2,2	--	--	12	1,6
Lavadeira	20	3,6	--	--	20	2,6
Copeira	20	3,6	84	37,3	104	13,3
Serviço doméstico	9	1,6	1	0,4	10	1,3
Jardineiro	--	--	23	10,3	23	2,9
Cocheiro	--	--	15	6,6	15	1,9
Outros serviços	--	--	19	8,5	19	2,4
Total	556	71,5	225	28,5	781	100,0

Fonte: APEB, *Livro de matrícula das criadas domésticas (1887-1893)*.

Por motivos óbvios, o serviço de ama de leite era dominado por mulheres. Porém, cuidar de crianças, engomar, costurar e lavar eram atribuições reservadas inteiramente às pessoas do sexo feminino. Em parte esta predominância feminina refletia a preferência dos amos. Mas a copa e a cozinha das casas dos amos eram disputadas por homens e mulheres. Apenas na copa o número de homens superava o de mulheres. Os serviços externos à casa -- cuidados com o jardim, roça e animais -- eram inteiramente ocupados por criados do sexo masculino.

Assim como no *Livro de Matrícula* dos ganhadores, o escrivão da polícia utilizou vários termos para classificar racialmente as empregadas domésticas. Por exemplo, as negras eram divididas em preta, crioula e fula. As mestiças eram fracionadas em diversas categorias e subcategorias. As pardas, por exemplo, eram classificadas em diversos matizes, parda clara, parda escura. Os brancos poderiam ser repartidos em “brancos macilentos” e “quase brancos”. Reclassificando essas

variações cromáticas em torno de categorias que demarcavam as fronteiras raciais, montamos a seguinte tabela⁵⁵.

Tabela 11. Distribuição das criadas domésticas por cor

Cor	Freqüência	Percentual
Preta	337	43,6
Parda	273	35,3
Cabra	101	13,0
Cabocla	15	1,9
Branca ou “quase branca”	48	6,2
Total	774	100,0

Fonte: APEB, *Livro de matrícula das criadas domésticas (1887-1893)*.

Vemos que o serviço doméstico era um setor predominantemente ocupado por pessoas de cor negra ou mestiça. Os negros e mestiços representavam 93,8 por cento dos que cozinhavam, lavavam e cuidavam das crianças dos moradores dos sobrados urbanos. Entre as criadas encontramos apenas 8 africanas. Criadas e criados brancos eram rara exceção e seu número poderia ser menor se retirássemos os classificados em “quase brancos”. Mas não podemos pensar que esta maioria negra fosse apenas resultado da recusa dos brancos pobres em empregar-se nas casas dos brancos ricos. Anúncios de emprego publicados em jornais da época mostram que muitos amos manifestaram preferência de serem servidos por pessoas de cor negra.

Do total de criadas domésticas, 205, ou seja, 25,9 por cento eram naturais de diversas freguesias rurais e urbanas do Recôncavo. Dos centros açucareiros (Santo Amaro, São Francisco, Cachoeira e São Sebastião do Passé) vieram 110 criados, ou seja, 13,9 por cento do total de criados e criadas. Entre as que vieram das freguesias

açucareiras identificamos algumas que saíram dos engenhos. Em 1887, compareceu à Secretaria de Polícia Laurentina Dutra, filha de Joana Dutra (já falecida), quarenta e dois anos, solteira, cozinheira, “alugada” na casa do ex-senhor Luís Rodrigues Dutra, na freguesia da Vitória. Laurentina havia sido ex-escrava do Engenho da Cruz e pelo visto continuou ligada ao ex-senhor, na capital. Daquele engenho migrou, também, Simoa Dutra, quarenta anos, filha de Manoel Luís e Simoa, criada, cor cabra, declarou estar alugada no bairro da Graça.

Duas outras ex-escravas do Engenho da Cruz foram matriculadas em 1893. Orminda Pereira, trinta e cinco anos, solteira, filha da nossa conhecida Etelvina Dutra, nascida no Iguape, criada, cor parda, alugada na casa de Francisco Teixeira de Carvalho desde 1883, com salário de 18.000 réis. Maria Serafina Dutra, trinta e cinco anos, solteira, cozinheira, nascida no Iguape, filha da ex-escrava Generosa Dutra, alugada na casa de uma família residente no Rio Vermelho, com salário mensal de 25.000 réis⁵⁶. Sabemos que, nessa época, a mãe de Orminda e o irmão Maximiano continuavam morando e trabalhando no Engenho da Cruz. Já Maria Serafina era irmã José Fábio, também trabalhador no Engenho da Cruz. Portanto, ainda tinham familiares nos locais em que foram escravos e a referência a pai e mãe mostra que, mesmo à distância, tinham ligação com a comunidade de origem.

É possível que parte dos egressos da escravidão que migraram dos engenhos para Salvador estivessem se engajando em profissões urbanas autônomas. Tudo indica que após a abolição houve crescimento desse setor, especialmente vendedores ambulantes de doces, frutas e iguarias em gamelas e tabuleiros, engraxates e vendedores de bilhetes de loteria. Os governos republicanos estabeleceram duro controle policial e fiscal sobre os que mercadejavam na cidade. Basta dizer que, no final do século, os ambulantes não podiam mercadejar sem licença paga à câmara municipal. Sucessivos governos municipais e a imprensa local moveram esforços para afastá-los de ruas centrais sob a justificativa de higienizar e melhorar a circulação da cidade. Em 18 de março de 1895, o *Jornal de Notícias* chamou a atenção das autoridades municipais para a necessidade de retirar do cruzamento das ruas Duarte, Cabeça, Beco do Vigário e São Pedro, o “commércio animado de

ganhadeiras”. Segundo aquele jornal, à noite o mercado aumentava de proporções e com ele o inconveniente de ruas tão concorridas ficarem com o trânsito público interrompido⁵⁷.

Ao longo do final do século XIX e início do seguinte, a municipalidade tentou afastar os vendedores ambulantes da Baixa dos Sapateiros. Em 24 de fevereiro de 1899, o *Jornal de Notícias* aprovou a decisão da intendência de renovar as posturas que proibiam a permanência de ganhadeiras e vendedores ambulantes nos passeios da Baixa dos Sapateiros. Em 3 de maio de 1899, uma ação combinada entre a polícia e a municipalidade expulsou quitadeiras e “negociantes outros” que ocupavam o largo do mercado da Baixa dos Sapateiros, sob a alegação de dificultarem o trânsito público e sujarem as ruas com “quanta espécie de immundicie conseguem reunir em cestos e gamellas”. Um outro jornal aprovou a operação e recomendou que a mesma se estendesse ao cais do comércio, praça Castro Alves e outros pontos da cidade “onde grande número de vendedores ambulantes permanece, de dia e noite, com tabuleiros, gamellas e bandejas de doces, com manifesta violação das leis municipais”⁵⁸.

Em 15 de setembro de 1900, o *Jornal de Notícias* oferecia detalhes sobre o comércio com bandejas, tabuleiros e gamelas na praça Castro Alves. “Ahi, além de lustradores de calçados, vê-se concorrido mercado de pão, doces, fructas, etc., e até de folhas medicinaes”. Segundo aquele órgão de imprensa, as pessoas que transitavam por aquele local eram obrigados a descer dos passeios, pois os “vadios” empatavam a passagem com suas pernas estiradas, com caixas de lustrar, bandejas de balas e balaios⁵⁹. Em 1º de agosto de 1904, o *Diário de Notícias* festejou a decisão da municipalidade de retirar das proximidades do mercado da Baixa dos Sapateiros a infinidade de cestos, gamelas e tabuleiros de verduras e legumes nas calçadas da referida rua⁶⁰.

Por certo, os ex-escravos dos engenhos buscaram recompor na cidade os laços construídos na época da escravidão. Mais atrás, vimos ganhadores oriundos de freguesias açucareiras trabalhando no mesmo canto e, às vezes, morando na mesma rua. Em 1901, quando foi denunciada pelos vizinhos de maltratar o neto, Maria Luísa Dutra Bulcão, crioula, lavadeira, ex-escrava do Engenho da Cruz, informou que

mesmo residindo em outro endereço ia sempre à casa da filha, Maria do Espírito Santo. Marcas da vida dura de mãe e filha ficaram gravadas nas páginas do processo. Maria do Espírito Santo contou que vivia “alugada” como cozinheira e por isso não ia a casa diariamente. Disse também que decidiu não denunciar a mãe à polícia para não vê-la sofrer⁶¹.

A inserção dos ex-escravos nas comunidades urbanas era permeada de conflitos. Por vezes, em meio aos conflitos, o passado de escravidão poderia ser lembrado por algum desafeto. Em 20 de fevereiro de 1892, depois de entrarem em várias casas de conhecidos para sambar, rapazes e moças residentes em Cachoeira, alguns deles com profissão de ganhador, entraram na casa de Manoel Nicolau Delfino, conhecido como Nicolau Muniz, jornalista, nascido no Engenho Vitória. Depois que o grupo Nicolau e a amásia deram por falta de objetos de uso doméstico e resolveram reavê-los. Ao chegar na rua das Flores, Nicolau dirigiu-se a Fuão, conhecido por “Crioulo”, e ao ganhador Aprígio e pediu a devolução dos objetos. Houve desentendimento e o grupo partiu para Nicolau sob os gritos de “Matta o negro”. Negro aqui tinha um sentido não apenas racial, mas também da antiga condição de escravo. Por certo, o grupo que agrediu Nicolau sabia estar dirigindo a um ex-escravo. Na verdade essa suspeita confirmou-se depois de verificar a lista de escravos do Engenho Vitória, feita em 1871, e nela se vê o nome de Nicolau, crioulo, quarenta anos, “aleijado da mão esquerda”, marinho⁶².

Segundo Manoel Querino existia em Salvador a curiosa instituição dos “recolhedores de tradições”; era constituída de pessoas idosas que sabiam dos fatos ocorridos na sociedade. Em cada freguesia, um ou mais indivíduos tinham por hábito recolher em cadernos de notas os fatos mais importantes dos seus respectivos bairros, especialmente assuntos da vida pública e particular das pessoas de destaque social. Dava-se uma luta entre famílias e cada um punha em relevo a sua “importância social”. Mas, quem quisesse saber do “lado fraco” do oponente, bastava procurar o “homem do arquivo”. Entre as questões embaraçosas que podiam atingir a reputação dos contendores estava o passado de escravidão. Bastava dizer: “fulano nasceu em tal tempo, seus pais foram fulano e fulana, sua avó escrava e por vezes

levou surra”. Ou então: “fulano, que está hoje figurando como gente, é filho de mulher escrava, que fugiu do engenho ainda rapariga nova; veio para aqui, a sorte correu-lhe a mil maravilhas, os filhos já estavam bem arranjados quando apareceu o senhorio. Houve uma luta tremenda para que tudo ficasse em sigilo, como de fato ficou devido a muitos empenhos e considerável soma de dinheiro”⁶³.

Na verdade, ex-escravos ou seus descendentes da cidade e do campo rechaçaram qualificativos que evocavam a antiga condição escrava, principalmente se eram utilizados para depreciar a nova condição de livres. Na manhã de 2 de março de 1906, na rua da Preguiça, Maria Secundina da Conceição, identificada pelo escrivão da polícia como de “cor preta”, vinte e sete anos, engomadeira, sentiu-se insultada ao ser chamada de “neguinha” por um pescador chamado Fábio. Por causa disso, houve áspera discussão e Fábio espancou gravemente Maria Secundina⁶⁴. Mas a referência ao passado de escravidão poderia ser feita através de outros meios. Na noite de 15 de março de 1891, na cidade de Cachoeira, Laudelino Ferreira da Silva foi violentamente agredido depois que ameaçou espancar com chicote Pompeu “de tal”, trabalhador da fábrica de charutos Dannemann, em São Félix⁶⁵.

Para além dessas diferenças, as fugas de escravos e a migração de libertos após a abolição haviam colocado em contacto pessoas que viveram a experiência da escravidão no campo e na cidade. O trabalho conjunto de ganhadores no mesmo canto mostrou que trocas de experiências entre libertos de diversas localidades estavam de processando nas ruas de Salvador. E mais que isso, a equiparação de todos na mesma condição de cidadãos livres após a lei de 13 de maio havia criado novos padrões de relações cotidianas não mais fundadas nas diferenças entre livres, libertos e escravos. Talvez por isso os trabalhadores estivessem testando as possibilidades de agirem como classe. Não surpreende que entre 1888 e 1896 ocorreram 31 greves em Salvador e Recôncavo⁶⁶.

Por isso, é necessário aprofundar os estudos sobre a projeção das experiências da escravidão sobre as lutas operárias na Bahia do pós-abolição. A forma como os movimentos operários de então se manifestaram publicamente suas demandas oferecem algumas pistas, uma delas era o uso reiterado de alusões diretas ou

metáforas relacionadas à escravidão. Em 1889, quando se pronunciaram contra a demissão de companheiros demitidos, charuteiros da fábrica Dannemann, em São Félix, alegaram que os tempos da escravidão haviam passado. Em outubro de 1909, quando protestavam contra a decisão da Viação Férrea de aplicar multas, remover trabalhadores para outras localidades e não pagar horas extras, operários, maquinistas e foguistas acusaram a empresa de tentar reduzi-los à condição de “escravos humilhados”⁶⁷.

Nesse aspecto, o passado de escravidão poderia ser evocado como parte das experiências de classe. Em 12 de maio de 1902, ao conclamar o “povo baiano” a não esquecer a data da “nossa emancipação”, o líder operário e ex-abolicionista Ismael Ribeiro, em carta publicada em jornal da cidade, pronunciou-se em nome de “meus antepassados”⁶⁸.

Notas

¹ . Trecho do samba-de-roda intitulado “Vou pra Bahia” recolhido por Gastão Sampaio, *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*, p.235.

² . Miguel Ribeiro de Oliveira, *A indenização*, Bahia, Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1888, pp. 35-36. O abandono das propriedades foi um fenômeno que ocorreu em diversas regiões. Um descendente de senhores de engenho de Pernambuco rememorava: “Com a abolição, os escravos de Tentugal [engenho], como os dos outros engenhos abandonaram as antigas terras dos senhores, dispersando-se pelas aldeias e pequenas cidades mais próximas, e até para o Recife. A alforria para as suas mentalidades primitivas era a libertação da enxada e do eito, o vadiar sem destino, famintos e bêbados de cachaça. Pouco tempo depois, voltara a maior parte, batida pela miséria para a sombra protetora das casas-grandes (...), mas este retorno não pôde mais corrigir a desordem econômica da primeira hora da Lei Áurea”. Ver José Maria Bello, *Memórias* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1958), p. 12. O autor nasceu em 1885 no Engenho Tentugal, município de Barreiras, Pernambuco.

³ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 14 de agosto de 1888, p. 2.

⁴ . BACB, “Representação da Comissão de lavoura e Comércio da Associação Comercial enviada ao governo imperial”, em 11 de julho de 1888.

⁵ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 1^o de julho de 1888, p.1; BACBa, Relatório da Junta Diretora da Associação Comercial da Bahia, apresentado na sessão de 15 de fevereiro de 1889, p. 13. Sobre a prisão do liberto ver APEB, *Polícia*, 6506, ofício de Antônio Lourenço de Araújo, delegado de Santo Amaro, destinado ao chefe de polícia, em 28 de agosto de 1888.

⁶ . APEB, *Delegados*, 6221 (1883-1889), correspondência do delegado de Alagoinhas, Anísio Pinto Cardoso, para chefe de polícia, em 4 de abril de 1889.

⁷ . Rebecca J. Scott, “Exploring the meaning of freedom: Postemancipation societies in comparative perspective” in Rebecca J. Scott et alii, *The abolition of slavery and aftermath of emancipation in Brazil*, Durham/London, Duke University Press, 1988, p. 11.

⁸ . Ver o periódico *Escudo Social*, 14 de outubro de 1933, p. 2, “O drama do cativo”, entrevista com o ex-escravo Argeu, trabalhador no Engenho Medrado.

⁹ . APEB, *Companhia de Navegação Bahiana*, 5025 (1888-1889), correspondência de José Pedro Calasans para presidente da província, em 19 de agosto de 1889. Na lista de familiares vemos José Pedro de Calasans, os filhos Henrique, Antônio e Florinda; a nora Josefa; os netos José, onze anos, Isaias, nove anos, Altino, sete anos, José Antônio, três anos, Joviniana, seis anos, Lúcia, treze anos e mais duas crianças pequenas. No despacho anexo o presidente concede 13 passagens para José Pedro e sua família no vapor Visconde Marinho que partiria no dia seguinte. Como observa, Julie Saville, em “Grassroots Reconstruction”, p. 178, a reconstituição da família era a pré-condição para o estabelecimento de uma economia doméstica com vistas à independência.

¹⁰ . APEB, *Chefes de polícia*, 2987 (1880-1889), correspondência do chefe de polícia para presidente da província, em 21 de maio de 1888.

¹¹ . APEB, *Processos crimes*, 10/363/5 (1888), fls. 2-8. A denúncia foi escrita por Otaviano Ferreira Sacramento.

¹² . APEB, *Processos crimes*, 9/663/2 (1888), fls. 2-4.

¹³ . Idem, *ibidem*, fls. 9-12.

¹⁴ . Idem, *ibidem*, fls. 22-23. O subdelegado da freguesia do Almeida conclui que o desaparecimento da ex-escrava não estava provado se houve violência contra ela ou se havia desaparecido por livre vontade, e esta segunda possibilidade ele julgava mais plausível.

¹⁵ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 25 de agosto de 1888, editorial intitulado “Escravidão de Libertos”, p. 1. O editorial tinha um tom abolicionista, pois exortava os ex-escravos a reclamarem com a lei em punho, tal qual faziam seus ex-senhores. Denunciou, ainda, que alguns senhores estavam remetendo para as autoridades da capital ex-escravos velhos e “imprestáveis”, pois seus antigos donos não se sentiam obrigados a sustentá-los.

- ¹⁶ . APEB, *Judiciário-assuntos*, 2751 (1887-1889), correspondência de Eulália, ex-escrava, para presidente da província, em 16 de agosto de 1888. A rogo dela escreveu Antônio de Freitas Mello, provavelmente parente do ex-senhor. Freitas Mello finalizou a petição evocando os princípios abolicionistas do presidente da província ao dizer que, como criador da Sociedade 13 de Maio e representante da “sereníssima Princesa Imperial Regente que em 13 de maio do corrente anno extinguiu a escravidão no solo brasileiro”. No despacho, o presidente ordenou ao juiz de orfãos de Maragojipe para providenciar a respeito.
- ¹⁷ . APEB, *Escravos-assuntos*, 2901 (1883-1889), Correspondência de Vitória (a rogo dela escreveu o abolicionista Eduardo Carigê) enviada ao presidente da província, em 8 de outubro de 1888.
- ¹⁸ . APEB, *Juízes*, 2416 (1882-1889), correspondência do juiz de Inhambupe, Antônio Calmon de Brito, para o presidente da província, em 19 de novembro de 1888.
- ¹⁹ . APEB, *Processos cíveis*, 40/1430/16 (1889), a petição foi redigida por Manoel Antônio da Silva. Em 26 de fevereiro, o oficial de justiça notificou a entrega do menor a Adelina.
- ²⁰ . O êxodo de ex-escravos ocorreu em outras partes do Brasil após a abolição. Sobre a mobilidade de ex-escravos em cidades de São Paulo ver Nancy Priscila Smith Naro, “Revision and Persistence: Recent historiography on the transition from slave to free labour in rural Brazil”, *Slavery and abolition*, 2 (1992), p. 77.
- ²¹ . Gilberto Freyre, *Região e tradição*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1941, pp. 113-115.
- ²² . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 3 (1900-1905), fls. 66-72 e 132; o registro de Rita de Cássia, filha de Belarmino e Leolinda Isabel, é datado de 23 de maio de 1902.
- ²³ . CRCC, *Livro de registro de nascimentos*, nº 2 (1893-1897), fl. 77v.
- ²⁴ . CRCSA, *Livro de registro de nascimentos*, 3 (1900-1905), fls. 62v-63.
- ²⁵ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n, Pedro foi internado no dia 23 de janeiro de 1907, segundo o diagnóstico médico sofria de cirrose. Ciriaco dos Santos deu entrada no dia 14 de junho de 1908, ferido por arma de fogo.
- ²⁶ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1913-1918), Marcolino Pires foi internado em 25 de abril de 1916; no mesmo livro ver internamento de Umbelina de Jesus, em 1º de março de 1917.
- ²⁷ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n, internamento datado de 25 de novembro de 1911. Sobre Félix dos Santos ver *Livro de entrada de doentes* (1913-1918), internamento datado de 25 de novembro de 1916.
- ²⁸ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n. Manoel Estevão foi internado no dia 13 de julho de 1908, segundo o diagnóstico sofria de sífilis.
- ²⁹ . Sobre estes dois registros de doentes ver ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n
- ³⁰ . Ver ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n; sobre o passado escravo de Manoel Brás ver APEB, *Inventários*, 8/344/4 (1887-1891), fls. 233-234.
- ³¹ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), fl. s/n, Antônio Beker da Silva foi internado em 29 de maio de 1907, segundo o registro por causa de sífilis.
- ³² . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1918-1921), internamento feito em 14 de julho de 1918.
- ³³ . Sobre o ex-escravo Próspero dos Santos ver ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1913-1914), fl. s/n; Sobre os escravos do Engenho Mombaça ver APEB, *Inventários*, 7/3148/14 (1875-1895), inventário da proprietária, Ana de Jesus Muniz Viana Bandeira, falecida em 12 de janeiro de 1873. O engenho estava localizado na freguesia do Monte e em 1875 possuía 123 escravos.
- ³⁴ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1911-1918), internamento de Manoel Clementino é datado de 25 de outubro de 1915, segundo consta para tratar-se de bronquite. Sobre Manoel Cirilo da Hora ver *Livro de entrada de doentes* (1913-1918), internamento feito em 6 de junho de 1916.
- ³⁵ . ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1906-1911), a paciente entrou em 21 de fevereiro de 1906. Sobre Dionísio dos Santos, ver *Livro de entrada de doentes* (1913-1918), internamento feito em 15 de outubro de 1916.
- ³⁶ . ASCMSA, *Livro de registro de nascimentos* (1906-1911), a ganhadeira Delfina Ribeiro foi internada em 16 de fevereiro de 1916 para tratar-se de reumatismo.
- ³⁷ . Sobre a ex-escrava Venância ver ASCMSA, *Livro de entrada de doentes* (1918-1921), internamento feito em 5 de novembro de 1920, segundo o diagnóstico para tratar-se de “verminoses”;

no dia 20 de novembro a ex-escrava faleceu. Sobre o passado escravo de Venância ver APEB, *Inventários*, 3/1206/1675/1 (1869-1887), fls. 112v-114, inventariada baronesa de Pirajá; ver também *Inventários*, 8/3444/4 (1887-1891), 2º volume do inventário da baronesa, fl. 227.

³⁸ . A presença de trabalhadores afro-brasileiros na lavoura cacaueteira são objeto de estudo de Mary Ann Mahony, “Afro-brazilians, land reform, and the question of social mobility in Southern Bahia, 1880-1920”. In H. Kray (org.), *Afro-brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*, Armonk, New York, 1998, pp. 90-116.

³⁹ . Ver Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1922), pp. 471-472.

⁴⁰ . Kim D. Butler, *Freedom given, freedom won: afro-brazilian in post-emancipation São Paulo and Salvador*, p. 143.

⁴¹ . BPEBa, *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1888, p. 2.

⁴² . Sobre os dados populacionais de 1890, ver *Recenseamento de 1890* (31 de dezembro), Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Rio de Janeiro, 1898), pp. 10-23.

⁴³ . Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Aspectos da economia rural brasileira*, Rio de Janeiro, 1922, pp. 432-434. Sobre o impacto da indústria fumageira nas economias locais de São Félix e Cachoeira ver Fayette Darcell Wimberly, “The african liberto and the Bahian lower class: Social integration in nineteenth-century Bahia, 1870-1900”, pp. 87-93.

⁴⁴ . ACMS, *Freguesias-límites*, caixa 430 (1912). Sobre a população do Iguape em 1920, ver Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística (Rio de Janeiro, 1928), *Recenseamento de 1º de setembro de 1920*. Tudo indica que Pedro Celestino da Silva, “Notas e Impressões”, p. 403, exagerou ao afirmar que a população do Iguape era de 9.114 habitantes.

⁴⁵ . Mattoso, *Uma Província no Império*, pp. 91-124, analisa a evolução populacional de Salvador e Recôncavo. Segundo Mario Augusto da Silva Santos, *A República do povo: sobrevivência e tensões – Salvador (1890-1930)*, p. 15, a migração para a cidade foi insignificante, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XIX.

⁴⁶ . Sobre os ganhadores na cidade do Salvador, ver João Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”, *Afro-Ásia*, 24 (2000), pp. 199-242.

⁴⁷ . APEB, *Polícia. Livro de Matrícula dos cantos*, maço 7116. Sobre os ganhadores mencionados ver fls. 2, 29, 48 e 62.

⁴⁸ . *Idem*, fls. 5, 95 e 144.

⁴⁹ . BPEBa, *Jornal de Notícias*, 24 de julho de 1893, p. 2, “Matrículas”.

⁵⁰ . AMS, *Papéis avulsos (1886)*, as posturas foram apresentadas à Assembléia Provincial para apreciação em 30 de dezembro de 1886.

⁵¹ . *Idem*, *ibidem*, posturas 1-8.

⁵² . *Idem*, *ibidem*, posturas 9 e 10.

⁵³ . *Idem*, *ibidem*, postura 15.

⁵⁴ . APEB, *Livro de Matrículas das criadas domésticas*, s/n (1887-1893).

⁵⁵ . Aqui seguimos o mesmo procedimento classificatório utilizado por João Reis, “De olho no canto”, p. 234, para definir o perfil racial dos ganhadores.

⁵⁶ . APEB, *Livro de matrícula das criadas domésticas*, números de registros 141, 309, 572, 577.

⁵⁷ . BPEBa, *Jornal de Notícias*, 18 de março de 1895, p. 1. Sobre os confrontos entre ganhadeiras e poder municipal em Salvador ver, Cecília Moreira Soares, “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 17 (1996): pp. 57-71.

⁵⁸ . BPEBa *Jornal de Notícias*, 24 de fevereiro de 1899, “Pelos ruas”, p.2; ver também o mesmo jornal de 4 de maio de 1899, “Pelos ruas”, p. 1.

⁵⁹ . BPEBa, *Jornal de Notícias*, 15 de setembro de 1900, p. 1, “Pelos ruas”.

⁶⁰ . BPEBa, *Diário de Notícias*, 1º de agosto de 1904, “Quitandas ao ar livre”, p. 3

⁶¹ . Sobre a ex-escrava Maria Luísa Dutra Bulcão, ver APEB, *Processo-crime*, 215/1/6 (1901), fls. 2-10.

⁶² . ARC, *Inventários*, Caixa 158 (1871-1900), Egas Moniz Barreto de Aragão, fl.12; ver também no mesmo arquivo *Lesões corporais* (1892-1893), processo contra Domingos Ramos Sacramento.

⁶³ . Manoel Querino, *A Bahia de outrora*, Bahia, Progresso Editora, 1946, pp. 224-225.

⁶⁴ . APEB, *Processo-crime*, 215/20/4 (1906), fls. 6-11. Fábio Teixeira de Sousa foi preso pelo espancamento de Maria Secundina.

⁶⁵ . ARC, *Lesões corporais* (1891-1893), Inquérito contra Pompeu “de tal”, fls. 9-11. Na verdade, quem ameaçou de dar bofetadas em Pompeu foi Joana “de tal”, moradora na rua do Sabão, depois de saber que Pompeu havia insultado a filha com palavras injuriosas.

⁶⁶ . Ver José Raimundo Fontes, “Manifestações operárias na Bahia. O movimento grevista -- 1888-1930”, Tese de mestrado, UFBA, 1982, p. 56.

⁶⁷ . Ver José Raimundo Fontes, “Manifestações operárias na Bahia”, p. 110.

⁶⁸ .BPEBa, *Jornal de Notícias*, 12 de maio de 1902, p.1.

EPÍLOGO

NOS SÉCULOS POR VIR: PROJEÇÕES DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE

“Hoje estas reminiscências [da abolição] produzem uma tristeza, uma melancolia indizível... Quantos idílios! (...). Quantas ilusões!... Julgávamos que restituída a liberdade dos escravizados, ia nosso Brasil iniciar um período de paz, de felicidade e de incessante progresso; -- ‘Idade de Ouro’ que os filantropos supõem sempre chegada e que, no entanto, ainda está longe, muito longe, nos séculos por vir” [André Rebouças, 1895]¹.

A abolição aconteceu em meio a intensa agitação social, indisciplina de escravos nos engenhos, fugas individuais e coletivas, intensa hostilidade de populares ao escravismo e radicalização do movimento abolicionista. Setores ligados à grande lavoura temiam que o fim da escravidão desencadeasse um processo mais amplo de mudanças sociais com desdobramentos e conseqüências imprevisíveis. Esse temor não era infundado. Experiências de emancipação em outras regiões de passado escravista haviam despertado antigas e novas aspirações e demandas com desenlaces nem sempre favoráveis aos ex-senhores. Por isso, os ex-senhores tinham motivos de sobra para temerem que o processo de abolição se transformasse em algo mais que a substituição de um regime de trabalho por outro.

Não surpreende que, após o 13 de maio, o debate sobre a definição dos “lugares” sociais que os libertos deveriam ocupar no que definiram como “comunhão brasileira” retornaria ao centro das discussões dos debates políticos de então. Este era

um debate antigo, remontava ao início do século XIX quando ficou evidente que o trabalho escravo deveria ser substituído pelo livre. Na perspectiva dos ex-senhores era preciso promover a conversão dos ex-escravos em cidadãos livres sem que isso causasse abalos às hierarquias sociais e raciais montadas ao longo de mais de três séculos de escravidão.

Os pronunciamentos oficiais das autoridades baianas oferecem pistas sobre a maneira como pensavam a inserção dos libertos no mundo dos livres. Opondo-se aos que afirmavam que a abolição resultaria em ócio e vadiagem e, possivelmente, tentando tranquilizar seus leitores, o *Diário da Bahia* afirmou em editorial:

A raça libertada saberá mostrar-se digna da liberdade que em parte lhes dera e que em parte conquistou. Dissipado de sua alma o pesadelo do eito, buscará conquistar pelo trabalho o seu logar na comunhão brasileira. As energias desses exilados da própria pátria, d'antes isolados egoisticamente pela refrega da escravidão, aumentarão sensivelmente as forças nacionais. O liberto saberá fecundar com o seu suor o solo que d'antes manchava com o seu sangue! (...). Os libertos não serão os ociosos errantes, buscando na pilhagem e no crime a sustentação de uma perigosa vagabundagem. Serão antes elementos de incalculável prosperidade, com os quaes poderemos contar seguramente. Os redimidos deixarão nas senzalas com os signaes do seu aviltamento os hábitos que contrairão no captiveiro; e, terminadas as festas do dia de hoje, iniciarão a vida de homens livres, de que são dignos².

Portanto, para inserirem-se na chamada “comunhão brasileira”, os libertos deveriam concorrer com seus braços. Ou melhor, deveriam continuar a produzir a riqueza e a prosperidade dos outros. Para isso, deveriam abandonar os “hábitos” que supostamente haviam adquirido no captiveiro. Partia-se da idéia de que o captiveiro havia aviltado e imprimido vícios às suas “vítimas” de uma forma tal que não estavam preparadas para a vida em liberdade. Acreditava-se que, acostumados ao trabalho forçado, sob a compulsão dos feitores, os ex-escravos fatalmente decairiam na ociosidade e na vagabundagem.

Em edital publicado logo após a notícia da abolição, a câmara de Salvador pronunciou-se da seguinte forma:

Aos novos cidadãos, a quem o influxo das idéias abolicionistas restituiu a sua dignidade de homens cabe zelar, como nós, pela conservação de nossos foros de nação, pelo progresso da pátria comum, pela elevação de nosso berço perante a civilização universal. E agora, que reivindicarão seus direitos, que leis iníquas lhes extorquirão à sua raça durante séculos, devem procurar no trabalho, na família e na paz, corresponder com dupla generosidade, o reconhecimento de seu estado social, que acaba de ser-lhes solemnemente garantido pelos poderes do Estado³.

Os vereadores estavam preocupados com a manutenção da ordem. Por isso, pensavam em vincular os ex-escravos ao projeto nacional de civilização e progresso. É interessante que os vereadores previam a reivindicação de direitos por parte dos libertos, mas advertiam que isso deveria ser feito dentro da ordem. Mais uma vez, o trabalho aparece como a garantia de “progresso” e paz nacionais.

O debate em torno da definição de lugares sociais dos ex-escravos na sociedade teve desdobramentos na adoção de políticas enérgicas de controle não apenas dos egressos da escravidão, mas de toda população negra das cidades e do campo. As posturas adotadas pelas autoridades municipais e provinciais, após a abolição, apontaram para um crescente controle sobre vários aspectos da vida cotidiana da população negra. Na época, as autoridades baianas retomaram projetos de disciplinamento e controle dos trabalhadores urbanos, principalmente através da instituição das matrículas.

Porém, os acontecimentos que analisamos ao longo deste estudo mostraram que para os libertos e para muitos setores que se envolveram na campanha abolicionista, o fim da escravidão representou muito mais do que a simples passagem de um regime de trabalho para outro. Ao contrário do que supunha seus antigos senhores, os libertos não decaíram na vadiagem e no ócio, mas em muitos momentos mostraram que não estavam dispostos a trabalhar sob as mesmas condições vigentes no passado. Vimos que, nos engenhos do Recôncavo, os ex-escravos se envolveram em duros embates com os ex-senhores para assegurarem direitos costumeiros, redefinir relações sociais cotidianas, estabelecer limites à interferência dos ex-

senhores em suas vidas pessoais e familiares, e exigir tratamento compatível com a condição de pessoas livres. Em alguns momentos, os ex-senhores não esconderam o temor de que a ordem corria sérios riscos diante das iniciativas dos libertos. Ao contrário do que supunha os ex-senhores, os ex-escravos não emergiram da escravidão como seres despreparados. Na verdade, estavam tentando viabilizar alternativas de sobrevivência que, em muitos pontos, se confrontavam com os interesses dos ex-senhores. Por isso que os antigos senhores tentaram desqualificar as iniciativas dos libertos, creditando seus projetos e esperanças à “embriaguez” ou ao “delírio”.

Foi com grande preocupação que ex-senhores e autoridades da província assistiram os festejos do 13 de maio. A presença de mais de 3 mil “pretos” nas ruas de Salvador foi o que mais preocupou o comendador Novis naqueles áureos dias. Nas comemorações do 13 de maio, em Caravelas, ex-escravos participaram das passeatas promovidas por liberais e conservadores para festejarem a abolição. No dia 19 de maio, houve confronto entre as duas facções e na ocasião dois libertos foram feridos mortalmente. A presença de libertos nas duas agremiações políticas não era bom sinal para quem estava tentando circunscrever os libertos ao mundo do trabalho.

Alem disso, agitação social que marcou os últimos anos de escravidão não cessou com a lei de 13 de maio. Os embates dos últimos anos de cativeiro continuaram a marcar as tensões sociais e os projetos de liberdade das camadas populares muitos anos depois de abolida a escravidão. Os movimentos sociais que ocorreram após a abolição estavam impregnados de sentidos e expectativas forjadas nos embates antiescravistas. Estranhamente este aspecto das tensões sociais do período ainda não foi objeto de estudos sistemáticos. Na verdade, houve uma espécie de apagamento da participação dos ex-escravos nas lutas sociais de então. Era como se as tensões e embates seculares que ocorreram no seio da sociedade escravista perdessem sentido com o 13 de maio e pertencessem irremediavelmente a um passado que se pretendia apagar.

É equivoco pensar que os ímpetus abolicionistas (ou pelo menos de alguns setores do movimento abolicionista) tenham cessado com o 13 de maio. Nos anos que

se seguiram à abolição, antigos abolicionistas se envolveram em diversos embates e militaram em favor da ampliação de espaços sociais para a população negra. Advogados abolicionistas continuaram a prestar assistência jurídica ou defender ex-escravos na justiça. Na imprensa, muitos continuaram a empregar sua pena na crítica mordaz à forma como eram tratados os ex-escravos nos engenhos e a denunciar a violência policial contra pessoas de cor negra.

O abolicionista Luís Tarquínio, pardo que ascendeu como empresário, dedicou-se a combater os preconceitos que pesavam sobre os ex-escravos. Em 2 de abril de 1889, combatendo os que defendiam a imigração européia para a Bahia, Tarquínio escreveu um contundente artigo defendendo o “trabalhador nacional” e contestando os argumentos de quem achava que o “filho do país” era incapaz e despreparado para a vida em liberdade e inferior ao europeu. O “baldão de preguiçoso e indolente atirado ao nosso povo é uma vil calúnia”. Aproveitou para alfinetar a mentalidade escravista enrustida nas cabeças das elites baianas ao afirmar que só a mudança de atitudes dos patrões e administradores poderia melhorar as relações de trabalho na Bahia. Argumentou que, só quando o proprietário, o patrão, a dona de casa e os administradores se desprendessem de “hábitos adquiridos na escravidão” e tratassem o trabalhador como um “ente seu igual”, remunerando-lhe o trabalho, poder-se-ia então condenar o “nosso povo”⁴.

Lembro aqui do professor abolicionista Cincinatos França que manteve durante muitos anos, em Cachoeira, uma escola noturna para a alfabetização de libertos. Em 1889, mais de 50 alunos freqüentavam as salas de aula do professor Cincinatos, entre eles alguns ganhadores e canoieiros que migraram dos canaviais. Ao longo dos anos de 1888 e 1889, Carigé assinou petições e apresentou-se nos foros públicos para defender libertos que sofriam perseguições dos ex-senhores, que tinham filhos “ingênuos” presos nos engenhos ou foram submetidos a castigos corporais. Em abril de 1889, Carigé esteve à frente de protestos populares contra a alta dos preços da farinha.

No ano seguinte à abolição, a cidade foi sacudida por intensos conflitos de rua envolvendo monarquistas e republicanos. As elites baianas mais uma vez ficaram

aterrorizadas diante do envolvimento das camadas populares, parte dela emergente da escravidão, em defesa da monarquia. Estes acontecimentos eram parte dos confrontos políticos que vinham ocorrendo na Corte, desde fins de 1888, especialmente depois da organização da Guarda Negra. Segundo Flávio Gomes, com a criação da Guarda Negra iniciou-se um intenso debate sobre a participação política dos libertos. Na Corte esse debate assumiria a forma de conflitos armados entre libertos e republicanos, algo que ocorreu, também, na Bahia⁵.

Os confrontos tiveram seu ápice, em 15 de junho de 1889, quando desembarcou na Bahia o militante republicano Silva Jardim. Naquele dia, houve sangrentos confrontos de rua entre militantes republicanos e populares partidários da monarquia. Segundo o historiador Braz do Amaral (testemunha ocular daqueles eventos), pouco depois do desembarque, nos arredores da ponte da Companhia Bahiana, “um preto” (em outros tempos era assim que se referia aos escravos) arrancou um estandarte do clube republicano. O preconceito em relação aos participantes do protesto ficou evidente nas palavras de Amaral. Segundo ele, a multidão era composta por “gente suja, de roupa grossa, coberta de barro e lama, com aparência de moradores dos arredores da cidade atraídos para aquela tarefa”. A estes se juntaram os “vagabundos ou desocupados”. O relato de Amaral está carregado de velhos temores, os mesmo que povoaram os pesadelos dos senhores de escravos ante a presença dos africanos e índios escravizados⁶.

Sem o medo da polícia, as más paixões, os grosseiros impulsos de uma plebe feroz, tão próxima de povos selvagens, como o africano e o índio, irromperam com fúria e ultrapassaram em breve as instruções da encomenda que lhes fora feita⁷.

Os conflitos foram mais violentos no porto e se estenderam ao Taboão e Baixa dos Sapateiros. No Terreiro de Jesus, a multidão espancou estudantes e apedrejou o prédio da Faculdade de Medicina, principal reduto de militantes republicanos. Segundo Amaral, ao longo de todo o dia, a Faculdade ficou exposta aos insultos da “multidão esfarrapada que de vez em quando atirava pedras”. Para Amaral, o ânimo

da multidão aumentou depois que correu o boato de que os saveiristas haviam aderido ao motim. A confiança da multidão na participação dos saveiristas talvez tenha sua explicação no decisivo envolvimento daqueles trabalhadores do mar nos movimentos antiescravistas que ocorreram ao longo daquela década⁸. Foram os saveiristas que estiveram à frente de ações arrojadas de resgate de escravos que seriam embarcados para o sul do país. No dia seguinte, a imprensa baiana anunciou que a Guarda Negra estava em plena atividade na Bahia, tendo à frente o “celebre” Macaco Beleza.

Para Braz do Amaral, a propaganda republicana não teve popularidade entre as camadas mais baixas da população. Após o 15 de junho não era raro ouvir entre a “arraia miúda”, explosões de ódio e chacota referente aos republicanos. Em 15 de novembro do mesmo ano, quando aqui chegou a notícia da instauração da República, eram fortes os receios de que um motim, nos moldes do que ocorreu no dia 15 de junho, explodiria nas ruas de Salvador. Com efeito, após a proclamação da República, populares insultaram e apedrejaram republicanos nas ruas. As manifestações se generalizaram pelo centro da cidade. Referindo-se à agitação daqueles dias, Amaral afirmou que em meio à multidão se destacava

(...) um degenerado alcoólico que tinha uma alcunha grotesca, susceptível de exacerbar o seu delírio por doses novas de tóxico e dotado nestes acessos de uma eloquência sanguinária e veemente; era elle quem reunia os desocupados das classes ínfimas da plebe e capitaneava os manifestantes anti-republicanos desde o 15 de junho⁹.

Tão cheio de preconceitos e ainda tomado emocionalmente pelos embates daqueles dias, Amaral negou-se a registrar no seu escrito o nome do tal “degenerado alcoólico”. Na verdade, tratava-se de Manoel Benício do Passos, Macaco Beleza, o liberto que militou no movimento abolicionista e que esteve envolvido em diversas agitações de rua, ao longo da década de 1880.

Teodoro Sampaio afirmou que o advento da República e a expatriação de D. Pedro trouxeram Macaco Beleza de volta às ruas. Foi então que, rompendo com os antigos parceiros de abolicionismo, resolveu sair em defesa da monarquia. Em passeatas ou folguedos não perdia a oportunidade de cutucar os republicanos com

vivas à princesa Isabel, referindo-se a ela como “a mãe dos cativos”, e anunciar D. Pedro II como presidente do Brasil. Em 1892, Macaco Beleza ainda se envolveu em motins de rua e protestos anti-republicanos. Segundo Teodoro Sampaio, anos depois, as autoridades baianas o deportaram para fora da província¹⁰.

Há um trecho do relato de Braz do Amaral que revela como as motivações antiescravistas ainda faziam parte do comportamento político das camadas populares, principalmente dos que viveram as experiências do cativo. Segundo ele, o ódio aos republicanos foi semeado pelos “inimigos dos republicanos”, que espalharam entre o povo a notícia de que a República revogaria a lei de 13 de maio, reescravizando os libertos e proibindo que “homens de cor” exercessem cargos e empregos públicos e militares, tal qual vinha acontecendo na América do Norte¹¹.

Vê-se que na pena de Amaral a velha arrogância senhorial correu solta. Na sua visão, o “povoléo” que se agitou nas ruas era incapaz de agir por iniciativa própria e, muito menos, refletir politicamente sobre o que acontecia em sua volta. Preferia acreditar que a “arraia miúda” foi incitada e guiada pelos “inimigos” dos republicanos, tal qual no passado foram supostamente conduzidas pelos abolicionistas.

A camadas populares da cidade, especialmente os ex-escravos, tinham fortes motivos para desconfiar dos republicanos. Efetivamente, quando chegaram ao poder, enérgicas medidas de controle policial foram implementadas para disciplinar ganhadores, carroceiros, empregadas domésticas, setores tradicionalmente ocupados por negros e mestiços. Nas cidades, muitos pontos de encontro da população negra foram extintos e a repressão policial foi dura contra os candomblés, batuques, sambas, capoeiras ou qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como “africanismo”. No final do século, esse anti-africanismo, fortemente inspirado no racismo científico, teve implicações dramáticas para as populações negras.

Na mesma direção, os governos republicanos buscaram esvaziar os significados dos festejos do 13 de maio, pelo menos no plano oficial. No final da década de 1890, o festejo havia perdido muito do brilho dos primeiros anos. Havia

motivações políticas para tentarem relegar ao esquecimento aquela data. Uma delas tinha clara intenção de censurar algo que era identificado como a grande realização da monarquia. A outra, creio, talvez mais velada, tinha por objetivo silenciar conflitos e demandas que nasceram no âmbito mesmo das lutas contra a escravidão.

Notas:

-
- ¹ . André Rebouças, *Diário e notas autobiográficas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, p. 431.
 - ² . BPEBa, *Diário da Bahia*, 13 de maio de 1888, p.1.
 - ³ . BPEBa, *Diário da Bahia*, 15 de maio de 1888, p. 1
 - ⁴ . *Jornal de Notícias*, 2 de abril de 1889, p. 1, artigo intitulado “Trabalho”, assinado L.T, as iniciais de Luís Tarquínio.
 - ⁵ . Os confrontos de rua que ocorreram nas ruas da Corte e o debate sobre a participação política dos ex-escravos é analisado por Flávio dos Santos Gomes, “No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 21 (1991), pp. 75-96.
 - ⁶ . Braz do Amaral, “Memória histórica sobre a Proclamação da República na Bahia”, Salvador: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 30, (1904), pp. 15-16.
 - ⁷ . Idem, p. 16.
 - ⁸ . Idem, p. 17.
 - ⁹ . Idem, p. 32.
 - ¹⁰ . IGHB, Teodoro Sampaio, *O Abolicionismo*, p. 28.
 - ¹¹ . Idem, p. 31.

ILUSTRAÇÕES, MAPAS, TABELAS

ILUSTRAÇÕES:

1. Casa-grande do engenho Subaé, em São Francisco do Conde (Fonte: desenho de Julius Naehler, *Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia*, 1881), p. 37.
2. Escravos a caminho do canavial (Fonte: Julius Naehler, *Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia*, 1881), p. 37.
3. Feitor e uma turma de escravos no canavial (Fonte: Julius Naehler, *Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia*, 1881), p. 61.
4. Crítica a membros do clero que possuíam escravos (Fonte: *O Faísca*, 28 de abril de 1887), p. 71.
5. Denúncia de maus-tratos infligidos a escravos (Jornal abolicionista, *O Faísca*, 28 de abril de 1887), p. 94.
6. Engenho Vitória, em Cachoeira (Fonte: fotografia de Arthur Wischral, c. 1930), p. 237.
7. Trabalhadores negros no canavial (Fonte: fotografia de Arthur Wischral, c. 1930), p. 237.
8. Ex-escravo e a filha do ex-senhor, em um engenho do Recôncavo (Autor desconhecido, c. 1930), p. 244.
9. Roceiros a caminho da feira, Cachoeira (Fonte: fotografia de Arthur Wischral, c. 1930), p. 292.
10. Roceiros, marisqueiras e ganhadeiras na feira, Cachoeira (Fonte, fotografia de Arthur Wischral, c. 1930), p.292.
11. Mulheres negras na fábrica de charutos Dannemann, São Félix (Fone, fotografia autor desconhecido, c. 1920), p.319.
12. Mulheres negras e canoeiros no cais de Cachoeira (Fonte, fotografia de Arthur Wischral, c. 1930), p. 319.

MAPAS:

1. Recôncavo baiano: cidades e paróquias (Fonte: Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*, p. 84), p. 24.
2. Carta do Recôncavo da Bahia (organizada pelo engenheiro Teodoro Sampaio, em 1899), p. 25.

TABELAS:

- Tabela 1. Africanos, crioulos e mestiços (amostragem), 1870-1887, p. 27.
- Tabela 2. Faixa etária dos escravos dos engenhos, 1870-1887, p. 28.
- Tabela 3. Ocupação dos escravos, 1870-1887, p. 30.
- Tabela 4. Libertos envolvidos no conflito, 1888, p.164.
- Tabela 5. Escravos do Barão de Pirajá, 1871-1887, p. 276.
- Tabela 6. Grupos familiares selecionados do engenho Pitinga, 1871-1887, p. 278.
- Tabela 7. Grupos familiares de ex-escravos residentes no engenho Pitinga, 1889-1904, p. 285.
- Tabela 8. Mobilidade geográfica de pessoas nascidas em engenhos do Recôncavo, 1906-1917, p. 315.
- Tabela 9. Ocupações dos que migraram para as cidades, 1906-1917, p. 318.
- Tabela 10. Distribuição dos criados e criadas por sexo e profissão, p. 329.
- Tabela 11. Distribuição das criadas domésticas por cor, p. 330.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Público do Estado da Bahia
Arquivo Municipal de Salvador
Arquivo Municipal de Santo Amaro
Arquivo Regional de Cachoeira
Arquivo da Província Carmelitana de Santo Elias (Belo Horizonte)
Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador
Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira
Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro
Biblioteca da Associação Comercial da Bahia
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
Biblioteca Pública do Estado da Bahia
Cartório de Registro Civil de Cachoeira
Cartório de Registro Civil de Rio Fundo
Cartório de Registro Civil de Santiago do Iguape
Cartório de Registro Civil de Santana do Lustosa
Cartório de Registro Civil de Santo Amaro
Cartório de Registro Civil de São Félix
Cartório de Registro Civil de São Sebastião do Passé
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)

2. ARQUIVOS PARTICULARES

Arquivo do Conde de Subaé

Arquivo de João Ferreira de Araújo Pinho Junior

3. FONTES ORAIS

Manoel de Araújo Ferreira

Faustina dos Santos, 20 setembro de 2000.

Mariana da Costa Pinto Victória Filha, 19 de outubro de 2001.

Luís Barbosa Dutra, 18 de fevereiro de 2002.

Francisco Ambrósio, 21 de julho de 2003.

4. FONTES IMPRESSAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas Villas Boas, 1922.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento de 1890 (31 de dezembro)*, Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1898.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento de 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1928.

SECRETARIA DA CULTURA DA BAHIA. *Documentação jurídica sobre o negro no Brasil: 1800-1888 (índice analítico)*. Salvador, Depab, 1989.

LIVROS, TESES, ARTIGOS

- ACCIOLI, Inácio. *Memórias históricas e políticas da Bahia* (Anotadas por Braz do Amaral). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.), *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ALVES, Isaias. *Matas do sertão de baixo, Bahia*, 1967.
- ALVES, Marieta. *Convento e Ordem 3ª. do Carmo*. Salvador: Publicação da Prefeitura do Salvador, 1949.
- AMARAL, Braz. “Memória histórica sobre a Proclamação da República na Bahia”. Salvador: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 30, (1904).
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: Edusc, 1998.
- AZEVEDO, Eliane. “Sobrenomes no Nordeste e suas relações com a heterogeneidade Étnica”. Campinas, *Estudos Econômicos*, 13 (1983).
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-99).
- BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- BERLIN, Ira (org.), *Freedom: a documentary history of emancipation, 1861-1867*, New York: Cambridge University Press, 1982.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. *Letícia*. Bahia: Tipografia Reis & C., 1908.
- BLASSINGAME, John W. *The slave community. Plantation life in the antebellum south*.

- New York: Oxford University Press, 1972.
- BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço – Repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 1995.
- BRITO, Jailton Lima. “A abolição na Bahia: Uma história política, 1870-1888”. *UFBa* (Dissertação de Mestrado), 1996.
- BULCÃO SBRINHO, Antônio de Araújo Aragão. *Titulares baianos* (texto mimeografado depositado no Arquivo Público do Estado).
- BUTLER, Kim D. *Freedom given, freedom won: afro-brazilian in post-emancipation São Paulo and Salvador*. New Jersey: Rutgers University Press, 1998.
- CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CAMPOS, João da Silva. *Tradições bahianas* (Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia). Bahia: Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1930.
- _____. *Tempo antigo, crônicas d’antanho, marcos do passado, histórias do Recôncavo*. Bahia: Secretária de Educação e Saúde, 1942.
- CASTRO, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CINCINNATUS (pseudônimo de Luíz Tarquínio). *O elemento escravo e as questões econômicas do Brasil*. Bahia: Tipografia dos Dois Mundos, 1885.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Shelton H (org). *Antropologia do direito. Estudo comparativo de categorias de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DU PIN E ALMEIDA, Miguel Calmon, *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*. Salvador: Fieb, 2002.

- EISS, Paul K. "A share in the land: freed people and the government of labour in Southern Louisiana, 1862-65". *Slavery and Abolition*, 19 (1998).
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978, vols. 1 e 2.
- FIELDS, Barbara. *Slavery and freedom on the Midle Ground: a documentary during the nineteenth century*. Londres, New Haven: Yale University Press, 1985.
- FICK, Carolyn. "Camponeses e soldados negros na Revolução de Saint-Domingue: reações iniciais à liberdade na província do sul (1793-1794)". In: KRANTS, Frederick (org.). *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*, pp. 211-226.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. "Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX)". Bahia: *Afro-Ásia*, 24 (2000).
- FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1941.
- _____. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- FONER, Eric, *Nada além da liberdade: A emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. "O significado da liberdade", *Revista Brasileira de História*,
- FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988.
- G, J. C. *Regeneração agrícola do estado da Bahia*. Bahia: Litografia V. Oliveira & C, 1892.
- GARCIA JR. Afrânio Raul. *O Sul; caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Marco Zero, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GENOVESE, Eugene D. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- GINZBURG. Carlo (et all.). *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. “No meio das Águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21 (1991): 75-96.
- GRADEN, Dale. “From slavery to freedom in Bahia, 1791-1900” (Tese de doutorado, Universidade de Connecticut), 1991.
- _____. “Voices from Under: the end of slavery in Bahia, Brazil”. *Latin American Studies*, vol. 3, no. 2 (1991), pp. 145-161.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1987.
- GRIMBERG, Keila, *Liberata: a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- GUNDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS (org.), *Escravidão e invenção da liberdade*, pp. 33-58.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books, 1976.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KRANTS, Frederick (org.). *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- KRAY, Hendrik. “The politics of race in Independence -- Era Bahia: The black Militia officers of Salvador, 1790-1840”. In: H. Kray (org.), *Afro-brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Armonk, New York, 1998.
- LAMBERG, Mauricio. *O Brazil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. São Paulo: *Projeto História* (16), 1998.
- LEVI, Giovanni. *Le Pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe*

- siècle*. Torino, Gallimard, 1985.
- LIMA, Bertolino Pereira. *Biografia* (manuscrito), 1930.
- LITWACK, Leon F. *Been in the storm so long. The aftermath of slavery*. New York: Vintage Books, 1980.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.
- MAHONY, Mary Ann. "Afro-brazilians, land reform, and the question of social mobility in Southern Bahia, 1880-1920". In H. Kray (org.), *Afro-brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Armonk, New York, 1998.
- MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura, Academia de Letras da Bahia, 1998.
- MATTEI, Andres Ramos (org). *Azúcar y Esclavitud*. Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico, 1982.
- _____. "El liberto en el regimen de trabajo azucarero de Puerto Rico, 1870-1880". In: R. Mattei (org.), *Azúcar y esclavitud*, pp. 107-123.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia. *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. Bahia: Corrupio, 1988.
- _____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- METCALF, Alida. "A vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba". Campinas: *Estudos Econômicos*, 17 (1987).
- MEYER, Doris Rinaldi. *A terra do santo e o mundo dos engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1984.
- _____. *Worker in the Cane, A Puerto Rican life history*. New Haven: Yale University Press, 1964.
- MULLER, Christiano. *Memória histórica sobre a religião na Bahia (1823-1923)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

- NAEHER, Julius. *Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia*: Leipzig: 1881.
- NARO, Nancy Priscilla Smith. "Revision and persistence: recent historiography on the transition from slave to free labour in rural Brazil". *Slavery and Abolition*, 13 (1992).
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião. As enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*. Bahia: Conselho de Cultura, 1994.
- OLIVEIRA, Jardilina de Santana. *São Sebastião do Passé, 278 anos de história*. Bahia: Gráfica Santa Helena, 1997.
- OLIVEIRA, Miguel Ribeiro de. *A Indemnização*. Bahia: Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1888.
- OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1535-1888*. Bahia: Editora Bigraf, 1996.
- PAIVA, Valdevino Neves. *Maracangalha: torrão de açúcar, talhão de massapê*. Bahia: Gráfica Santa Helena, 1996.
- PANG, Eul-Soo. *O engenho Central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: AN, IHGB, 1979.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. *Memória histórico-geográfica de São Francisco do Conde*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1977.
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944*: São Paulo: Editora Nacional, 1982
- PORTO ALEGRE, Sylvia. "Fome de braços – Questão nacional. Notas sobre o trabalho livre no Nordeste do século XIX", *Cadernos do CERU*, 2 (1986).
- QUERINO, Manoel. *A Bahia de outrora*. Bahia: Progresso Editora, 1946 (primeira edição é de 1916).
- REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: 1986.
- _____. *A morte é uma festa: ritos fúnebre e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição". *Afro-Ásia*, (24), 2000.

- _____ e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____ (org.). *A escravidão e a invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- REGO, José Lins do Rego. *Menino de engenho*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974 (primeira publicação, em 1932).
- _____. *Meus verdes anos (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. "Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX". Salvador: UFBA, 1998.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1960.
- SAMPAIO, Gastão. *Nazaré das Farinhas*. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, 1974.
- _____. *Meu avô paterno, Tertuliano Coelho Sampaio* (mimeo), 1980.
- _____. *Feira de Santana e o vale do Jacuipe*. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982.
- SANTOS, Mario Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*: Salvador: Edufba, 2001.
- SAVILLE, Julie. *The Work of Reconstruction. From slave to wage laborer in South Carolina, 1860-1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. "Grassroots Reconstruction: agricultural labor and collective action in South Carolina, 1860-1868". *Slavery and Abolition*, 12 (1991).
- SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance. Hidden transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990.
- SCOTT, Rebecca J. [et al.]. *The abolition of slavery and the aftermath of emancipation in Brazil*. Durham/London: Duke University Press, 1988.
- _____. "Exploring the meaning of freedom: postemancipation societies in comparative perspective". In: SCOTT, R. *The Abolition of slavery and the aftermath of emancipation in Brazil*, pp. 1-22.
- _____. "Stubborn and disposed to stand their ground: Black Militia, sugar workers and the dynamics of collective action in the Louisiana Sugar Bowl, 1863-87". *Slavery & Abolition*, n. 1 (1999).

- _____. Espacios, silencios y los sentidos de la libertad: Cuba entre 1878 y 1912.
- SILVA, Pedro Celestino da. “Notas e impressões sobre o districto de S. Thiago do Iguape”.
In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*, v. XXVI (1938).
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. “Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX”. (Dissertação de mestrado, UFBa, 2000).
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava” (Campinas, século XIX). Campinas: *Estudos Econômicos*, 17 (1987).
- _____. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: Luís Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*, pp. 233-290.
- SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 17 (1996): 57-71.
- SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. “Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960)”. São Paulo: *Projeto História*, n.18, (maio,1999).
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.
- STUCKEY, Sterling. *Slave culture. Nationalist theory & the foundations of black América*. New York: Oxford University Press, 1987.
- TARQUÍNIO, Luíz. *Preceitos moraes e cívicos*. Bahia: [?], 1901.
- THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores: A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMICH, Dale W. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830-1848*. Baltimore: The Hopkins University Press, 1990.
- _____. “Houses, provisions grounds & the reconstitution of labour in post emancipation Martinique”. In: Mary Turner, *From chattel Slaves to wage slaves*,

pp.241-260.

- TURNER, Mary (org.), *From chattel slaves to wage slaves. The dynamics of labour bargaining in the Americas*. London, Kingston, Indiana, Indiana University Press, 1995.
- UM LAVRADOR BAHIANO. *A emancipação. Breves Considerações*. Bahia: Tipografia Constitucional, 1871.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.
- VOGT, Carlos. FRY, Peter & SLENES, R. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WIMBERLY, Fayette Darcel. "The african liberto and the Bahian lower class: social integration in nineteenth-century Bahia, Brazil, 1870-1900" (tese de doutorado). Berkley: University of California, 1988.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em campinas na Segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU-UNICAMP, 1996.